

GEOUSP

espaço e tempo

ISSN 2179-0892

GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo	v. 20	n. 1	p.001–214	jan/abr 2016
---	-------	------	-----------	--------------

A revista GEOUSP – Espaço e Tempo é uma publicação quadrimestral do programa de pós-graduação de Geografia Humana e do programa de pós-graduação de Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Seu objetivo principal é publicar textos de todas as subáreas desse campo disciplinar.

EDITOR

Ricardo Mendes Antas Jr.

EDITOR ASSISTENTE

Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Angelo Serpa – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino Oliveira – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Carles Carreras Verdaguer – Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i Història, Departament de Geografia Humana, Espanha.

Prof. Dr. Carlos Bernardo Vainer – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Planejamento Urbano e Regional, Brasil

Prof. Carlos A. de Mattos - Pontificia Universidad Católica de Chile

Profª. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Brasil.

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Helion Póvoa Neto – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Planejamento Urbano e Regional.

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Brasil.

Profª. Dra. Leila Christina Dias – Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências, Brasil.

Prof. Dr. Marcelo Martinelli – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

revista

Geo 
USP
espaco e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Profª. Dra. Maria Encarnação Beltrão Spósito – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Brasil.

Profª Dra María Laura Silveira – Universidade de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Geografía Romualdo Ardissonne, Argentina.

Profª Dra Silvana Pintaudi – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, Departamento de Planejamento Regional, Brasil.

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Antonio Carlos Colângelo – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Profª Dra Cleide Rodrigues – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Emerson Galvani – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Fábio Betioli Contel – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Profª Dra Fernanda Padovesi Fonseca – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Fernando Nadal Junqueira Villela – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

Profª Dra Marta Inez Medeiros Marques – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasil.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO DO MIOLO

Zapt Editora Ltda.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO DA PLATAFORMA DIGITAL

André Pasti

REVISÃO

Confraria de Textos

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

FICHA CATALOGRÁFICA

GEOUSP – Espaço e Tempo / Programa de Pós-graduação em Geografia Humana e Geografia Física e Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. – n. 1 (1997) – n. 33 (2013). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997-

Semestral: 1997-2013. Quadrimestral, 2015-
ISSN 1414-7416 (versão impressa)
ISSN 2179-0892] (versão eletrônica)

I. Ensino superior – Periódicos. II. Universidade de São Paulo. III. Título

GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo
Departamento de Geografia – Avenida Prof. Lineu Prestes, 338
Cidade Universitária – CEP 05508-080 – Caixa Postal 72042 – São Paulo
endereço eletrônico: <geousp@usp.br>

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Editorial

O que fazia um leitor, uma leitora, ao tomar nas mãos um periódico especializado? Passeava os olhos pelo índice, que podia ser lido ainda na contracapa, para depois mergulhar nas páginas e folheá-las, escolhendo palavras e seções que mais lhe interessavam. Os interesses desses transeuntes que folheavam com dedos, às vezes molhados na língua, por entre muitas ideias, autores(as), imagens, teorias, métodos e citações no rodapé, metamorfosearam-se agora num mundo letrado de pouco papel, muitas revistas virtuais, diversas investigações aplicadas e quase nenhum incentivo à leitura desinteressada.

O fato é que não sabemos bem o perfil de todas as leitoras, todos os leitores, que este número da revista Geosp encontrará, mas temos a compreensão de que provavelmente muitos, muitas, acessem os artigos pelo título ou por autores, por temas, no pouco tempo que sempre nos resta e sem poder olhar o que não caberia de imediato em suas investigações. Cada vez mais lemos para citar, provar, propor, ratificar, e quase nunca para recitar, prostrar, sonhar, divagar... Vivemos o tempo das leituras a retalho.

Claro, estamos a falar de trabalho “produtivo”, já que se trata de um periódico especializado, e não de um romance, poema, parlenda, conto, prosa ou literatice considerada água que não move o monjolo da produtividade científica. E ademais, tratando-se este texto de um editorial, imaginamos que é também dessas coisas hoje aconselhadas para não ser lidas ou, quando muito, devem servir para qualificar uma linha editorial e a excelência daquilo que está a ser publicado, respondendo formalmente às exigências das agências de fomento e dos órgãos de avaliação.

Bom, mas indo ao que interessa, o que afinal está sendo publicado neste número da revista Geosp? Aquilo que é a marca da diversidade do que concebemos como geografia(s) e que aparece como este labirinto eclético em que estão radicadas as inúmeras tradições, as muitas opções de método e a ideia de que essa disciplina científica pode tocar o mapa-múndi das epistemologias para falar de qualquer lugar. O problema da diversidade é que ela iguala, como identidade, as diferenças, e não permite antever certas ipseidades fundamentais, tornando

as qualidades indiferenciadas, equivalentes, abstratas. Por isso, quiçá, os nossos leitores e leitoras desejadas são aquelas capazes de tomar pela crítica aquilo que leem, naquele sentido de que a obra é feita por quem a lê e, por isso mesmo, reescrita a cada nova leitura crítica.

O passeio que se pode fazer aqui, ao longo de doze artigos recentes e um texto clássico, é tomado pela predominância da temática urbana sobre as demais, já que metade dos escritos trata de aspectos que vão do planejamento urbano na pauliceia arqueada pelo capital, em suas inextrincáveis relações incestuosas entre mercado e Estado, passando por grandes eventos, como as Olimpíadas, na produção das cidades espetacularizadas como o Rio de Janeiro para, adentrando a rede urbana de cidades amazônicas, buscar compreender a possível existência de cidades híbridas nos processos de metropolização. Saltando daí para analisar a mesma Amazônia que aparece na memória radiofônica de ouvintes ribeirinhos sobre as coisas da cidade e os ritmos da cotidianidade, bem como para tratar, a partir de narrativas biográficas, dos “pertencimentos e laços sociais” estabelecidos pelos imigrantes na cidade de Macaé-RJ. E, claro, é possível viajar entre escritos sobre o clima urbano e o uso do solo em São Paulo, para ir à França entender os circuitos do rap indé em Paris a partir da teoria dos circuitos da economia urbana e, por fim, mergulhar em denso artigo teórico sobre a análise das “áreas sociais” a partir de uma leitura crítica e diversas perspectivas atuais acerca da abordagem dos estudos urbanos do terceiro quartil do século XX, que conformaram a conhecida Escola de Chicago e os Estudos de Ecologia Humana.

A trajetória deste número da Geosp nos leva ainda a refletir sobre questões de gênero que, a partir do discurso pós-colonial, analisa a exotização do corpo feminino e latino para tratar a vulnerabilidade e as estratégias de sobrevivência de mulheres brasileiras profissionais do sexo na Espanha.

Pode o leitor, a leitora, encontrarem-se ainda com reflexões sobre os diversos conflitos entre diferentes atores quando se trata de delimitar, monitorar, fiscalizar e gerir áreas de unidades de conservação que se sobrepõem, sob aspectos múltiplos: jurídico, natural, econômico ou social, como o excelente estudo de caso sobre os conflitos ambientais na APA de Cairuçu, em Paraty, no Rio de Janeiro.

revista

Geo 
USP

espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Já quase ao fim desse passeio em revista, temos uma reflexão sobre como a docência no ensino superior em geografia encontra “professores sem formação específica para a docência”, aprendendo a ser professores na prática, nomeadamente a partir de suas experiências e da relação com colegas de profissão, que acabam por não superar certas deficiências pedagógicas que deveriam aliar sólido conhecimento do campo da geografia a uma formação voltada para execerem com capacidade e competência a profissão docente.

Por fim, mas não menos importante, temos um artigo teórico que discute conceitos e aplicações da modelagem em geografia física, demonstrando, com isso, a diversidade de abordagens possíveis ao que nomeamos geografia e seu diálogo com disciplinas como a matemática.

Jean Dresch, por sua vez, nos aparece para dizer, ao final do percurso dessas elaborações distintas e diversas, em “Reflexões sobre a geografia”, já em seu primeiro parágrafo, que “a geografia é uma ciência – pouco importa para o momento o sentido que se atribua ao termo – a um tempo bastante antiga e muito recente”.

Bom, a partir de Jean Dresch, é possível dizer que todos os nomes que aparecem neste número de uma revista subintitulada Espaço e Tempo, desde geógrafos de largo esteio intelectual como Roberto Lobato Corrêa, referenciado aqui por vários dos seus pares-autores, até aqueles mais jovens como Fernanda Pinheiro Silva, que discorreu brilhantemente sobre as contradições capitalistas expressas na produção do espaço urbano, partilham já de uma longa tradição eclética que permite nomear tudo o que os geógrafos queiram pensar e publicar como sendo geografia.

Aqui, nas contradições ululantes que revelam tão bom conjunto de reflexões, todas elas resultado de investigações e pesquisas, fica continente o que parece ser o papel de um bom periódico: permitir que qualquer vaso de páginas, sejam elas eletrônicas ou não, possam expressar diferentes modos de dizer, para enfim sabermos, como leitores críticos, as opções de método que devemos fazer para as nossas vidas.

Ao fim e ao cabo, consideramos que revistas, livros, periódicos científicos, folhetins e poemas são feitos pelo que deles fazem as leitoras e os leitores. Façam deste número da Geosp a melhor leitura crítica que puderem.

Manoel Fernandes

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

revista

Geo 
USP
 espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Editorial	5
<i>Manoel Fernandes</i>	
Artigos	
1. Áreas sociais: uma avaliação e perspectivas	10
<i>Roberto Lobato Corrêa</i>	
2. O circuito rap indê em Paris: dinâmicas socioterritoriais e mensagem ultramar	34
<i>Cristiano Nunes Alves</i>	
3. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário	52
<i>Gilmar Mascarenhas</i>	
4. Corporeidade, sexualidades no mercado sexual transnacional sob o olhar eurocêntrico	69
<i>Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat</i>	
5. “Terra de ninguém”? Vivência do espaço e criação de laços sociais e pertencimentos em uma cidade com alta taxa de imigração	83
<i>Giuliana Franco Leal</i>	
6. Arco Tietê: um território estratégico nos contornos entre o Estado e o mercado	97
<i>Fernanda Pinheiro Silva de onde?</i>	
7. Entre a metrópole e a cidade média: a complexidade das interações espaciais e das dinâmicas de centralidade da cidade de Castanhal, no nordeste paraense	115
<i>Willame de Oliveira Ribeiro</i>	
8. Memórias interioranas: campo e cidade através do rádio numa comunidade ribeirinha amazônica	130
<i>Catia Oliveira Macedo, Antonio Mauricio Dias da Costa</i>	
9. O professor de geografia do ensino superior e a docência: um campo de múltiplos saberes e racionalidades	142
<i>Francisco Kennedy Silva dos Santos</i>	
10. A ilha de calor urbana e o uso e cobertura do solo no município de São Paulo-SP	160
<i>Hugo Rogério Barros, Magda Adelaide Lombardo</i>	

11. Conflitos socioambientais na APA de Cairuçu (Paraty-RJ)
à luz da sobreposição com unidades de conservação de
diferentes categorias **178**

Carine Fonseca Lopes Fontes, Antônio José Teixeira Guerra

12. Modelos em geografia física: conceitos e aplicações na previsão
de escorregamentos **194**

Bianca Carvalho Vieira, Tiago D. Martins

Mimeo

13. Reflexões sobre a geografia **207**

Jean Dresch

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Áreas sociais – uma avaliação e perspectivas

Roberto Lobato Corrêa
PPGG-UFRJ; Nepec-UERJ

p. 10-33

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Como citar:

CORRÊA, R. L. Áreas sociais: uma avaliação e perspectivas. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 20, n. 1, p. 10-33, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/111752>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.111752>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Áreas sociais – uma avaliação e perspectivas¹

Resumo

Este texto considera o espaço social segundo as proposições da “análise de áreas sociais”, resgatando criticamente uma abordagem de estudos urbanos que, entre 1950 e 1975, foi essencial para a geografia e a sociologia norte-americanas. Para tanto, parte-se da identificação de áreas relativamente uniformes no espaço urbano, centradas em aspectos sociais interligados tanto no plano conceitual como operacional. Duas partes essenciais orientam este trabalho: na primeira, realizou-se uma avaliação teórica dos estudos de áreas sociais, de sentido ecológico; na segunda, desenvolveram-se algumas perspectivas visando o uso dessa abordagem para o estudo do espaço das cidades brasileiras.

Palavras-chave: Áreas sociais. Ecologia humana. Espaço urbano. Tipologias. Segregação.

Social areas: an evaluation and perspectives

Abstract

This article considers the social space according to the propositions of the “social areas analysis”, critically revisiting an approach to urban studies that, between 1950 and 1975, had great importance for Urban Geography and Sociology of the United States. It begins with the identification of relatively uniform areas in urban space, focusing on interrelated social aspects, both on conceptual and operational levels. Two essential parts guide this work: first, a theoretical assessment is carried out of social areas studies, in its ecological sense; second, some perspectives on the application of this approach to the study of Brazilian cities are developed.

Keywords: Social areas. Human ecology. Urban space. Typologies. Segregation.

¹ Pesquisa patrocinada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Introdução

O espaço social pode ser analisado segundo várias abordagens distintas entre si, no que diz respeito à matriz teórica adotada e aos indicadores dela derivados. Este texto considera o espaço social segundo as proposições da “análise de áreas sociais”. A adoção dessa abordagem deriva das possibilidades que oferece na identificação de áreas relativamente uniformes no espaço urbano, centradas em aspectos sociais interligados tanto no plano conceitual como operacional. A análise de áreas sociais permite, por outro lado, identificar diferentes tipos de cidades a partir de suas configurações espaciais.

A abordagem em questão gera um quadro classificatório, não tendo nenhum poder explicativo ou preditivo. Descreve, em realidade, os resultados diferenciados de complexos processos sociais. Expressos espacialmente, tais resultados podem se constituir em ponto de partida para novas investigações.

O presente texto procura, em realidade, resgatar criticamente uma abordagem de estudos urbanos que, entre 1950 e 1975, teve enorme importância nas ciências que tratam do urbano. O resgate dessa abordagem tem por base a contínua necessidade de se pensar o espaço da cidade e a crença de que, a despeito das críticas efetivadas, o potencial de análise de áreas sociais para a compreensão do espaço urbano está longe de ter sido esgotado.

O presente texto divide-se em duas partes essenciais. Na primeira, faz-se uma avaliação sobre os estudos de áreas sociais; na segunda, apontam-se algumas perspectivas visando o uso dessa abordagem no estudo do espaço das cidades brasileiras.

Áreas sociais: uma avaliação

Esta seção procura avaliar os estudos sobre áreas sociais da cidade, estudos que tiveram grande importância no âmbito da sociologia e geografia urbanas. A avaliação não se constitui em objetivo, mas em meio que deverá permitir dar continuidade aos esforços visando obter inteligibilidade a respeito das relações entre sociedade, espaço e tempo.

A avaliação inicia-se com o resgate dos antecedentes do conceito de áreas sociais, seguindo-se a formulação teórica e a sua operacionalização. A sistematização dos resultados de estudos selecionados, seguido das críticas e novas proposições constituem, respectivamente, a terceira e quarta parte desta primeira seção.

Os antecedentes: o conceito de áreas naturais

O conceito de área natural constitui-se no antecedente do conceito de áreas sociais. Formulado por Robert Ezra Park em 1916 (Park, 1967), tornou-se um conceito-chave da Escola de Ecologia Humana ou Escola de Chicago, criada por Park na Universidade de Chicago na década de 1910. Segundo Entrikin (1980) o conceito de áreas naturais tem uma de suas bases no pensamento de Georg Simmel, com quem Park estudou em Berlim, entre 1899 e 1903. Simmel considerava o espaço social como importante condição para as formas sociais. Park também incorporou a importância do espaço geográfico, apreendida em Strasbourg com Georg Gerland, e em Heidelberg, com Alfred Hettner (Entrikin, 1980).

Presente no pensamento de Park, o conceito de áreas naturais foi sistematizado por Harvey Zorbaugh em 1926 (Zorbaugh, 1970), estando calcado na concepção que Park tinha sobre a cidade (Park, 1967, 1970). Segundo este autor, a cidade constitui-se em uma forma particular de comunidade, na qual a luta pela sobrevivência, ainda que sublimada, gera a competição impessoal entre indivíduos. Desse processo emergem grupos sociais, alguns dos quais dominantes, ao mesmo tempo em que é estabelecida a diferenciação natural de áreas, gerando áreas naturais, o “*habitat* dos grupos naturais” (Park, 1970, p. 135). As áreas naturais descrevem a configuração espacial e exprimem a ordem moral da cidade. Adicionalmente, as áreas naturais “impõem-se aos homens, formando-os, de acordo com o projeto e os interesses (nelas) incorporadas” (Park, 1967, p. 32). Assim, para Park, as áreas naturais ao incorporarem, por intermédios das formas e fluxos, o projeto e os interesses dos homens, participam ativamente do processo de reprodução de grupos sociais distintos entre si. A seu modo, apoiado em concepções calcadas em matrizes não críticas, Park antecipa-se ao pensamento, vigente após 1970, sobre o espaço urbano como lócus da reprodução das relações sociais, conforme apontado por Lefévre (1976).

As áreas naturais resultam da localização e segregação no espaço urbano dos diversos grupos sociais, as quais são fortemente influenciadas pela capacidade que cada grupo tem em pagar para se localizar em uma área urbana já retalhada pela natureza, pela presença de vias de tráfego, indústrias, parques, atividades em geral e pela própria estrutura socioespacial preexistente.

A homogeneidade dos grupos sociais que caracteriza cada área natural traduz-se em “instituições, costumes, crenças, configurações da vida, tradições, atitudes, sentimentos e interesses” comuns (Zorbaugh, 1970, p. 343), que conferem às áreas naturais o caráter de áreas culturais. Nesse sentido, Park e seus discípulos admitiam, ainda que implicitamente, na década de 1920 e para as sociedades industriais, que o conceito de cultura incorporasse diferenças de ocupação, escolaridade e renda e não apenas aquelas associadas à raça, à etnia, à língua e à religião. Desse modo, antecipam-se às formulações de Raymond Williams feitas em 1958 sobre a natureza social e política de cultura (Williams, 1997).

Zorbaugh, por outro lado, enfatiza ainda a correspondência entre as características físicas, expressas na paisagem, existentes nas áreas naturais. A área natural é, assim, uma “área geográfica caracterizada tanto por uma individualidade física como pelas características do povo que nele vive” (Zorbaugh, 1970, p. 343).

Expressão de uma visão analógica à ecologia vegetal, as áreas naturais, como conceito, trazem com elas a perspectiva do darwinismo social que impregnou muito as ciências sociais do final do século XIX e início do século XX. As áreas naturais, adicionalmente, foram consideradas como entidades com existência concreta, como aparece nas palavras de Palmer e Burgess ao se referirem às 75 áreas naturais por eles identificadas em Chicago entre 1924 e 1930, conforme reproduzido em Bulmer (1984, p. 119). Segundo eles cada área natural era:

Uma sociedade em miniatura, com sua própria história e tradições, seus problemas específicos e sua própria concepção de futuro. Hyde Park [...] South Chicago [...] não são apenas nomes no mapa. Representam distintas unidades dentro da cidade, cada uma sendo, com certeza, uma parte dela, mas também apresentando seu papel específico no futuro de Chicago.

Entidades concretas, partes integradas à cidade e condicionantes do futuro, as áreas naturais desempenharam importante papel na esfera do planejamento urbano. Estavam elas integradas à visão preditiva atribuída à Ecologia Humana, visão que derivava da perspectiva nomotética que Park absorvera de Wilhelm Windelband, seu orientador em Strasbourg e Heidelberg. Windelband estabeleceu a distinção entre ciências nomotéticas, voltadas para a descoberta de regularidades empíricas, leis e capacidade preditiva, e ciências idiográficas, interessadas no estudo de situações únicas, que não se repetem (Entrikin, 1980; Capel, 1981).

O pragmatismo, em realidade, constituía-se em parte fundamental do pensamento de Park e de seus discípulos. Park fora aluno de William James e John Dewey, os teóricos do pragmatismo, uma filosofia que associa o real conhecimento a sua aplicabilidade (Entrikin, 1980; Jackson; Smith, 1984). O conceito de área natural foi, em realidade, visto como útil e necessário ao planejamento urbano, campo em que a Escola de Ecologia Humana estava fortemente engajada, como se exemplifica com a ativa participação de seus membros no Local Community Research Committee, criado em 1923 na Universidade de Chicago, cujas pesquisas voltavam-se ao planejamento urbano (Bulmer, 1984).

Tendo em vista o sentido pragmático conferido às áreas naturais, foram propostos indicadores, bases territoriais e um conjunto de procedimentos que operacionalizavam o conceito de áreas naturais. Por sua vez, essas proposições conferem à Escola de Ecologia Humana, o caráter de pioneira na investigação a respeito do espaço urbano, pioneirismo que data da década de 1920. Particular referência é devida a Ernest Burgess, cujo papel vai muito além de seu clássico e polemizado modelo de uso da terra urbana.

O conceito de área natural foi objeto de inúmeras críticas. As mais importantes dizem respeito ao atribuído caráter natural das áreas naturais, associado à pretensa ordem natural do “laissez-faire” capitalista, no qual grupos sociais distintos, com rendimentos diferenciados, competem pela terra urbana. As áreas naturais resultantes dessa competição refletem a desigualdade social, ambas vistas como sendo impossíveis de serem abolidas por resultarem de processos naturais: apenas podem ser desfeitas para serem refeitas logo após, restabelecendo-se o equilíbrio fundado na desigualdade socioespacial (Jackson; Smith, 1984).

A divisão social do espaço, contudo, como outras espacialidades, é independente das interpretações que dela se pode fazer. A sua continuidade suscitaria a manutenção do interesse em torná-la inteligível. Nesse sentido, o conceito de áreas naturais irá ser substituído pelo de áreas sociais, um conceito mais elaborado e liberado da visão darwinista da cidade.

Áreas sociais: a formulação teórica e sua operacionalização

No estudo sobre as áreas sociais de Los Angeles, publicado em 1949 e considerado como o ponto de ruptura com a perspectiva focalizada no conceito de áreas naturais, Shevky e Williams (1949) propõem um modelo que define áreas socialmente homogêneas de Los Angeles, distinguindo semelhanças e diferenças socioespaciais (Shevky e Bell, 1974). Trata-se de uma tipologia de áreas intraurbanas baseada em três índices ou fatores, posição social (situação econômica), urbanização (situação familiar) e segregação. Cada unidade de área da cidade, isto é, cada setor censitário, é classificado de acordo com cada um desses índices. Aqueles setores semelhantes nos três índices constitui uma área social, resultante de uma classificação tridimensional (Shevky e Bell, 1974).

Em 1955, a partir do estudo de Bell (1974) sobre as áreas sociais de San Francisco, a teoria das áreas sociais é formalizada por Shevky e Bell (1974). Para eles, a cidade é o resultado do caráter complexo, global e dinâmico da sociedade moderna. Então, trata-se de se relacionar a forma da cidade às características da sociedade que nela vive, privilegiando-se os processos de mudança da sociedade. Por sua vez, essas mudanças associam-se à escala da sociedade (*societal scale*), isto é, o número de pessoas se relacionando e a intensidade desse relacionamento. O aumento da escala (*increasing scale*) implica no aparecimento da sociedade urbano-industrial, associada às mudanças na estrutura das atividades produtivas, as quais afetam a organização socioespacial da cidade, complexificando-a. Segundo Shevky e Bell (1974), os três índices descrevem a complexidade do espaço social da cidade. Por intermédio deles pode-se realizar estudos a respeito de uma única cidade em um dado momento e estudos comparativos, envolvendo sincronicamente duas ou mais cidades ou, de modo diacrônico, uma mesma cidade. Um breve enunciado de cada índice é apresentado a seguir, extraído de Shevky e Bell (1974, p. 380-381).

i – Posição social – A construção deste índice deriva da diferenciação de indivíduos e grupos sociais na sociedade moderna, diferenciação que pode ser descrita pelos indicadores de ocupação, educação e preço da habitação. A ocupação é considerada como o mais importante indicador.

ii – Urbanização – Este índice deriva da estrutura mutável da atividade produtiva, sendo composto pelos indicadores fecundidade, mulheres ativas e unidades residenciais unifamiliares, que associam-se às mudanças do papel da mulher na sociedade moderna.

iii – Segregação – Este índice refere-se à tendência a concentração espacial de grupos étnicos diferentes, refletindo também o processo de complexificação da sociedade moderna, que inclui a migração. O indicador que descreve este índice é grupos raciais e nacionais.

Os três índices são objetivados, cada um, por um grande número de variáveis, originalmente e respectivamente, nove, quatro e três variáveis. Na prática, no entanto, as variáveis foram parcialmente modificadas e, via de regra, o número delas foi ampliado, refletindo interpretações distintas a respeito dos indicadores, as dificuldades de acesso às informações, ou ainda a possibilidade, graças às técnicas multivariadas, de explorar novos caminhos.

A partir da aplicação de procedimentos mais sofisticados, a análise fatorial e a análise de agrupamento (Bell, 1974), a teoria das áreas sociais foi objeto de grande interesse. Subjacente estavam velhas questões levantadas pela Ecologia Humana e novas questões que a realidade social demandava em consequência da expansão urbana no pós-guerra. O planejamento urbano, em voga, constituía-se em outro impulso para os estudos sobre áreas sociais.

A adoção da análise fatorial foi tão significativa que os estudos de áreas sociais foram, crescentemente, denominados estudos de ecologia fatorial, enquanto os três índices de Shevky e Bell (1974) de fatores.

A análise fatorial constitui uma estatística multivariada de natureza descritiva. O ponto de partida é uma matriz de informações na qual nas linhas estão as unidades observacionais, setores censitários no caso dos estudos sobre áreas sociais, e nas colunas informações expressas em variáveis, no caso relativas aos indicadores associados aos índices de posição social, urbanização e segregação. A análise fatorial reduz o número de variáveis, via de regra elevado, a um reduzido número de fatores, cada um constituído por um grupo de variáveis altamente cor-

relacionadas entre si. Os fatores são independentes entre si, isto é, as variáveis que compõem cada fator não estão correlacionadas entre si ou estão fracamente correlacionadas. Os fatores, por outro lado, estão hierarquizados, cada um apresentando um peso diferente, expresso em porcentagem, na “explicação” da variação das características de diferenciação social relativa ao conjunto de variáveis em um dado número de unidades observacionais. A independência dos fatores e o peso relativo de cada um constituem elementos-chave para se verificar a teoria das áreas sociais, calcada em três índices ou fatores, posição social, urbanização e segregação.

A análise fatorial, por outro lado ainda, produz também uma classificação de cada unidade de área em relação a cada fator. Trata-se do *factor score*, que indica quantitativamente a importância de cada unidade de área no âmbito de cada fator. Por intermédio da análise de agrupamento é possível agrupar os setores censitários que apresentam as mesmas combinações de fatores obtidos da análise fatorial. Sugere-se que, para maiores esclarecimentos sobre a análise fatorial e de agrupamento, consulte-se, entre outros, Berry (1971), Rees (1971) e Johnston (1971).

O mapeamento dos *factor scores* possibilita evidenciar o padrão espacial do fator, ou seja, em princípio, da posição social, urbanização e segregação. Obtêm-se, assim, três mapas parciais sobre o espaço social da cidade. O mapeamento dos grupos de setores censitários, derivados da análise de agrupamento, por outro lado, desenha as áreas sociais da cidade.

A configuração espacial das proposições de Shevky e Bell (1974) foram apresentadas por Anderson e Egeland (1974) em 1961. Combinaram eles os modelos clássicos de Burgess, em zonas concêntricas, de Hoyt (1958), em setores, e de Harris e Ullman, em múltiplos núcleos, com os três índices de Shevky e Bell (1974), respectivamente, urbanização, posição social e segregação. Três espacialidades distintas emergem, evidenciando a relativa independência dos três índices ou fatores propostos por Shevky e Bell (1974). A combinação das três espacialidades, proposta por Murdie (1969) em seu estudo sobre a ecologia fatorial da cidade canadense de Toronto, gera um modelo espacial agregado complexo.

Áreas sociais: concordâncias e discordâncias

Entre 1950 e o final da década de 1970 sociólogos e geógrafos realizaram inúmeros estudos sobre áreas sociais em diversos contextos econômicos e culturais. Apesar de terem sido consideradas informações distintas em termos quantitativos, qualitativos, em relação às datas das informações e face às unidades observacionais, os estudos permitem uma avaliação dos resultados. Discordâncias e concordâncias em relação às formulações de Shevky e Bell (1974) podem ser apontadas, assim como os estudos indicam a necessidade de se repensar criticamente a respeito das relações entre processos e formas espaciais, particularmente considerando-se o Brasil.

Os seguintes pontos podem ser ressaltados a propósito das concordâncias e discordâncias, estas sendo aqui mais enfatizadas.

i – Os três fatores, posição social, urbanização e segregação emergiram nas análises fatoriais relativas às cidades norte-americanas. Exemplifica-se com os resultados do estudo de Van Arsdol Jr., Camilleri e Schmid (1974) sobre 10 cidades norte-americanas, com base em informações relativas a 1950. Pequenas discordâncias foram consideradas irrelevantes.

ii – Em alguns estudos além dos três fatores sugeridos, um ou mais fatores adicionais emergiram, como no estudo de Helsinki realizado por Sweetser (1974) ou no estudo de Bailly e Polèse (1977) sobre as cidades canadenses de Edmonton e Quebec. Contudo, o afastamento às formulações de Shevky e Bell (1974) não levou os autores em tela a apontarem discordâncias efetivas.

iii – O peso relativo do fator posição social, considerado o maior na formulação de Shevky e Bell (1974), nem sempre foi constatado. Em Edmonton e Quebec o fator que descreve a urbanização emergiu com maior peso que o fator posição social.

iv – Estudos diacrônicos evidenciaram a não estabilidade da organização social da cidade. Exemplifica-se com o estudo de Schmid, MacCannell e Van Arsdol Jr. (1974) sobre 23 cidades norte-americanas e relativo aos anos de 1940 e 1950, no qual as mesmas variáveis foram consideradas. Apesar da manutenção da estabilidade do fator posição social, constatou-se, contudo, alterações relativas aos fatores urbanização e segregação, evidenciando mudanças sociais e espaciais.

v – A tese de independência entre os três fatores, central na proposição de Shevky e Bell (1974), não foi verificada em outros contextos socioculturais distintos do contexto dos países industriais, os Estados Unidos em particular. As variáveis que descrevem posição social, urbanização e segregação combinam-se de modos distintos, originando dois ou mais fatores e não três fatores independentes.

Esta discordância revela apenas a complexidade do mundo real e são estimulantes para o processo de compreensão de uma realidade na qual diferenças culturais e uma profunda desigualdade social são traços fundamentais. Dada a importância dessa discordância ela será privilegiada.

Em seu estudo sobre as áreas sociais da cidade do Cairo Abu-Lughod (1969) considerou informações relativas aos anos de 1947 e 1960. Foram 13 variáveis consideradas, relativas à estrutura demográfica, às características da família, ao nível socioeconômico e à composição étnica. O estudo considera 206 setores censitários.

Tendo em vista a teoria das áreas sociais, a contribuição mais importante deste estudo refere-se à associação entre variáveis que descrevem urbanização e posição social, que emergiram no mesmo fator. Esse resultado remete à noção de aumento da escala da sociedade, na qual em sociedades menos complexas posição social e urbanização são correlatos, isto é, classe social e família estão intrinsecamente ligados e não dissociados como nas sociedades mais complexas, gerando a independência entre os fatores posição social e urbanização.

Resultado semelhante foi obtido por Corrêa e Fredrich (inédito) em relação à cidade de San José, capital da Costa Rica. A partir de uma análise fatorial relativa ao ano de 1970, com 29 variáveis (16 relativas à posição social, 9 à urbanização, 2 ao crescimento demográfico e 2 ao uso da terra) e 42 unidades observacionais, verificou-se que as variáveis que descrevem a urbanização estão juntas com aquelas associadas à posição social. Esta associação se deu nos dois fatores denominados *status* socioeconômico 1 e *status* socioeconômico 2, distintos entre si porque no primeiro há oposição entre ricos e pobres, enquanto no segundo entre a classe média e os pobres.

Por outro lado, ao se mapear os *factor scores*, verificou-se também que a cidade de San

José se caracteriza por um modelo pré-industrial de organização espacial, modelo no qual a população de alto nível de renda localiza-se próxima ao centro da cidade, enquanto os pobres, na periferia.

O estudo de Morris e Pyle (1971) sobre as áreas sociais da cidade do Rio de Janeiro, confirma também, em linhas gerais, os resultados discordantes obtidos para as cidades do Cairo e San José. No estudo sobre o Rio de Janeiro foram considerados 22 variáveis relativas ao ano de 1960 e quatro conjuntos de unidades observacionais: 74 bairros, incluindo as favelas; os mesmos 74 bairros sem as favelas; as favelas; e 121 unidades correspondendo aos 74 bairros e mais as favelas, consideradas como destacadas dos bairros. Para cada um dos quatro conjuntos foi realizada uma análise fatorial.

Os resultados obtidos para o primeiro, segundo e quarto conjunto guardam certa semelhança entre si, enquanto a análise para as favelas apresentou resultados distintos. Nas três análises fatoriais relativas aos bairros o fator mais importante foi o da posição social, mas no quarto conjunto considerado (bairros e favelas separados) esse ator continha variáveis que descreviam a urbanização, abrangendo 14 das 22 variáveis. O segundo fator em todas as três análises dizia respeito às migrações, enquanto os demais apresentaram sempre reduzida importância.

É significativo apontar que, a despeito do estudo de Morris e Pyle (1971) estar baseado em bairros e não em setores censitários e o de Corrêa e Fredrich em detritos, os resultados, contudo são consistentes entre si e aqueles relativos à cidade do Cairo, apontando discordância em relação às proposições de Shevky e Bell (1974): os três fatores não emergiram, verificando-se a fusão de variáveis associadas aos fatores posição social e urbanização, indicando assim, a não independência entre eles e sugerindo uma relativamente menor escala da sociedade.

Áreas sociais: críticas e novas proposições

Se os resultados concordantes e discordantes ampliaram o conhecimento sobre o espaço social da cidade, as críticas e novas proposições possibilitaram novos avanços. De fato, tanto o conceito de áreas sociais e a ecologia fatorial foram submetidos a inúmeras críticas. Vejamos as mais significativas.

i – As críticas de Hawley e Duncan (1957) dizem respeito, primeiramente, ao perigo de se propor que os fatores derivados de estatísticas com base em setores censitários sejam adequadas para os estudos sobre o espaço urbano porque não são capazes de identificar os fatores realmente cruciais de diferenciação e estratificação urbana. Em segundo lugar, as áreas sociais identificadas com base em setores censitários não são necessariamente homogêneas. E em terceiro lugar, os estudos sobre áreas sociais não estão apoiados em uma teoria social que explique porque as áreas sociais tendem a ser homogêneas.

ii – A noção de aumento da escala da sociedade foi criticada por Udry (1964) e McElrath² (apud Timms, 1971). Assim, Udry (1964) argumenta que se os três fatores propostos por Shevky e Bell (1974) resultam da evolução da sociedade, que se torna mais complexa, é de se esperar que em uma análise diacrônica um determinado comportamento seja verificado ao se

2 McElrath, D. C. The social areas of Rome: a comparative analysis. *American Sociological Review*, v. 27, n. 3, p. 376-91, 1962.

considerar o mesmo universo espacial e de variáveis. Ao verificar esta tese para os Estados Unidos, considerando sete variáveis condizentes com as formulações de Shevky e Bell (1974) e para vários anos entre 1850 e 1960, Udry (1964) constatou que, de um lado, algumas variáveis evoluíram consistentemente com o que se esperava: aumento da participação feminina na força de trabalho e do número de pessoas empregadas em escritórios e diminuição da população empregada nas atividades primárias. De outro, a diminuição da fertilidade foi constante até 1940, aumentando depois, indicando que aquela diminuição não se associa sempre ao aumento da complexidade social. De outro ainda, flutuaram as variáveis descrevendo mobilidade interstadual – percentagem de população ativa e prédios ocupados inicialmente com residências unifamiliares –, não se associando à ideia de aumento da escala da sociedade.

McElrath (1962), a partir de seu estudo sobre as áreas sociais de Roma, realizado em 1968, argumenta que a noção de escala da sociedade deve ser considerada de modo menos restritivo. Para ele a industrialização e a urbanização constituem as bases a partir das quais estrutura-se a sociedade e seu espaço. Segundo McElrath (1962), mudanças no processo de industrialização originam mudanças na distribuição de habilidades e na organização da sociedade, gerando dois eixos de diferenciação, *status* socioeconômico (posição social) e *status* familiar (urbanização). Mudanças na urbanização implica agregação de população e aumento na dispersão de recursos, inclusive humanos, originando dois outros eixos, *status* do migrante e *status* étnico.

iii – Os estudos sobre as áreas sociais das cidades do denominado Terceiro Mundo, especialmente o de Abu-Lughod (1969) não apenas apontaram a necessidade de revisão da tese da independência dos fatores, mas também alertaram para que se considerasse mais atentamente as mudanças ao longo do tempo e as características culturais de sociedades não ocidentais, assentadas em lógicas distintas daquelas da sociedade ocidental. De fato, a inexistência de modelos convincentes a respeito da estrutura social e de suas relações com o espaço urbano, gerou uma visão acrítica da sociedade e do espaço (Short, 1976).

iv – Do ponto de vista metodológico Udry (1964) aponta para os problemas de interpretação a partir da mudança da escala de observação, mantendo-se, no entanto, as mesmas variáveis. Assim, ao se considerar setores censitários, áreas metropolitanas e regiões, os resultados apresentarão diferenças. As proposições de Shevky e Bell (1974) podem ser úteis para estudos de áreas sociais a partir dos setores censitários: estudo para 89 áreas metropolitanas, consideradas cada uma de modo agregado, evidenciou resultados distintos daqueles propugnados por Shevky e Bell (1974).

Na mesma direção, mas enfatizando a epistemologia, é a crítica de Jackson e Smith (1984). Argumentam eles que na ecologia fatorial os pesquisadores aceitaram a tese positivista de que as regularidades empíricas em torno de correlações envolvendo variáveis e espaço garantam a imposição de relações causais e conseqüentemente a formulação de leis. Subjacente há a crença de que “a realidade está presente na aparência [...] os objetos existem independentemente do observador [e] que podem ser mensurados repetidamente para formar a base de leis que podem ser verificadas recorrendo-se aos fatos empíricos” (Jackson; Smith, 1984, p. 7).

A partir das concordâncias, discordâncias e críticas, novas proposições foram elaboradas; entre elas, tipologias relativas às variações do espaço social da cidade. As tipologias respondem, em parte, às críticas formuladas, mas o que deve ser ressaltado é que constituem

avanço considerável, estabelecendo conexões entre os diversos contextos econômicos e culturais e as formas de organização do espaço social. As tipologias dizem respeito a modelos particulares e não a um modelo universal de espaço social da cidade. Os tipos que constituem cada tipologia, por outro lado, não devem ser vistos como uma sequência, na qual seria possível passar de um tipo anterior a outro posterior, mais complexo. As linhas de evolução são múltiplas, não importando nenhuma visão etapista. Uma das razões para não se conceber a perspectiva etapista reside na força de inércia do espaço urbano, enquanto outra, mais importante, que impediria uma homogeneidade do espaço social das cidades, reside na necessária desigualdade socioespacial do capitalismo, como aponta Browett (1984).

No presente estudo considera-se a tipologia proposta por Timms (1971), construída com base em generalizações, deduções e em argumentos apresentados por McElrath (1962), que lhe possibilitou introduzir um quarto fator de diferenciação socioespacial, por ele denominado de migração. Sua tipologia contempla seis tipos de cidades, resultantes de distintas combinações entre os quatro fatores, envolvendo cidades de vários contextos socioculturais. Os seis tipos são:

- Cidade moderna, na qual os quatro fatores emergem independentes uns dos outros; esse tipo é o que mais se aproxima da proposição de Shevky e Bell (1974).

- Cidade feudal, que corresponde ao tipo oposto, no qual emerge um único fator, indicando uma única linha de variação do espaço social.

- Cidade colonial, que se caracteriza por dois fatores, um que reúne variáveis do fator *status* socioeconômico, grupo minoritário e migração, e outro, caracterizado pelas variáveis descrevendo o *status* familiar, como foi apontado por Sjoberg (1960).

- Cidade de imigrantes, que apresenta, de um lado, o fator *status* socioeconômico e, de outro, um fator que aglutina variáveis relativas ao *status* familiar, minoria e migração.

- Cidade pré-industrial, que apresenta uma nítida associação entre variáveis que descrevem o *status* socioeconômico e o *status* familiar, como foi sugerido por Sjoberg (1960); um segundo fator de diferenciação começa a emergir, agrupando variáveis ligadas ao fator minoria e migração.

- Cidade em industrialização, na qual começa a emergir uma separação entre os fatores *status* socioeconômico e *status* familiar, ao mesmo tempo que começa a emergir um terceiro fator que reúne variáveis relativas ao fator minoria e migração; a tese do aumento da escala da sociedade está presente neste, que antecipa o tipo cidade moderna.

Consideramos a proposição de Timms (1971) uma grande contribuição na direção da construção de uma teoria a respeito das relações entre sociedade e espaço urbano, que incluirá as possíveis variações, as particularidades socioespaciais. Sugerimos ser importante reter os tipos cidade moderna, cidade em industrialização, cidade de imigrantes e cidade pré-industrial, que parecem ser relevantes para a interpretação das cidades brasileiras.

Áreas sociais: perspectivas

A análise da literatura sobre áreas sociais impõe algumas questões que visam estabelecer novas perspectivas para esta temática, cuja importância deve-se ao fato de as áreas sociais, entendidas como formas espaciais derivadas de processos sociais, descreverem a divisão social

do espaço, que reflete e condiciona a sociedade. Elaboração e reelaboração social, sintetiza um conjunto de valores, crenças e utopias expressos em intenções e práticas, nas quais estão presentes contradições e conflitos, mas também cooperação.

As críticas elaboradas à temática das áreas sociais não excluem a necessidade de prosseguir pensando criticamente a divisão social do espaço urbano. Esta seção procura contribuir nesta direção, considerando primeiramente a segregação residencial em uma perspectiva crítica, seguindo-se a discussão do conceito de práticas espaciais e, finalmente, considerando a cidade brasileira como objeto de interesse para estudos sobre áreas sociais.

Segregação residencial: uma visão crítica

A segregação residencial constitui um dos conceitos básicos da Escola de Ecologia Humana, elaborado a partir dos princípios de ecologia vegetal de competição, dominação, invasão e sucessão. Na formulação de Shevky e Bell (1974) a segregação foi associada à etnia, constituindo o terceiro fator da proposição formulada por eles. No presente trabalho a segregação é considerada como o aspecto essencial das áreas sociais, enquanto os aspectos étnicos são considerados como parte da segregação, sendo identificados como etnicidade. A essencialidade da segregação residencial na definição de áreas sociais é compartilhada, entre outros, por Harris (1984) e Udry (1964).

Segundo Harris (1984), a segregação residencial está intrinsecamente vinculada às classes sociais. Afirma Harris (1984, p. 26) que:

A segregação das classes sociais é um aspecto distintivo da cidade capitalista [...]. Historicamente [...] apareceu em sua forma atual somente com a separação entre lugar de trabalho e residência, criando as condições para o desenvolvimento de um específico mercado de habitação (que) se tornou o mecanismo pelo qual as relações de classe no novo sistema de produção (industrial) fossem refletidas no espaço residencial urbano.

Segundo Harris (1984), a segregação compreende a “segregação de classes” e a “diferenciação residencial”, que devem ser consideradas juntas e não separadamente ou privilegiando-se a segunda em detrimento da primeira, como ocorreu nos estudos de áreas sociais. A segregação de classes refere-se ao fato das classes sociais “diferenciarem-se em termos de sua distribuição residencial” (Harris, 1984, p. 28), enquanto a segunda diz respeito à diferenciação de áreas em termos de sua composição social. No presente trabalho a segregação residencial é entendida como intrinsecamente vinculada às classes sociais em seus espaços de existência e reprodução, gerando áreas sociais nas quais há uma tendência a uma relativa homogeneidade interna e heterogeneidade entre elas (Castells, 1971).

As dificuldades para o estudo da segregação estão, em parte, vinculadas à escala e à definição de classes sociais. A segregação pode ser estudada em várias escalas, a partir de setores censitários, bairros e zonas da cidade: a mudança de escala implica em resultados diferentes, como já apontado por Udry (1964). O conceito de classes sociais, por sua vez, é problemático. De acordo com Harris (1984, p. 28), as classes sociais são “fenômenos históricos que emergem por meio de conflitos e antagonismos mútuos [...] diferem mais significativamente

em termos de sua posição no processo produtivo”, isto determinando a forma de consciência e a atividade política. As classes sociais têm tanto existência objetiva como subjetiva. Ao não se considerá-las nos estudos de segregação residencial, cria-se a lacuna, entre outras, relativa ao papel da segregação residencial no processo de formação de classes sociais, como aponta Harris (1984). Semelhantemente Katznelson (1992) discute o papel da segregação residencial no século XIX no processo de formação da classe operária, questão que tem como ponto de partida o seminal texto de Engels (1975), publicado em 1845 e referente à cidade de Manchester.

É nesse sentido que Harvey (1975) rejeita a ideia de que a diferenciação residencial seja devida ao fato de que indivíduos semelhantes quanto à renda e ao padrão cultural tendam a residirem juntos, daí resultando áreas residenciais internamente homogêneas e heterogêneas entre si. Como o próprio Harvey (1975) argumenta, não se sabe se os indivíduos são semelhantes porque residem próximo ou se residem próximo porque são semelhantes. Adicionalmente, Harvey (1975) rejeita também a ideia da economia neoclássica de que a diferenciação residencial resulte da soberania do consumidor, visto em sua independência de escolha face a um mercado considerado perfeitamente competitivo, e de seu comportamento, que tende a maximizar a utilidade das localizações, a qual dependeria do jogo entre densidade e tamanho da unidade domiciliar.

Harvey (1973) argumenta sobre a necessidade de se conhecer o processo de estruturação de classes sociais para que se possa avançar em uma teoria crítica sobre a segregação residencial. Considerando as contribuições de Marx, Giddens e Poulantzas, Harvey (1973) admite que na sociedade capitalista da metade do século XX, a estruturação de classes sociais e suas frações advêm da conjunção de três forças, primária, residual e derivativas. As forças primárias são aquelas que dividem a sociedade em duas classes sociais maiores, os proprietários dos meios de produção e aqueles que apenas têm a força de trabalho para vender. A esta polarização são acrescentados os resultados da ação das outras duas forças, que complexificam a sociedade. As forças residuais possibilitam a permanência de classes sociais herdeiras do passado, de outros modos de produção, que vivem na cidade, como a classe dos grandes proprietários rurais absenteeístas, vivendo da renda da terra transferida para a cidade, e de grupos de imigrantes de origem rural não integrados plenamente à economia capitalista.

Mais importante, contudo, são as forças derivativas, oriundas da própria dinâmica do capitalismo, derivadas de suas necessidades intrínsecas, envolvendo, de um lado, o processo de acumulação e sua continuidade e, de outro, a reprodução de uma sociedade diferenciada. As forças derivativas tornaram mais complexa a sociedade capitalista, fragmentando-a em inúmeras classes e frações de classe. Geraram:

i – fragmentação da classe capitalista e do proletariado em razão da divisão do trabalho, do progresso técnico e da especialização funcional; em consequência, vários estratos sociais emergem, minimizando os efeitos das forças primárias;

ii – classes distintas de consumo, visando uma demanda variável e contínua, fundamental para a acumulação de capital;

iii – aparecimento de uma classe média, burocrática, trabalhando na esfera do Estado e de grandes empresas, com o objetivo de organizar e controlar a produção, a circulação, a distribuição e o consumo; acrescenta-se que a classe média não é homogênea, apresentando diferenças quanto à renda, aos padrões culturais e a origem, a qual pode ser por ascensão social ou por decadência de parte de antigas elites;

iv – desvio de consciência de classe e projeção ideológica da classe dominante, visando desviar a atenção dos problemas das relações capital-trabalho, explorando, por exemplo, os conflitos entre empregados e desempregados;

v – a necessidade de organizar as chances de mobilidade social que podem advir do processo de produção, circulação e distribuição e sua dinâmica, que podem criar instabilidade na estrutura social; é necessário, então, criar barreiras para controlar essa mobilidade, como se exemplifica com a educação diferenciada.

Harvey (1975) argumenta que essas forças são contraditórias, algumas levando a um antagonismo de configurações sociais, enquanto outras criam diferenciações favoráveis à reprodução da complexa sociedade capitalista. E na medida em que essas forças atuam intensamente e por longo tempo, geram uma marcante diferenciação social, ao mesmo tempo em que se verifica a crescente concentração espacial de população e atividades, isto é o desenvolvimento de grandes cidades, como se exemplifica com Chicago nos primeiros 30 anos do século XX.

A segregação residencial da cidade capitalista emerge, assim, a partir da localização diferenciada no espaço urbano das distintas classes sociais e suas frações. Admite-se que mais intensa a fragmentação social, mais complexa será a segregação residencial. Admite-se também que na identificação de classes sociais e suas frações devam ser consideradas combinações de um número de variáveis maior que aqueles sugeridos por Shevky e Bell (1974) e que já apareceram em diversos estudos empíricos.

Consideramos também que se torna necessário, nos estudos sobre áreas sociais, levar em conta que a segregação residencial é influenciada:

i – pelo tamanho da cidade, admitindo-se que o aumento do tamanho implique em maior heterogeneidade social;

ii – pelo tipo de cidade, ou seja, cidade comercial, cidade industrial, cidade administrativa e cidade que vive da renda da terra, entre outros tipos, pois para cada tipo verifica-se uma ação diferenciada das forças primárias, residuais e derivativas;

iii – o período histórico em que a cidade foi estudada, pois isto envolve significados distintos para cada uma das forças de estruturação social e conseqüentemente distintos modos de segregação residencial.

A segregação residencial e seus padrões espaciais, por outro lado, significam

i – de imediato o acesso diferenciado aos recursos da vida, sobretudo aqueles recursos escassos, que tendem a serem encontrados em áreas onde vive uma população de renda mais elevada e dotada de maior poder político para criar ou pressionar a criação de condições mais favoráveis de existência e reprodução. Harvey (1973) refere-se à renda real, isto é, a renda monetária que a população de alto *status* possui é ampliada em razão dos investimentos públicos e privados, criando aquelas condições mais favoráveis à vida;

ii – a existência de unidades espaciais, áreas sociais no nosso entender, favoráveis à interação social, a partir das quais, e dada a tendência à homogeneidade social de cada unidade espacial, os indivíduos elaboram valores, expectativas, hábitos e se preparam para ingressarem no mercado de trabalho; desenvolvem ainda um dado estado de consciência; nesse contexto

de homogeneidade social, mais nítida nos extremos sociais e menos no âmbito da classe média, criam-se as condições de existência e reprodução diferenciadas, se se trata de áreas de relativa estabilidade social (Harvey, 1975); e

iii – a diferenciação espacial do processo de formação de classes sociais e suas frações (Harris, 1984; Katznelson, 1992) e de reprodução das relações sociais no âmbito da sociedade capitalista, como aponta Harvey (1975), a partir do pensamento de Lefébvre (1991).

Finalmente, é importante considerar os padrões espaciais da segregação residencial. Derivam eles de lógicas de localização e realocização no espaço urbano das classes sociais e suas frações. Esses padrões são complexos e podem ser descritos por combinações de três possibilidades teóricas de segregação residencial propostos por Kohl-Sjoberg, Burgess e Hoyt (1958), como aponta Corrêa (1989a). Na primeira lógica, descrita por Kohl-Sjoberg, as elites localizam-se no centro e os pobres na periferia, sendo esse padrão associado à cidade pré-industrial. Na segunda, proposta por Burgess e já descrita por Engels 80 anos antes, as elites residem na periferia e os pobres na área central, especificamente na zona periférica do centro. Na terceira, finalmente, as classes sociais e suas frações estão localizadas não em círculos concêntricos a partir do núcleo central de negócios da cidade, como nas duas propostas anteriores, mas ao longo de setores a partir do núcleo central de negócios.

A combinação dessas possibilidades pode se tornar complexa, como ocorreu nas grandes cidades latino-americanas desde o século XVI ao final do século XX, como apontado por Yujnovsky (1971) e Bähr e Mertins (1983). A grande cidade latino-americana apresenta as três lógicas coexistindo no seu espaço urbano. O padrão complexo latino-americano evidencia permanências e mudanças de padrões espaciais pretéritos, envolvendo cristalização e invasão-sucessão descendente (*filtering down*) e tentativas do mesmo processo, porém ascendente (*gentrification*).

Admite-se, em realidade, que outros padrões de segregação residencial possam ser evidenciados. Devem ser interpretados como expressão de uma mais complexa realidade socio-espacial e não como nenhuma forma de desvio. A inteligibilidade dessas combinações se dará à luz das lógicas possíveis de localização e realocização das classes sociais e suas frações. Isto nos encaminha para as práticas espaciais associadas à segregação residencial.

Práticas espaciais: segregação residencial e áreas sociais

As áreas sociais, definidas pela segregação residencial, não são o produto da “mão invisível do mercado”, nem de nenhuma outra entidade supraorgânica. Resultam de processos sociais e de práticas espaciais engendradas por agentes sociais concretos, com interesses, contradições e conflitos. Nessas práticas o Estado, particularmente na escala municipal, acha-se presente, seja diretamente, seja de modo indireto, participando de ações e negociações com outros agentes como os proprietários dos meios de produção, sobretudo as grandes empresas, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos e inúmeros outros agentes sociais. A centralidade de cada um desses agentes, inclusive o Estado, é variável.

No presente texto considera-se aquelas práticas e seus agentes vinculados explicitamente à segregação residencial, sendo discutidos apenas dois tipos de práticas espaciais.

As práticas espaciais aqui consideradas são entendidas, segundo Corrêa (1995, p. 35), como “um conjunto de ações espacialmente localizadas, que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte, ou preservando-o em suas formas e interações espaciais”.

Definidas e integradas no contexto de cada sociedade, as práticas espaciais estão associadas às diferenças espaciais, de fundamental importância para a existência e reprodução de uma sociedade diferenciada. Nesse sentido, o conceito de práticas espaciais aqui adotado é lefebvriano em seus aspectos gerais (Lefévre, 1991), mas neste autor o conceito tem um sentido mais amplo. Pretendemos especificá-lo mais, tornando-o mais restrito e mais operacional. Anteriormente definimos estas práticas como: seletividade espacial, fragmentação-re-membramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora (Corrêa, 1992, 1995). Foi argumentado que estas práticas não eram mutuamente excludentes entre si.

Ao terem sido concebidas para o espaço regional, envolvendo a ação de uma grande corporação multifuncional e multilocalizada, torna-se necessário repensá-las em termos intraurbanos. Pois envolvem agentes sociais de natureza variada, com interesses, escalas espaciais de ação, tamanhos e atividades diferenciadas, atuando em um meio ambiente construído, denso e já profundamente heterogêneo, dotado ainda de dinâmica distinta daquela do espaço regional.

Torna-se necessário estabelecer a distinção entre práticas espaciais e processos espaciais. Segundo Corrêa (1979), processos espaciais são mediações por meio das quais os processos sociais originam formas, movimento e conteúdo sobre o espaço urbano. Constituem um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, gerando localizações, realocações e permanências das atividades e população sobre o espaço da cidade. Centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão – sucessão e inércia caracterizam esses processos, que têm correspondência, no plano da descrição, mas não no da interpretação, com o conceito de processos ecológicos da Escola de Chicago. Os processos espaciais envolvem um longo período de tempo, diversos agentes sociais e amplos espaços. As práticas espaciais, ao contrário, dizem respeito a um curto período de tempo, um tipo particular de agente social e é, em muitos casos, espacialmente pontualizada. Um mesmo processo espacial pode conter diversas práticas espaciais; por outro lado, uma mesma prática espacial pode vincular-se a diversos processos espaciais.

À guisa de encaminhar a temática das práticas espaciais em termos de espaço urbano, apenas indicaremos dois tipos, submetendo-os à avaliação crítica.

i – Zoneamento – Prática que visa delimitar legalmente áreas, nas quais imposições e restrições são estabelecidas, com o objetivo de garantir ou criar atributos julgados relevantes ou mesmo necessários por aqueles que detêm poder para criar ou alterar a organização espacial. É o Estado, particularmente ao nível municipal, quem estabelece o zoneamento, cuja concepção e implantação é objeto de negociações entre grupos sociais distintos. O zoneamento envolve as atividades econômicas e o uso residencial, este sendo crucial na formação de áreas sociais. Os exemplos são numerosos. Citemos apenas as contribuições de Duncan e Duncan (1984; 2001), relativas aos subúrbios de alto *status* em New York, Westchester e Bedford, nos quais a prática de zoneamento tornou-os altamente seletivo, abrigando uma elite tradicional, que se recusa a misturar-se com a elite emergente e menos refinada.

ii – Apropriação e valorização diferenciada da terra urbana. Esta prática manifesta-se de diferentes maneiras e gera áreas sociais profundamente distintas, de alto e de baixo *status* social. A pura e simples apropriação pelas elites das áreas por elas consideradas como de amenidades, constitui-se em exemplo corrente desta prática. A permissividade em torno de áreas consideradas sem amenidades e apropriadas pela população de baixo *status* social, constitui-se também em situação corrente. Indicaremos dois tipos de práticas associados:

- antecipação, na qual alguns investimentos pontuais de formas impregnadas de significados de *status* ou investimentos dispostos axialmente, como água, esgoto e vias de tráfego, estabelecem uma valorização diferenciada que se irradia pela área em torno. A implantação de um clube de golfe, de hipódromo ou de hotel de alto luxo ou infraestrutura sanitária, por exemplo, valorizam as áreas beneficiadas, elevando o preço da terra, que se torna assim uma reserva para a formação de áreas sociais de alto *status*. Esta prática tem gerado, em muitos casos, uma configuração espacial em setores, tal como descrito e analisado por Hoyt (1958) para a cidade norte-americana e por Yujnovsky (1971) e Bähr e Mertins (1983) para as cidades latino-americanas. Nesses setores formam-se áreas sociais de alto *status*;

- marginalização, que é a prática pela qual certos espaços são deixados de lado pelos investimentos públicos e privados, não sendo, portanto, valorizados, tanto em termos de valor de troca ou valor simbólico. Rejeitados pela população de alto *status*, esses espaços são ocupados por uma população de baixo *status*, originando áreas sociais correspondentes, caracterizadas pela favela, pelos cortiços ou por habitações produzidas pelo sistema de autoconstrução em loteamentos irregulares. Os conjuntos habitacionais, geradores de típicas áreas sociais, podem ser aí enquadrados em razão da localização dos mesmos, em áreas distantes dos setores seletivos.

Ações diversas poderão ser distinguidas, indicando a complexidade das práticas espaciais, das quais poucas foram aqui apontadas que, no entanto, deverão estar longe de esgotar o conjunto desse tipo de ação humana no âmbito de uma sociedade diferenciada e da qual o espaço social é reflexo e condição social.

Áreas sociais e a cidade brasileira

Processos sociais mais recentes, não considerados na teoria da *increasing scale of society*, envolvendo, entre outros aspectos, o aumento das tensões sociais, levaram a exacerbação de algumas formas de segregação residencial. Marcuse (1997), por exemplo, refere-se à proliferação e ressignificação dos enclaves, cidadelas e guetos nas cidades norte-americanas após 1970, na cidade que se atribui a denominação cidade pós-fordista.

O enclave é reconceitualizado como uma área intraurbana caracterizada pela concentração de um grupo étnico minoritário, via de regra imigrante. Seus habitantes esforçam-se para participar mais efetivamente da sociedade na qual estão inseridos. Nesse sentido, o termo não deve ser confundido com o enclave imperial, a exemplo de um bairro britânico em uma cidade asiática, nem com a visão usual de uma área habitada por imigrantes. A cidadela é vista como uma área onde está concentrado um grupo de alto *status*, dotado de poder e riqueza e que, visando proteger ou reforçar a posição que detém isola-se das áreas em torno. Os condomínios fechados, protegidos com guaritas, e as ruas fechadas, com segurança própria, são

exemplos de cidadelas. O gueto, finalmente, é redefinido como uma área onde concentra-se uma população de excluídos da sociedade e não de apenas dominados e explorados, que assim está inserido na sociedade de classe. Marcuse (1997), a propósito, refere-se ao “outcast ghetto”, distinguindo-o de outras acepções, como a do gueto negro.

A formulação de Shevky e Bell (1974), por outro lado, ao focalizar a cidade norte-americana por volta de 1950, não aborda processos sociais e formas espaciais extremamente significativos para as cidades da América Latina e de outros contextos socioculturais. Trata-se de processo da “inchação” urbana, derivado da incapacidade da cidade em absorver parcela importante dos imigrantes e daqueles que nela nasceram. Trata-se, pode-se dizer, do “aumento da escala da pobreza”, acompanhada do aumento da criminalidade. Esta não absorção de excedentes traduz-se no crescimento em número e tamanho de favelas, como pela “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial” (Souza, 2000), com territórios controlados pelo narcotráfico e o escapismo das elites.

O que foi apresentado acima tem profundas implicações na dinâmica das áreas sociais da cidade brasileira e sugere a necessidade de se repensar criticamente a teoria das áreas sociais visando dar inteligibilidade ao espaço social da cidade brasileira na atualidade, para a qual merecem ser destacadas, em razão da abrangência e densidade de tratamento, as contribuições de Villaça (1998) e de Souza (2000).

Admite-se ainda que, a despeito dos problemas apontados por diversos autores sobre o setor censitário como unidade observacional problemática para a identificação de áreas sociais, esta é, contudo, a menor unidade de área disponível para uma pesquisa do tema em pauta. E isto é mais significativo quando se intenta realizar estudos comparativos para um certo número de cidades. A favor de sua adoção está o fato de se aceitar a tese de serem as áreas sociais uma construção intelectual e não uma entidade concreta, real, em relação a qual ao pesquisador compete reconhecê-las.

As áreas sociais a serem identificadas derivam de indicadores que, em sua maior parte, são os mesmos adotados por Shevky e Bell (1974) e McElrath (1962). Mas a interpretação dos resultados não se apoia na teoria do “aumento da escala da sociedade” e sim nos processos de industrialização e urbanização entendidos como geradores de mudanças na estrutura social, responsáveis pela reestruturação de classes sociais e por padrões locais específicos. Isto significa dizer que os mesmos indicadores podem ser interpretados a partir de bases teóricas distintas. Afinal, renda, instrução e ocupação, fundamentais na definição da dimensão *status* socioeconômico ou posição social, podem ser interpretados numa perspectiva positivista ou do materialismo histórico e dialético. A esse respeito, considera-se o estudo de Ribeiro e Lago (2000) que, fora do âmbito dos estudos de áreas sociais, abordam o espaço social de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, com base, em grande parte, nos indicadores de renda, instrução e ocupação, definindo a posição social.

Indicações para se pensar a teoria das áreas sociais

Ao se pensar sobre a teoria das áreas sociais incorpora-se as sugestões de McElrath (1962) a respeito das bases de diferenciação do espaço social da cidade, a industrialização e a urbanização. A primeira gera duas dimensões ou fatores, *status* socioeconômico ou posição social e *status* familiar, enquanto a segunda outras duas dimensões, *status* do migrante e *status* étnico. Admite-se, de acordo com Timms (1971), que os indicadores de cada uma dessas dimensões não são necessariamente independentes entre si. Admite-se ainda, com base em estudos empíricos realizados, que não há uma necessária sequência de um tipo mais primitivo para outro mais evoluído, quer dizer, a tese do “aumento da escala da sociedade” é vista como apenas uma possibilidade, já que mudanças na sociedade podem gerar diversas configurações sociais e espaciais.

Vejam, então, as indicações relativas aos indicadores de cada uma das dimensões de diferenciação socioespacial.

i – *status* socioeconômico – Esta dimensão tem sempre emergido nos estudos realizados, apresentando um grande peso relativo entre as dimensões que emergem. Os indicadores que em princípio constituem esta dimensão são os mesmos apontados por Shevky e Bell (1974), ocupação, instrução e renda, acrescentando-se a natureza da habitação, em virtude do fato do acesso a ela ser problemático no contexto brasileiro. Nesse caso, entre as possíveis variáveis que compõem a natureza da habitação, aquelas que permitem identificar o seu caráter precário ou não, o número de cômodos, a infraestrutura disponível e o preço do imóvel ou do aluguel.

ii – *status* familiar – Os indicadores que usualmente compõem esta dimensão têm, em relação às cidades não ocidentais, apresentado uma associação com os indicadores de *status* socioeconômico. Esse é um ponto em aberto ao se considerar as cidades brasileiras. A fertilidade e o número de mulheres na força de trabalho são indicadores comuns em Shevky e Bell (1974) e em McElrath (1962). Acrescentaríamos, como outros o fizeram, variáveis associadas ao estágio do ciclo de vida e o número de mulheres como chefe de família, que pode revelar aspectos significativos sobre as áreas sociais das cidades brasileiras.

iii – *status* do migrante – Como sugerido por McElrath (1962) a origem do migrante constitui-se em indicador fundamental. Acrescentamos o tempo de permanência no local, capaz de indicar a atratividade antiga ou recente das diversas áreas da cidade.

iv – *status* étnico – É importante no caso brasileiro considerar a população negra, ainda que isto implique em dificuldades de definição.

Sugere-se, adicionalmente, que sejam considerados indicadores relativos à religião, focalizando particularmente no grupo religioso denominado evangélico, dada sua difusão na sociedade brasileira. Na interpretação das áreas sociais sugere-se que o espaço físico seja considerado, indicando-se os maciços, colinas, planícies, vales encaixados, lagoas, praias, áreas embrejadas etc., que desempenham papel crucial na configuração espacial das áreas sociais.

A seleção de cidades

Visando o conhecimento sistemático da ecologia fatorial da cidade brasileira sugere-se que na seleção de centros urbanos sejam considerados os seguintes critérios, tamanho, crescimento, funções, antiguidade e o espaço físico. Esses critérios devem possibilitar que uma rica tipologia de cidades segundo o conceito de áreas sociais possa ser identificada, evidenciando a diversidade do processo de configuração socioespacial das cidades brasileiras.

○ tamanho da cidade constitui-se em uma primeira distinção a ser feita, com base na tese de que maior a cidade em termos demográficos, maior a sua heterogeneidade social, resultante da ação mais intensiva das forças de estruturação social apontadas por Harvey (1975) ou de formação de classes sociais e suas frações, segundo argumentam Harris (1984) e Katznelson (1992). O tamanho da cidade interfere também nas atividades econômicas, afetando a sua estrutura ocupacional. A esse respeito a literatura geográfica evidencia a relação entre o aumento da população total da cidade e o aumento das atividades não básicas, isto é, voltadas para a própria população da cidade: a esse respeito consulte-se Corrêa (1989a) em sua breve discussão sobre classificação funcional de cidades.

Sugere-se que na seleção de cidades segundo o tamanho sejam consideradas as seguintes classes de tamanho: 20.000-49.999; 50.000-99.999; 100.000-249.999; 250.000-499.999; 500.000-999.999; e de um milhão e mais habitantes. São Paulo e Rio de Janeiro constituem situações específicas e devem ser consideradas, cada uma, como uma classe; a comparação entre elas é relevante e pode revelar aspectos cruciais para a questão. Sugere-se que sejam selecionadas, quando for o caso, áreas metropolitanas e aglomerações urbanas, entendidas como unidades funcionais, de efetiva formação de classes sociais e seu espraiamento.

As cidades com menos de 20.000 habitantes estão, em princípio, excluídas, porque apresentam uma diferenciação socioespacial menos complexa, especialmente à medida em que o tamanho demográfico diminui. É interessante, por outro lado, estabelecer comparações entre cidades de tamanhos distintos. Nesse caso, em vez da tese do “aumento da escala social”, admite-se o possível efeito do “aumento da escala dimensional”. Questiona-se assim, se as áreas sociais de cidades com 75.000, 250.000 e 800.000 habitantes, por exemplo, são influenciadas pelo tamanho demográfico.

○ crescimento urbano, medido pelo aumento relativo da população urbana no último ou últimos períodos intercensitários, deve ser também considerado. Contudo, esse crescimento deve ser ponderado segundo as classes de tamanho das cidades, pois 20% de aumento populacional tem efeitos diferentes em cidades de um milhão de habitantes e em cidades com 50.000 habitantes. A importância do crescimento na seleção de cidades incide no fato de que um grande crescimento em um curto período de tempo está, via de regra, associado às migrações, que têm o papel de alterar a composição das classes sociais, suscitar novas demandas habitacionais, criar novos espaços residenciais e, por meio do processo de invasão-sucessão, reconfigurar as antigas áreas sociais. A expansão de favelas, da autoconstrução e de conjuntos habitacionais que, em muitos casos expressam um crescimento demográfico acelerado, exemplificam os possíveis efeitos em termos de áreas sociais.

○ crescimento demográfico rápido é significativo quando são consideradas aquelas cidades que, com menos de 20.000 habitantes segundo o censo anterior, ultrapassam muito os 50.000 habitantes. Nesses casos, em cidades em área de fronteira de ocupação, os processos de formação de classes e de áreas sociais são simultâneos, revelando os meios pelos quais configura-se o espaço urbano.

A estrutura social do espaço urbano está intimamente associada às funções desempenhadas pela cidade. Regulam elas, em grande medida, o número de administradores de alto escalão, engenheiros, militares, grandes proprietários rurais absenteístas, operários, qualificados

ou não, burocratas de nível médio, empregados no comércio etc. Também os desempregados e aqueles vinculados ao setor informal, em algum grau dependem das funções urbanas, por exemplo, das crises pelas quais elas passam. A ocupação, um índice fundamental na definição da situação socioeconômica, advém diretamente das funções urbanas, o mesmo se podendo dizer dos indicadores relativos à instrução e à renda. Os indicadores mulheres na força de trabalho e fertilidade, que compõem o fator situação familiar, também estão associados às funções urbanas. Os aposentados, por outro lado, devem também ser considerados em virtude da renda que aportam à cidade, especialmente às cidades de menor tamanho.

Sugere-se, então, que sejam consideradas cidades caracterizadas por diferentes combinações de funções, desde aquelas plenamente multifuncionais àquelas caracterizadas por poucas funções urbanas. Pensa-se em cidades fortemente industrializadas, cidades definidas como típicos lugares centrais, cidades dotadas da função de capital político-administrativa e cidades que, em grande parte, vivem da drenagem da renda fundiária.

Como aponta Firey (1974), a força de inércia das formas espaciais, muitas vezes pelo valor simbólico a elas atribuído, pode dar às cidades antigas um elemento diferenciador em relação àquelas que surgiram em um passado recente. A questão que se coloca é se a antiguidade, efetivamente, interfere na cristalização de áreas sociais criadas no passado. Ao contrário, pode se colocar ainda se em cidades novas certos processos locais, que originaram a denominada zona periférica do centro ou “zone in transition” de Burgess, estiveram ausentes, resultando em outra configuração socioespacial. Em um país como o Brasil é possível se pensar no papel da permanência de formas espaciais herdadas do passado, que desempenham um papel significativo na configuração espacial de suas cidades. À guisa de possíveis exemplos pensa-se em Salvador e Recife, de um lado, e Belo Horizonte e Goiânia, de outro, metrópoles regionais criadas em tempos distintos.

As cidades não estão situadas em planícies isotrópicas, homogêneas. Ao contrário, estendem-se sobre várias configurações geológico-geomorfológicas, apresentando e criando ainda microclimas distintos. Podem ainda ser cortadas por rios ou estarem à beira de um lago ou do mar. Os diferenciais que a natureza criou apresentam valores também diferenciados segundo os diversos contextos socioculturais. A apropriação da natureza, de um lado, é socialmente seletiva e, de modo geral, e em cada momento, os locais considerados como os melhores pelos grupos de alto *status*, são por eles apropriados. Esta apropriação, por outro lado, contribui para confirmar o *status* elevado daqueles que assim o fizeram.

Sugere-se que na seleção de cidades brasileiras leve-se em consideração as características diferenciadoras do espaço físico, pois estas interferem nos padrões espaciais das áreas sociais. Questiona-se sobre possíveis diferenças entre cidades litorâneas, com amenidades socialmente concebidas, e cidades do interior, sem praia. Questiona-se ainda sobre possíveis diferenças entre as cidades que se espraiam sobre monótonos chapadões e aquelas cujas topografias são marcadas por inúmeras colinas, cristas e maciços, ou localizadas ao longo de vales estreitos.

A partir desses critérios de seleção de cidades viabiliza-se a construção sistemática de uma tipologia de áreas sociais para as cidades brasileiras. À guisa de sugestão indica-se um conjunto de cidades de acordo com cada um dos cinco critérios acima indicados. Cada critério, isolado ou combinadamente, pode servir de base para a seleção de cidades.

- i – tamanho – Curitiba, Belém, Vitória, Campo Grande, Londrina, Uberlândia, Marília, Passo Fundo e Mossoró;
- ii – crescimento – cidades da fronteira de ocupação ou modernização, como Alta Floresta e Barreiras, e cidades com crescimento demográfico pequeno;
- iii – função – Joinville, Paranaguá, Feira de Santana, Alegrete e Aracaju;
- iv – antiguidade – Salvador, São Luís, Goiânia, Bauru e Sinop;
- v – espaço físico – Maringá, Petrópolis, Natal, Campos e Blumenau.

Considerações finais

Por um lado, este texto procurou resgatar os estudos sobre áreas sociais, demonstrando os antecedentes, as formulações iniciais e a operacionalização, exemplos selecionados, as críticas e generalizações e novas proposições e, finalmente, algumas perspectivas. De outro, também se insistiu na importância desse tema para compreender o espaço urbano como o lugar da existência e da reprodução da grande maioria da população.

Os seguintes pontos sumariam nossa interpretação sobre as áreas sociais:

i – Apesar de suas origens, calcadas em bases teóricas criticáveis e largamente abandonadas, as áreas sociais constituem, já em sua primeira versão, áreas naturais, o resultado da percepção desigual do espaço urbano, sendo merecedoras de atenção. Resgata-se o tema e não a interpretação original.

ii – É possível perceber, como Timms (1971) já concebera, uma diversidade de modelos que descrevam a variedade de configurações socioespaciais nas diferentes sociedades. Em vez de um modelo visto como universal, vários modelos particulares descrevem melhor a complexidade do mundo real. Por outro lado, essa variedade nos leva a ver na teoria do aumento da escala da sociedade apenas uma possibilidade. A proposição de McElrath (1962) é mais realista e não implica em uma visão teleológica.

iii – O Brasil constitui-se em um rico laboratório para estudos de áreas sociais, tendo sido propostos alguns pontos para realizar estudos sistemáticos sobre o tema em pauta, cuja importância ainda não foi nitidamente percebida por aqueles que estudam a sociedade em sua dimensão espacial e temporal.

Referências

- ABU-LUGHOD, J. Testing the Theory of Social Area Analysis: The Ecology of Cairo, Egypt. *American Sociological Review*, v. 34, n. 2, p. 198-212, 1969.
- ANDERSON, R.; EGELAND, J. Spatial Aspects of Social Area Analysis. In: SCHWIRIAN, K. P. *Comparative Urban Structure*. Lexington: D.C. Heath and Company, 1974.
- BÄHR, J.; MERTINS, G. Un modelo de la diferenciación socio-espacial de las metrópolis de América Latina. *Revista Geográfica*, n. 98, p. 23-29, 1983.
- BAILLY, A. S.; POLÈSE, M. Processus Urbains et Modelés Spatiaux: Ecologie Factorielle Comparée, Edmonton-Quebec. *The Canadian Geographer*, v. 21, n. 1, p. 59-80, 1977.

- BELL, W. Economic, Family and Ethnic Status: An Empirical Test. In: SCHWIRIAN, K. P. *Comparative Urban Structure*. Lexington: D.C. Heath and Company, 1974.
- BERRY, B. J. L. Introduction: The Logic and Limitations of Comparative Factorial Ecology. *Economic Geography*, v. 47, n. 2, p. 209-219, 1971.
- BROWETT, J. On the Necessity and Inevitability of Uneven Spatial Development Under Capitalism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 8, n. 2, p. 155-175, 1984.
- BULMER, M. *The Chicago School of Sociology: Institutionalization, Diversity and the Rise of Sociological Research*. Chicago: The University of Chicago, 1984.
- CAPEL, H. *Filosofia y ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CASTELLS, M. *Problemas de investigación en sociología urbana*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1971.
- CORRÊA, R. L.; FREDRICH, O. B. L. *As áreas sociais de San José, Costa Rica: apontamentos*. Inédito
- CORRÊA, R. L. O espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E; CORRÊA, R. L; GOMES, P. C. C. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 115-121, 1992.
- _____. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989a.
- _____. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989b.
- _____. Processos espaciais e a cidade. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 100-110, 1979.
- DUNCAN, J.; DUNCAN, N. Sense of Place as a Positional Good-Locating Bedford in Space and Time. In: ADAMS, P. C.; HOELSCHER, S.; TILL, K. E. *Textures of Place: Exploring Humanistic Geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.
- _____. A Cultural Analysis of Urban Residential Landscape in North America: the case of Anglophile Elite. In: AGNEW, J.; MERCER, J.; SOPHER, D. *The City in Cultural Context*. Winchester: Allen & Unwin, 1984.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Porto: Apontamentos, 1975.
- ENTRIKIN, J. N. Robert Park's Human Ecology and Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 70, n. 1, p. 43-58, 1980.
- FIREY, W. Sentimiento y simbolismo como variables ecológicas. In: THEODORSON, G. A. (Org.). *Estudios de Ecología Humana*. Barcelona: Labor, 1974.

- HARRIS, R. Residential Segregation and Class Formation in the Capitalist City: a Review and Directions for Research. *Progress in Human Geography*, v. 8, n. 1, p. 26-48, 1984.
- HARVEY, D. Class Structure in a Capitalist Society and the Theory of Residential Differentiation. In: PEEL, R.; CHISHOLM, M.; HAGGETT, P. *Processes in Physical and Human Geography*. Londres: Heinemann, 1975.
- _____. *Social Justice and the City*. Londres: Edward Arnold, 1973.
- HAWLEY, A. M.; DUNCAN, O. D. Social Area Analysis: A Critical Appraisal. *Land Economics*, v. 33, n. 4, p. 337-345, 1957.
- HOYT, H. The Pattern of Movement of Residential Rental Neighborhood. In: MAYER, H. M.; KOHN, C. F. *Readings in Urban Geography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- JACKSON, P.; SMITH, S. *Exploring Social Geography*. Londres: Allen & Unwin, 1984.
- JOHNSTON, R. J. Some Limitations of Factorial Ecology and Social Area Analysis. *Economic Geography*, v. 47, n. 2, p. 314-323, 1971.
- KATZNELSON, I. *Marxism and the City*. Oxford: Clarendon, 1992.
- LEFÉBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- _____. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976.
- MARCUSE, P. The Enclave, the Citadel and the Ghetto. What Has Changed in the Post-Fordist U. S. City. *Urban Affairs Review*, v. 33, n. 2, p. 228-264, 1997.
- MORRIS, F. B.; PYLE, G. F. The Social Environment of Rio de Janeiro in 1960. *Economic Geography*, v. 47, n. 2, p. 286-299, 1971. Supplement.
- MURDIE, R. *The Factorial Ecology of Metropolitan Toronto – 1951-1961: An Essay of the Social Geography of the City*. University of Chicago, Department of Geography, Research Paper, 116, 1969.
- PARK, R. E. A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral. In: PIERSON, D. (Org.). *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Martins, 1970.
- _____. Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- REES, P. H. Factorial Ecology: An Extended Definition, Survey and Critique of the Field. *Economic Geography*, v. 47, n. 2, p. 220-233, 1971.
- RIBEIRO, L. C.; LAGO, L. C. Q. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, n. 3, p. 111-129, out. 2000.
- SCHMID, C.; MACCANNELL, E.; VAN ARSDOL JR., M. Ecología de la ciudad americana: nuevas comparaciones y valorización de generalizaciones. In: THEODORSON, G. A. (Org.). *Estudios de Ecología Humana*. Barcelona: Labor, 1974.

- SHEVKY, E.; BELL, W. Análisis de área social. In: THEODORSON, G. A. (Org.). *Estudios de Ecología Humana*. Barcelona: Labor, 1974.
- SHEVKY, E.; WILLIAMS, M. *The Social Areas of Los Angeles: Analysis and Typology*. Berkeley/Los Angeles: University of California, 1949.
- SHORT, J. Social Systems and Spatial Patterns. *Antipode*, 8(1), p. 77-83, 1976.
- SJOBORG, G. *The Pre-Industrial City: Past and Present*. New York: The Free Press, 1960.
- SOUZA, M. L. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SWEETSER, F. Factorial Ecology of Helsinki, 1960. In: SCHWIRIAN, K. P. (Org.). *Comparative Urban Structure*. Lexington: D.C. Heath and Company, 1974.
- TIMMS, D. W. *The Urban Mosaic: Toward a Theory of Residential Differentiation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- UDRY, J. R. Increasing Scale and Spatial Differentiation: New Tests of Two Theories from Shevky and Bell. *Social Forces*, v 42, n. 4, p. 403-413, 1964.
- VAN ARSDOL JR.; CAMILLERI, S. F.; SCHMID, C. F. La generalidad de los índices del área social urbana. In: THEODORSON, G. A. (Org.). *Estudios de Ecología Humana*. Barcelona: Labor, 1974.
- VILLAÇA, F. *O espaço intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- WILLIAMS, R. Culture is Ordinary. In: GRAY, A.; MCGUIGAN, J. *Studying Culture: An Introductory Reader*. Londres: Arnold, 1997.
- YUJNOVSKY, O. *La estructura interna de la ciudad: el caso latinoamericano*. Buenos Aires: Siap, 1971.
- ZORBAUGH, H. W. Áreas naturais. In: PIERSON, D. (Org.). *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo: Martins S.A., 1970.

O circuito rap *indé* em Paris: dinâmicas socioterritoriais e mensagem ultramar

Cristiano Nunes Alves
USP

p. 34-51

Como citar:

ALVES, C. N. O circuito rap *indé* em Paris: dinâmicas socioterritoriais e mensagem ultramar. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 1, p. 34-51, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/97502>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.97502>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

○ circuito rap *indé* em Paris: dinâmicas socioterritoriais e mensagem ultramar

Resumo

Este artigo discute o circuito de rap independente em Paris, o chamado “rap *indé*”, produção musical da cultura *hip-hop* constituída por materialidades e fluxos dinamizados por agentes cujas raízes estão em territórios ultramarinos. Por meio de um levantamento documental e bibliográfico e de uma série de entrevistas e visitas técnicas, problematiza-se a relação do *hip-hop* com o lugar e se analisa o rap *indé* a partir da teoria dos circuitos da economia urbana nos países do Terceiro Mundo. Observa-se que o circuito *indé*, fortalecido na Île-de-France, sobretudo desde meados dos anos 1990, mobiliza toda a região, tendo em Clignancourt um importante lugar de encontro e articulação. Produz-se em estúdios e selos de menor porte, caracterizando-se ainda por pequenas espessuras ligadas aos eventos musicais, e tem divulgação e comercialização alternativas aos grandes circuitos da economia. O estudo busca alternativas para analisar as dinâmicas socioterritoriais na cidade contemporânea a partir da música.

Palavras-chave: Rap *indé*. Paris. Dinâmicas socioterritoriais. Circuitos da economia urbana. Lugar.

The indie rap circuit in Paris: socio-territorial dynamics and oversea message

Abstract

We investigate the independent rap circuit in Paris, called the “*indé rap*” music production of hip-hop culture, consisting of materiality and flows dynamized by agents whose roots are in overseas territories. Drawing on a documentary and literature, and a series of interviews and visits, discusses to hip-hop relationship with the place, and proposes an analysis of *indé rap* from the theory of the circuits of the urban economy in third world countries. It is observed that the *indé* circuit, strengthened in the Île-de-France, especially since the mid-1990s, mobilizes the entire region, having in Clignancourt, important meeting place and networking. Its production occurs in studios and small labels, characterized by small thicknesses still linked to musical events, and dissemination and

marketing alternatives to large circuits of the economy. This is a study seeking alternatives to think about the ways of analyzing, from the music, the socio-territorial dynamics in the contemporary city.

Keywords: ‘Indie’ rap. Paris. Socio-territorial Dynamics. Urban Economics Circuits. Place.

Introdução

Manifestação artística essencialmente urbana, o rap, gênero musical da cultura *hip-hop*,¹ chamada ainda de cultura das ruas, revela-se atualmente uma importante expressão de agentes segregados em todo o mundo. Considerada a música da persuasão e da tomada de consciência, o rap compõe-se de narrativas fundadas sobre rimas faladas, em geral, evocando a luta as populações periféricas citadinas. Os *rappers* se organizam para desenvolver sua arte a partir (1) dos grupos, constituídos pelo MC (mestre de cerimônias), e pelo DJ (Disc Jôquei), responsáveis, respectivamente, pelo canto e pela parte instrumental do rap e (2) das famílias, espécies de cooperativas reunindo certo número de grupos.

Na França o rap se espalha desde os anos 1980, sobretudo em metrópoles como Paris e Marselha, abrigo das produções pioneiras de Sidney, Dee Nasty, Assassin, IAM, entre outros (Puma, 1997; Guibert; Parent, 2004; Béru, 2009). Com o tempo, um vigoroso circuito de rap se adensa no hexágono (Grangeneuve, 2002; Hammou, 2008; Dubus, 2009; Guillard, 2012), tendo como especificidade em relação ao rap em outros países, sobretudo (1) um movimento dado basicamente por agentes de ascendência imigrante, oriundos de territórios ultramarinos e ex-colônias francesas (2) a combinação entre a modernidade intrínseca a produção do rap e as tradições do islã, religião praticada pela maior parte de seus militantes.

Fortalecido em Paris, notadamente desde meados dos anos 1990, hoje, o circuito rap se tornou importante variável do espaço geográfico, um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações, criado pelo uso do território (Santos, 1997). Busca-se aqui analisar a espessura do circuito rap “independente” em Paris, o rap *indé*, assim denominado por seus agentes, dinamizado a revelia das grandes multinacionais do disco, entende-se, fecunda entrada para a reflexão sobre as dinâmicas socioterritoriais na cidade vista como mercado a partir da produção musical.

Em seu movimento, o circuito rap conforma e apropria-se de um sistema material, constituído por estúdios fonográficos, casas de *shows*, emissoras de rádio, lojas de discos e de artigos *hip-hop* em geral etc., além de mobilizar inúmeros objetos técnicos, desde equipamentos de produção fonográfica até cartazes de divulgação. Indissociado desse sistema material configura-se um sistema de ações, que compreende situações de encontro, constitutivas das associações e dos conflitos inerentes aos eventos musicais de rap, sessões de ensaio e gravação, oficinas e demais articulações, bem como todo o fluxo de informações do circuito rap, acionado por seus agentes, em músicas, palavras, atitudes, rimas e questionamentos.

¹ Além do rap, a cultura *hip-hop* é composta pelo *break* (expressão corpórea) e pelo grafite (expressão visual). O *break* é um tipo de dança que se mistura a golpes de artes marciais, uma alternativa à luta entre gangues, que foram substituídas por combates de dança: as batalhas. Por sua vez, o grafite é um estilo de pintura presente nas mais diversas cidades, feito em muros, viadutos, vagões de trens, entre outros. Sua manifestação representa uma invasão simbólica dos agentes segregados que, por meio de imagens, transmitem suas mensagens para a urbe.

Para o desenvolvimento da pesquisa, além do levantamento bibliográfico e documental sobre a temática, em livros, material cartográfico, artigos científicos, cartazes, discos, videocliques, entre outros, foram fundamentais as informações primárias, obtidas em uma série de trabalhos de campo realizados em Paris e em cerca de oitenta comunas da região d'Île-de-France ao longo de 2012, durante estágio doutoral no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), de Université Paris III.

Trata-se de informações primárias resultantes de visitas técnicas a locais conformados e/ou apropriados pelo circuito rap *indé*: estúdios fonográficos, órgãos do poder público, selos (pequenas gravadoras), lojas de discos, emissoras de rádios, casas de *shows*, entre outros e 23 entrevistas semiestruturadas, espécie de diálogos, junto a uma série de agentes ligados ao rap - *rappers*, produtores, articuladores, entre outros - abrigados em Paris e em doze comunas da região de Paris.²

Estrutura-se o presente artigo da seguinte maneira: primeiramente apresenta-se a problematização do tema, momento no qual se aborda a cultura *hip-hop* em sua ligação com o lugar, aventando-se a possibilidade de exame do rap *indé* a partir da reflexão sobre os circuitos da economia urbana nos países do Terceiro Mundo (Santos, 1979), uma vez tratando-se de uma produção movimentada por agentes ultramarinos.

Num segundo momento, oferece-se ao leitor a dinâmica em torno do lugar de encontro de grande parte dos agentes do circuito rap *indé* em Paris: Clignancourt, na saída norte da cidade. Em seguida, apresenta-se um panorama da produção fonográfica do circuito rap *indé*, enfocando-se os estúdios e selos acionados nesse sentido. Por fim, desenvolve-se o tema da circulação de informações no circuito *indé*, ocasião na qual se põe em relevo os eventos musicais, a difusão e a comercialização do rap na região de Paris.

O presente estudo faz parte de uma problemática mais ampla que temos desenvolvido, debruçando-nos sobre os circuitos musicais nas metrópoles brasileiras de Campinas e Recife. Com a proposta de analisar a repartição e a difusão das atividades sonoras e musicais no território, destaca-se, entre outros, os trabalhos de Gironcourt (1927), Carney (1974, 1990), Lévy (1999), Romagnan (2000), Claire (2006), Raibaud (2006) e Bettinelli (2007). Tais obras têm composto uma importante base analítica na busca pela compreensão da cidade atual a partir dos circuitos musicais.

Em busca de uma problemática para o circuito rap *indé*: do lugar à análise dos circuitos da economia urbana no Terceiro Mundo

Abordando-se por meio do circuito³ rap *indé*, a um só tempo a música e a dinâmica do território a partir da noção de circuito, busca-se melhor compreender a situação concreta resultante do processo de espacialização de normas, materialidades, ações e formas, que a partir dos usos mediados pela técnica, configuram o espaço geográfico e os seus lugares em Paris.

2 As informações decorrentes de entrevistas encontram-se ao longo do texto acompanhadas de um asterisco, indicando pesquisa em fontes primárias.

3 A noção de circuito espacial (Santos; Silveira, 2001) explica como se dinamizam as etapas da produção no espaço geográfico. Lançamos mão dessa ferramenta teórica para entender como funcionam as variáveis da produção musical e fonográfica e quais são suas repercussões espaciais: público, situação do encontro, serviços fonográficos, publicidade envolvida, formas alternativas de divulgação, custos etc.

Santos (2006, p. 6) define o lugar como “o teatro das paixões humanas”, esfera da proximidade e da contiguidade: abrigo de ações pautadas na rigidez, mas também constituídas de um conhecimento indisciplinado, comunicante, prenhe de espontaneidade e criatividade.

Uma das características essenciais da cultura *hip-hop*, atualmente uma linguagem mundializada, é sua relação com o lugar (Andrade, 1996; Keyes, 1996; Calogirou, 1996; Alves, 2005; Rérat, 2006; Gomes, 2012), esse espaço de “síntese” e “coabitação” (Moreira, 2007) consistindo, “em essência, num conceito do que é específico” (Hartshorne, 1978, p. 167).

Ao mesmo tempo a chamada “cultura das ruas” guarda um intenso caráter transterritorial amoldável a realidade dos mais diversos lugares do globo que lhe servem de abrigo (Alves, 2005; Gomes, 2012; Guillard, 2012), sinalizando para a associação e o conflito entre demandas culturais lugarizadas e mundializadas, dinamizadas por seus sujeitos políticos e por agentes da indústria cultural e demais poderes hegemônicos.

Por meio do circuito rap *indé*, particularmente questionador, alicerçado em ações cotidianas, observam-se manifestações da aspiração por um mundo diferente, menos desigual. Revelar-se-ia assim, a densidade comunicacional, mais radicada no lugar, no cotidiano, no saber e na produção de informações ascendentes (Santos, 1997, 2006), um elemento de transformação, pois portador de “interesses comuns que podem conduzir a uma consciência política” (Santos; Silveira, 2001, p. 101).

Ora, afirma-se entre os *rappeurs indés* que na França “são os filhos da África que fazem o rap”, pois são eles os que têm algo a reivindicar, já que submetidos ao racismo e a discriminação de uma sociedade dividida. Daí apurar-se que, nesse circuito rap, agitado por agentes de origem ultramarina, grande parte jovens (Hammou, 2008) e moradores dos *banlieues sensibles* (Stébé, 1999; Giblin, 2009), predomina uma produção musical de cunho político, difundindo veemente a oposição ao Estado que, entre outros, tem combatido e censurado determinados grupos de rap, acusados de incitação à revolta.

Nessa via, os *rappeurs indés* abordam de modo recorrente fatos como o massacre de argelinos em Paris, perpetrado pelo governo francês em 17 de outubro de 1961; pelo que se observou, evento pouco discutido na sociedade francesa. Reconhecido pelo governo francês apenas em 2012, o massacre, ocasião em que dezenas de pessoas foram sumariamente executadas em virtude de uma manifestação pacífica pela independência da Argélia, auxilia no entendimento da fala de Zahef (Villiers-Le-Bel), *rapper* de ascendência argelina, traço do sentimento de boa parte dos agentes ultramarinos com relação ao Estado francês:

Nasci aqui na França, mas eu sou argelino, com certeza. Durante 100 anos, os franceses torturaram, estupraram e mataram nossos familiares... a maior parte das pessoas que estão aqui na sua frente não conhecem seus avós e hoje nós dizemos: foda-se a França, foda-se o governo.

Na mensagem do rap *indé*, defende-se o combate a agentes declaradamente racistas, como a Frente Nacional, partido francês de extrema direita; aborda-se igualmente temas, como os valores do islamismo, a vida nos *banlieues*, o pan-africanismo, a integração entre os povos do Terceiro Mundo, entre outros.

Antes de se dizerem franceses, os *rappeurs* ultramarinos⁴ nascidos no hexágono afirmam as suas raízes no Terceiro Mundo, referindo-se a si próprios partindo delas: “os *rappers* vão dizer sem hesitar que não são franceses ainda que nascidos aqui na França”, explica o *rapper* de origem haitiana Atwoone (Créteil).

O circuito *indé* tem no *rapper* o trabalhador cultural realizador de todas as etapas da produção, investindo em si próprio, responsável, entre outros, pela criação, apresentação, divulgação, distribuição e comercialização de fonogramas, videoclipes, vestimentas e demais artigos ligados ao rap.

Para dar conta dessa multiplicidade de tarefas, o *rapper*, deve constituir em torno de si, densas redes de cooperação, mantendo a articulação com diversos outros agentes ligados à temática, como explica o *rapper* de origem argelina Moha (Kremlim Bicêtre): “É necessário trabalhar... fazer a parte instrumental da música, se inspirar, escrever, ir ao estúdio gravar, mixar... Tem a masterização, a capa, a prensagem. Depois deve-se distribuir o disco, encontrar boas redes, boas conexões”.

Apurou-se que, malgrado a efervescente ação dos *rappers* parisienses “na verdade hoje pouca gente vive do rap”, fato destacado por Attila (Sevrans-Beaudottes), *rapper* de origem marroquina.

Os agentes ultramarinos do circuito rap *indé* entendem que o vínculo com uma grande empresa do disco significa a perda de autonomia, pois implica em compromissos com a indústria cultural, resultando, entre outros, na omissão de temas como o racismo ou a segregação urbana, configurando-se uma censura velada. Daí a crítica a artistas e grupos de rap franceses, tais quais Booba e Sexion d’Assaut, outrora tidos como militantes ultramarinos e agora considerados sem vitalidade em suas músicas, pois contratados por grandes gravadoras.

Dar-se-ia nesse contexto, o enfraquecimento da mensagem e da veracidade inerentes ao rap, gênero de canção pautado na narrativa do cotidiano, versando sobre aspectos inerentes ao espaço banal, o espaço de todos os agentes (Santos, 1997): “o rap é a nossa arma” afirmam os *rappers* do Selo/Família Rott Chil (Sevrans-Beaudottes) e, na mesma linha lembram os *rappers* do Selo Truand La Galère (Clignancourt): “Dizemos o que a gente quiser na música”. Quase a totalidade dos *rappers* que compuseram o campo de informação primária em Paris, afiançou ser a independência uma postura opcional: “Nosso objetivo não é assinar com uma gravadora” relata um dos gerentes do Selo Ghetto Fabulous Gang (Clignancourt).

Caracterizado pela pulverização de objetos e ações por todo o *banlieue* parisiense, o circuito *indé* se constitui por incontáveis grupos e artistas de rap. Indício dessa vultosa espessura, averiguou-se em Fontenay Sur Bois, uma comuna de médio porte, a existência de cerca de 15 grupos de rap *indé* e dois estúdios fonográficos mais ligados a música da cultura *hip-hop*.

O circuito *indé* é marcado ainda, pela pouca ou nenhuma relação com o circuito rap das grandes gravadoras: “Não tem nada a ver, são dois mundos paralelos” sentencia o agente do circuito rap Nans (Yvelines). Além de cindidos, esses dois circuitos – o circuito rap *indé* e o

4 Por sua vez, Zobda-Zebina (2009, p. 52) sugere a denominação EuroBlacks para os filhos da segunda geração de migrantes que dinamizam o rap na França hexagonal.

circuito ligado às grandes gravadoras –, ao que tudo indica, dinamizam distintas espessuras: ao passo que é praticamente impossível apurar se o número de grupos *indé* abrigados na Île-de-France pode-se auferir a existência de aproximadamente uma dezena de grupos com gravadora na região.

Entre outros, o papel central do trabalho do agente ultramarino, a organização primitiva e personalizada, e a defesa de um discurso ascendente, demonstram o apreciável paralelismo e autonomia íntimos a dinâmica do circuito *indé*. Tais aspectos, tratados sob o prisma da economia política da cidade, conduzem a seguinte indagação: uma vez movimentado por agentes de origem ultramarina, em que medida o circuito *indé* poderia tornar Paris abrigo de práticas e materialidades, características do multifacetado Terceiro Mundo? Não se trata de uma simples transposição de práticas e materialidades do “sul do mundo” para um país “desenvolvido”, mas sim parte de um processo de hibridização, corolário do período em curso.

Considerando essa possibilidade, evoca-se a proposta de abordar os circuitos da economia urbana no Terceiro Mundo segundo Santos (1979). O autor destaca que desde meados dos anos 1970 a informação e o consumo, duas variáveis elaboradas no centro do sistema mundo (Brunet; Dollfus, 1990) difundem-se nos países do Terceiro Mundo. Nessa reflexão, a dinâmica da urbe pautar-se-ia no movimento conjunto de circuitos superiores e inferiores da economia, ambos decorrentes de um incompleto processo de modernizações tecnológicas, sendo variáveis analíticas essenciais, o capital, a tecnologia e a organização envolvidos.

O circuito superior teria como características o uso de um “capital intensivo” (Santos, 1979, p. 43), grandes volumes de mercadorias, ampla utilização de publicidade, se constituindo basicamente por bancos, comércios, serviços e indústrias modernas. Por sua vez, o circuito inferior, desdobramento indireto do processo de modernização territorial, pautar-se-ia no trabalho intensivo e lugarizado, no destacado potencial criativo, no trabalho com reduzidas quantidades, pouca ou nenhuma publicidade, áreas contínuas de influência e serviços de pequena dimensão (Santos, 1979; Silveira, 2011).

Ainda que em sua proposta original a teoria dos circuitos da economia faça vir à tona a necessidade de se analisar a dinâmica socioterritorial do Terceiro Mundo; na afirmação de Santos (1979, p. 20), sobre a urgência de “saber se o comportamento do espaço é o mesmo em países desenvolvidos e em países subdesenvolvidos” repousa o interesse em verificar a existência de um circuito inferior da economia nos países do primeiro mundo no período atual.

Santos (1979, p. 72) a esse respeito, indaga-se sobre a possibilidade de “comparar as populações deserdadas das cidades dos países subdesenvolvidos com as massas pobres dos países desenvolvidos”. O autor supracitado destaca alguns aspectos que fazem com que ele conclua que “mesmo se uma ou outra das características do circuito inferior pode ser reconhecida nas cidades dos países desenvolvidos, isso não é suficiente para se estabelecer uma comparação válida” (Santos, 1979, p. 74).

Propõe-se retomar os aspectos os quais Santos (1979) ressalta para balizar seu argumento, averiguando quais dessas feições ainda hoje permanecem em curso no centro do sistema mundo.

Nesse sentido, o primeiro e basilar aspecto enfatizado por Santos (1979, p. 72) é o relativo pequeno número de pobres urbanos nos “nos países industriais”. Ao que parece em tempos recentes a crise do capitalismo se espalhou atingindo com pujança alguns países do centro do sistema mundo, sendo este o caso francês. Dados do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos da França (Insee) para o ano de 2012 indicavam que a pobreza no país atingia 13,9% da população, o que significa dizer que o hexágono abrigava cerca de 8,5 milhões de pessoas abaixo do limiar da pobreza. No mesmo ano, o Insee apontava 3,6 milhões de pessoas sobrevivendo em condições precárias de moradia ou sem-teto, estes eufemicamente chamados de “sem domicílio fixo (SDF)”.⁵

Outro ponto citado por Santos (1979) é a limitada mobilidade do gueto no primeiro mundo. Acredita-se que hoje esse aspecto em larga medida se dissipou na capital francesa, algo demonstrado pelo simples exame da paisagem da metrópole parisiense, abrigo de uma grande espessura de bens e serviços destinados às classes mais populares, localizados, sobretudo na zona norte da capital e de sua região, coincidindo com o lugar de residência da maior parte dos pobres urbanos.

Um terceiro aspecto, que no período atual parece aproximar os países do Primeiro e do Terceiro Mundo, é o fato de o Estado de bem-estar social ter encolhido naqueles, diminuindo a “pobreza com segurança” (Santos, 1979, p. 74). Nesse ponto em especial soma-se o fato de na França ter-se configurado uma legião de “cidadãos de segunda classe”, composta por coletivos como os ciganos, mas em sua maior parte pelos agentes ultramarinos, que entre outros, dinamizam o circuito rap *indé*.

Quais dos aspectos constituintes do circuito inferior da economia parecem desvelar-se por meio do exame da dinâmica do circuito rap *indé* de Paris? Tendo como fio condutor tal indagação, a seguir, procura-se, sistematizando a presente empiria, contribuir à discussão sobre os caminhos possíveis para a análise da cultura na cidade contemporânea, desigual e segregada.

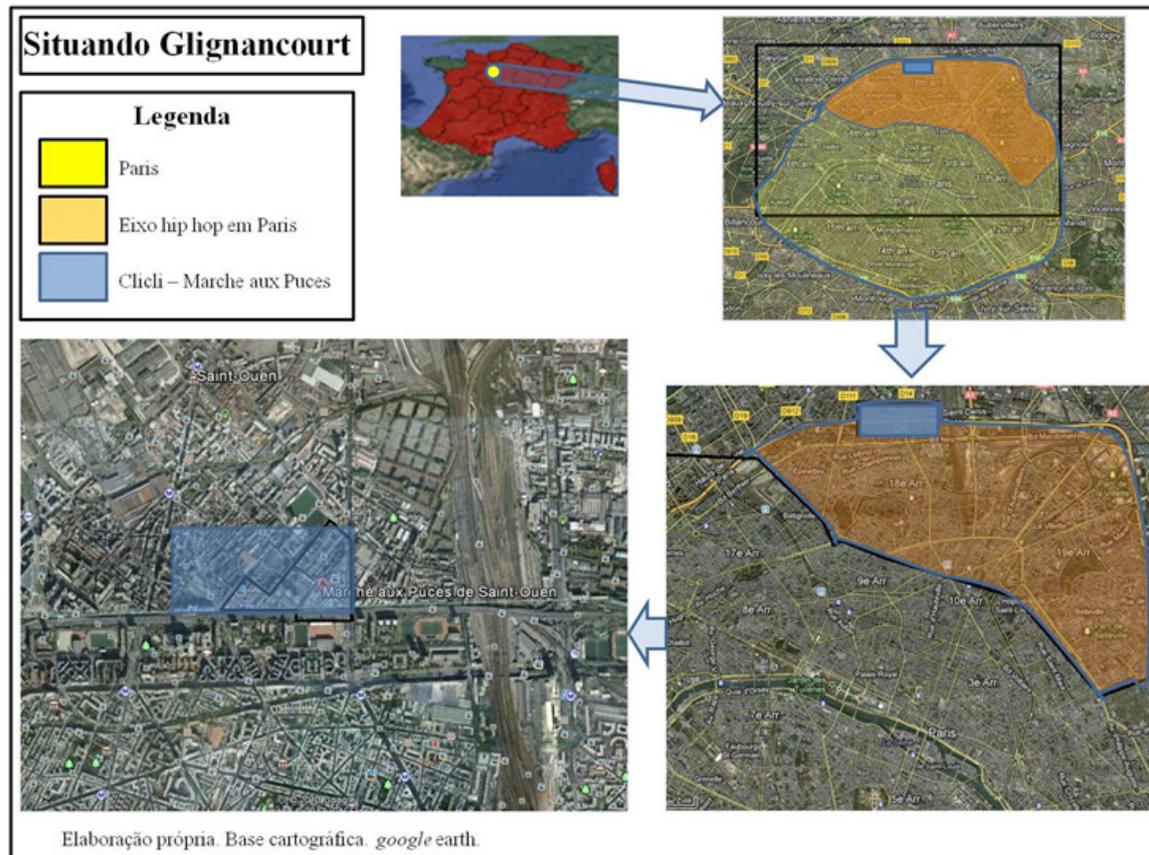
Em Clignancourt, o encontro e a articulação do circuito *indé*: cotidiano e círculos de cooperação no território

No norte da cidade de Paris observou-se, grosso modo, desde Clichy até Belleville um maior fluxo de franceses de ascendência migrante, em especial provenientes das ex-colônias francesas e dos atuais departamentos de ultramar, bem como os bens e serviços que atendem essa parcela da população (restaurantes, cabeleireiros, vendedores ambulantes, entre outros).

Identificou-se no Marche Aux Puces, em Clignancourt, Saint-Ouen ao norte da cidade de Paris, a existência de um lugar de encontro para os agentes do circuito rap *indé*. Em “Clicli”, como a área é chamada entre os *rappers*, a um só tempo, abriga-se um centro de comércio da produção fonográfica e de articulação do circuito rap *indé* (Figura 1, Fotos 1, 2 e 3).

⁵ Em um levantamento que fizemos em Paris em 2012 com o professor Lucas Manassi Panitz (Universidade Federal de Pelotas), pudemos atestar o alto número de sem-teto e moradores de aglomerados e habitações precárias, as chamadas *bidonvilles*, na região francilienne.

Figura 1 – Clignancourt - localização



Fotos 1, 2 e 3 – Clignancourt e o circuito rap *indé*



fonte: Cristiano Nunes Alves, mar. 2011.

ALVES, C. N.

O Marche-Aux-Puces funciona aos sábados, domingos e segundas-feiras, constituído por barracas ou lojas, onde, por preços populares, pode-se encontrar os mais variados artigos: desde relógios, bolsas, utensílios domésticos, celulares e demais produtos eletrônicos, até artigos ligados ao rap e ao *hip-hop*, tais quais discos, vestimentas (calças, camisetas, jaquetas ou bonés), DVD etc.

Pelas ruas ao lado do Marché pode-se ainda encontrar diversos utensílios usados, negociados via escambo, vendidos ou comprados: aparelhos de som, discos, rádios, painéis, peças de bicicleta, e inúmeros outros artigos, desinteressantes para a parcela abastada da população parisiense, todavia importantes para os ultramarinos e demais migrantes que por lá circulam. Tais características parecem aproximar-se da dinâmica do circuito inferior da economia nos países do Terceiro Mundo.

Destaca-se o caráter cosmopolita de Clicli, lugar dinamizado por agentes de que representam uma diversidade de culturas: “os cinco continentes estão lá” ressalta um dos *rappers* em atividade no Marche aux Puces. Ligados ou não ao circuito rap, atuam em Clicli comerciantes – boa parte deles franceses – de inúmeras ascendências: malinesa, haitiana, portuguesa, brasileira, marfinesa, camaronesa, guianesa, guadalupense, senegalesa, congoleza, marroquina, argelina, togolesa etc.

Clicli caracteriza-se por abrigar um vigoroso comércio de artigos ligados ao circuito rap *indé*, realizado pelos próprios *rappers* em mais de uma dezena de fixos, sejam lojas ou barracas, estas com aluguel diário no valor de 20 euros, pagos a prefeitura de Saint-Ouen. Como destaca, Mouhada, agente do circuito *indé*, para Clicli afluem “pequenos empresários oriundos das periferias da região”.

Nesse lugar de convergência de agentes periféricos, atuam além de uma série de *rappers* solo, duas famílias de *rappers*, cooperativas da área de produção e difusão do rap: a Ghetto Fabulous Gang, liderada pelo *rapper* senegalês Alpha 5.20, reunindo em sua maioria *rappers* descendentes da África Subsaariana e a família Truand la Galère, liderada pelos irmãos de origem argelina Morsay e, reunindo, grosso modo, *rappers* do Magreb, ambas as famílias trabalhando em conjunto.

Alpha 5.20, pioneiro no rap *indé* na região de Paris é tido como um exemplo para a maioria dos *rappers* do circuito: “Antes de Alpha não havia ninguém”, esclarece o *rapper* Zahef. Alpha, chamado de *le boss* (o chefe) pelos outros *rappers* iniciou sua carreira em 2001 e atualmente dirige três lojas em Clignancourt. Por sua vez, a Família Truand la Galère produz e comercializa o rap em Clicli desde 2002, atividade concentrada em uma loja, onde pode-se encontrar além de CD e DVD de rap *indé*, uma série de vestimentas, entre elas camisetas vendidas em média por 20 euros, com mensagens que vão desde o Pan-africanismo até o combate ao racismo.

Os agentes do circuito rap *indé*, sublinham que ambas estas famílias, tidas como referências, mostraram para a França que é possível obter sucesso financeiro com o rap, investindo no próprio trabalho, sem o apoio de uma gravadora. Além da cooperação entre as famílias observou-se uma cooperação destas, com os *rappers* que trabalham de modo autônomo nas barracas em Clicli: pulsantes círculos de cooperação se edificam.

Nessa via, os *rappers* explicam que Clignancourt, “é a vitrine” o lugar onde os *rappers* se encontram, e onde ocorre “o contato com os clientes” esclarece o *rapper* de origem senegalesa Orozco Raricim.

Faz-se necessário lembrar que malgrado a importância de Clignancourt no circuito *indé*, existem *rappers* que têm pouca ou nenhuma relação com as atividades ali desenvolvidas. Trata-se de um dos círculos de cooperação, o mais antigo e mais espesso, porém não o único no circuito rap *indé*.

A produção fonográfica no circuito *indé*: os estúdios e os selos especializados em rap

Os estúdios fonográficos ligados ao circuito rap *indé* se distribuem por toda a região de Paris,⁶ não tendo se observado concentração desses fixos numa determinada área: “em Paris existem estúdios de rap, mas agora existem muitos nas periferias também” atesta um dos produtores musicais entrevistados.

Conhecidos entre os *rappers* por meio dos nomes de seus produtores, os engenheiros de som, profissionais que na França em geral assumem uma função mais técnica que artística, tais estúdios, espalharam-se na Île-de-France sobretudo a partir do final dos anos 1990, revelam interlocutores pioneiros do circuito rap. Apurou-se que o custo por hora de gravação nos estúdios localizados nos *banlieues* gira em torno de 20 euros, ao passo que num estúdio de médio porte localizado em Paris o preço por hora de gravação varia entre 30 e 35 euros. Pode-se assim auferir uma média para a Île-de-France de 25 euros por hora de gravação (Tabela 1).

Tabela 1 – O circuito rap *indé* na região de Paris: produção fonográfica (custo e tempo de trabalho embutidos – média/2012)

etapa da produção \ custo e tempo	custo/hora (euros)	tempo/etapa (minutos)
gravação das letras	25	180
mixagem	25	150
masterização	80	60
total por fonograma (faixa)	130	390

fonte: Campo de informação primária.

Somando-se a gravação de vocais sobre uma base musical, procedimento elementar do rap às demais etapas constituintes do registro fonográfico (mixagem e masterização), verifica-se que cada fonograma envolve um custo de 130 euros e a mobilização de 6,5 horas de trabalho.

⁶ Segundo Calenge (2002), a Île-de-France concentra 38,1% dos estúdios de ensaio, 30,4% dos estúdios de gravação, localizados sobretudo na primeira coroa de Paris, “talvez porque eles demandem muito espaço e não se possam se situar no centro da cidade” [peut-être parce qu'ils demandent beaucoup d'espace et n'ont pas besoin de se situer en centre ville] (Calenge, 2002, p. 43). Por outro lado, assevera Calenge (2002), a região abriga 58,6% das gravadoras da França (sem contar as grandes gravadoras), situadas mormente em Paris, exceção para os selos ligados ao rap, preponderantes em Seine-Saint-Denis (93) e em Hauts-de-Seine (92).

Nessa via, o custo embutido na produção de um álbum no circuito rap *indé*, varia entre 1.000 e 10 mil euros, de acordo com os sistemas técnicos e conhecimentos aplicados. No circuito *indé*, em média com 2.000 euros pode-se produzir um álbum de boa qualidade, por outro lado, acionando-se os chamados *beat makers*, especialistas na criação de bases musicais para o rap, uma faixa pode custar em torno de 3.000 euros. Entretanto, decorrência das relações de cooperação entre agentes, corolário da produção no circuito *indé*, descontos, trocas e gratuidade em serviços podem implicar na redução dos custos de produção.

Informações do *rapper* Alpha 5.20 dão conta de que a produção de um de seus discos lançado em 2010, o emblemático *Scarface D’Afrique*, referência no circuito *indé*, teria custado em torno de 2.000 euros (Tabela 2).

Tabela 2 – O circuito rap *indé* em Paris: custos envolvidos na produção fonográfica do álbum *Scarface D’Afrique* – Alpha 5.20 (2010)

etapa da produção	custo (euros)
gravação	600
mixagem	700
masterização	700
custo total	2.000

fonte: Campo de informação primária.

Ainda no tocante a produção fonográfica *indé*, observou-se em especial nas comunas no entorno de Paris o funcionamento de estúdios públicos, com preços em torno de sete euros por hora de gravação, utilizados pelos agentes do circuito. Trata-se de fixos oferecendo serviços de qualidade considerada inferior, em geral devido ao precário conhecimento que os seus técnicos têm em relação aos procedimentos de produção específicos do gênero rap: “eles não entenderam que som eu queria” comentou o *rapper* de origem guianesa Rheys.

Nessa via, parcela considerável dos *rappers* afirma preferir trabalhar com produtores conhecedores do rap, ainda que dispondo de sistemas técnicos inferiores. Ora, no circuito *indé* parece ser mais importante o conhecimento apurado do que o acesso a sistema de alta densidade técnica.

Observa-se assim que no circuito *indé*, o diferencial de um estúdio resulta do custo benefício taxiado na tríade: localização, sistema técnico e preço, contexto no qual a amarração dá-se pelo conhecimento, por parte da equipe do fixo, principalmente do engenheiro de som, das possibilidades técnicas aplicadas ao rap.

Pensando na importância que o conhecimento sobre o rap, tem para a produção fonográfica no circuito *indé*, aborda-se a dinâmica em torno de um selo/família/estúdio especializado na música da cultura *hip-hop*, o coletivo Rott Child-Pièce Grizz.

Criado em 1997 por agentes de origem marroquina e argelina, o selo/família Rott Child possui estúdio próprio, o Pièce Grizz que inicialmente localizado em La Villette (Paris), desde 2005 situa-se em Sevran-Beaudottes, *banlieue* nordeste, num prédio de HLM (habitação de

aluguel médio), alternativa para a instalação de estúdios fonográficos utilizados pelas classes menos favorecidas francesas (Touché, 1996). Predomina no Selo Rott Child o rap político, direcionado a preocupação com a periferia mundial: “on rap pour le tiers monde” destaca o *rapper* de origem marroquina Alid.

As atividades do selo/família/estúdio constituem um coletivo dinamizado por 13 agentes diretos (um diretor, dois técnicos de vídeo, um engenheiro de som, dois cantores de apoio e seis *rappers*) e 96 clientes, entre assíduos e ocasionais, oriundos de diversos lugares da Île-de-France, e de cidades como Marseille ou Lyon (Tabela 3).

Tabela 3 – O circuito Rap Indé: produção fonográfica Selo/Família Rott Child/Estúdio Pièce Grizz (Sevrans-Beaudottes)

articulação (agentes)	agentes diretos		13
	clientes		96
fixo, sistemas técnicos e serviços (custos/euros)	investimento em sistemas técnicos		15 mil
	aluguel do fixo (mês)		400
	fonogramas	gravação (faixa)	60
		masterização (faixa)	120
	elaboração de videoclipe		500-800

fonte: Campo de informação primária.

Mustafá, o diretor do Coletivo informa que, por motivos de segurança, mora no estúdio, abrigo ainda para *rappers* oriundos de cidades mais longínquas em processo de gravação. Com um investimento de 15 mil euros em sistemas técnicos, criou-se uma estrutura capaz de atender demandas por fonogramas e videocliques, estes últimos elaborados em média com dois dias de trabalho, por preços que variam de 500 a 3.000 euros, a depender dos recursos materiais e imateriais mobilizados.⁷

Apurou-se que o processo criativo no coletivo, especializado em rap, baseia-se em procedimentos colaborativos, nos quais se observa a troca de ideias entre os agentes envolvidos: os *rappers* e os produtores, que conjuntamente, esmiúçam o arquivo de bases musicais disponível no estúdio e escrevem ou finalizam as letras dos raps.

Por outro lado, grupos de rap contratados por grandes gravadoras utilizam-se de estúdios de maior porte como o Master Disque Europe (Champs Elysées, Paris), fixo com procedimentos de trabalho mais rígidos, e, que, entre outros, em seu próprio sítio na internet traz indicações de hotéis para os músicos em processo de gravação.

⁷ Não só a videocliques se restringe a produção visual dos *rappers* do circuito *indé*: entre outros, destacam-se o documentário *La Verité sur le Rap Indé* (2010), dirigido pelo *rapper* Sinox, ou ainda o longa-metragem *La Vengeance* (2011), lançado pelos *rappers* Morsay e Zahef, da família Truand la Galère. Com uma equipe de cerca de 200 pessoas entre atores, figurinistas e equipe técnica, *La Vengeance* (2011) teve grande repercussão no país, malgrado o boicote sofrido por abordar incisivamente os temas de racismo e discriminação na França.

A circulação de informações no circuito rap: os eventos musicais, a difusão e a comercialização *indé*

O circuito rap *indé* de Paris caracteriza-se pela pequena espessura de eventos musicais que movimenta: mesmo os *rappers* mais conhecidos afirmam realizarem poucas apresentações ao vivo.

Implicam no caráter residual para os eventos musicais em relação à dinâmica do circuito *indé*, variáveis como os custos envolvidos em sistemas e procedimentos de segurança, aspectos aliados a uma burocracia especialmente recrudescida para os *rappers*. Nessa via, Zahef, *rapper* do selo Truand la Galère, alega: “nós não fazemos muitos *shows*”, pois boa parte dessas apresentações do circuito *indé*, são proibidas pelo Estado devido ao discurso, tido como subversivo.

Lembra-se que, no caso do circuito rap, o conteúdo político pode se afirmar tanto por meio de um discurso engajado, denunciando o racismo ou a desigualdade socioterritorial, quanto por meio de uma mensagem política baseada em elementos de recusa (Home, 1999),⁸ manifestos, entre outros, em contraposição ao Estado ou na anomia apregoada por alguns grupos.

Daí, o *rapper* Sinox, lembrar que o poder público, ao considerar a postura revolucionária do rap *indé*, age para evitar apresentações dessa natureza: “Aqui o rap não é aceito pelo Estado... por que na letra do rap existem muitas coisas que são ditas contra o Estado que considera essa, uma atitude revolucionária... é por isso que eles impedem os *shows*”.

A repressão aos eventos musicais do circuito *indé* ter-se-ia avolumado, sobretudo a partir de 2005, no contexto das revoltas nas periferias francesas, “as rebeliões do outono” (Giblin, 2005), ocasião na qual uma série de grupos de rap, tais quais Ministère Amer, Lunatic e 113, foram censurados e acusados pelo Estado por apologia ao ódio e à violência contra o poder instituído: “cinco quilômetros de Paris e a mentalidade muda” destaca um dos agentes do circuito rap, pondo em relevo o peculiar cotidiano dos *banlieues* da metrópole.

Não por acaso, avaliam nossos interlocutores, se tratar de uma ação objetivando calar as vozes periféricas, estratégia conjunta de setores conservadores da sociedade francesa, tais quais os partidos de direita, ou a igreja católica, afirmando-se como agente articulador da censura, Nicolas Sarkozy, primeiramente ministro do interior e depois presidente da república.

Somam-se a esses fatores o controverso papel das produtoras de eventos artísticos, agentes mediadores na organização de concertos, e o fato da legislação francesa ser severa com relação à poluição sonora: em propriedade privada, o excesso de regulamentação praticamente inviabiliza a realização de apresentações musicais, ao passo que em espaços públicos, o resultado de um evento musical sem as devidas autorizações será “polícia, prisão e multa” motivo pelo qual “em Paris não ocorrem apresentações ao ar livre”, fato assegurado por um de nossos interlocutores.

Os eventos musicais no circuito *indé* na região de Paris ocorrem mais comumente (1) no formato de *show cases*, apresentações menores, para 30 a 100 pessoas, realizadas em bares, associações ou ainda em igrejas. (2) sem bilheteria, motivados por questões éticas, em virtude de datas como o Dia Nacional da Abolição da Escravatura, celebrado na França no dia 10 de maio.

⁸ Home (1999) propõe recusar os poderes instituídos e a arte como instituição, por meio de ações como a vadiagem, a embriaguez no trabalho, o questionamento de direitos autorais ou a simples negação do espetáculo.

Por outro lado, no circuito rap ligado às grandes gravadoras, predominam amplos patrocínio e divulgação, seja em lançamentos de discos (Foto 4) ou em eventos musicais em locais de maiores, com ingressos, em média, de 50 euros, sendo 10% do lucro da bilheteria destinados aos artistas.

Foto 4 – Divulgação massiva no circuito rap das grandes gravadoras, estação de metrô Duplex, Paris



fonte: Cristiano Nunes Alves, set. 2011.

Os eventos musicais e demais ações do rap *indé* são divulgados em cartazes, de um modo geral fixados em murais de divulgação livre, cartazes, todavia abundantes na área norte de Paris, colocados próximo a lugares de grande fluxo de pessoas, como a estação de metrô de Chatêlet (centro de Paris), a Gare du Nord ou ao longo das vias de acesso ao Boulevard Periphérique, que circunda a capital.

Para a divulgação da produção no circuito *indé*, utiliza-se sobremaneira a internet, suas redes sociais e ferramentas audiovisuais, propiciando a articulação do circuito rap alhures, seja por meio do diálogo com aficionados ou via a negociação com diferentes agentes ligados ao rap. Por seu turno, três emissoras FM comerciais difundem o rap em Paris⁹ (Tabela 4), todas mantendo uma relação interesseira com o circuito (1) cobrando o “jabá”, a propina do rádio, que pode chegar a 15 mil euros por semana, como condição para veicular determinada música (2) filtrando os artistas de acordo com as conexões que estes têm com as grandes gravadoras (3) promovendo a censura de músicas, caso entre outros, da faixa “Destinée” lançada em 2002 pelo *rapper* Booba, que teve, como condição para exibição, suprimido um trecho que falava em favor do povo palestino. Vê-se como os mecanismos de difusão massiva da produção fonográfica permanecem condição e resultado de esferas de poder cristalizadas.

⁹ Central nessa discussão é a lei de 1981 segundo a qual uma série de rádios até então não concessionadas foram liberadas durante o primeiro governo de François Mitterrand (1981-1988). Entre elas, a Skyrock e a Génération, que hoje são grandes empresas. Segundo Hammou (2008), o rap é um dos gêneros musicais mais populares entre a juventude francesa, representando 5% de todas as canções difundidas via rádio na Île-de-France em 2007. Entre 1990-2006, foram vendidos cerca de 35 milhões de álbuns e compilações de rap na França.

Tabela 4 – A difusão do rap nas rádios FM em Paris: controle da informação e uso corporativo do território

emissora	localização	alcance do sinal	propina para difusão semanal de fonograma
Skyrock	Paris, 2	França	15 mil euros
Général	Paris, 20	Île-de-France	3 a 5 mil euros
Energy	Paris	Île-de-France	sem informação

fonte: Campo de informação primária.

Desta feita, para divulgar o seu trabalho, os agentes do circuito *indé* se utilizam das rádios livres, caso, entre outros, das rádios Plurielle (Paris, 19) e Bigop! (*banlieue* norte): “seja você conhecido ou não, eles te dão a tua chance” sentencia o produtor Mustafá, expondo a postura dessas emissoras com relação à produção do rap *indé*.

Por sua vez, duplicados em pequenas quantidades, em geral inferiores a mil cópias, os CD e DVD, no circuito *indé* são vendidos na zona norte de Paris, majoritariamente em Clignancourt e secundariamente em Barbès Rochechouart e na Gare Du Nord, lugares onde o CD é vendido por preços negociáveis que gravitam em torno de 10 euros, com lucro dividido em partes iguais entre o vendedor e o artista. Por outro lado, nos grandes magazines como a Virgin ou a Fnac, um CD vendido pelo preço de 12 euros, terá apenas dois euros revertidos para o artista. Como se pode notar, também quanto à circulação no rap *indé*, uma série de características suscita similitudes com o circuito inferior da economia urbana nos países do Terceiro Mundo.

Por fim, evidencia-se que os agentes ultramarinos do circuito rap *indé* comercializam a sua produção também via canais de música digital: Orange, I-tunes, Amazon, Fnac, Deezer, SFR, são algumas das empresas envolvidas no comércio de arquivos digitais vendidos em média por cinco euros. O sítio da internet *youtube* e as *web* rádios figuram como importantes fontes de receita para os *rappers* do circuito *indé*. O rateio nesses canais se realiza de acordo com o número de exibições obtido por cada um dos vídeos de rap, alguns dos quais ultrapassando o número de um milhão de acessos.

Considerações finais

O circuito rap *indé* conflui para a expressão estético-política de grande parte dos agentes ultramarinos da metrópole parisiense, questionadores da discriminação a que são submetidos. Trata-se de um circuito musical associado a vultosas densidades comunicacionais, pois erigido nos lugares, tributário da contiguidade e da troca de experiências, implicando a difusão de um discurso instituinte, a mensagem ultramar, em dissonância com os setores conservadores da sociedade francesa.

Ante a experiência parisiense, defende-se a tese de que, em virtude do adensamento de fluxos informacionais e humanos no mundo contemporâneo, no caso francês, fluxos entre o hexágono e os territórios ultramarinos, além de periferias europeias, como o leste do continente, estaríamos presenciando uma reorganização da metrópole, cujas implicações, embora ainda turvas, parecem consideráveis.

Assim, poder-se-ia afirmar o funcionamento de um circuito inferior da economia na França, contexto no qual a estabilidade dos pontos luminosos parisienses choca-se com a opacidade de uma espessura ultramarina, feita e refeita em enclaves articulados à vida da urbe (Santos; Silveira, 2001).

Por meio desse circuito rap, fluxos e materialidades se organizam, articulando Paris e seus *banlieues* em torno da recusa da orquestração espetacular imposta pela indústria cultural. Tendo Clignancourt como ponto de encontro, esses agentes vivem em toda a região de Paris, boa parte produzindo seus fonogramas em estúdios e selos de pequeno porte, fixos especializados em rap ou organizados em coletivos, como as famílias. Ao que tudo indica, a maior fonte de renda do circuito rap, caracterizado pela pouca espessura de eventos musicais, dá-se pelo recolhimento de divisas oriundas da execução de vídeos e fonogramas via internet e da venda de artigos ligado ao rap e ao *hip-hop*.

Uma série de aspectos da dinâmica do circuito rap *indé* aponta para o modo de operação do circuito inferior da economia nos países do Terceiro Mundo, como o trabalho intensivo, o alto grau de improviso e criatividade, a produção reduzida e matizada, os preços negociáveis e o tímido uso de publicidade, entre outros. Como observado, os agentes do circuito *indé* constituem densas redes de cooperação e executam tarefas ligadas às diversas etapas de produção e difusão musical.

Aqui, acredita-se haver uma vasta agenda de pesquisa a ser considerada nos estudos geográficos, quiçá temática frontalmente cara ao entendimento dos novos usos do território em curso no período atual.

Referências

- ALVES, C. N. *O circuito hip-hop na Região Metropolitana de Campinas: para que o território e a arte digam algo sobre nossas vidas*. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- ANDRADE, E. N. *O movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre os rappers de São Bernardo do Campo*. Dissertação (Mestrado em Ensino e Educação Comparada) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- BÉRU, L. Le rap français, un produit musical postcolonial? *Volume !*, v. 6, n. 1-2, p. 61-79, 2009.
- BETTINELLI, S. *Paesaggi di note: Bologna città della Musica*. Dottorato (Qualità Ambientale e Sviluppo Economico Regionale) – Università Degli Studi di Bologna, Bologna, Italia, 2007.
- BRUNET, R.; DOLLFUS, O. *Mondes Nouveaux*. Paris: Hachette/Reclus, 1990.
- CALENGE, P. Les territoires de l'innovation: les réseaux de l'industrie de la musique en re-composition. *Géographie, Économie, Société*, Paris, v. 4, n. 1, p. 37-56, 2002.
- CALOGIROU, C. Le Florida, lieu musical entre banlieue et centre-ville: l'exemple des rappers agenais. *Les Annales de La Recherche Urbaine*, n. 70, p. 48-57, 1996.

- CARNEY, G. Geography of music: inventory and prospect. *Journal of Cultural Geography*, v. 10, n. 2, p. 35-48, 1990.
- _____. Bluegrass Grows all around: the spatial dimensions of a country music style. *Journal of Cultural geography*, v. 73, n. 4, p. 34-55, 1974.
- CLAIRE, G. Géographie et musique: état des lieux, une proposition de synthèse. *Géographie et Cultures*, n. 59, p. 7-26, 2006.
- DUBUS, C. Le rap, entre lieux et réseaux: États-Unis, France, Tanzanie. In: RAIBAUD, Y. (Dir.). *Comment la musique vient aux territoires*. Bordeaux: MSHA, 2009. p. 141-152.
- GIBLIN, B. *Dictionnaire des banlieues*. Paris: Larousse, 2009.
- _____. *Dictionnaire des banlieues*. Paris: Larousse, 2005.
- GIRONCOURT, G. Un nouveau département à la géographie: la géographie musicale. *La Géographie*, Paris, n. 5-6, p. 292-302, 1927.
- GOMES, R. L. *Território usado e movimento hip-hop: cada canto um rap, cada rap um canto*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- GRANGENEUVE, L. L. Quelle musique pour les quartiers? deux équipements culturels controversés. *Volume!* (En ligne), v. 1, n. 2, p. 5-17, 2002.
- GUIBERT, G.; PARENT, E. Introduction: Sonorités du hip-hop. *Volume !*, v. 3, n. 2, p. 5-16, 2004.
- GUILLARD, S. Représenter sa ville: l'ancrage des identités urbaines dans le rap des Twin Cities. *Cybergeog: revue européenne de géographie* (En ligne), Paris, artigo 608, 2012. Disponível em: <<http://cybergeog.revues.org/25357>>. Acesso em : 21 fev. 2016.
- HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HAMMOU, K. L'économie du rap français. In: FRANÇOIS, P. et al. *La musique: une industrie, des pratiques*. Paris: La Documentation Française, 2008. p. 134-152.
- HOME, S. *Assalto à cultura: utopia, subversão e guerrilha na (anti)arte do século XX*. São Paulo: Conrad, 1999.
- KEYES, C. L. At the crossroads: Rap music and its African nexus. *Etnomusicology*, v. 40, p. 222-248, 1996.
- LA Vengeance. Direção: Mohamed Mehadji, Youssef Mehadji. Produção: Elodie Antonetti, Mohamed Mehadji. Paris: Truand La Galère, 2011. (126 min).
- LA Verité sur le Rap Indé. Direção: Sinox. Produção: Sinox. Paris: Medy Zoo, 2010. (260 min).
- LÉVY, J. *Le tournant géographique: Penser l'espace pour lire le monde*. Paris: Mappemonde, 1999.
- MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. *ETC: Espaço, Tempo e Crítica*, v. 1, n. 1(3), p. 55-70, 2007.

- PUMA, C. *Le rap français*. Paris: Hors Collection, 1997.
- RAIBAUD, Y. Les fêtes musicales: expérience de la ville et performativité. *Geographie et Cultures*, p. 87-104, 2006. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00333346/>>. Acesso em: 8 fev. 2016.
- RÉRAT, P. Le rap des steppes: l'articulation entre logiques globales et particularités locales dans le hip-hop mongol. *Géographie et cultures*, n. 59, p. 43-55, 2006.
- ROMAGNAN, J.-M. La musique: un terrain nouveau pour les géographes. *Géographie et cultures*, n. 36, p. 107-126, 2000.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. Por uma epistemologia existencial. In: ARROYO, M. (Org.). *Questões territoriais na América Latina*. São Paulo: Clacso, 2006. p. 2-8.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SILVEIRA, M. L. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In: SILVA, C. A. *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Faperj/Lamparina, 2011. p. 35-51.
- STÉBÉ, J.-M. *La crise des banlieues*. Paris: PUF, 1999.
- TOUCHÉ, M. Les lieux de répétition des musiques amplifiées: défaut d'équipement et malentendus sociaux. *Les Annales de La Recherche Urbaine*, n. 70, p. 58-67, 1996.
- ZOBDA-ZEBINA, M. Dancehall aux Antilles, rap en France hexagonale. *Volume !*, v. 6, n. 1-2, p. 47-58, 2009.

A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário

Gilmar Mascarenhas

UERJ

p. 52-68

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Como citar:

MASCARENHAS, G. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 1, p. 52-68, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/107148>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.107148>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário

Resumo

Nas últimas três ou quatro décadas, o urbanismo olímpico implicou caros projetos de grande vulto, com impactos de alta visibilidade em questões sociais e ambientais em cada cidade-sede. No entanto, os últimos cinco anos mostram uma crescente consciência global contra o alto investimento público nesses eventos, a violência dos despejos em massa de pobres por interesses de gentrificação e a produção dos chamados “elefantes brancos”. O sistema olímpico tem percebido a crise e decidiu alterar suas regras globalitárias na Agenda 2020. Nosso objetivo é examinar esse novo cenário de transição global e verificar como Rio de Janeiro 2016 pode ser a última edição desse urbanismo olímpico contestado.

Palavras-chave: Cidade olímpica. Legado. Globalitarismo. Rio de Janeiro. Transição global.

The making of Olympic City and the signs of crisis in the globalitarian model

Abstract

Over the past three or four decades, olympic urbanism have become large-scale expensive projects, with highly visible impacts on social and environmental issues in each host city. However, the last five years have show an increasing global consciousness against high public cost of these events, the violence in large-scale evictions of poor people under gentrification interests and the building of the so-called white elephants. The olympic system has perceived the crisis and decided change its globalitarian rules, through Agenda 2020. We aim to examine this new scenery of global transition and verify how Rio de Janeiro 2016 may be the last edition of the worldwide contested urbanism olympic.

Keywords: Olympic city. Legacy. Globalitarism. Rio de Janeiro. Global transition.

Introdução

Eu chamo globalização de globalitarismo porque estamos vivendo uma nova fase de totalitarismo. O sistema político utiliza os sistemas técnicos contemporâneos para produzir a atual globalização, conduzindo-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão, que exigem obediência imediata.

Milton Santos

No dia 27 de julho de 2015, uma notícia repercutiu no universo olímpico e esportivo em geral. A menos de três meses do encerramento do prazo para formalização do registro junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI), a prefeitura de Boston anunciava o abandono, em caráter definitivo, de sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2024. A cidade havia sido escolhida no início do ano pelo Comitê Olímpico estadunidense (USOC – United States Olympic Committee), superando outras três outras pré-candidatas (Los Angeles, Washington e São Francisco), justamente por apresentar um projeto envolvendo baixo custo e bem menor comprometimento do erário público.

Todavia, apesar de palatável ao olhar dos gestores, e adequada à conjuntura que entendemos como de evidente declínio do prestígio do urbanismo olímpico perdulário,¹ a candidatura de Boston não conquistou a esperada adesão entre os cidadãos locais, que não acreditaram nas promessas de um megaevento com baixo uso de recursos públicos. Segundo a BBC estadunidense, os cidadãos estão preocupados com o possível uso do dinheiro público para cobrir gastos incontrolláveis, que segundo grupos de oposição “em muito ultrapassariam o orçamento inicialmente previsto de 4.6 bilhões de dólares”.²

O ocorrido em Boston não é fenômeno isolado, tampouco surpreendeu aos mais atentos às tensões em curso no seio do movimento olímpico. Ao contrário, nos últimos anos, temos presenciado um conjunto de reações similares e em série, processo absolutamente inédito na história dos Jogos Olímpicos. Nesse sentido, cidades como Annecy, na França (um dos primeiros casos a ganhar repercussão mundial),³ Oslo, Munique, Saint Moritz-Davos, Roma, Cracóvia, Graubundem (Suíça), Lviv (Ucrânia, embora movida, sobretudo pela conjuntura geopolítica de confronto bélico), Estocolmo, Baku e Toronto recusaram ou mesmo abandonaram candidaturas olímpicas, quase sempre a partir de intensa contestação popular. Não obstante a diversidade de situações envolvidas em cada

1 Referimo-nos a um modo de produzir Jogos Olímpicos pautado em exigências estritas do COI e sobretudo inserido no modelo empreendedorista (Harvey, 2005, 2011; Vainer, 2011) de gestão urbana, como se verá ao longo do texto. Quanto à expressão “urbanismo olímpico”, foi criada pelo geógrafo catalão Francesc Muñoz (1996) para designar os pressupostos e o modo de planejamento urbano voltado para a preparação da cidade-sede nos eventos olímpicos.

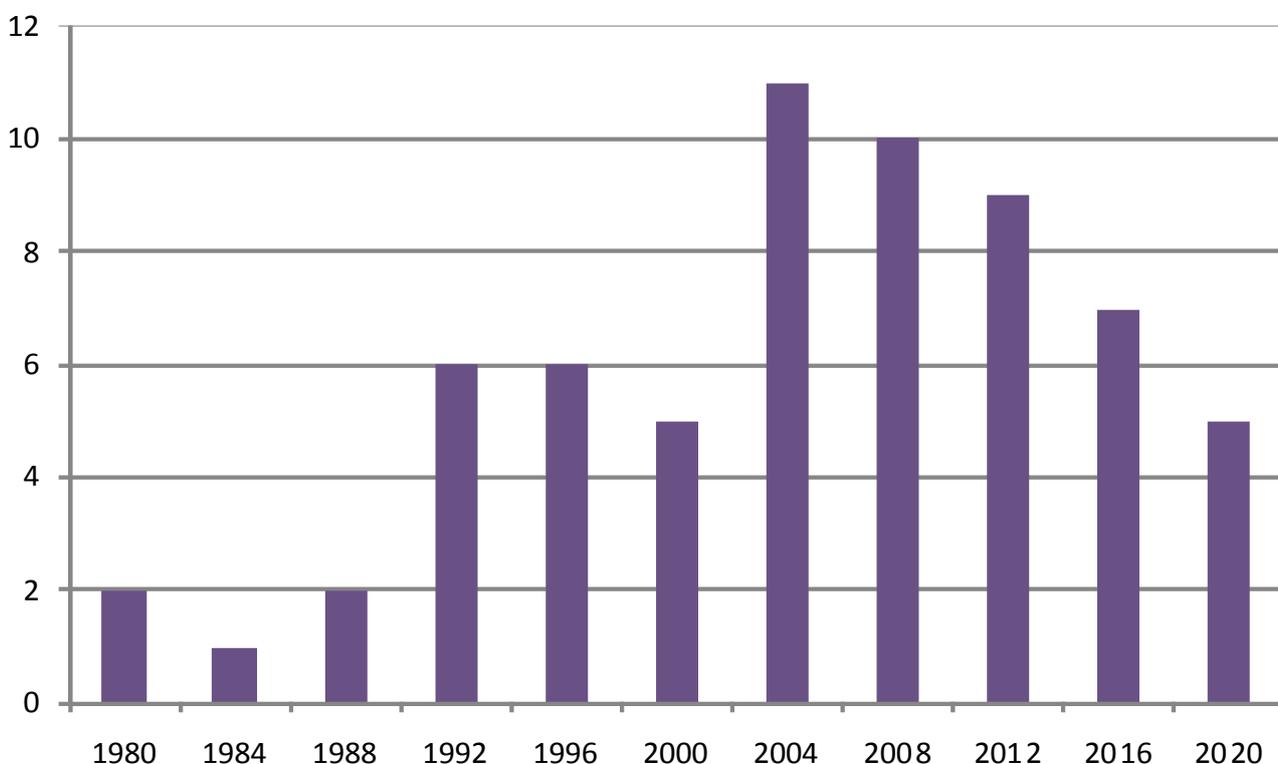
2 “One concern of local opposition groups was the cost of the Games would have risen far higher than the estimated \$ 4.6 bn (£3 bn)” (Boston [...], 2015).

3 Vídeos disponíveis no site Youtube registram a formidável campanha “antiolímpica” de Annecy em 2010. Por exemplo, em Mobilisation [...] (2015).

caso, em comum percebemos as recorrentes críticas aos “elefantes brancos”, aos gastos públicos exorbitantes ou incontroláveis, às promessas de legado jamais cumpridas e aos impactos indesejados, geralmente de natureza ambiental ou relativos aos “distúrbios” (sobretudo as remoções forçadas) provocados pelas obras.

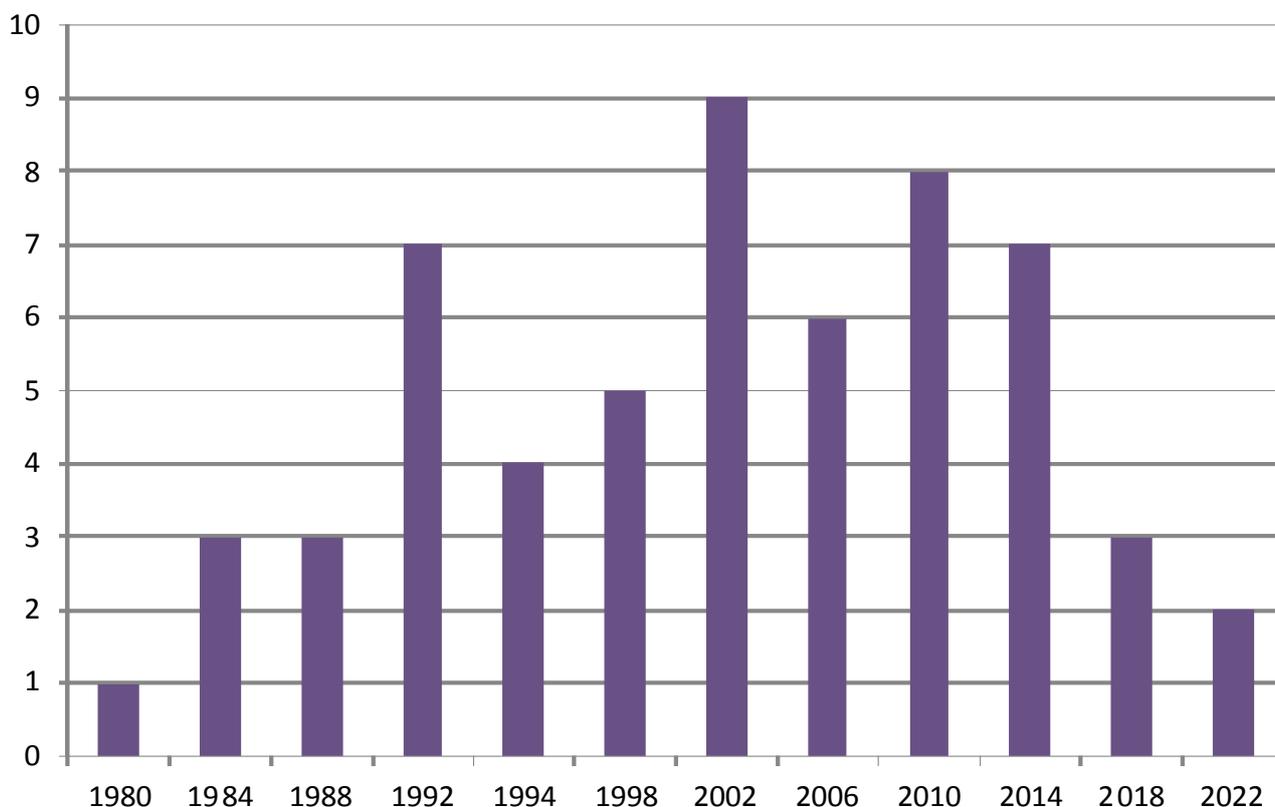
Além do propalado quadro de recessão econômica internacional, o “movimento antioímpico”, como alguns preferem chamar (Boykoff, 2014; Lenskyj, 2008), muito contribuiu para produzir este novo cenário que resultou na drástica redução do número de candidaturas olímpicas (que vinha crescendo rapidamente em volume desde o final dos anos 1980)⁴ conforme se percebe nos dois gráficos a seguir, e levou o COI a finalmente repensar suas exigências para as cidades postulantes. Foi assim que a 127ª sessão ordinária do COI, realizada em Mônaco, em dezembro de 2014, aprovou a Agenda 2020 (International [...], 2014), que, embora muito timidamente, flexibiliza algumas das exigências e sinaliza claramente a possibilidades de reduzir os custos do evento. E mais recentemente, na Assembleia Geral do COI realizada em agosto de 2015 na Malásia, ficou decidida a supressão das etapas eliminatórias no processo de eleição das cidades-sede olímpicas, o que entendemos como expressão direta da supracitada redução do volume de candidaturas.

Gráfico 1 – Quantitativo de cidades postulantes aos Jogos Olímpicos de verão – 1980-2020



4 É sintomático que apenas duas cidades tenham se candidatado a sediar os Jogos Olímpicos de Inverno 2022: Pequim (vencedora) e Almaty, no Casaquistão.

Gráfico 2 – Quantitativo de cidades postulantes aos Jogos Olímpicos de inverno – 1980-2022



fonte: Comitê Olímpico Internacional e Horne e Whannel (2012).

concepção: Gilmar Mascarenhas.

elaboração: Natasha Souza e Bianca Lyrio.

Nota-se claramente o acentuado declínio do número de candidaturas olímpicas nos últimos anos.⁵ Cumpre registrar que os Jogos de 2020 registraram um número recorde de cidades que cogitaram apresentar candidatura mas desistiram no percurso: Brisbane (Austrália), Cairo, Berlim, Budapeste, Nairobi, Delhi, Guadalajara, Kuala Lumpur, Casablanca, Durban, Toronto, Paris, Praga, Dubai, Lisboa, Bucarest, Bursan (Coreia do Sul) e São Petersburgo. Não fossem todas essas desistências, teríamos disparado o maior número de candidaturas na história dos Jogos, totalizando mais de 20 cidades. Nossa avaliação dessas expressivas pretensas postulações e desistências recorre à constatação de dois processos em andamento na conjuntura de início do segundo decênio do século XXI: por um lado, os Jogos de Londres 2012, sinalizando uma inédita redução de gastos e, assim, rompendo uma curva ascendente que parecia implacável e que ia progressivamente tornando mais difícil realizar uma Olimpíada. Por outro, arrependendo essa breve “euforia” quanto à possibilidade de candidaturas de orçamento mais modesto, sobreveio a ascensão do movimento antiolímpico, contestando radicalmente os propalados benefícios e legados dos Jogos.

⁵ Importa registrar que as sedes são escolhidas com sete anos de antecedência, de forma que as cidades se mobilizam e produzem seu projeto olímpico pelo menos oito ou nove anos antes da Olimpíada que almejam sediar.

É justamente este contexto de transição e de acirramento das tensões e contestações no âmbito do sistema olímpico que pretendemos avaliar neste artigo, mobilizando um arcabouço teórico-conceitual baseado principalmente em Milton Santos e David Harvey. Os autores não problematizaram diretamente o sistema olímpico e seus referenciais urbanísticos, mas nos fornecem ferramentas para pensar criticamente a globalização e suas imbricações com as formas de produção e gestão do espaço urbano. O sistema olímpico, por sua dimensão e alcance planetários, bem como por sua articulação explícita com grandes corporações globais (patrocinadores), emerge em nosso quadro analítico como agente e vetor particular da globalização.

O COI estabelece para as cidades que desejam sediar eventos olímpicos um rigoroso pacote de exigências, que muitas vezes fere princípios básicos de autonomia dos Estados nacionais. Estamos falando de verticalidades e horizontalidades (Santos, 1996) imbricadas na produção e gestão do espaço urbano das cidades-sede. Verticalidades relativas à forma como se posiciona o sistema olímpico (composto pelo COI e suas federações nacionais, bem como a poderosa rede mundial de empresas patrocinadoras e todo o aparato midiático envolvido), impondo às cidades e aos países um certo modelo de urbanismo olímpico traduzido em rigoroso pacote de exigências e determinações, algo que propomos incluir no *globalitarismo* de que fala Milton Santos (2000). E vemos horizontalidades na forma como os diferentes lugares, com suas singularidades e dinâmicas próprias, acolhem ou enfrentam tais exigências, no processo de fabricação dos projetos olímpicos e na tessitura das políticas urbanas, no contexto das tensões sociais locais envolvidas.

O texto se estrutura assim: primeiramente, considerando as transformações no urbanismo olímpico e as decisões recentes do COI, argumentamos pela possível falência do modelo de cidade olímpica vigente; num segundo momento, para apresentar a natureza do urbanismo olímpico contemporâneo, trazemos aspectos centrais do projeto Rio de Janeiro 2016, nele identificando a predominância do modelo autoritário, neoliberal e espetacular contestado pelo movimento antiolímpico. Nas conclusões, retomamos um conjunto de fatos recentes para propor um cenário de transformação, com potencialidade para redução dos impactos e dos custos de cada evento, bem como a possibilidade de relativa democratização (redução do autoritarismo em diversas escalas) no processo de produção da cidade olímpica.

Um modelo contestado

Inicialmente, cumpre frisar o poder do olimpismo na reestruturação urbana contemporânea (Andranovich; Burbank; Heyng, 2001; Haynes, 2005; Holz, 2011). Desfrutando de bilhões de espectadores, essas cidades se transformam momentaneamente no admirado centro das atenções em escala planetária. Esse poder se apoia na profunda reformulação sofrida pelo olimpismo a partir de 1980, na gestão do catalão Juan Antonio Samaranch (1980-2001), que impulsionou a comercialização milionária dos Jogos Olímpicos. Segundo David Harvey (1993, p. 88), “o espetáculo sempre foi uma potente arma política”, e este se intensificou nos últimos anos, como forma de projeção e controle social na cidade, no contexto da ascensão do modelo de gestão urbana empreendedorista (Harvey, 1996; Compans, 2004; Vainer, 2000).

Mascarenhas (2004, 2010, 2011) aponta a profunda transformação ocorrida no modo de produzir a cidade olímpica no transcurso do século XX. Examinando várias edições dos Jogos, percebeu o quanto o urbanismo olímpico de nossos dias extrapolou em muito aquilo que seria um conjunto razoável (e muito menos oneroso que o atual) de instalações (esportivas e habitacionais) e de infraestrutura geral para acolher satisfatoriamente o evento. De um lado, a crescente lista de exigências do COI; de outro, o advento do modelo de cidade empreendedorista para, juntos, produzirem edições monumentais e muito onerosas dos jogos.

Basicamente, correndo o inevitável risco da simplificação, podemos falar em cinco momentos na evolução do urbanismo olímpico:

- 1) O período inicial, 1896-1912, marcado por incertezas, experimentações e elevado grau de improvisação, embora com acelerado ritmo de transformação a cada edição dos Jogos;
- 2) O segundo, no pós-guerra, de 1920 a 1932, de afirmação do movimento olímpico, assinala a consolidação de um “pacote” regular de intervenções urbanísticas, incluindo a construção de vilas olímpicas;
- 3) A seguir, o longo período 1936-1980, de forte teor político e nacionalista, corresponde a grandes investimentos estatais, porém socialmente referenciados, isto é, baseados na preocupação efetiva com legado esportivo comunitário e no aspecto habitação social, sobretudo no âmbito do Welfare State; período também acentuadamente marcado pela Guerra Fria (pós-1945), contexto que promoveu boicotes e limitações ao evento.
- 4) De 1984 a 2000, correspondendo ao período de avanço neoliberal em escala global, temos um urbanismo olímpico mais focado no *city marketing* e em grandes intervenções no espaço urbano claramente associadas a grandes interesses empresariais, mas ainda sem verificar contestações mais contundentes, devido a euforia predominante com a imensa espetacularização dos jogos, com destaque para Barcelona (1992);
- 5) Por fim, o período atual (2004-2016) mantém e potencializa os princípios neoliberais e mercadofílicos do momento anterior, com elevação das exigências do COI (beneficiado pelo volume crescente de candidaturas), aumentando os gastos e acirrando o gigantismo dos Jogos, mas gerando contestação generalizada deste modelo “monumental”, “espetacular” e “perdulário”.

O período 1936-1980, portanto anterior ao advento do empreendedorismo urbano de nossos dias, produziu, em alguns casos, legados interessantes para a qualidade de vida urbana, prevalecendo elevado grau de reaproveitamento dos equipamentos preexistentes, ou edificação de equipamentos sem maiores exigências ou desejo manifesto de monumentalidade opulenta (como vemos nos atuais objetos icônicos, assinados pelo *star system* da arquitetura global), e que posteriormente foram incorporados ao uso cotidiano, em políticas públicas de expansão das práticas esportivas de base. Mas este salutar comedimento orçamentário estava em crescente desacordo com os princípios da “máquina urbana de crescimento” (Logan; Molotch, 1990) e da crescente espetacularização das cidades (Harvey, 2005).

Cumpra registrar que, não obstante apresentarem elementos de espetacularização, turistificação e apropriação privada de recursos públicos, os Jogos de Barcelona (1992) continham aspectos do modelo anterior, posto que o projeto foi concebido em 1986, no âmbito de uma gestão municipal de esquerda, preocupada em aprimorar a distribuição espacial dos equipamentos urbanos. Barcelona contava desde 1976 com um plano diretor de âmbito metropolitano e produzido no contexto de redemocratização pós-franquismo, e assim realizou a façanha de conjugar a natureza e as elevadas exigências dos jogos na era Samaranch com os objetivos fundamentais da gestão urbana voltada para equipar a periferia metropolitana, dotando-a de maior acessibilidade e serviços públicos, com base em princípios de justiça social.⁶ Barcelona apresenta um caso que entendemos como raro na recente história do urbanismo olímpico, de efetivo incremento do acesso popular às práticas esportivas como legado do evento a curto e médio prazo (Amaral, 2015, p. 12).

Nesse sentido, no período atual, o movimento olímpico (incluindo, como agentes ativos, as diferentes cidades-sede em seu respectivo momento) investe fortunas em estratégias discursivas e diversas formas de *marketing* em favor da boa imagem dos Jogos, visando legitimar o imenso aporte de gastos públicos. Recorrendo ao poderoso e clássico simbolismo do esporte como fator de saúde, regeneração humana e união dos povos, o olimpismo investe na produção de narrativas que aliam esse simbolismo discursivo às promessas mais recentes (das últimas três décadas): promoção global da imagem urbana, atração de turistas e capitais estrangeiros, produção de sinergias, geração de empregos, aumento da autoestima cidadã e diversos outros supostos benefícios devidos aos grandes eventos. Milton Santos (1996, p. 101-102) nos alertava para a crucial importância da dimensão simbólica na era atual do capitalismo, agindo na produção do real: “[...] a ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos. [...] A ideologia é um nível da totalidade social e não apenas é objetiva, real, como cria o real”.

Todavia, outras realidades se impõem como contraponto ao discurso dominante. Desde os Jogos de Montreal (1976) e culminando com a faustosa edição de Atenas (2004), multiplicam-se os casos de elevado desperdício de recursos públicos, com endividamento e produção de legados altamente comprometedores. A rápida expansão da *internet* e suas redes sociais favorecem a difusão de imagens e informações que contestam radicalmente o atual discurso olímpico. E para agravar o quadro, a crise econômica pós-2008 acentuou a crítica ao modelo perdulário e monumental vigente no urbanismo olímpico. Assistimos assim à elevação do tom das vozes dissonantes, gerando a série de contestações e desistências recentes das candidaturas citadas na introdução deste artigo.

Entendemos que a difusão quase planetária de uma consciência antiolímpica pode ser considerada expressão da possibilidade verificada por Milton Santos (2000, p. 21) diante da globalização: a universalidade empírica de nossos dias, isto é, nossa capacidade inédita de, pelo avanço das técnicas, monitorar os acontecimentos em escala mundial, nos permite também

⁶ Instalações específicas como o ginásio de basquetebol e o de hóquei e o estádio de beisebol foram edificadas em pequenas cidades vizinhas (respectivamente Badalona, Terrassa e Viladecans), consideradas carentes desse tipo de equipamento. Vale registrar que, dos 43 equipamentos usados no evento, apenas 15 foram construídos na ocasião. Em outras palavras, privilegiou-se o aproveitamento do parque esportivo já existente, remodelando-o quando necessário, reduzindo assim o custo do evento (Truñó, 1996, p. 53-55).

produzir novos relatos, metanarrativas que se contrapõem aos imperativos da globalização perversa, apontando caminhos para “uma outra globalização”. De fato, as mídias sociais difundiram tudo aquilo que as grandes corporações midiáticas escondiam sobre cada megaevento esportivo: os conflitos, por vezes violentos, as denúncias e as dramáticas imagens posteriores do imenso desperdício de recursos públicos, em legados altamente comprometedores, como no caso de Atenas: cenário fantasmagórico de ruínas e abandono dez anos após o evento.⁷

A expansão de ativismos sociais e de uma consciência planetária contrária a certo modo faustoso de produzir cidades olímpicas tem afetado, a nosso ver, as decisões e estratégias do movimento olímpico em escala mundial. Desde o início do século XX se nota no âmbito do COI a preocupação explícita para com o chamado “legado” dos jogos. Ao mesmo tempo, escolhas como a de Londres (2012) e Tóquio (2020) parecem corresponder ao receio de se repetir continuamente edições de grande impacto (ambiental, social e político) como as de Atenas (2004) (que certamente “acenderam a luz vermelha”, de alerta ao olimpismo), Pequim (2008) e Rio de Janeiro (2016).

Não por acaso, é possível claramente notar neste século XXI um deslocamento espacial dos megaeventos esportivos no sentido da periferia emergente do sistema mundial, notadamente para os chamados Brics e, mais recentemente, para o mundo asiático: além dos já citados Jogos do Rio de Janeiro e Pequim, temos as edições de 2010 (África do Sul), 2014 (Brasil), 2018 (Rússia) e 2022 (Qatar, em detrimento do favoritismo estadunidense) da Copa do Mundo de Futebol Masculino, bem como outros eventos: os Jogos Olímpicos de Inverno de 2014 (Sochi), 2018 (Pieyongchang) e 2022 (Beijing), assim como os Jogos da Commonwealth (Delhi, 2010). Esse deslocamento não sinaliza apenas a predisposição de determinados países de rápido crescimento econômico a alcançar maior projeção internacional pela exibição de seu poderio emergente, mas também a estratégia da Fifa e do COI de recorrer a países nos quais, supostamente, encontrarão menos resistência por parte da sociedade civil, sobretudo por questões de cultura política ou por contar com governos autoritários desejosos de legitimação no cenário global e mesmo no plano interno.⁸

A seguir, percorreremos rapidamente o caso Rio 2016, visando colocar em debate este modelo, avançar na reflexão sobre seus custos (econômicos, políticos, sociais e ambientais) e prospectar os horizontes de transição.

Rio de Janeiro: projeto de cidade espetacular

Antes de mais, cumpre registrar alguns elementos da conjuntura olímpica internacional na qual se inscreve a escolha do Rio de Janeiro para sediar a primeira edição sul-americana dos jogos olímpicos. Pequim 2008 visou claramente rerepresentar a China ao mundo como nova potência, reluzente e grandiosa, promovendo a mais cara edição da história dos Jogos até então: a cidade sofreu uma verdadeira “maquiagem olímpica” para esconder do mundo tudo aquilo que faz parte de seu cotidiano, mas que é considerado impróprio para a imagem civilizada da “nova China” (Broudehoux, 2007). A maquiagem incluiu a remoção de mendigos, prostitutas

7 Diversos sítios na web divulgam os estragos decorrentes dos Jogos de Atenas 2004. Entre outros, Bloor (2014).

8 “This may well represent the future of Olympic bidding – cities in countries who will spend any amount to run a Games hoping to make an international political statement” (“The Olympics [...], 2015).

e retirantes das ruas, alguns sendo mantidos em prisões prorrogadas ou abrigos e outros sendo mandados diretamente para campos de trabalho compulsório. Vendedores ambulantes tiveram seus produtos brutalmente confiscados (BHP Billiton [...], 2015). Em suma, conjugada à violência praticada pelo governo chinês, a miséria urbana estrutural compõe o quadro deplorável dos excluídos da festa olímpica.

O projeto de candidatura de Londres 2012, por sua vez, foi concebido na primeira gestão de Ken Livingstone (2000-2004), candidato independente, oriundo do Labour Party, mas que dele havia se afastado por dissidências ideológicas, reconhecido como “The Red Ken”. Os organizadores dos jogos, reunidos na Olympic Delivery Authority (ODA), jamais negaram ter em Barcelona a inspiração principal, por sua capacidade de regeneração urbana e seu “planejamento de longo prazo que colocou a cidade em novo rumo” (Barrett; Dyckhoff, 2012, p. 24). Mais do que isso, Londres anunciava sua preocupação social ao eleger uma área periférica e deprimida para ser o centro dos jogos e, por meio deles, ser completamente regenerada. E com índice relativamente baixo de remoção de residentes, sendo o local ocupado majoritariamente por galpões e fábricas fechadas, além de terrenos “contaminados”, como um típico “Brown-field”.

Mas os Jogos de 2012 também dialogam, de alguma forma, com o projeto maior, gestado nos anos do thatcherismo, que tornou Londres uma verdadeira *global city*, centro financeiro de primeiro escalão. Como advertiu Doreen Massey (2007, p. 62), a retórica da proclamada “reinvenção de Londres” apostava numa troca simples e muito “benéfica”: substituir o velho proletariado fabril e os estivadores por uma nova classe trabalhadora, moderna, limpa e bem vestida, ocupada no terciário superior, em especial no setor financeiro. Mas se esqueceram de dizer que essa mudança implicava elevação brutal dos preços da terra urbana e, portanto, maior periferização dos pobres, estes, aliás, excluídos do novo mercado de trabalho. A Londres reinventada pelos liberais é uma cidade dividida (Massey, 2007, p. 72) entre a vitrine reluzente do moderno e as zonas obscuras da pobreza e do desemprego.

O projeto olímpico Rio 2016, em grande parte, reproduz a perspectiva da cidade empreendedorista e de jogos olímpicos “espetaculares”. Governo autoritário, baseado em instâncias decisórias fugazes, com mínima transparência, de modo que a dimensão político-institucional se manteve basicamente a mesma que produziu os Jogos Panamericanos de 2007, a exceção de um detalhe fundamental: se fortaleceu a partir da inédita coalizão nos três níveis de governo (local, estadual e nacional). Esmagada pelo poderio dessa coalizão, a dimensão cidadã foi desvalorizada, mas reagiu pela mobilização popular: o Comitê Social do Pan (atuante de 2005 a 2009) e o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (de 2009 aos dias de hoje). A dimensão simbólica, por sua vez, manteve a concepção dominante já presente em 2007: o mito do evento capaz de salvar e alavancar a economia urbana, e o esporte como portador inequívoco de uma mensagem de saúde, regeneração, alegria, vigor, pacificação e disciplina (Mascarenhas; Bienenstein; Sánchez, 2011).

Quanto à dimensão físico-territorial, mantiveram-se o desprezo absoluto pela periferia metropolitana e a concentração espacial das instalações no entorno da Barra da Tijuca. Todavia, o projeto foi alterado significativamente, mesmo após a confirmação da cidade como sede dos jogos: uma poderosa articulação entre o setor empresarial e órgãos governamentais

gerou um grande projeto de reforma da zona portuária da cidade. Como pretexto para empreender essas transformações, decidiu-se que ali seriam instaladas as vilas de mídia e de árbitros. Considerando os limites deste artigo e que o conjunto das demais áreas e instalações tem sido alvo de diversos estudos e publicações (Vainer, 2011; Bienenstein; Sánchez; Mascarenhas, 2012; Santos Jr.; Gaffney; Ribeiro, 2015), bem como processos de militarização do espaço urbano diretamente relacionados ao grande projeto olímpico (Freeman, 2012), nos deteremos na zona portuária e na Barra da Tijuca, as duas principais áreas impactadas pela realização dos jogos.

Considerada zona urbana obsoleta desde o início do processo de modernização (a “containerização”) e preenchida em grande parte por galpões abandonados e habitação de baixa renda, a zona portuária há muito vinha despertando a cobiça empresarial, interessada em modelos e experiências internacionais “bem-sucedidas” de reforma/requalificação/revitalização/renovação (terminologia desprovida de conteúdo crítico) das áreas portuárias (Baltimore, Londres, Puerto Madero e tantas outras). E assim, aproveitando a febril conjuntura “olímpica”, uma grande articulação de interesses estatais e privados no Rio de Janeiro propõe a retomada do contato da cidade com a orla, evidentemente imbuída de sofisticação e monumentalidades, sob a denominação Projeto Porto Maravilha. Sem abrir canais de diálogo com a população residente ou com entidades da sociedade civil carioca, o projeto constitui um gigantesco pacote de intervenções. Vale registrar que, sendo uma grande área urbana em que predominam terrenos públicos, poderia ter sido palco de um megaprojeto de habitação social, oferecendo aos trabalhadores proximidade com a área central.

Nesse processo avassalador, a remoção de moradores adquire tons dramáticos, sobretudo no Morro da Providência (Braathen; Sorboe; Mascarenhas, 2014). Além da zona portuária, amplos espaços da cidade têm sido alvo de intervenções, com índices inéditos de desapropriações e remoções, especialmente para a construção de corredores viários. O caso da Vila Autódromo, comunidade vizinha ao Parque Olímpico, tornou-se paradigmático pela longa resistência organizada, inclusive apoiada pela universidade (Ippur-UFRJ), na formulação de um Plano Popular. Após seguidas vitórias no embate político, a comunidade não resistiu à força empreendida pela gestão municipal nos últimos meses (entre maio e julho de 2015). No momento, das 700 casas originalmente existentes, poucas restam no local, que se transformou no símbolo maior da resistência antiolímpica na cidade, hoje completamente devastado pela ação governamental.

Além de acelerar o avanço do setor imobiliário e de toda uma concepção urbanística já superada, baseada no automóvel particular, a opção pela Barra da Tijuca como “coração dos Jogos” favoreceu grandes agentes privados atuantes no local e promoveu intensa degradação ambiental, com destaque para o campo de golfe.⁹ Além de todos esses impactos, esse processo tem outros agravantes. Por um lado, a política de transporte intrametropolitano, considerada pelo discurso oficial um dos principais legados dos Jogos, concentrou todo o planejamento em torno da Barra da Tijuca como suposta “nova centralidade” da cidade. Criaram-se três grandes

⁹ A despeito de ampla contestação de ativistas, o campo de golfe olímpico está construído em área de proteção ambiental, a Reserva de Marapendi. O projeto envolve interesses privados do setor imobiliário, com a construção de gigantesco empreendimento favorecido por alteração das normas urbanísticas no local.

vias urbanas, todas com faixa exclusiva para corredores de ônibus (os chamados BRT, ou *bus rapid transit*), o que a princípio responderia a demandas sociais de transporte público de maior velocidade. Todavia, além da persistência no modelo rodoviário (poluente e de baixa eficácia em termos quantitativos), todas as três vias partem da Barra da Tijuca, como se esse bairro tivesse subitamente se transformado no novo centro da cidade. Só muito mais tarde, após severas críticas por parte de especialistas e movimentos sociais, o poder público reconheceu que não se havia contemplado o principal fluxo cotidiano de deslocamento de trabalhadores, decidindo então pela construção de um quarto corredor, o da avenida Brasil.

Também o sistema de transporte sobre trilhos, o metrô do Rio de Janeiro, foi gravemente afetado pela eleição da Barra da Tijuca como centralidade e por toda uma concepção mercadofila, senão míope, de gestão da infraestrutura urbana. Reconhecidamente de alcance deveras limitado, o metrô da cidade há muito carecia de investimentos para expansão, com novas linhas previstas muito antes da candidatura olímpica. Com o advento dos Jogos, o poder público decidiu subitamente alterar o projeto anterior, alimentado há décadas, de modo a expandir o sistema até a Barra da Tijuca, ignorando necessidades de tantos outros bairros (sobretudo periféricos) e aspectos técnicos fundamentais: a invenção de uma linha contínua (prolongamento da Linha I) de longa extensão desde o Centro da cidade até a Barra da Tijuca, sem conexões que permitam desafogo, vai certamente gerar problemas crônicos de superlotação.¹⁰

Segundo vagos pronunciamentos oficiais,¹¹ os Jogos custarão em torno de R\$ 40 bilhões, sendo mais da metade (R\$ 25 bilhões) destinada ao Plano de Legado do evento, que, como procuramos demonstrar, tem sérias distorções, relativas à concentração de investimentos em modalidades poluidoras e menos eficientes de transporte (o BRT) e em áreas urbanas bem menos carentes de infraestrutura, o que decorreu sobretudo da escolha da Barra da Tijuca como centralidade do evento. A desvalorização cambial frente ao dólar permitirá um “efeito” favorável à publicidade do projeto Rio 2016 – já que o custo final provavelmente não ultrapassará o das duas últimas edições dos Jogos –, mas não devemos esquecer que, durante os anos de preparativos, o volume consumido, em dólares (parâmetros cambiais de então), pode ter superado o gasto total de tais edições. Mais graves ainda são as perdas ambientais e sociais, difíceis de estimar, incluindo 70 mil trajetórias individuais marcadas para sempre pela remoção que rompeu laços comunitários e identitários, desorganizou vidas e promoveu um processo de acentuada periferização das camadas populares, que assim veem reduzido seu direito à cidade. Sem mencionar o alto índice de remoções, estimado atualmente em 67 mil pessoas afetadas (Faulhaber; Azevedo, 2015).

Enfim, pela amplitude das intervenções e pela limitação deste artigo, não podemos ir além destas breves notas. Vale, porém, frisar que, em grande medida, o projeto Rio 2016 se aproxima muito mais do “modelo Pequim 2008”, do que de qualquer outro na história do ur-

10 O movimento popular O Metrô que o Rio Precisa produziu uma crítica bem documentada a esse projeto, que subordina todo um traçado de linhas de transporte a um único megaevento. Também o Clube de Engenharia se pronunciou diversas vezes, denunciando a inviabilidade técnica do projeto, mas o governo estadual seguiu adiante, comprometido com acordos que privilegiam determinados interesses em detrimento da maioria da população.

11 A exemplo do que ocorreu no Pan-2007 e em outros eventos, é impossível estimar precisar seu custo total antes de seu encerramento e da prolongada prestação de contas. O presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Nuzman, afirma que “há cláusulas de confidencialidade com parceiros privados que impedem a publicação de todos os contratos e que as contas serão feitas ao término da Olimpíada” (Davies; Puff, 2015).

banismo olímpico, pela ênfase na monumentalidade, pela abrangência das intervenções, pelo volume de obras, pela natureza autoritária do projeto que removeu, até o presente, mais de sessenta mil residentes. São um retrato da atual fase neodesenvolvimentista do Brasil e da emergência mundial de um novo modelo de gestão urbana, de cunho mercadófilo e calcado em grandes operações pontuais.

À guisa de conclusão: o futuro do urbanismo olímpico

Esse mundo globalizado produz uma racionalidade determinante, mas que vai, pouco a pouco, deixando de ser dominante. É uma racionalidade que comanda os grandes negócios, que são cada vez menos numerosos mas cada vez mais abrangentes. Esses grandes negócios são de interesse direto de um número cada vez menor de pessoas, embora a maior parte da humanidade seja concernida por eles.

Milton Santos

Para os Jogos de Inverno de 2022, Oslo era a candidata favorita. Não apenas por sua capacidade de organização, poder econômico e forte tradição em esportes de inverno. O projeto Oslo 2022 reluzia no aspecto ambiental e apresentava o formidável índice de “remoção zero”. Após o faustoso e agressivo evento em Sochi 2014 (o mais caro evento esportivo de inverno da história: US\$ 51 bilhões) e das perspectivas pouco diferentes para 2018, o projeto norueguês cairia como uma luva, considerando a hipótese aqui levantada da existência de uma “balança olímpica”: tal como Londres 2012, que ocorreu após duas edições “pesadas” (alto custo ambiental e em direitos humanos), Oslo serviria para abrandar as pressões e críticas ao movimento olímpico. Mas a cidade declinou em outubro de 2014, após ampla consulta à sociedade civil. Não temos dúvida de que Oslo seria escolhida, se mantivesse a candidatura, cumprindo assim seu papel no que supomos ser a “balança olímpica” vigente.

Diante da retração do número de candidaturas, particularmente dos países de democracia avançada, para 2022 restaram ao COI apenas duas opções, ambas em regimes totalitários e de economia dinâmica e, conseqüentemente, ambas imbuídas do espírito gigantista e perdulário atualmente muito questionado. Optou-se pela experiência acumulada e pela força política e econômica de Pequim.¹² Se esse será um evento nos moldes de Sochi, tal como se anuncia, ainda não podemos assegurar, pois os próximos sete anos prometem novos debates e possíveis mudanças no âmbito do urbanismo olímpico.

Em suma, é cedo para afirmações peremptórias, mas os elementos apresentados aqui permitem supor sinais de desgaste do urbanismo olímpico agressivo, autoritário, monumental, espetacular e perdulário. Para mantê-lo, o sistema olímpico poderia se contentar com a limitação territorial contemporânea (Brics, potências asiáticas e exportadores de petróleo do Oriente Médio), mas há um custo político e simbólico nessa escolha evidentemente geopolítica.

¹² Pequim será a única cidade do mundo a sediar duplamente os Jogos de Inverno e de Verão, e o projeto anuncia elevados gastos, com abundante neve artificial. Não adiantou o forte argumento de sua adversária direta, a cidade de Almaty, dotada de neve natural, pelo slogan “Keeping it real” (algo como “Sejamos autênticos”) (Boykoff, 2015).

Aprovada em dezembro de 2014, a agenda 2020 já sinaliza alguma predisposição a flexibilizar as exigências para atrair candidaturas de nações e cidades de maior legitimidade no campo dos direitos humanos e da proteção ao meio ambiente. Essa agenda poderia estabelecer a obrigatoriedade de consulta popular em cada candidatura, conforme vinha sendo discutido no próprio seio do sistema olímpico, mas não o fez, limitando-se, na Recomendação 39, a indicar “mais aproximação com a sociedade civil”. Não devemos, porém, ignorar que a possibilidade criada por essa nova agenda, de se lançar mão de outras localidades a cada edição do evento, evitando a concentração absurda de investimentos e instalações numa única cidade, já permite a composição de projetos mais factíveis e com legados de maior extensão geográfica. Acreditamos que a publicação dessa agenda viabilizou algumas candidaturas ao longo de 2015, estacando a curva descendente que apresentamos no Gráfico 1: para 2024 (ano que não aparece no gráfico), teremos o mesmo número de cidades candidatas que a olimpíada anterior, isto é, cinco cidades postulantes. Seguindo o mesmo efeito da Agenda 2020, muito provavelmente teremos para os Jogos de Inverno de 2026 a retomada do crescimento de candidaturas, pois várias cidades já acenaram com esse interesse, incluindo a “poderosa” Barcelona, diversas cidades estadunidenses e mesmo uma possível candidatura sul-americana, na Patagônia. O critério de escolha a ser revelado em 2017 para os Jogos de 2024, bem como a natureza e o porte dos projetos concorrentes, serão decisivos para avaliar efetivamente o efeito “agenda 2020”: até que ponto atende aos protestos aqui citados e de fato reduz o gigantismo perdulário que caracterizou a história recente do urbanismo olímpico.

Alguns episódios atuais sinalizam essa perspectiva mais otimista. Vale registrar o ocorrido recentemente em Tóquio. Em julho de 2015, mediante contestação social intensa, o governo japonês decidiu pela revisão radical do projeto do estádio olímpico para os Jogos de 2020, reduzindo bastante seus custos. Imediatamente, o presidente do Comitê Olímpico do Japão, Yoshiro Mori, formalizou pedido de desculpas ao COI. Este, por sua vez, já demonstrando o novo “espírito” de tentar amenizar a desgastada imagem do urbanismo olímpico, aceitou o pedido afirmando “We highly respect this gesture”, nas palavras do próprio Thomas Bach, presidente do COI (Linden, 2015). Trata-se de uma nova política, considerando a postura draconiana até então vigente no que tange ao cumprimento estrito de todos os planos e promessas contidos nos dossiês de candidatura olímpica. A falta de transparência nos processos decisórios relativos aos Jogos 2016 não autoriza avaliações precisas, mas cremos que a profunda redução no orçamento para realização das (tradicionalmente faustosas) cerimônias de abertura e encerramento parece sinalizar esse novo horizonte global.¹³

Segue em vigor o “motor único” global de que fala Milton Santos (2000), perceptível na forma hegemônica e padronizada de produção da cidade olímpica, pois a máquina urbana de crescimento e todos os grandes interesses econômicos diretamente associados ao olim-

13 Essas cerimônias custarão apenas um décimo da versão londrina, de 2012. Segundo a BBC, Mario Andrada, diretor de comunicações do Comitê Rio 2016, afirma que “O tempo de esbanjar acabou. Precisamos ser criativos nas maneiras de concretizar esses cortes” (Davies; Puff, 2015). Segundo o jornal *The Guardian*, Fernando Meireles, diretor responsável pelo espetáculo, afirmou estar contente com o corte orçamentário, já que o país precisa poupar recursos para investir em educação, saneamento etc. (Thuillier, 2015). Sem dúvida alguma, um tom diferente daquele que prevaleceu desde 2009, quando se escolheu o Rio para sediar o evento.

pismo continuam vigorando, mas, diante da nova consciência antiolímpica e da desaceleração da economia mundial, esse motor demandou ajustes, num processo que supomos estar ainda em fase inicial. E, como os protestos sociais implicam uma agenda de demandas de investimentos em educação, saúde, habitação e mais transparência e participação na gestão urbana, podemos afirmar que, no novo cenário olímpico, determinados setores do capital perdem vantagens em favor do direito cidadão a uma forma de gestão urbana menos mercádófila e espetacular.

Vale registrar que há muito a evoluir no debate e nas ações, mas o atual horizonte para o urbanismo olímpico é muito melhor que o de dez anos atrás. Nesse ínterim, a crítica empreendida por intelectuais e pelo movimento social adquiriu maior visibilidade, e suas ideias conquistaram mais aceitação, resultando numa série inédita de desistências no processo de candidatura, particularmente nos últimos três ou quatro anos. Quiçá poderemos dizer, daqui a dez anos, que esse modelo de urbanismo olímpico se tornou obsoleto. Remoções em massa, gastos públicos exorbitantes, grandes impactos ambientais, falta de transparência e de canais de diálogo, quem sabe, serão bem mais raros em cada grande festa do esporte olímpico, que assim terá a oportunidade de inscrever, ainda que timidamente, seu lugar no contínuo, árduo e mais amplo processo de conquista e construção de modelos cada vez mais democráticos de gestão urbana.

Referências

- AMARAL, S. O “*Modelo Barcelona*”, os Jogos Olímpicos-1992 e os legados para o esporte e o lazer: para pensar os Jogos Olímpicos no Brasil. Campinas, SP: Unicamp, 2015. Relatório parcial de estágio pós-doutoral Fapesp.
- ANDRANOVICH, G.; BURBANK, M.; HEYNG, C. Olympic cities: lessons learned from Mega-Event Politics. *Journal of Urban Affairs*, v. 23, n. 2, p. 113-131, 2001.
- BARRETT, C.; DYCKHOFF, T. *Architecture of London 2012: Vision Design Legacy: An Official London 2012 Games Publication*. London: Dyckhoff, 2012.
- BHP BILLITON FINED US\$ 25M FOR GIFT TRIPS TO BEIJING OLYMPICS FOR FOREIGN OFFICIALS. *The Guardian*, 21 maio 2015. Disponível em: <www.guardian.co.uk/sport/olympics2008>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- BIENENSTEIN, G.; SANCHEZ, F.; MASCARENHAS, G. The 2016 Olympiad in Rio de Janeiro: Who Can/Could/Will Beat Whom? *Esporte e Sociedade* (revista digital), v. 7, n. 19, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/index.html?ed=19>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- BLOOR, S. Abandoned Athens Olympic 2004 venues, 10 years on – in pictures. The Report Company, 13 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/sport/gallery/2014/aug/13/abandoned-athens-olympic-2004-venues-10-years-on-in-pictures>>. Acesso em:

- BOSTON ENDS BID FOR 2024 OLYMPIC AND PARALYMPIC GAMES. *BBC News*, US & Canada, 25 July 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-us-canada-33682648>>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- BOYKOFF, J. Beijing and Almaty contest Winter Olympics in human rights nightmare. *The Guardian*, 30 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/sport/2015/jul/30/china-kazakhstan-winter-olympics-2022>>. Acesso em: 30 jul. 2015.
- _____. *Celebration capitalism and the Olympic Games*. New York: Routledge, 2014.
- BRAATHEN, E.; SORBOE, C. M.; MASCARENHAS, G. Brics: mega-sport events and Rio de Janeiro as a city of exception. *Tensões Mundiais/World Tensions*, v. 10, p. 348-362, 2014.
- BROUDEHOUX, A.-M. Spectacular Beijing: the Conspicuous Construction of an Olympic Metropolis. *Journal of Urban Affairs*, v. 29, n. 4, p. 383-399, 2007.
- COMPANS, R. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- DAVIES, W.; PUFF, J. Em meio à crise, Comitê Rio 2016 corta 30% de gastos para evitar deficit. *BBC Brasil*, Rio de Janeiro, 5 out. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151005_corte_orcamento_olimpiadas_jp_rb>. Acesso em: 15 out. 2015.
- FAULHABER, L.; AZEVEDO, N. *SMH 2016: remoções no RJ Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- FREEMAN, J. Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of police pacification in Rio de Janeiro. *REU*, Sorocaba, SP, v. 38, n. 1, p. 95-126, 2012.
- HARVEY, D. *Le capitalisme contre Le droit à la ville: néolibéralisme, urbanisation, résistances*. Paris: Amsterdã, 2011.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. Do gerenciamento ao “empresariamento”: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debate*, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n. 36, p. 48-64, 1996.
- _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HAYNES, J. Impacto socioeconómico de los Juegos Olímpicos de Sydney 2000. *Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport*, 2001. Disponível em: <<http://olympicstudies.uab.es>>. Acesso em: 17 maio 2005.
- HOLZ, J.-M. (Org.). *Les Jeux Olympiques et leurs territoires*. Perpignan: Presses Universitaires de Perpignan, 2011.
- HORNE, J.; WHANNEL, G. *Understand the Olympics*. New York: Routledge, 2012.
- INTERNATIONAL OLYMPIQUE COMITE. *Olympic Agenda 2020: 20 + 20 recommendations*. Lausanne, dez. 2015. Disponível em: <http://www.olympic.org/documents/olympic_agenda_2020/olympic_agenda_2020-20-20_recommendations-eng.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

- LENSKYJ, H. *Olympic industry resistance: challenging Olympic power and propagand*. New York: State University of N. York Press, 2008.
- LINDEN, J. Olympics-IOC boss tells Japan “no apology needed” over stadium changes. Reuters, 1 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2015/08/01/olympics-tokyo-idUSL1N10C08Z20150801>>. Acesso em: 9 set. 2015.
- LOGAN, J.; MOLOTCH, H. *Urban Fortunes: The political Economy of Place*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- MASCARENHAS, G. Os jogos pan-americanos de 1963. In: MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (Org.). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Eduerj/Faperj, 2011. v. 1. p. 83-97.
- _____. Barcelona y Río de Janeiro: diálogo entre modelos y realidades del llamado Urbanismo Olímpico. *Biblio 3w*, Barcelona, v. XV, p. 1-6, 2010.
- _____. Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-Americanos-2007. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245 (13), 1 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd78/geo.htm>>. Acesso em: 8 abr. 2016.
- _____. A cidade e os grandes eventos olímpicos: uma geografia para quem? *Revista Digital*, Buenos Aires, ano 10, n. 78, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd78/geo.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2016.
- MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (Org.). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Eduerj/Faperj, 2011.
- MASSEY, D. *World City*. London: Potety, 2007.
- MOBILISATION CHEZ LES ANTI-JO, 9 mar. 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hwhLBevFuq8>>. Acesso em: 15 mar. 2015
- MUÑOZ, F. Historic evolution and urban planning typology of Olympic Villages. *Centre d’Estudis Olímpics i de l’Esport*, Barcelona, p. 1-26, 1996.
- SANTOS, M. *Milton Santos: encontros*. Org. Maria Ângela Leite. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.
- _____. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record, 2000.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS JUNIOR, O.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. (Org.). *Brasil: impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: E-papers/Observatório das Metrópoles, 2015.
- “THE OLYMPICS ARE DEAD”: DOES ANYONE WANT TO BE A HOST CITY ANY MORE? The Guardian, 28 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/sport/2015/jul/28/the-olympics-are-dead-why-should-anyone-want-be-a-host-city-anymore>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

- THUILLIER, A. Rio 2016 Olympic ceremonies to be low-budget. Fox Sports, 22 set. 2015. Disponível em: <<http://www.foxsports.com/olympics/story/rio-2016-olympic-ceremonies-low-budget-fernando-meirelles-filmmaker-sanitation-092215>>. Acesso em: 5 out. 2015.
- TRUÑÓ, E. Barcelona, ciudad del deporte. In: MORAGAS, M.; BOTELLA, M. (Org.). *Las claves del éxito: impactos sociales, deportivos, económicos y comunicativos de Barcelona '92*. Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos y del Deporte, 1996. p. 52-67.
- VAINER, C. B. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011.
- _____. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 74-102.

Corporeidade: sexualidades no mercado sexual transnacional sob o olhar eurocêntrico

Joseli Maria Silva

UEPG

Marcio Jose Ornat

UEPG

p. 69-82

revista



USP

espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Como citar:

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Corporeidade: sexualidades no mercado sexual transnacional sob o olhar eurocêntrico. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 1, p. 69-82, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/98302>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.98302>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Corporeidade: sexualidades no mercado sexual transnacional sob o olhar eurocêntrico

Resumo

Este artigo procura compreender como a corporeidade e a sexualidade das brasileiras é produzida sob o olhar hegemônico eurocêntrico, bem como a capacidade subversiva das prostitutas, no processo de mobilidade espacial, de desenvolver estratégias para tirar vantagem de uma estrutura de forte exclusão e vulnerabilidade, contemplando uma perspectiva interseccional entre classe, gênero e raça. Para isso, fizeram-se quatorze entrevistas em profundidade com mulheres brasileiras profissionais do sexo residentes na Espanha, com idade entre 23 e 30 anos e seis entrevistas com homens espanhóis com idade entre 35 e 62 anos, assíduos frequentadores de locais em que se desenvolvem atividades de comércio sexual.

Palavras-chave: Mulheres brasileiras. Prostituição. Corporeidade. Mercado sexual transnacional.

Corporeality: sexualities in the transnational sexual market under eurocentric gaze

Abstract

The aim of this article is to understand how the corporeality and sexuality of Brazilian women are produced under the hegemonic Eurocentric outlook, as well as examining the subversive capability of prostitutes, who develop strategies to take advantage from a structure that is strongly exclusionist, and which forces these women into a position of vulnerability in Spain. The approach that has been adopted is an intersectional perspective that considers class, gender and race. To achieve this goal, 14 in-depth interviews were conducted with female Brazilian sex workers, aged from 23 to 30, and six interviews with Spanish men aged between 35 and 62, who regular customers of locations where commercial sex activities took place.

Keywords: Brazilian women. Prostitution. Corporeality. Transnational sex trade.

Introdução

A porta se abre e aparece um belo sorriso de uma senhora de aproximadamente sessenta anos de idade. Perguntou-nos se éramos a pessoa indicada para a vaga de empregada doméstica e dissemos que sim. Convidou-nos a entrar e imediatamente começou a nos mostrar os cômodos de seu apartamento de quatro quartos, ao mesmo tempo em que falava sobre as demandas do trabalho que ela oferecia. Limpar, cozinhar, lavar e passar para seus três filhos homens adultos, ela mesma e ainda sua mãe, uma senhora mais velha que requeria cuidados especiais. Ofereceu um salário abaixo do mínimo pago na Espanha, justificando as despesas que ela teria com o acolhimento de mais uma pessoa em sua casa, já que o trabalho exigia dormir no emprego devido à necessidade de cuidados noturnos com sua mãe. Antes de sairmos, a senhora ainda alertou: “Não me importa que sejam ilegais; sei das dificuldades das brasileiras. Se você não falar bem o espanhol, não há problema. O importante é compreender muito bem aquilo que nós dizemos para você. Outro ponto é que, com três filhos homens em casa, é você quem tem que saber se comportar como uma pessoa de respeito, para que não haja qualquer tipo de problema, você entende?” (Trecho de diário de campo, Madri, 31 maio 2008).

Esse trecho do diário de campo de pesquisa é o registro de uma experiência compartilhada com Cassiopeia,¹ uma prostituta² brasileira vivendo em Madri, numa de suas tentativas de abandonar a atividade comercial sexual e, segundo ela, “levar uma vida honesta, já que seus filhos estavam crescendo e logo saberiam o que ela realmente fazia para ganhar a vida na Espanha”. Ao sair do apartamento, houve alguns minutos de silêncio. A revolta inundava os pensamentos e a voz daquela senhora; apesar de branda, ela exprimia toda a violência colonial com que o pensamento eurocêntrico ainda julga e valora as mulheres da América Latina. Além da aviltante exploração do trabalho, em suas palavras, dois elementos se destacavam: o corpo feminino colonizado entendido como ameaça à ordem e o silenciamento como normalidade das relações de poder instituídas. Enquanto alguns pensamentos intelectuais feministas faziam aumentar a indignação em torno dessa experiência, Cassiopeia disse, com toda sua sabedoria: “Acho melhor ser puta, mesmo! Como puta, me sinto mais importante aqui!” Nos olhamos, rimos com cumplicidade e concordamos plenamente com ela.

O objetivo deste texto é compreender como a corporeidade e sexualidade das brasileiras é produzida sob o olhar hegemônico eurocêntrico, bem como a capacidade subversiva das prostitutas, no processo de mobilidade espacial, em desenvolver estratégias capazes de tirar vantagens de uma estrutura de forte exclusão e vulnerabilidade, contemplando uma perspectiva interseccional entre classe, gênero e raça.

1 Esta reflexão jamais seria possível sem a generosidade e a inteligência de Cassiopeia, uma brasileira, profissional do sexo que vive em Madri e se tornou uma grande amiga, com quem dividi conhecimentos, aventuras e, acima de tudo, muito afeto e admiração. Todos os nomes dados no texto são fictícios.

2 Há uma disposição geral do Ministério do Trabalho, bem como de direitos humanos globais para o uso de expressão “profissionais o sexo”. O grupo DAVIDA, organização brasileira que luta por direitos cidadãos de pessoas que comercializam práticas sexuais, preferem a palavra “prostituta” e reivindicam sua ressignificação. As mulheres com quem convivi em Madri se diziam “putas”. Nesse sentido, procurando respeitar os diferentes posicionamentos, adotaram-se várias palavras e expressões, de acordo com o contexto.

Este texto está baseado em uma pesquisa realizada em 2008 sobre a imigração ilegal de brasileiras para o mercado sexual na Espanha.³ Em Madri, conheci Cassiopeia (autor 1), uma brasileira profissional do sexo, com quem acabei desenvolvendo profundos laços de amizade que perduram até os dias de hoje. A partir dela, durante oito meses em que vivi em Madri, passei a fazer parte de suas redes de relacionamentos, composta de outras brasileiras prostitutas, seus clientes, amigos e namorados.

Assim, foi possível uma aproximação singular com este universo em que foram realizadas quatorze entrevistas em profundidade com mulheres brasileiras profissionais do sexo, com idade entre vinte e três e trinta anos e seis entrevistas com homens espanhóis com idade entre trinta e cinco e sessenta e dois anos, assíduos frequentadores de locais em que se desenvolvem atividades de comércio sexual. As mulheres brasileiras relataram ter terminado o nível médio de escolaridade, ter baixa renda no Brasil e serem mães. Entre os homens entrevistados, 66,7% alegou ter nível educacional superior e 33,3% o nível médio. Todos eles se identificam como pertencentes a uma camada de média renda na Espanha. Além disso, foram realizadas observações de campo em quatro clubes de alto padrão que oferecem serviços sexuais em Madrid.

Os eixos de investigação do roteiro de entrevistas exploraram as representações das mulheres brasileiras na sociedade espanhola e sua atuação no mercado sexual. As entrevistas foram transcritas na íntegra e interpretadas por meio de análise de conteúdo (Bardin, 1977).

Na primeira parte do texto será explorada as representações hegemônicas criadas em torno das mulheres brasileiras na Espanha, marcadas pela exotização de sua nacionalidade naquele contexto. Na segunda parte são exploradas as representações criadas pelas mulheres brasileiras profissionais do sexo que, reconhecendo o espaço de exclusão e marginalidade, criam formas de subverter sua condição social e econômica naquele país.

Tropicalização sob o olhar hegemônico: a presença das brasileiras na Espanha e a geopolítica do desejo

As primeiras décadas do século XXI têm sido marcadas por um aprofundamento das discussões em torno dos deslocamentos transnacionais envolvendo gênero, sexualidades e interesses econômicos. O Brasil é um dos países globalmente reconhecidos como origem de fluxos de pessoas para os chamados países centrais, de que se destacam Portugal e Espanha (Fernandes; Nunan, 2008; Masanet; Padilla, 2010). Os dados do Instituto Nacional de Estatística da Espanha (INE) de 2010 apontava que a imigração brasileira era majoritariamente feminina, composta de 60,9% de mulheres e 39,1% de homens.⁴ Além disso, o agravamento da crise econômica nos países europeus receptores de populações, bem como o acirramento das políticas anti-imigratórias, têm pressionado cada vez mais o governo brasileiro a atuar contra os deslocamentos transnacionais para fins sexuais.⁵

3 Os oito meses de trabalho de campo foram realizados em conjunto. Enquanto um de nós (autor 1) investigava as redes estabelecidas na Espanha, o outro (autor 2) explorava as conexões dessas redes no Brasil.

4 Em 2010, os dados do INE apontam 146.941 imigrantes brasileiros vivendo na Espanha.

5 Em 2006, a Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), elaboraram a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Em 2008, o Ministério da Justiça instituiu o primeiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e, em 2011, foi lançado o segundo plano.

O debate em torno da mobilidade internacional promovida pelo desejo, sexualidade e vantagens financeiras envolvendo o Brasil despertou o interesse de pesquisadores como Pelúcio (2010, 2011, 2012), Piscitelli (2006, 2007, 2009) e Piscitelli, Assis e Olivar (2011). A intensificação das políticas de combate ao tráfico de pessoas, tanto no Brasil como nos países receptores de fluxos de pessoas provenientes de países periféricos, tem chamado a atenção dos meios de comunicação, que apontam os deslocamentos transnacionais para fins sexuais como perigosos e criminalizados, gerando várias polêmicas sobre tal processo (Grupo Davida, 2005; Hynes; Raymond, 2002; Kempadoo; Sanghera; Pattanaik, 2005; Schauer; Wheaton, 2006).

A imprensa é um importante instrumento na criação e circulação de ideias hegemônicas sobre determinados temas e grupos sociais. As brasileiras na Espanha, bem como em Portugal, estão presentes na imprensa daqueles países em dois sentidos: pelo casamento entre mulheres brasileiras e homens portugueses e espanhóis e pela prostituição de brasileiras exercida naqueles países. Os anúncios na imprensa sobre a prestação de serviços sexuais são marcados pela nacionalidade brasileira, que aparece como um importante atributo comercializável.⁶

Os nomes adotados pelas profissionais do sexo em seus anúncios fazem alusão direta à nacionalidade brasileira, e sua imagem corporal explora cores e símbolos nacionais. Além disso, são verificadas ainda notícias sobre brasileiras como vítimas de “tráfico de seres humanos”. Nas notícias sobre matrimônio e prostituição, destacam-se a capacidade “natural” de sedução das brasileiras e sua corporeidade.

Em 2010, em matéria publicada na revista portuguesa *Focus*, destacam-se na capa um corpo feminino com um biquíni com as cores da bandeira brasileira e o seguinte subtítulo: “Os segredos das brasileiras. Adoradas pelos homens, odiada pelas mulheres, o facto é que as brasileiras fazem sucesso e entre as estrangeiras são as quem mais casam com portugueses [...]” (Focus, 2010, p. 116). Em 2011, outra revista portuguesa, *Activa*, publicou a matéria “Afim, o que é que a mulher brasileira tem que nós não temos?” (Fonseca, 2011), comentando o livro *Os segredos das mulheres brasileiras: para manter os homens loucamente apaixonados*, que dá uma série de “dicas” sobre como usar das habilidades das brasileiras para atrair e conquistar os homens. O livro apresenta a seguinte sinopse:

Quem não ouviu já falar do incrível poder de sedução das mulheres brasileiras? Do seu jeitinho especial de ser e de estar? Da sua forma carinhosa de falar e de dar mimo? Do cuidado que têm com a aparência e o corpo? Da maneira como “enlouquecem” os homens? São muitas as mulheres em todo o mundo que morrem de ciúmes sempre que uma brasileira entra em cena. Que se sentem inseguras, receando que os seus parceiros se encantem por elas... Vamos ser sinceras: na maioria dos casos, têm mesmo razão para ter medo. É que as brasileiras são mesmo “gostosas” e tentam facilmente o sexo oposto! Mas é importante perceber que elas são assim por natureza [...] (Wook).

Outra matéria, veiculada na BBC em 2009, abordava a presença maciça de brasileiras na Espanha e sua inserção naquela sociedade pelo casamento com homens espanhóis: “As brasileiras lideram as preferências dos homens espanhóis entre as estrangeiras na hora de casar”

⁶ *El País and El mundo.*

(Infante, 2009). A presença das mulheres brasileiras na Espanha promove “zonas de contato” em que as pessoas têm diferentes posições de poder (Pratt, 1991). Além da desvantagem das condições materiais das mulheres brasileiras que majoritariamente compõem o mercado laboral em serviços domésticos e de hotelaria mal pagos, como apontam Fernandes e Nunan (2008), elas também têm desvantagem na produção de discursos sobre sua própria realidade e sobre sua posição como sujeitos colonizados (Spivak, 1988; Hooks, 1990).

A situação de invisibilidade das mulheres latino-americanas e os discursos hegemônicos produzidos sobre elas na Espanha foi investigada por Echezarrieta e Leyva (2008). Segundo elas, a enunciação hegemônica da sociedade espanhola caracteriza-se a si mesma como “avançada”, “trabalhadora”, “racional”, “moderna”, “democrática” e “igualitária”, enquanto representa as mulheres latino-americanas a partir de uma noção de oposição, criando o usual imaginário de oposição “self/other” (Said, 1979).

A produção discursiva sobre as mulheres latino-americanas na Espanha produz a ficção política em que elas estão envolvidas e que justifica a ação colonizadora sobre elas. Aparício e Chávez-Silverman (1997, p. 8, tradução nossa) criam o conceito de *tropicalização*,⁷ que:

[...] é uma figura discursiva para imbuir um determinado espaço, geografia, grupo ou nação de um conjunto de traços e imagens. Esses discursos entrecruzados são distribuídos em textos oficiais de história, na literatura e nos meios de comunicação, circulando, assim, essas construções ideológicas através de vários níveis da sociedade receptora. [...] O tipo de tropicalização que estamos considerando aqui seria uma ideia mítica da latinidade com base nas projeções anglo de medo (ou dominante). Ele está intrinsecamente ligado à história das agendas políticas, econômicas e ideológicas dos governos e das instituições sociais.⁸

A tropicalização envolve as relações de poder e a posição do sujeito que enuncia o discurso hegemônico, mas, segundo Aparício e Chávez-Silverman (1997), uma representação produzida a partir da perspectiva do “tropicalizado” produz um potencial tanto de assimilação quanto de subversão. Danielson (2009) afirma que a consciência da forma como as imagens dos sujeitos tropicalizados são usadas pelos diferentes grupos pode servir tanto para propagar a hegemonia como para transformar o sujeito e suas condições de subalternidade.

Para avançar além da dicotomia entre tropicalizações hegemônicas e subversivas, este texto apresenta outras formas de relação de forças, envolvendo interseções entre diferentes categorias identitárias, o que complexifica as relações de poder e a organização de tensões entre sujeitos. O discurso hegemônico da sociedade espanhola sobre as mulheres brasileiras, por exemplo, não é hegemônico no que diz respeito ao gênero, pois homens e mulheres têm diferentes experiências com as brasileiras, podendo criar alianças ou oposições.

7 Os autores se valem da noção de *orientalismo*, de Said (1979), para construir analogamente a ideia de *tropicalization*.

8 “[...] means to trope, to imbue a particular space, geography, group, or nation with a set of traits, images. These intersecting discourses are distributed among official texts, history, literature, and the media, thus circulating these ideological constructs throughout various levels of the receptor society. [...] the sort of tropicalization we are considering here would be a mythic idea of latinidad based on Anglo (or dominant) projections of fear. It is intricately connected to the history of political, economic and ideological agendas of governments and social institutions” (Aparício; Chávez-Silverman, 1997, p. 8).

Echezarrieta e Leyva (2008) discutem a noção de latinidade construída pelo olhar dominante das mulheres espanholas em relação às mulheres imigrantes, procedentes da América Latina. Segundo as autoras, as mulheres espanholas produzem um discurso claro de racialização das mulheres latinas para "naturalizar" as relações assimétricas de poder e a inferioridade das latinas em relação às espanholas. As mulheres latino-americanas são descritas como "submissas", "procedentes de países subdesenvolvidos", "pobres", "hipersexualizadas", "atrassadas", "dóceis" e "exercem reprodução/maternidade descontrolada", indocumentadas.

O discurso produzido pelas mulheres espanholas sobre as mulheres latinas apontado por Echezarrieta e Leyva (2008), ao ser comparado com os resultados das entrevistas realizadas com homens espanhóis, evidencia algumas convergências de ideias entre os gêneros sobre as representações das mulheres latinas, mas também oposições. É justamente das oposições de ideias entre homens e mulheres espanhóis que as brasileiras encontram fissuras nas estruturas de poder naquele contexto que as possibilitam conquistar algumas vantagens, que serão tratadas na segunda seção deste texto.

O quadro que segue evidencia que os homens espanhóis também constroem a ideia da docilidade, hipersexualidade e pobreza sobre as mulheres brasileiras. Contudo, seu olhar sobre tais características da feminilidade das brasileiras é complementar à construção da ideia de sua masculinidade, diminuindo as tensões em torno da imigração e da rejeição. Quando questionados sobre a presença das mulheres brasileiras na Espanha, os homens trazem o tema da crise econômica europeia e de sua posição anti-imigração, mas isso não se refere às mulheres: "Que os homens vão embora, mas que fiquem as mulheres brasileiras [...]" (Apolo, 54 anos, espanhol, tradução nossa).⁹

Quadro 1 – Discurso dos homens espanhóis sobre si mesmos e as mulheres brasileiras

categoria discursiva (% dos enunciados)	nós (homens espanhóis) atributos	elas (mulheres brasileiras) atributos
sexualidade (35%)	necessidade/instinto biológico/natureza	quentes/liberais/disponíveis/sentem prazer/sabem o que fazer para agradar um homem
corporeidade (30%)	sem referência direta	bonitas/sensuais/atraentes/bunda grande
imigração para prostituição (21%)	maior oferta de serviços sexuais/variedades/novidades	superação miséria/pobreza/ possibilidade de ascensão/ajuda familiar/situação passageira
afetos (14%)	carência/solidão/insatisfação	carinhosas/doces/sensíveis/generosas/mentirosas

fonte: Entrevistas realizadas entre fevereiro e setembro de 2008 em Madri, com seis homens assíduos frequentadores de locais em que se desenvolvem atividades de comércio sexual na Espanha.

⁹ "Que se vayan los varones, pero que se queden las mujeres brasileñas [...]"

Os enunciados dos discursos dos homens espanhóis sobre as mulheres brasileiras estão estruturados de forma relacional. A sexualidade de si mesmos é representada por eles como algo instintivo, uma necessidade e de outro lado, as mulheres brasileiras são consideradas disponíveis para o sexo e "quentes".

Outro eixo discursivo muito enunciado pelos homens espanhóis é a corporeidade, totalmente atrelada positivamente às mulheres brasileiras e inexistente no discurso desenvolvido sobre eles. A ausência da discussão de sua própria corporeidade está pautada na posição masculina de agente ativo na definição e caracterização dos "outros" corpos, enquanto seus próprios corpos não são categorizáveis.

A imigração para a prostituição aparece no discurso masculino como uma fatalidade. A pobreza das brasileiras e sua busca em superar esta condição é uma representação que coloca os homens espanhóis em uma posição de "auxílio às mulheres necessitadas". Assim, ao mesmo tempo em que aliviam a conotação moral negativa de serem usuários de serviços sexuais, podem também desfrutar do desejo da diversidade corporal e práticas sexuais oferecidas pelas mulheres imigrantes. O trecho de entrevista ilustra esses argumentos:

Neste subcontinente, muitas pessoas vivem em absoluta miséria, e é muito comum uma família ser composta de uma mulher com várias crianças – podem ser seus filhos ou sobrinhos –, e ela viver com um homem que não é o pai de seus filhos. É muito frequente nesses locais que as mulheres tenham seu primeiro filho aos 15 anos de idade. A prática do sexo nessas sociedades é mais desinibida, mais natural do que aqui na Europa. E, quando uma mulher dessas percebe que é atraente para muitos homens daqui, claro, querem usar disso para sair da miséria, e isso é normal (Ares, 51 anos, espanhol, tradução nossa).¹⁰

Os homens espanhóis justificam o uso de serviços sexuais, além da "necessidade natural", como forma de superar suas carências, que estão associadas ao fato de as mulheres espanholas não corresponderem a suas expectativas afetivo-sexuais. As mulheres brasileiras, consideradas carinhosas, sensíveis e doces, são consideradas complementares a essas necessidades.

Mesmo que o conteúdo discursivo de homens e mulheres da Espanha sobre as mulheres latinas tenham profundas coincidências, como é o caso dos atributos da hipersexualidade, pobreza e docilidade associada à submissão, há paradoxos que emergem a partir da posição do olhar de cada um dos grupos, que têm diferentes experiências com mulheres latinas (Sánchez, 2006).

A hipersexualidade, por exemplo, é um atributo negativo do ponto de vista das mulheres espanholas e positivo do ponto de vista dos homens, mesmo que ambos os grupos componham uma representação hegemônica e eurocentrada. A submissão, associada à docilidade aparece como um atributo de mulheres "atrasadas e tradicionais", no discurso das mulheres espanholas, enquanto os mesmos atributos, do ponto de vista dos homens, é extremamente positivo, associada à ideia de que "uma brasileira sabe como agradar um homem" (Hermes, 42 anos, espanhol).

10 "En este subcontinente, muchas personas viven en la absoluta miseria y es muy habitual que una familia esté compuesta por una mujer con varios hijos. Pueden ser sus hijos o sobrinos y vivir con un hombre que no es el padre de sus hijos. Es muy frecuente en estos lugares que las mujeres tengan su primer hijo a los 15 años. La práctica de sexo en esta sociedades es más desinhibida, más natural que aquí en Europa. Y cuando una de estas mujeres ve que es atractiva para muchos hombres de aquí, claro, quieren aprovecharse de esos para salir de la miseria y es normal".

Os atributos que produzem as representações das mulheres brasileiras na Espanha, mesmo que sejam comuns entre homens e mulheres, adquirem diferentes sentidos. As experiências desenvolvidas entre cada grupo e as mulheres brasileiras vão ser elementos fundamentais na elaboração dos sentidos que se dá aos atributos.

Homens espanhóis usuários de serviços sexuais, por exemplo, experimentam um tipo de relação que tem eixos de interseção específicos como é o caso do desejo sexual. As interseções vivenciadas pelas mulheres espanholas na relação com as brasileiras pode ter outros eixos, diferentes daqueles vivenciados pelos homens.

Nesse sentido, a perspectiva interseccional já desenvolvida por Crenshaw (1991), Davis (2009), McCall (2005) e Nash (2008) deve ser mediada pela experiência concreta, como argumenta Sánchez (2006). Assim, mesmo mediadas por discursos hegemônicos que as marginalizam, as fissuras de poder são reconhecidas pelas mulheres brasileiras e usadas por elas.

Tropicalização a partir das margens: “yes, we have bootys, pussies, bananas, tamborines and bangles”

Uma brasileira na Espanha não tem valor fora do clube. No clube, os meus clientes pagam cada minuto pra estar comigo. Fora, alguns ex-clientes me ligam e querem foder de graça. Nem mesmo me dão uma carteira de cigarros. E tem mais, é coisa comum o patrão de um restaurante ou bar querer foder de graça também, pra não te mandar embora. No final, dão calote no salário e ainda ameaçam você que vão te entregar para a imigração se a gente fizer barraco. Então, é no clube que minha boceta tem poder! [risos]. Esse corpinho, fora do clube, não vale nada aqui na Espanha. Mas, no clube... Ah! Lá, ser brasileira é uma vantagem e tanto! (Cassiopeia, 30 anos, brasileira).

Este trecho de entrevista evidencia o reconhecimento por parte das brasileiras das interseções entre classe, gênero e racialidade/nacionalidade e sua relação direta com o espaço. O espaço é um importante elemento da análise interseccional (Brown, 2012; McDowell, 2008; Valentine, 2007) capaz de criar vantagens ou desvantagens na composição das relações de poder.

A tropicalização hegemônica, marcada pelo estereótipo da mulher brasileira hipersexualizada, submissa e pobre, é permeada pelas ações das brasileiras que, mesmo mediadas pelo forte discurso colonial, desenvolvem capacidade de ação cultural, social e econômica, reconhecem as fissuras das estruturas de poder, agindo para subverter seu processo de marginalização. Assim, a tropicalização se faz para além da macronarrativa sobre a nacionalidade das mulheres brasileiras na Espanha, mas também pelas suas resistências e transgressões (Bhabha, 1990).

As mulheres brasileiras prestadoras de serviços sexuais na Espanha são tropicalizadas, mas também tropicalizam a sociedade receptora. Além disso, elas se autorrepresentam utilizando dos mesmos atributos encontrados nos discursos hegemônicos. Entretanto, usam destas representações hegemônicas como ferramentas de poder (Aparício; Chávez-Silverman, 1997). Os enunciados que apresentam os atributos sobre si mesmas, os homens espanhóis e as mulheres espanholas foram organizados em quatro categorias (Quadro 2):

Quadro 2 – Discurso das mulheres brasileiras sobre si e sobre os homens e mulheres da Espanha

categoria discursiva (% dos enunciados)	nós (brasileiras) atributos	eles (espanhóis) atributos	elas (espanholas) atributos
sexualidade (45%)	quentes/liberais/ disponíveis/sentem prazer	promíscuos/liberais/ efeminados/drogados/ casados	frias/reguladas/ não sentem prazer/ conservadoras/ não acessíveis
corporeidade (30%)	bonitas/educadas/ elegantes/femininas/ sensuais	falta de higiene/atraen- tes fisicamente	masculinizadas/ desleixadas/pouco femininas
afetos (18%)	carinhosas/doces/ emotivas/generosas	carentes/bobos/gentis/ emotivos	grosseiras/autoritárias/ egoístas/racionais/ inte- ressadas no dinheiro
conjugalidade (7%)	paixão/amor/doação	respeito e estabilidade social	por estabilidade finan- ceira e social

fonte: Entrevistas realizadas com 14 mulheres brasileiras, profissionais do sexo na Espanha, entre fevereiro e setembro de 2008.

As mulheres brasileiras captam as representações hegemônicas sobre sua sexualidade e corporeidade e, como profissionais do sexo, utilizam a tropicalização a seu favor. Green (2008) define a qualidade e o número de atributos de uma pessoa e faz uma correspondência erótica em outra pessoa de "capital erótico". A atração sexual envolve a erotização do corpo, sexo e afeto, que podem tomar inúmeras formas, dependendo do tempo, do lugar e dos grupos sociais que estão envolvidos na relação erótica. Sendo assim, não existe um único recurso erótico, mas diferentes configurações de organização do desejo em que os recursos são distribuídos em variadas proporções entre as pessoas envolvidas no jogo erótico.

A comparação das estruturas dos discursos evidenciadas nos quadros 1 e 2 manifesta similaridades de atributos associados às representações das brasileiras no que diz respeito a sua sexualidade e corporeidade. Os atributos dessas categorias perpassam tanto as representações das mulheres espanholas (Echezarrieta; Leyva, 2008) e homens espanhóis sobre as mulheres brasileiras, como as representações das mulheres brasileiras sobre si mesmas. Entretanto, nos grupos de homens e mulheres brasileiras os atributos são considerados positivos e no grupo de mulheres espanholas são negativos.

Assim, a valorização dos atributos eróticos associados a sua nacionalidade faz com que as mulheres brasileiras exagerem sua "brasilidade" em determinados lugares, como é o caso dos espaços de prostituição. No salão de um dos clubes observados na pesquisa, havia uma prostituta que vestia um *top* verde e amarelo, cores da bandeira brasileira, em que se lia "Made in Brazil" sobre os seios, numa clara indicação de que se tratava do corpo de uma brasileira. Segundo ela, "Esta roupa atrai os clientes; quando visto, ganho dinheiro feito água. É um atrás do outro" (Nereida, 25 anos, brasileira).

Para se colocar em situação de vantagem nas relações sociais que estabelecem na Espanha, as brasileiras profissionais do sexo engendram discursos em que os homens e as mulheres espanhóis são representados de forma negativa ou oposta a si mesmas.

As brasileiras relatam práticas sexuais consideradas incomuns para seu universo cultural, a dependência química da cocaína como componente principal dos programas sexuais e a utilização intensiva de raros instrumentos eróticos. Mesmo que sejam escolhas dos clientes no uso do tempo do programa sexual, elas representam essas práticas de modo a desvalorizar a masculinidade dos clientes espanhóis, comparando-os com os brasileiros, como vemos neste relato:

Aqui os homens são muito drogados. No Brasil, eles pagam por sexo, se te pagam uma hora querem ficar fodendo. Aqui, fico quatro, seis horas com o cara, mas para cheirar cocaína, todo programa tem cocaína. Eles têm hábitos muito estranhos, esse negócio de usar aparatos de sexo, de dar o cu pra gente. Nossa, isso pra mim não é coisa de homem, sabe? Mas eles querem, então, minha boceta cria teia de aranha, faz tempo que não uso [risos] [...] (Lissa, 26 anos, brasileira).

Embora subestime a masculinidade dos homens espanhóis, reconhecem seu poder econômico. Entretanto, consideram-se capazes de manipulá-los por meio de sua superioridade sexual, atribuindo-lhes as características de bobos e carentes. Elas afirmam usar representações hegemônicas sobre si para tirar vantagens econômicas, como vemos no seguinte trecho de entrevista:

Os homens aqui pensam que no Brasil nós vivemos na floresta amazônica, somos miseráveis. Então, faço aquela cara de mulher doce, desprotegida, e conto uma história triste sobre meus filhos, e eles me ajudam, sabe? Nossa! Quantos presentes já mandei para o Brasil, para minha família, que eles comprem para me ajudar (Gaia, 26 anos, brasileira).

As mulheres brasileiras tropicalizadas compreendem as estruturas de poder e conseguem jogar com os atributos que marcam sua representação na sociedade espanhola, bem como identificam os espaços que lhe confere maior ou menor vantagem para acionar sua brasilidade, como é o caso dos espaços de prostituição. Mas além disso, relatam utilizar de suas representações como mulheres sensuais, quentes e fáceis para tirar vantagens em situações de interação com homens em outros locais da cidade, além dos clubes.

Por outro lado, as mulheres brasileiras escondem sua nacionalidade em lugares onde os mesmos atributos de sua corporeidade e sexualidade podem ser considerados desvantagens, tal como mostra Valentine (2007) quando discute a dinâmica espacial na análise da interseccionalidade.

Esse jogo está apoiado no reconhecimento de vantagens e desvantagens nas interações com homens e mulheres. As brasileiras reconhecem que os mesmos atributos que caracterizam sua corporeidade e sexualidade são vistas como positivas, pelo desejo erótico dos homens, e como negativas, pelas mulheres espanholas. Nesse sentido, relatam que em lojas, ruas, restaurantes, em que interagem com mulheres, procuram disfarçar sua nacionalidade:

"As mulheres espanholas odeiam a gente. É um horror, pensam que estamos sempre prontas para roubar o homem delas. Dá para perceber que o olhar delas muda e o tratamento também quando percebem que sou brasileira" (Morea, 28 anos, brasileira).

Para justificar sua oposição em relação às mulheres espanholas, as brasileiras produzem uma estrutura de discurso atribuindo-lhes as características de frias, conservadoras sexualmente, masculinizadas, desleixadas, grosseiras, egoístas e autoritárias. Assim, constroem um estereótipo feminino espanhol ao avesso de si mesmas, consideradas como quentes, liberadas sexualmente, femininas, bonitas, generosas e doces. O trecho que se segue é exemplar da polaridade estereotipada que é estabelecida pelas brasileiras em relação às espanholas, a fim de encontrar brechas de poder:

As mulheres espanholas não gostam das brasileiras. Odeiam. Odeiam, porque é inveja. Mas a diferença, aqui, é a seguinte: as espanholas, elas estudam. É a carreira em primeiro plano, são elas em primeiro lugar. Nós, brasileiras, não, né? Primeiro, vem o marido, filho, que estão sempre na frente, né? Elas são assim: eu, eu, eu e eu, e, por último, o meu marido, o meu filho, o meu carro. Primeiro, sou eu, minha vida, a minha profissão. Por isso que elas não se casam, elas não têm namorado, elas se casam com trinta e poucos anos, elas têm filho com quarenta anos, sabe? [...] O que acontece com as espanholas é o seguinte: elas não são carinhosas como a gente. Elas são muito, muito antiquadas, então, quando vão ter relação, não fazem um boquete. Não podem nem cogitar a possibilidade de fazer sexo não convencional, sabe? Fazem sexo uma vez por mês. Elas têm medo de perder o marido para nós. Mas, também, quem manda elas serem frias e não segurarem o homem delas, não é? Eu não vou na casa delas buscar o homem delas. São eles que vêm aqui atrás de mim (Electra, 26 anos, brasileira).

Os estereótipos produzidos pelas mulheres prostitutas brasileiras sobre as mulheres espanholas é uma forma de simultaneamente assimilar as representações hegemônicas sobre si mesmas e subvertê-las, usando-as como ferramentas de poder, como afirmam Aparício e Chávez-Silverman (1997) e De la Peña et al. (2009). Se a sociedade espanhola atribui pejorativamente às latinas a hipersexualidade, as brasileiras convertem essa mesma característica em vantagem no mercado sexual, ao mesmo tempo em que devem desvalorizar a sexualidade das mulheres espanholas.

Além disso, os atributos das representações das brasileiras em relação às espanholas justifica a clientela da prostituição. Os homens espanhóis são considerados pelas prostitutas brasileiras, vítimas de suas mulheres frias, arrogantes, autoritárias que precisam suprir suas carências e fantasias sexuais. Há a criação de um discurso que opõe homem/mulher espanhóis nas representações das brasileiras, criando um binômio do homem devasso/emotivo/carente e mulher conservadora/racional/egoísta.

É na posição de complementaridade do homem espanhol que a mulher brasileira se justifica naquela sociedade. Entretanto, como clientes, os homens espanhóis devem ainda ser inferiorizados em relação ao poder de sedução das mulheres brasileiras, para que elas possam constituir a representação de uma posição de poder na relação entre prostituta-cliente. As

brasileiras julgam que correspondem a uma lacuna de papel de gênero não cumprida pelas espanholas e, portanto, elas são as culpadas de seus maridos procurarem os serviços de prostituição, já que as espanholas não cumprem o papel social esperado pelos maridos.

Considerações finais

Argumentou-se aqui que, apesar de a tropicalização hegemônica produzida sobre as mulheres brasileiras estabelecer um discurso que exotiza sua corporeidade e sexualidade, elas reconhecem as estruturas de poder de que fazem parte e são capazes de encontrar suas fissuras para agir contra os processos de marginalização.

Uma das mais marcantes fissuras do poder hegemônico reconhecida pelas mulheres brasileiras profissionais do sexo é a organização e distribuição de recursos eróticos na sociedade espanhola. Os estereótipos que associam a brasilidade à hipersexualidade são amplamente usados pelas mulheres brasileiras profissionais do sexo no processo de competição da atividade comercial sexual. O reconhecimento dessa organização transforma-se em ferramenta para subverter o significado dos atributos que sustentam as representações sobre sua sexualidade e corporeidade. Produzem alianças com sujeitos hegemônicos por meio da conquista e do uso de recursos eróticos com os homens e oposições nas relações com as mulheres espanholas. As brasileiras profissionais do sexo estabelecem jogos interseccionais, escondendo ou exagerando sua “brasilidade” de acordo com as interações e os lugares que consideram vantajosos ou desvantajosos para conquistar poder. Nesse sentido, a tropicalização não tem um eixo linear e oposicional entre colonizadores e colonizados. As tensões que as mulheres brasileiras provocam na sociedade espanhola mostram que há um processo de inevitável tropicalização daquela sociedade. Ela se faz a partir de inúmeras configurações de relações de poder, envolvendo o jogo de interseções entre diferentes categorias identitárias promovidos pelos sujeitos em interação.

Referências

- APARÍCIO, F.R.; CHÁVEZ-SILVERMAN, S. (Ed.). *Tropicalizations: Transcultural Representations of Latinidad*. New Hampshire: Dartmouth/University Press of New England, 1997.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BHABHA, H. *Nation and Narration*. London: Routledge, 1990.
- BROWN, M. Gender and sexuality I: Intersectional anxieties. *Progress in Human Geography*, v. 36, n. 4, p. 541-550, 2012.
- CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- DANIELSON, M. T. *Homecoming Queers: Desire and Difference in Chicana Latina Cultural Production*. New Brunswick/New Jersey/London: Rutgers University Press, 2009.
- DAVIS, K. Intersectionality as Buzzword: A Sociology of Science Perspective on What Makes a Feminist Theory Successful. *Feminist Theory*, v. 9, n. 1, p. 67-85, 2009.

- DE LA PEÑA, T. et al. Complicating Community. In: DANIELSON, M. T. (Ed.). *Homecoming Queers: Desire and Difference in Chicana Latina Cultural Production*. London: Rutgers University Press, 2009. p. 92-120.
- ECHEZARRIETA, V. S.; LEYVA, M. J. S. Latinoamericanas en España: encarnación de un estereotipo ambivalente. In: RODRIGUE, I.; MARTÍNEZ, J. (Ed.). *Postcolonialidades históricas: (in)visibilidades hispanoamericanas/colonialismos ibéricos*. Barcelona: Anthropos, 2008. p. 169-186.
- FERNANDES, D.; NUNAN, C. O imigrante brasileiro na Espanha: perfil e situação de vida em Madrid. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 29 set. 3 out. 2008.
- FOCUS, n. 565, p. 116-117, ago. 2010.
- FONSECA, C. Afinal, o que é que a mulher brasileira tem... que nós não temos? *Activa*, 31 jul. 2011. Disponível em: <<http://activa.sapo.pt/sexo/2011-07-31-afinal-o-que-e-que-a-mulher-brasileira-tem...-que-nos-nao-temos>>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- GREEN, A. I. The Social Organization of Desire: The Sexual Fields Approach. *Sociological Theory*, v. 26, n. 1, p. 25-50, 2008.
- GRUPO DAVIDA. Prostitutas, “traficadas” e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. *Cadernos Pagu*, v. 25, p. 153-184, 2005.
- HOOKS, B. Marginality as a site of resistance. In: FERGUSON, R. et al. *Out there: marginalization and contemporary cultures*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990. p. 241-243.
- HYNES, H. P.; RAYMOND, J. G. Put in Harm's Way: The Neglected Health Consequences of Sex Trafficking in the United States. In: SILLIMAN, J.; BHATTACHARJEE, A. *Policing the National Body: Race, Gender and Criminalization*. Cambridge, MA: South End Press, 2002. p. 197-230.
- INFANTE, A. Espanhóis preferem noivas brasileiras entre as estrangeiras, diz pesquisa. *BBC*, 16 abr. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/04/090416_espanahabrasileiras_fp.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- KEMPADOO, K.; SANGHERA, J.; PATTANAIK, B. *Trafficking and prostitution reconsidered: new perspectives on migration, sex work, and human rights*. London: Paradigm, 2005.
- MASANET, E.; PADILLA, B. La inmigración brasileña en Portugal y España ¿Sistema migratório Ibérico? *OBETS: Revista de Ciencias Sociales*, v. 5, n. 1, p. 49-86, 2010.
- McCALL, L. The Complexity of Intersectionality. *Signs: Journal of Women, Culture and Society*, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.
- McDOWELL, L. Thinking through Work: Complex Inequalities, Constructions of Difference and Trans-National Migrants. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 4, p. 491-507, 2008.

- NASH, J. Re-thinking Intersectionality. *Feminist Review*, v. 89, p. 1-15, 2008.
- PELÚCIO, L. Amores perros: sexo, paixão e dinheiro na relação entre espanhóis e travestis brasileiras no mercado transnacional do sexo. In: PISCITELLI, A.; OLIVAR, J. M. N.; ASSIS, G. O. *Gênero, sexo, amor e dinheiro*: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: Pagu/Unicamp, 2012. p. 185-124.
- _____. Corpos indóceis: a gramática erótica do sexo transnacional e as travestis que desafiam fronteiras. In: SOUZA, L. A. F.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. São Paulo: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2011. p. 105-132.
- _____. Erótica, exótica e travesti: nacionalidade e corporalidade no jogo das identidades no mercado transnacional do sexo. In: CASTRO, A. L. *Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades*: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 197-214.
- PISCITELLI, A. Tránsitos: circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial. *Horizontes Antropológicos*, v. 31, p. 131-137, 2009.
- _____. Brasileiras na indústria transnacional do sexo. *Nuevo Mundo – Mundos Nuevos*, v. 7, p. 20, 12 mar. 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/3744>>. Acesso em: 3 mar. 2016.
- _____. Sujeição ou subversão? Migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha. *História & Perspectivas*, v. 1, n. 35, p. 13-55, 2006.
- PISCITELLI, A.; ASSIS, G. O.; OLIVAR, J. M. N. (Ed.). *Gênero, sexo, afetos e dinheiro*: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas, SP: Unicamp/Pagu, 2011.
- PRATT, M. L. Arts of the contact zone. *Profession*, v. 91, p. 33-40, 1991.
- SAID, E. *Orientalism*. New York: Vintage, 1979.
- SÁNCHEZ, R. On a Critical Realist Theory of Identity. In: ALCOFF, L. M. et al. *Identity Politics Reconsidered*. New York: Palgrave, 2006. p. 31-52.
- SCHAUER, E.; WHEATON, E. M. Sex Trafficking Into The United States: A Literature Review. *Criminal Justice Review*, v. 31, n. 2, p. 146-169, June 2006.
- SPIVAK, G. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. *Marxism and the interpretation of culture*. Basingstoke: Macmillan, 1988. p. 271-313.
- VALENTINE, G. Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography. *The Professional Geographer*, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.
- WOOK. Sinopse do livro Os segredos das mulheres brasileiras. Disponível em: <<http://www.wook.pt/ficha/os-segredos-das-mulheres-brasileiras/a/id/8971693>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

“Terra de ninguém”? Vivência do espaço e criação de laços sociais e pertencimentos em uma cidade com alta taxa de imigração

Giuliana Franco Leal

UFRJ

p. 83-96

revista



USP

espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Como citar:

LEAL, G. F. “Terra de ninguém”? Vivência do espaço e criação de laços sociais e pertencimentos em uma cidade com alta taxa de imigração. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 20, n. 1, p. 83-96, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102024>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.102024>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

“Terra de ninguém”? Vivência do espaço e criação de laços sociais e pertencimentos em uma cidade com alta taxa de imigração

Resumo

Este artigo discute a relação de pessoas com os lugares onde vivem, na esteira da discussão sobre as transformações nos laços sociais na atual fase da modernidade. A partir de pesquisa empírica, de caráter qualitativo e exploratório, com migrantes internos que moram em Macaé-RJ, investiga pertencimentos e laços sociais estabelecidos no âmbito da cidade, discutindo hipóteses que os expliquem, com ênfase na configuração contemporânea do tempo/espaço e na construção simbólica de lugares em espaços urbanos. Na pesquisa, percebeu-se a tendência de polarização entre as esferas profissional e pessoal, faltando oportunidades para formar outros laços, pertencimentos e compromissos. A alta mobilidade da cidade influencia a relação dos sujeitos com ela. Mas a principal dificuldade para construir vínculos reside na dinâmica social global do tempo, do espaço e das relações sociais: trata-se da falta de acesso a espaços públicos de diálogo e discussão de questões coletivas.

Palavras-chave: Cidades. Espaços públicos. Lugar. Laços sociais. Pertencimentos.

“No man’s land”? Space and social ties in a medium city

Abstract

This paper focuses on the relationship between people and the places where they live, inside the discussion about the changes in social ties in the current phase of modernity. We use empirical, qualitative and exploratory research, interviewing migrants workers who live in Macaé-RJ. We investigate affiliations and social ties established within the city, to discuss hypotheses that explain them, with emphasis on contemporary setting time/space and on the symbolic construction of urban areas. There is a polarization between professional sphere and personal sphere, and a lack of opportunities for creation of other ties, affiliations and

commitments. The high mobility influences the relationship of individuals with the city. But the main difficulty in forming social ties originates in global social dynamics of time, space and social relations: it is linked to lack of access to public dialogue and debate issues of collective spaces.

Keywords: Cities. Public spaces. Territory. Social ties. Local affiliations.

Introdução

Contemporaneamente, reconfiguram-se as formas de vivenciar o tempo e o espaço, em parte devido à dinâmica da globalização do capital e da flexibilização das relações entre trabalho e capital. Nesse contexto, as relações das pessoas com os lugares onde vivem é um tema importante e muito conectado à temática dos vínculos sociais dos indivíduos entre si e deles com a sociedade. Este tema se coloca no bojo das discussões sobre a superação ou mudança das principais características da modernidade.

Nesse debate amplo, que agrega autores de disciplinas diversas, enfrentam-se desde teses sobre a superação da modernidade pela pós-modernidade até teses de que a atual fase é caracterizada por uma radicalização das características da modernidade. Harvey (1993), por exemplo, defende que desde a década de 1970, assistem-se três movimentos relacionados entre si: um novo ciclo de compressão do espaço/tempo, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e a ascensão das formas culturais pós-modernas, as quais consistem na lógica cultural do capitalismo tardio. A aceleração do tempo de giro na produção e no consumo corresponde ao aumento da volatilidade e da efemeridade dos produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, valores e práticas. Nesse contexto, ocorreria a passagem da cultura moderna, universalista, à aceitação pós-moderna do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e da alteridade.

Contudo, a pós-modernidade não é entendida necessariamente como algo que se opõe à modernidade. Bauman (1999) usa o termo pós-modernidade, na década de 1990, como equivalente à “modernidade que atinge a maioria, a modernidade olhando-se à distância e não de dentro” (Bauman, 1999, p. 288). Da mesma maneira que Harvey (1993), ele caracteriza a modernidade principalmente pelo seu projeto universalista (mesmo que este seja parte de uma autoilusão), e caracteriza a pós-modernidade pela aceitação da contingência da modernidade e promoção da tolerância à divergência.

Poucos anos mais tarde, Bauman (2001) preferiu usar o termo modernidade líquida ou modernidade leve para diferenciar a fase mais recente da modernidade de seu estágio anterior, que ele chama de modernidade sólida ou pesada. Na transição entre essas fases, houve intensificação de características da modernidade, em especial, da separação do tempo e do espaço na vida prática e da apresentação dos membros da sociedade como indivíduos.

Na modernidade pesada, poder e riqueza tinham forte tendência à fixação no território, capital e trabalho estavam comprometidos por dependência mútua que os obrigava à convivência constante e as relações de trabalho se apoiavam em estruturas mais duráveis. Por sua vez, na modernidade leve ou líquida, a mobilidade e a inconstância passaram a dar o tom

das relações entre capital e trabalho: o capital se tornou mais volátil e o trabalho humano se descorporificou, de modo que o capital viu crescer sua independência em relação à duração de qualquer comprometimento local com o trabalho. Assim, os trabalhadores ficaram sujeitos à precariedade, vulnerabilidade e instabilidade, conceitos que articulam a incerteza quanto à existência de habilidades e experiências que garantam emprego para a vida toda e a “experiência combinada de falta de garantias (de posições, títulos e sobrevivência), da incerteza (em relação à continuidade e estabilidade futuras) e de insegurança (do corpo e extensões: posses vizinhança, comunidade)” (Bauman, 2001, p. 184).

Não é de se estranhar que, em meio às dificuldades de consolidação de projetos de longo prazo, a capacidade de estabelecer laços estáveis fique abalada. Sennet (2005) percebe que as relações de trabalho contemporâneas são marcadas pela indução dos trabalhadores a frequentes mudanças, inclusive de empregos e às vezes de cidade, dificultando o estabelecimento de princípios e relações cuja construção demanda tempo – como é o caso dos pertencimentos e compromissos.

Nesta pesquisa, nos perguntamos quais laços, pertencimentos e compromissos podem os indivíduos estabelecer em e com uma cidade para a qual migraram em função de oportunidades de trabalho e da qual talvez voltem a partir.

Esse estudo empírico tem lugar no município de Macaé, no litoral norte do estado do Rio de Janeiro. Com 224.442 habitantes (dos quais, 202.859 em área urbana), segundo o Censo Demográfico de 2010, Macaé teve um crescimento populacional rápido e proporcionalmente elevado, em função da alta taxa de imigração de trabalhadores que para ali se mudaram, sozinhos ou com suas famílias, para procurar ou ocupar postos de trabalho gerados a partir da instalação da Petrobras no município, na década de 1970. A taxa de mobilidade do município permanece alta nas décadas seguintes.¹ Sendo formada por significativa parcela de imigrantes de diferentes origens, em boa parte atraídos por oportunidades de trabalho criadas por um modelo de desenvolvimento centrado na indústria extrativista de petróleo (Paganoto, 2008), esta cidade se mostrou extremamente adequada para a pesquisa.

Objetivos e estratégias de pesquisa

Nosso universo de pesquisa baseou-se no critério da migração para a cidade em virtude de oportunidades de trabalho. Inicialmente, foram entrevistadas 28 imigrantes residentes em Macaé ou cidades adjacentes, tendo sido selecionados para aprofundamento da pesquisa treze imigrantes internos (ou seja, do próprio país) que estavam morando na cidade, no momento da entrevista, por períodos que variam de três a oito anos.

O conjunto de entrevistados tem em comum serem trabalhadores qualificados, com formação escolar de nível superior. Esta escolha se deveu a uma necessidade da segunda parte da pesquisa, cujos resultados foram publicados em outro artigo, a respeito da flexibilidade das relações de trabalho e das demais relações sociais. Tínhamos por hipótese que a exigência de flexibilidade os atingia mais fortemente, em razão de sua tendência a alto investimento alto afetivo,

¹ Em 2000, 46,07% da população de Macaé era formada por imigrantes – uma taxa muito acima da levanta pelo estado do Rio de Janeiro, de 34,94%. Nos anos seguintes, a cidade continuou crescendo, em boa parte em função da imigração (Paganoto, 2008).

financeiro e temporal na construção da profissão, e da importância da carreira e da profissão para a construção do próprio modo de se enxergarem e de se situarem no mundo social, sendo seu sucesso profissional um fator essencial na definição de seu lugar nas relações de poder.

Respeitadas as características comuns aos entrevistados listadas acima, optou-se pela heterogeneidade interna da amostra quanto a outros critérios que pudessem levar à diversidade de respostas. Por isso, houve diversidade de perfis quanto a profissões e formações, vínculos de trabalho, idade, sexo e regiões de proveniência (Quadro 1).

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados²

idade	entre 29 e 52 anos nas entrevistas breves e entre 31 e 52 anos nas mais profundas
sexo	17 mulheres e 11 homens nas entrevistas breves e 7 mulheres e 6 homens nas mais profundas
formação	administração de empresas; análise de sistemas; biologia*; biblioteconomia; ciências contábeis; ciência da computação; comunicação social; direito*; economia; engenharia (diversas)*; educação física; estatística; fisioterapia*; fonoaudiologia*; geologia*; hotelaria; jornalismo; matemática*; medicina*; oceanografia*; pedagogia*; psicologia*; química industrial
profissão/ocupação atual	advogado*; agente imobiliário; analista técnico; analista de informática*; analista de recursos humanos*; analista de recrutamento*; coordenador de logística; comprador; engenheiro elétrico; engenheiro de petróleo*; engenheiro de segurança; engenheiro de telecomunicações*; fonoaudiólogo; gerente*; geólogo*; secretário executivo; médico*; microempresário; músico*; professor de educação básica*; professor universitário*; relações públicas; oceanógrafo*; psicólogo; supervisor de operações; vendedor
cidade de origem	Aracaju-SE*; Belém-PA*; Brasília-DF; Caçapava-SP; Campina Grande-PB*; Campos-RJ*; Duque de Caxias-RJ*; Fortaleza-CE*; Guarulhos-SP; Itaperuna-RJ; Itajubá-MG*; Londrina-PR*; Niterói-RJ*; Pelotas-RS*; Penápolis-SP*; Rio Grande-RS; Rio de Janeiro-RJ*; Salvador-BA; Várzea Grande-MT*; Vila Velha-ES; Vilhena-RO*
tempo de moradia na cidade	entre 3 e 8 anos

O número de entrevistas foi definido pelo critério de saturação empírica (Pires, 2010), ou seja, as entrevistas pararam quando deixaram de trazer novos elementos para a pesquisa.

A experiência de trabalhadores que migraram em função de oportunidades ou exigências de trabalho parece rica para nossa investigação, na medida em que eles se veem em uma situação de ameaça à continuidade de pertencimento a redes sociais antigas e de possibilidade, e talvez necessidade, de reconstrução de novas relações sociais. Nessa situação, suas relações de pertencimento podem se transformar e seus compromentimentos, reavaliados.

² Entre os 28 entrevistados iniciais, estão marcadas com asterisco as características das 13 pessoas entrevistadas em profundidade.

As entrevistas se fizeram a partir de roteiros semiestruturados que contemplavam quatro eixos temáticos: migração, trabalho, relações afetivas e relação com as cidades onde moram ou moraram e onde exercem ou exerceram suas atividades. Nessas entrevistas, foram estimuladas narrativas biográficas, conectadas com os sentimentos e opiniões sobre os temas abordados.

A análise que desenvolvemos a partir de discursos individuais leva em consideração que o que é dito pelos entrevistados não é reflexo fiel da realidade, mas sim aquilo que eles são capazes de dizer, dentro de sua visão de mundo e de suas intenções conscientes e inconscientes. Na construção das narrativas e das reflexões dos indivíduos, está presente, de modo indissociável, a perspectiva dos grupos sociais dos quais fazem parte. Assim, falas de indivíduos fornecem pistas sobre os parâmetros sociais que os orientam. Pressupomos ainda que, estando a história de vida de cada indivíduo profundamente entrelaçada com as demais, elas informam e refletem um conjunto de relações sociais (Almeida, 1995). Além disso, concordamos com Bauman (2008) que o que os indivíduos contam de sua vida tem papel constitutivo naquilo que eles vivem concretamente.

Com base nesses pressupostos, este artigo objetiva mostrar resultados da investigação dos pertencimentos e laços sociais estabelecidos no âmbito da cidade de Macaé por imigrantes internos e discutir hipóteses que os expliquem, com ênfase à configuração contemporânea do tempo e do espaço e à construção simbólica de lugares em espaços urbanos. Faz parte de um momento futuro da pesquisa, não contemplado substancial e profundamente neste artigo, investigar como sua condição de migrantes influencia naquela vivência.

A relação com a cidade e seus habitantes: laços e pertencimentos³

Nas narrativas biográficas, duas espécies de vínculos entre indivíduos ou dos indivíduos com coletivos são recorrentemente relatados: relações pessoais – com família, amigos e parceiro(a) romântico(a) – e relações de trabalhos. De uma maneira geral, as entrevistas coletadas indicaram a polarização das vidas entre uma esfera profissional e uma esfera que podemos chamar de pessoal, na qual se encaixam atividades de lazer e de autocuidado com a saúde do corpo e da mente e relações amorosas, familiares e de amizade.

Poucas atividades se revelaram que pudessem indicar outras maneiras de formar pertencimento, comunitário ou político – como, por exemplo, militância em qualquer movimento social ou sindical, tribos urbanas, comunidades de vizinhança ou qualquer outra comunidade. Apenas uma pessoa relatou trabalho voluntário, como atividade pontual. As três pessoas que afirmaram frequentar igrejas – que poderiam caracterizar pertencimentos comunitários – não disseram ser atuantes em grupo religiosos, mas sim frequentarem com postura introspectiva. Nessa polarização entre vida profissional e privada, não se insinuam brechas para formas de solidariedade local e pertencimentos que não os familiares ou de grupos de amigos.

Nas situações de migração, há relatos de pessoas solteiras que se mudaram sozinhas e de casados que, desde o início do processo de migração ou ao longo dele, acompanharam ou foram acompanhados por seus cônjuges e filhos. As relações com outros

³ Os resultados apresentados baseiam-se nas entrevistas em profundidade.

membros da família, parentes ou amigos passam a ser cultivadas pela internet, telefonemas e eventuais visitas. Alguns laços se enfraquecem, alguns se perdem, outros se criam onde se passa a morar.

Ainda que vários dos entrevistados façam referência à importância das relações face a face para a qualidade das relações pessoais, estas não ficam estritamente presas ao território, em tempos em que recursos tecnológicos permitem aceleração da velocidade de deslocamento e fácil comunicação, a despeito das distâncias espaciais. Os mesmos meios fornecem as condições para que o trabalho exija, com frequência, deslocamentos espaciais e, sobretudo, que haja exigência de conexão ao trabalho para além de lugares e horários estritos e convencionais. Quatro informantes afirmaram estar disponíveis constantemente para o trabalho e outros seis – em treze – declararam trabalhar, com certa frequência, fora do local e horários formais de trabalho.

Assim, os principais laços sociais estabelecidos por essas pessoas passam pelo território, mas não estão rigidamente presos a ele. Estar na cidade é parcialmente uma escolha. É difícil delimitar o grau de constrangimento criado pelo mercado de trabalho para que cada um aceitasse a migração. Nenhum dos informantes tinha motivos para ir para cidade que não dissesse respeito, centralmente, à oportunidade de trabalho. Aproximadamente metade deles (seis) estava predominantemente satisfeita com a cidade e pouco mais da metade (sete) não gostaria de morar nela.

Como membros da classe média, todos conseguem, com certa facilidade, “dar uma fugidinha da cidade”, como diz um dos entrevistados, em seus períodos de lazer. Nove deles afirmam sair da cidade pelo menos um fim de semana por mês. Um deles raramente fica na cidade nos finais de semana. É comum conhecer pessoas que permanecem na cidade apenas nos dias úteis. Às possibilidades de restringir a permanência na cidade, somam-se o uso das tecnologias para acesso virtual a serviços, comunicações e formas de lazer. É possível, assim, ter poucos contatos locais.

O trabalho é o vínculo principal que liga vários dos entrevistados à cidade, e em muitos casos, pode ser o único. Isso pode aparecer como empecilho a sentimentos de vínculo e pertencimento com a cidade, seja na percepção que os entrevistados têm de si mesmos e de suas vidas, seja na percepção que têm dos outros e de suas relações com a cidade.

Aqui [Macaé], como eu disse, o lugar aqui é para trabalho. Como eu acabei de dizer, passear aqui não existe, a cidade dorme cedo, não tem muitos eventos. Tem sim um show, uma ou outra coisa popular. Mas, se eu quero sair, “ah, hoje eu quero sair”... Você só tem restaurante. Você não tem um teatro, não tem grandes opções de cinema. Então, [é] uma cidade para trabalhar. Como eu falei, eu vim trabalhar. Quando eu fechar meu prazo, me mudo novamente (Roberta, 41 anos, há três cidade)⁴

Tem uma coisa diferente aqui em Macaé. Como as pessoas são de vários lugares, elas se juntam pela própria necessidade de conversar, de se ver, mas os vínculos com essas pessoas, com raras exceções, se junta, onde? No [clube] Tênis ou no bar, as pessoas que vieram. Existe uma distância entre as pessoas que são daqui, que falam “oi” p’ra

4 Todos os nomes foram substituídos por pseudônimo, para preservar o anonimato dos entrevistados.

todo mundo porque conhecem quase todo mundo, e as pessoas que vem p'ra cá, que ficam meio sozinhas e que se juntam p'ra fazer determinadas coisas, ou que são pessoas que já têm, que vêm, por exemplo, do trabalho. [...] Cada um fica por si, existe uma distância, uma coisa diferente de [outra cidade do interior do estado], onde eu morei quase vinte anos, que eu podia ser candidato a vereador lá, entendeu [risos]. Eu conheço todo mundo, meus filhos nasceram lá, então, eu tenho uma identidade muito grande com a cidade. Por isso inclusive que eu vou p'ra lá sempre, que seria o meu refúgio de vida, de ficar bem, de curtir. Aqui é uma questão de trabalho. Eu vejo isso com essa pessoa [mencionada anteriormente], por exemplo: completamente isolada, sozinha; tem a relação do trabalho, mas fica ali. E eu acho que acontece também não só com ela, mas com outras pessoas que eu conheço, que trabalham aqui, só trabalham aqui, têm uma casa e trabalham aqui e, no fim de semana, vazam, vão embora. Ou seja, estabelecem uma relação distante com a cidade (Marcos, 52 anos, há quatro na cidade).

Parece que todas as pessoas que vêm trabalhar estão meio fora da cidade, como se estivessem embarcadas. Você vai lá, trabalha e volta p'ra casa; trabalha e volta p'ra casa. E a cidade [fica] do lado (Rafael, 32 anos, há três na cidade).

Essa atitude identificada na relação com a cidade indica uma tendência que, no entanto, não pode ser generalizada. Sete dos entrevistados contam que fazem questão de conhecer vários aspectos da cidade, frequentar lugares além de seu trabalho e moradia, conhecer os problemas da cidade.

Perguntados sobre terem alguma forma de ação para a cidade melhorar, apareceram cinco respostas sobre voto consciente e nenhuma outra possibilidade foi identificada. O comprometimento com a cidade parece passar pelo voto, para parte dos entrevistados, e uma delas, falando sobre o assunto, indica também a utilização do comércio da cidade, maneira de aquecer a economia local, como forma de compromisso.

[Meu marido e eu] não somos pessoas que vêm só p'ra usufruir e sair fora de Macaé. Não, a gente contribui. Eu voto aqui – fiz questão –, eu vejo os problemas da cidade, eu quero participar, nós compramos um apartamento aqui. Quando a gente resolver mudar, se vamos vender ou não, isso a gente ainda vai decidir, mas a gente usa a cidade. Não é só vem, ganha e sai fora, não. A gente compra, faz as coisas aqui, apesar de ser um tanto quando mais cara que qualquer lugar onde a gente tenha vivido, né? (Roberta, 41 anos, há três na cidade).

Ao longo das entrevistas, a atuação em prol de questões locais se revela uma questão colocada a partir de fora das preocupações cotidianas dos indivíduos. Não se trata de uma questão que se coloca espontaneamente nos discursos, quando as pessoas falam de sua relação com a cidade. Isso, aliado à ausência de atividades nesse sentido, pode indicar escassez e fraqueza de comprometimento com questões locais.

Laços sociais locais em uma cidade em plena transformação

A princípio, algumas falas dos entrevistados apontam que a condição de migrante também na dificuldade de estabelecimento de laços fortes com a cidade – menos pela sua situação pessoal de imigrantes, e mais pela característica de ser Macaé uma cidade de imigração, com suas dinâmicas específicas de contato, aproximação e estranhamento entre as pessoas.

Macaé teve sua população aumentada de 42.221, em 1970, para os atuais 224.442 habitantes, tal como estimado pelo IBGE para 2013, a partir do Censo Demográfico de 2010⁵ (IBGE, 2010). O acentuado crescimento populacional ocorreu no bojo da instalação da Petrobras na cidade, na década de 1970, e de mais de 4000 outras empresas que lhe prestam serviço, instaladas no município e em seus arredores.

Segundo Paganoto (2008), há forte transitoriedade dos migrantes. Em parte, isso se explica pela recorrência da prática de contratos temporários no setor de petróleo, e em parte por causa do retorno de parte da população de baixa renda aos seus lugares de origem, por não conseguirem boas remunerações e o custo de vida ser alto, principalmente para aluguéis.

Também é forte a presença de migrantes pendulares, ou seja, daqueles que fazem deslocamentos diários ou semanais para fins de trabalho ou estudo. Segundo IBGE (2000⁶ apud Paganoto, 2008), 15299 pessoas frequentavam Macaé para fins de trabalho, o que faz com que 40,47% das vagas disponíveis no mercado de Macaé fossem ocupadas por pessoas não residentes no município. Ocorre inclusive mobilidade espacial caracterizada por deslocamentos de longa distância para trabalho ou estudo: segundo o recenseamento de 2000, trabalhavam ou estudavam em Macaé residentes de 201 municípios além dos seis que fazem fronteira com a cidade, inclusive de outras regiões (o que se explica pelas situações de trabalho não fixado em uma única localidade). Existe ainda expressivo número de estrangeiros nas ruas, mas poucos são os que fixam residência no município. Muitos estão ali prestando consultoria ou serviços breves (Paganoto, 2008).

Consideramos que vem dos amplos processos de mobilidade espacial na cidade de Macaé, a percepção de ser ela uma “terra de ninguém”, como mencionado em três entrevistas:

Ninguém liga p'ra cidade, é terra de ninguém. As pessoas vêm, querem ganhar seu dinheiro, depois vão embora, acabou. Quem tem dinheiro, quem trabalha p'ro petróleo, vai p'ro Rio no fim de semana, p'ra sei lá onde, vai p'ra casa, tem outra casa. Quando acabar o petróleo, vai todo mundo embora, vai p'ra outro lugar, outro emprego. A cidade que se lixe. É assim que as pessoas pensam (Júlio, 38 anos, há oito na cidade).

Quando vim p'ra Macaé, eu acho que, por um lado, tem uma coisa difícil, de ser uma terra de ninguém, mas também tem um ponto muito positivo: que as pessoas também se sentem do mesmo jeito, as pessoas se sentem fora dos seus ambientes. Então, as pessoas acabam sendo muito acolhedoras, nesse sentido. Elas acabam sendo muito próximas. É muito fácil você criar laços, você criar vínculos com as pessoas aqui (Eli-sa, 31 anos, há seis na cidade).

5 Em 2010, Macaé possuía 206.728 habitantes.

6 IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: resultados do universo. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 set. 2013.

Eu gosto do Brasil, gosto de estar perto das pessoas de que eu gosto. Gosto dessa liberdade que a gente tem, desse jeito mais próximo com as pessoas. Na minha região é assim, aqui [em Macaé], já nem tanto, mas, enfim, é porque aqui é meio terra de ninguém. Praticamente todo mundo vem de fora. Então, não dá muito p'ra saber se é a região ou se são as pessoas que vêm de fora que são assim, né? (Cristina, 33 anos, há três e meio na cidade).

O termo “terra de ninguém” chamou atenção por aparecer espontaneamente nas falas de três entrevistados. Ele é usado acima em dois sentidos. Primeiro, para se referir à falta de cuidados com a cidade (relatada, aliás, por dez dos entrevistados); na fala transcrita, essa falta está associada à falta de compromisso, que estaria enraizada nas atitudes de seus próprios moradores, ligadas à sensação de estarem de passagem – além da falta de cuidado por parte dos governantes, que aparece em outras falas. Em segundo lugar, a expressão se refere à falta de pertencimento, da mesma forma que aparece na fala de um entrevistado,⁷ que afirma que em Macaé “ninguém é daqui”.

O encontro, na cidade, entre muitas pessoas que “vêm de fora” coloca em pauta a questão do estranho, pensado – tal como em Ribeiro (2014) – como aquele indivíduo percebido como diferente em decorrência da falta de familiaridade e de laços compartilhados mediante tradição comum. É evidente a estranheza entre pessoas que chegaram há pouco tempo, que talvez não permaneçam por longo período na cidade, que se sentem diferentes umas das outras em termos de cultura regional.

As entrevistas mostram que as interações entre pessoas de origens diferentes podem ser vistas pelo lado positivo da pluralidade cultural e da abertura para o encontro (como demonstram as falas de Elisa, acima, e de Ana, abaixo), ou pelo lado negativo da dificuldade de interação com o diferente (ideia contida no trecho selecionado da entrevista de Cristina, acima, e de Cláudio, mais abaixo).

Eu acho que aqui é uma cidade ainda mais aberta, porque tem praia, as pessoas estão vindo de outros lugares, tem gente de tudo que é lugar do mundo. Então, isso parece que torna a cidade uma concepção mais aberta dos costumes, da cultura. Você encontra de tudo. Às vezes é chato, mas também tem umas coisas legais, diferenciadas (Ana, 33 anos, há sete na cidade).

[A adaptação a Macaé] foi bastante difícil, porque as culturas são muito diferentes, apesar de serem estados da mesma região. [O estado de onde eu vim] é um estado vizinho, mas a cultura é bastante diferente. [...] Passando pelo Espírito Santo e por Minas Gerais, a gente percebe que as culturas são bastante diferentes do estado do Rio de maneira geral. E Macaé, eu acho que porque tem essa miscigenação não só nacional, mas de forma mais abrangente, acaba se tornando mais difícil, essa adaptação (Cláudio, 34 anos, há oito na cidade).

⁷ Júlio, 38 anos, morando em Macaé há oito anos.

Pessoas que sentiram mais dificuldade de criação de laços com outras pessoas na cidade foram as que manifestaram menos afetividade pela cidade. Em geral, as que não gostam da cidade⁸ são as que menos declararam sentimento de compromisso local, mesmo por meio de voto. São também as mesmas pessoas que pensam em migrar mais rapidamente.

Mas tudo indica que as causas da fraqueza dos laços formados com a cidade estejam além das peculiaridades da cidade, da afinidade com ela ou da condição de migrantes. O fenômeno parece ser típico do momento histórico que vivemos globalmente.

Tempo/espaço e a significação dos lugares

Passamos, então, a explorar a hipótese de que a raridade e fraqueza de sentimentos de pertencimento a quaisquer esferas locais, bem como a pouca ênfase dada ao tema do comprometimento local nas narrativas biográficas, sejam decorrência da atual fase da modernidade, com sua nova configuração do tempo, do espaço e das suas relações, incluindo aceleração do tempo/espaço, ampliação das possibilidades de deslocamento e de desterritorialização como formas de poder e distinção, restrição e esvaziamento de espaços públicos destinados à convivência e interação e multiplicação dos não lugares, tal como conceituados por Augé (2012).

No período histórico atual, é fácil constatar que reinam as palavras de ordem “fluidez” e “competitividade”. Como assinalado por Milton Santos (1994), a fluidez apresenta-se como condição para a ação hegemônica em tempos de globalização, e a competitividade apresenta-se como base. Para o grau exacerbado de competitividade em que a sociedade contemporânea se encontra, a aceleração é indispensável. Mais que um único processo, trata-se de acelerações superpostas, concomitantes, incluindo aumento da velocidade de deslocamento de corpos e de transporte de ideias, nova evolução de potências e rendimentos, expansão urbana e do consumo e crescimento do número de objetos e de palavras.

A expansão do conhecimento está na origem desse movimento, segundo Santos (1994), e poderíamos acrescentar que os processos entrelaçados de acelerações impulsionam mais expansão do conhecimento, em um processo cíclico. Ainda de acordo com Santos (1994), à velocidade se soma o império da imagem e da forma, atrapalhando a ideia de duração e a lógica de sucessão, de modo a originar a “sensação de um presente que foge”, de efemeridade (Santos, p. 16).

Faz sentido pensar que tal efemeridade dificulta o estabelecimento de compromissos. Em nossa pesquisa empírica, compromissos aparecem quase restritos ao âmbito familiar. Ser bom profissional é um compromisso, mas pouco importa onde, já que carreira não está atrelada a uma única instituição, ligando-se apenas à trajetória do indivíduo.

O próprio lugar onde se vive é pensado como provavelmente passageiro pelos migrantes entrevistados. Onze, entre os treze informantes, manifestaram-se abertos a possibilidades futuras de nova migração e seis deles têm planos concretos nesse sentido. Impera a lógica do deixar o lugar de que não se gosta para procurar outro melhor, o que é possibilitado pelas facilidades contemporâneas de mobilidade e, possivelmente, impulsionado pelo sentimento de impotência para transformar o entorno.

8 Seis pessoas afirmam gostar ou gostar muito da cidade, duas gostam razoavelmente e cinco não gostam ou a detestam.

○ que a maior parte dos entrevistados espera de uma cidade não é algo completamente diferente do que encontram onde estão: deseja-se, principalmente, que os serviços, públicos e privados, que consideram que ali funcionam mal (segurança, transporte, educação, cultura e comércio, sobretudo) possam funcionar melhor.

Assim, de maneira contraditória – não por contradição da ação individual, mas da realidade em si – muitas vezes os planos de mudança se dão em busca daquilo que é parecido em quase toda parte. Sob a cultura mundializada, os espaços tendem a ser esvaziados de seus conteúdos particulares e preenchidos com objetos mundializados. Ironicamente, a competição entre as cidades, na busca de diferenciais que atraiam pessoas com dinheiro, acaba por homogeneizá-las (Harvey, 1993).

No atual estágio de modernidade (ou pós-modernidade, para alguns autores), as cidades tendem a ter um número cada vez maior de espaços altamente impessoais. Augé (2012) cria o conceito de não lugares em oposição ao conceito de lugares antropológicos. Estes oferecem princípios de sentido àqueles que os frequentam e lhes fornecem elementos de identidade individual ou coletiva. ○ contrário ocorre com os não lugares.

Os não lugares são espaços construídos em função de certos fins (como transporte, trânsito, comércio, ou lazer) e apresentam algumas características peculiares, que destacamos aqui em função de nossos temas de discussão: ao usar esses espaços, os indivíduos interagem com textos, em telas, painéis e cartazes, cujos enunciadores são instituições ou empresas (aerportos, polícia rodoviária, companhias aéreas, supermercados etc.); a relação entre o não lugar e o seu usuário é contratual; o momento presente impera; reinam a solidão e a similitude do indivíduo, em vez de sua identidade singular e da relação com outros, na medida em que todas as pessoas obedecem aos mesmos códigos, respondem às mesmas solicitações e são tratados da mesma maneira (Augé, 2012).

A multiplicação dos não lugares é considerada por Augé (2012) como um resultado de uma das transformações aceleradas que marcam a supermodernidade (como ele chama uma das faces da realidade contemporânea): o excesso de espaço, ligado à ampliação das escalas espaciais e à rapidez dos meios de transporte. Trata-se de:

Um mundo prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero [...], [com suas] clínicas para nascer e hospitais para morrer e com muitos pontos de trânsito, meios de transporte que são espaços habitados e ocupações provisórias (por exemplo, hotéis, clubes de férias, acampamentos de refugiados, supermercados etc.) (Augé, 2012, p. 74).

De acordo com Augé (2012), a proliferação dos não lugares contribui para que os indivíduos contemporâneos experimentem novas formas de solidão. Nesses espaços impessoais de passagem, as condições são as menos propícias para a formação de laços sociais ou mesmo para o estabelecimento de um diálogo com real expressão e debate de ideias ou sentimentos.

De modo semelhante, Bauman (2001) enfatiza que a atual fase da modernidade – que ele chama de líquida, para ressaltar sua maleabilidade de forma e leveza – é pobre em espaços que permitam o exercício da civilidade. Esta é caracterizada principalmente pela capacidade de interagir com estranhos, reconhecendo e aceitando suas diferenças de subjetividade. Espaços

de consumo e de compras, tão presentes nas cidades contemporâneas, podem ser pensados como espaços públicos não civis, segundo Bauman (2001): neles, os atos praticados são individuais, a presença de outros é pouco ou nulamente considerada em sua subjetividade (a não ser, talvez, na medida em que a subjetividade do consumidor seja considerada em suas estratégias de aumento das vendas) e, nesse sentido, não existe real intercâmbio e diálogo com estranhos.

Ao serem perguntados sobre os lugares que frequentam, constante ou esporadicamente, além do trabalho, os entrevistados listaram espontaneamente: comércio (todos); bares e restaurantes (10); praia (7); casas de amigos ou familiares (6); cinema (4); cursos de graduação, graduação ou língua (4); igreja (3); boate (1); campo de futebol (1). Os encontros nos espaços públicos que não são diretamente de comércio aparecem, em sua maioria, como locais de encontro com pessoas já conhecidas, para lazer. Na frequência às igrejas, foram relatadas perspectivas introspectivas, de poucas interações. Faltam espaços onde se possam trocar ideias com estranhos e pensar questões coletivas.

Concordamos com Bauman (2001) que o mundo atravessa uma crise do espaço público. Nesse processo, vemos fortalecer-se a incapacidade dos seres humanos de lidarem com a pluralidade uns dos outros, bem como o incômodo e a ansiedade oriundos da presença de estranhos. Da falta de espaços públicos civis, advém a dificuldade de criação da prática de pensar coletivamente os problemas que atingem indivíduos, mas que se originam da organização social da vida.

Em situações em que os espaços públicos, cada vez mais, se restringem a esses espaços de consumo, não civis, vemos o rareamento e enfraquecimento das oportunidades para criação de laços sociais, de pertencimentos e de comprometimentos, em âmbito local ou além dele.

Considerações finais

Em síntese, as narrativas biográficas levantadas nesta pesquisa expressam uma tendência de polarização entre as esferas profissional e pessoal, faltando oportunidades para formar outros laços, pertencimentos e compromissos. Vários entrevistados expressam dificuldade de se sentir pertencimento a uma cidade à qual, por sua dinâmica social de intensa mobilidade espacial, não conseguem atribuir identidade.

A cidade é rica em situações de encontro de cada indivíduo com outros, que aparecem como estranhos, no sentido de serem pessoas com as quais não se enxergam, em princípio, traços culturais comuns e familiares (Ribeiro, 2014). Para várias pessoas, a divergência incomoda mais do que podem fazer crer as caracterizações dos tempos atuais como de aceitação da alteridade.

Sem identidade com a cidade, paradoxalmente os meios de comunicação, que desconnectam tempo e espaço e as facilidades de deslocamento com velocidade, criam condições para a sensação de distanciamento com a cidade onde se vive. Esses deslocamentos trazem uma questão importante no debate sobre seu papel e significado nas reações de poder. De acordo com Bauman (1999), no mundo da velocidade, a mobilidade diferencia, hierarquiza e segrega, de modo a se tornar um importante fator de estratificação social. Isso é bem visível na relação entre capitalistas e trabalhadores: com a desterritorialização dos centros de produção de significados e valores, os sentidos e as decisões que afetam a vida nas localidades são defini-

dos fora delas, e a mobilidade das elites financeiras facilita sua desresponsabilização quanto aos moradores dos locais que venham a ser prejudicados por suas decisões. A pouca importância dada a esses prejuízos é agravada pela diminuição das experiências de alteridade.

Mas qual é o significado da mobilidade dos membros da classe média? Por um lado, os deslocamentos são tentativas de mais liberdade em relação aos condicionantes locais. Por outro lado, a escolha de cidade onde viver – incluindo as estratégias de migração – é claramente condicionada pelo mercado de trabalho (em última instância, do capital). Na tentativa de fugir do lugar – pelos deslocamentos frequentes e pelo mundo virtual –, há uma armadilha, quando se está, no fundo, preso ao lugar com o qual não se estabelece compromisso.

Mas a principal dificuldade para criar vínculos aparece associada à falta de acesso a espaços públicos de diálogo com estranhos – que então se tornariam menos estranhos – e de criação e encaminhamento de soluções coletivas para questões de origem social que influem na vida privada, como as que envolvem trabalho, moradia, qualidade de vida etc. Trata-se de uma questão que se reflete localmente, mas é global.

Pode não haver acesso a espaços públicos pela falta deles e/ou por seu esvaziamento devido a desinteresse, a descrédito de sua efetividade ou por não saber sobre como participar deles. No primeiro caso, a alternativa seria criar espaços públicos. No segundo, que pode se somar ao primeiro, a solução passaria por um empoderamento dos cidadãos, do qual a educação formal e informal seria primordial para a participação qualificada nos espaços de diálogo sobre problemas coletivos como, por exemplo, audiências públicas, reuniões de organizações de bairros, conselhos municipais, orçamentos participativos etc.

Enfim, tudo indica que os atuais modelos de encaminhamento da vida não sustentam a criação/consolidação de vínculos para além da esfera privada e dos instáveis laços do trabalho – seja pela tendência ao individualismo na condução da vida, seja pela insatisfação pelos atuais modos de condução política da vida social. Nada sugere que a polarização entre trabalho e vida privada seja exclusiva da cidade onde ocorreu a pesquisa; pelo contrário, ela parece existir ali como evidência de uma tendência mais geral. Assim, é um grande desafio da contemporaneidade inventar maneiras de forjar laços sociais que ensejem compromissos para além da esfera privada, para que os problemas da vida individual – mas têm origem social – sejam pensados e resolvidos coletivamente, de modo que as pessoas não se sintam perdidas em “terras de ninguém”.

Referências

- ALMEIDA, M. Histórias de vida enquanto procedimento de pesquisa sociológica: reflexões a partir de um processo de pesquisa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 44, p. 125-151, 1995.
- AUGÉ, M. *Não lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2012.
- BAUMAN, Z. *A sociedade individualizada*: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

- _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença, 1984.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: resultados preliminares*. Rio de Janeiro, IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 set. 2013.
- LEAL, G. F. *Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo*. Florianópolis: UFSC, 2011.
- PAGANOTO, F. *Mobilidade e trabalho em Macaé/RJ, a "capital do petróleo"*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- PIRES, A. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POU-
PART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petró-
polis: Vozes, 2010. p. 154-211.
- RIBEIRO, L. *Estranhos no mundo contemporâneo: exclusão social, preconceito e intolerância*. São Paulo: Appris, 2014.
- SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS,
M. et al. (Org.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SENNET, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.
- SILVA NETO, R. et al. Desafios para o desenvolvimento sustentável no Município de Macaé-
-RJ. *Perspectivas Online*, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 3, p. 60-73, 2007.

Arco Tietê: um território estratégico nos contornos entre o Estado e o mercado

Fernanda Pinheiro Silva

p. 97-114

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Como citar:

SILVA, F.P. Arco Tietê: um território estratégico nos contornos entre o Estado e o mercado. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 1, p. 97-114, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/90489>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.90489>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Arco Tietê: um território estratégico nos contornos entre o Estado e o mercado

Resumo

Analisando o espaço concebido como política de Estado, podem-se desvelar tendências importantes do processo de urbanização. Trata-se de uma forma de abordar projetos urbanísticos específicos, servindo de base para compreender como e por que determinados fragmentos do urbano se tornam alvos estratégicos da política do espaço e o que isso significa em termos da reprodução das relações (sociais) de produção. A partir dessa ressalva, segue-se uma tentativa de problematizar a criação e o lançamento do *território estratégico Arco Tietê* como momento da reprodução crítica do capital, buscando sempre suas relações com a urbanização, também crítica, da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Reprodução crítica do capital. Produção do espaço. Urbanização. São Paulo. Arco Tietê.

Arco Tietê: a strategic territory in the borders between the state and the market

Abstract

When analyzing the space conceived as a state policy, one can reveal important trends of the urbanization process. This is a way to address specific urban projects, providing the basis for understanding how and why certain urban fragments become strategic targets of space policy and what this means for the reproduction of social relations of production.

In this research I attempt to discuss the Arco Tietê (Tietê Arch) strategic territory creation and launch as a moment of the critical reproduction of capital, trying to explain its relations with the critical urbanization of São Paulo.

Keywords: Critical reproduction of capital. Space production. Urbanization. São Paulo. Arco Tietê.

Introdução

Desde seu lançamento, no início de 2013,¹ o discurso que envolvia o *território estratégico Arco Tietê* anunciava que “terrenos fabris subutilizados” dariam lugar a novas áreas de moradia, que a ferrovia seria reformada e articulada com outros sistemas de transporte e que o rio Tietê e seus afluentes seriam recuperados para que pudessem se “reaproximar da cidade e de seus habitantes”. Além disso, apresentado como etapa inicial para a consolidação do Arco do Futuro,² abrangia uma área de urbanização antiga e consolidada da cidade de São Paulo e, portanto, estava pressuposto que para sua realização boa parte da materialidade edificada precisaria ser destruída para que em seu lugar fosse possível dar início à produção de novos usos.

No decorrer da análise que fizemos das duas fases em que se dividiu o processo convocado para estruturar um projeto que comportasse as demandas acima, surgiram questões acerca do papel que Estado e mercado desempenham no planejamento urbano e de como ambos se articulavam para dar cabo desta nova proposição de reestruturação urbanística. Assim, este artigo visa compartilhar algumas dessas questões e expor um caminho possível para pensar essa estratégia urbanística como momento da reprodução do capital, em especial no que toca ao modo como essa forma de reprodução social se liga à produção do espaço.³

Arco Tietê: sentido e processo

Em fevereiro de 2013, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) iniciou uma parceria público-privada (PPP) para que consórcios, escritórios e/ou empresas apresentassem projetos viáveis para o que chamaram de *território estratégico Arco Tietê*, através de um Chamamento Público para Processo de Manifestação de Interesse (PMI). Já no anúncio do prazo para entrega final dos trabalhos, 60 dias após a publicação, o Arco recebeu críticas. Entre elas, destaca-se primeiramente a da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (2013), ponderando que “a publicação do edital pela prefeitura parece partir de uma manifestação clara de interesse por parte de uma empresa [Odebrecht] que já desenvolve um projeto semelhante em outra cidade [projeto Porto Maravilha no Rio de Janeiro]”.

Fazendo uso de justificativas que também foram apresentadas em uma ação judicial que exigia a impugnação deste processo,⁴ a autora tornava público um primeiro estranhamento com relação ao Arco Tietê, afinal, como seria possível elaborar propostas para uma área de aproximadamente 6.000 hectares em apenas 60 dias? Quem teria condições de realizar tal proeza? A suposição imediata de Rolnik era a de que apenas grandes construtoras e escritórios de arquitetura ou corporações que contam com muitos funcionários seriam capazes de elaborar propostas desta magnitude com tanta rapidez. Ainda que o edital não exigisse que o

1 Trata-se de uma das primeiras medidas da recém-empossada (2013) administração da Prefeitura Municipal de São Paulo, comandada por Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT).

2 É importante pontuar que o Arco Tietê é parte de uma estratégia ampla, o Arco do Futuro, que, de acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo, “é um *território estratégico* para alterar o modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo em direção a uma cidade mais equilibrada dos pontos de vista urbanístico, ambiental, econômico e social” (SMDU, 2014). O leitor pode consultar material sobre ambos os projetos no portal *Gestão Urbana SP* (Gestão Urbana, [s.d.]).

3 Este artigo resulta das pesquisas realizadas para minha dissertação de mestrado.

4 Gilberto Natalini, vereador pelo Partido Verde, entrou com um processo de improbidade administrativa exigindo o fim do Chamamento Público pela possível indução por interesses privados por parte da Odebrecht.

participante se ocupasse da totalidade da área, a urbanista deixa claro no artigo que a complexidade urbanística que envolve as transformações da região da cidade exigiria mais tempo de pequenos escritórios ou mesmo de iniciativas populares.

Se tal pronunciamento não foi suficiente para revisões no processo, contribuiu, no entanto, para a ampliação dos prazos. As propostas, que seriam recebidas pela SMDU até meados de maio, passaram a ter como prazo final julho de 2013. Além de sugerir direcionamentos em um Chamamento Público, no mesmo artigo Rolnik apresenta um segundo e fundamental estranhamento com relação ao processo,

Na Faculdade de Arquitetura, na disciplina de Planejamento Urbano, nós ensinamos que *primeiro se define o que se quer para a área*, debatendo amplamente com a sociedade: ou seja, que cidade queremos? Qual é a transformação que desejamos para este lugar? Depois, *uma vez definido o que se quer, discute-se quais são os melhores instrumentos para implementar a proposta*. O caminho que está sendo colocado agora é o contrário, ele *começa com o instrumento, que é a parceria público-privada. A partir daí se definirá o projeto*. Mas se é parceria, a empresa tem que necessariamente ter lucro, e isso, claro, implica e compromete o projeto, na medida em que ele só ficará de pé se incluir a possibilidade de gerar grandes lucros imobiliários. A pergunta central, a partir disso, gira em torno da questão “*qual é o uso mais rentável deste solo?*” (Rolnik, 2013, p. X, grifos nossos).

Ancorada em sua experiência prática, teórica e política Rolnik afirmava que a execução do planejamento urbano deveria partir da definição dos objetivos de um plano para que depois fossem escolhidos os instrumentos que permitiriam alcançar tais objetivos. Pelo contrário, o Arco Tietê parecia inverter esse sentido, pois partia de um instrumento que atraísse investidores privados (a PPP) e só depois, e ao lado dos grandes interessados no mercado, definia a intenção e os objetivos do projeto.

Dando vazão às críticas ao processo iniciado pelo Arco Tietê, o também arquiteto e urbanista João Sette Whitaker Ferreira afirmou em seu blog que, com essa iniciativa, a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) delegava o poder de *conceber, projetar e programar* uma área da cidade às empresas privadas, afinal, “delegar o planejamento de uma área tão grande da cidade a empresas privadas é constatar que o Poder Público está, de alguma forma, renunciando a sua prerrogativa de fazer planejamento público” (Ferreira, 2013, p. X).

Com a abertura do edital para a primeira fase dessa PPP, nota-se que o Estado coloca à disposição do setor privado não só os mecanismos jurídicos, econômicos e urbanísticos, mas também poderes sobre a produção de uma concepção acerca da reestruturação urbanística e produtiva para São Paulo. Franqueavam-se a esse setor o planejamento urbanístico da área, a estruturação das normativas jurídico-urbanísticas, o planejamento econômico e social e a organização de mecanismos de participação e construção coletiva:

- (A) Modelo urbanístico contendo hipóteses de transformação urbana [...];
- (B) Modelagem jurídica apontando possíveis instrumentos ou processos que favoreçam a transformação, indução ou intervenção territorial;
- (C) Estudos socioeco-

nômicos que demonstrem a promoção dos setores produtivos e a geração de emprego e renda [...]; (D) Meios de Interação Social e Institucional que contenham estratégias de construção coletiva da intervenção com a participação da absoluta maioria dos agentes envolvidos com este processo (São Paulo, 2013b, p. 4).

Percebe-se como prerrogativas do planejamento urbano nos termos de Ferreira (2013) e Rolnik (2013) foram postas à disposição das principais personificações⁵ dos negócios urbanos da capital paulista.⁶ Como consequência, é possível sugerir que o desenvolvimento do processo que envolve o Arco Tietê carrega consigo alterações na definição do papel que o Estado deve (ou não) cumprir no ato de planejar e intervir no urbano.

Ocupado com a noção de planejamento estratégico, Pedro Novais de Lima Jr. assinala, Como a definição de planejamento urbano é objeto de disputas [...], é delicado tomar uma definição como descritiva da prática do planejamento, pois cada uma diz respeito e reafirma a posição nesse espaço social daquele que a adota. Dito de outro modo, é necessário relativizar a definição de planejamento urbano justamente para escapar do confronto imediato advindo da luta de representações onde se visa ao monopólio da definição de planejamento (Lima Jr., 2003, p. 22).

Adotando os termos do autor, podemos considerar que uma definição do ato de planejar é, ao mesmo tempo, legitimação de uma prática social específica e negação de outras. Por sua vez, Rolnik e Ferreira assumem as seguintes práticas: ele deve ser público, as decisões sobre a cidade devem ser tomadas pelo Estado em constante diálogo com a sociedade civil, e seus objetivos precisam ser traçados antes da escolha dos instrumentos urbanísticos necessários para operacionalizá-los. Confrontada com o Arco Tietê, essa definição explícita uma disputa prática e teórica, pois, pautado sobretudo pelo acirramento das políticas neoliberais, como veremos adiante, o planejamento urbano evolvido nessa projeção aparece cada vez mais vinculado à noção de gerenciamento de cidades, cabendo ao Estado o papel de administrador.

É importante ressaltar que não fazemos uma defesa cega do Estado ou mesmo de sua soberania no planejamento urbano. A nosso ver, o Estado é “a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho” (Mascaro, 2013, p. 18) e, nesses termos, a forma estatal desponta como estrutura fundamental para a reprodução capitalista. A aparência de poder público, ou “terceiro termo” nas relações

5 Neste artigo, essa expressão tem o seguinte sentido: “Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. [...] ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência” (Marx, 1985a, p. 129).

6 Para mostrar o alcance desse comentário, seguem-se os 17 aprovados na primeira fase do processo relativo ao Arco Tietê: (1) Aecom, Blac, Carioca Engenharia, Cowan e CR Almeida, (2) ArcadisLogos, Mia Lehrer, Patrícia Akinaga, PWC, RTKL (Consultores: Azevedo Sette Advogados), (3) Axal Consultoria e Projetos Ltda., (4) Barbosa e Corbucci Arquitetos Associados Ltda., (5) Candido Malta Campos Filho associado a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH), (6) Consórcio Triptyque (Triptyque Projetos Ltda., Argeplan, Phyrestore, Apur, NFU), (7) Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, (8) Construtora Odebrecht S/A e Construtora OAS S/A, (9) Construtoras Andrade Gutierrez S/A e Queiroz Galvão S/A, (10) Geométrica, Utc-constran, Escola da Cidade, (11) Grupo Impulso, (12) Idom Consultoria Ltda., (13) Iurbi Arquitetos Associados, (14) Magalhães & Associados, Figueroa Arquitetura e Urbanismo, Park Capital, (15) Planos Engenharia, Prof. Dr. Bruno Roberto Padovano e equipe e-DAU, (16) TC Urbes/ IBC e (17) Urbem – Instituto de Urbanismo e Estudos para a Metrópole.

entre capital e trabalho, assume os conteúdos do que oculta: trata-se de um terceiro, mas fundamentalmente ligado à dominação do trabalho pelo capital. É o aparato estatal que garante a troca de mercadorias e a exploração da força de trabalho. Intermediado por instituições jurídicas e econômicas, é ele que estabelece a existência de mecanismos sociais que permitem a exploração, mas que, ao mesmo tempo, ocultam-na sob a forma do contrato.

Henri Lefebvre amplia o conceito de planejamento urbano através da noção de urbanismo, cujo sentido é “dominar e submeter à sua ordem o processo de urbanização” (2008a, p. 137). Assim, para o autor, mesmo que imbuído de boa vontade, de convicções políticas e que construído com participação popular, o sentido do urbanismo não pode ser deslocado da reprodução das relações (sociais) de produção e nem os urbanistas, ao exercer essa prática, podem se desligar de uma estratégia que “não só faz o espaço entrar na produção de mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão” (2008a, p. 141). A definição de um sistema (a cidade) cujos problemas podem ser identificados e resolvidos por meio de seus múltiplos subsistemas (transporte, saneamento, habitação etc.) é o que encerra o plano num caráter unitário e, portanto, lhe confere ilusões de classe.

Nas especificidades brasileiras, a defesa do planejamento estatal com vistas ao desenvolvimento social está ligada à luta por direitos sociais básicos tais como habitação, transporte, emprego e mesmo alimentação. Diferentemente da França encontrada por Lefebvre na passagem de 1960 para 1970, precisamos incorporar teoricamente uma realidade na qual ter acesso ao saneamento é um privilégio de classe. Nesse quadro, conquistar serviços públicos ganha um caráter radical, mas, ao mesmo tempo, cria ilusões de que essa conquista bastaria para pôr fim ao sentido crítico da sociedade capitalista.

Nessa perspectiva, embora reconheçamos sua importância no embate travado, não é possível assumir a definição de planejamento desses arquitetos. Tampouco poderíamos assumir uma definição neoliberal, naturalizando o gerenciamento empresarial de cidades. É nesse movimento do pensamento que a incorporação do conceito de *urbanização crítica* é fundamental para darmos continuidade ao texto, posto que ele expressa a “impossibilidade do urbano para todos, *a não ser que se transformem radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais*” (Damiani, 2000, p. 30, grifo nosso).

De acordo com Damiani, é o negativo do urbano que o revela historicamente. Os pressupostos da urbanização estão na crise imanente de uma sociedade que se reproduz pelo trabalho, mas que o nega sistematicamente. Dessa perspectiva, planejamento e urbanismo revelam-se insuficientes para pôr fim às contradições colocadas pela reprodução crítica do capital; pelo contrário, surgem como forma de sobrevivência do capitalismo. Se a forma da centralidade é negada ao trabalhador, conseqüentemente, também lhe será negado o acesso aos benefícios de uma vida urbana. Se é na periferia da reprodução da vida que a massa trabalhadora, cada vez mais sem trabalho, luta para se reproduzir, caberá a ela, portanto, o espaço periférico.

Nos termos de uma urbanização crítica, consideram-se as desigualdades da sociedade brasileira, mas o planejamento estatista já não pode ser eleito como via de transformação. Quando as melhorias urbanas passam a fazer parte da realidade de um determinado fragmento de cidade, os imperativos da *espoliação urbana* também passam a vigorar sobre ele (Kowarick,

1993). Porém, se o planejamento realizado pelo Estado não consegue ultrapassar as determinações da reprodução crítica do capital, atentar para deslocamentos na disputa por sua definição, sempre prática e teórica, pode explicitar aprofundamentos nas práticas de segregação socioespacial.

Sabe-se que o setor privado sempre esteve presente nos processos decisórios de planejamento urbano e que a reprodução da lógica do valor está entre os pressupostos de uma política urbana levada à frente pelo Estado, contudo, é o modo pelo qual a relação entre Estado e mercado se realiza que se transformou na centralidade desta investigação. Tal como sugere Ferreira (2013), acreditamos estar em curso a constituição de distinções qualitativas nessa parceria.

Do acompanhamento do *território estratégico Arco Tietê* surge um questionamento: estaríamos reconhecendo nele novos elementos constitutivos da relação entre Estado e mercado? Tratemos, antes, de apresentar os desdobramentos oficiais desse projeto.

Apontamentos sobre o Arco Tietê

O Chamamento Público para o PMI foi dividido em duas fases, tendo como objetivo final a elaboração de propostas urbanísticas para o Arco Tietê com os devidos estudos de impacto e viabilidade. Na primeira fase, o Estado solicitou do setor privado a apresentação de propostas, gerais ou específicas, para o perímetro delimitado e, depois de compilar os projetos aprovados em um *Relatório Resumo*, convocou empresas e/ou consórcios ganhadores para elaborarem estudos de viabilidade dos projetos apresentados em uma segunda fase.

É importante destacar que a abertura de um PMI não implica abertura de processos licitatórios para execução de nenhuma das obras e/ ou intervenções apresentadas. Com respeito ao caso analisado, sua finalidade é única e exclusivamente a elaboração das projeções urbanísticas que passariam a compor o Arco Tietê em parceria com seus principais, possíveis e prováveis, investidores futuros.

Além disso, para participar do Chamamento, a instituição deveria arcar com todos os custos de seu trabalho tanto na primeira como na segunda fase. Estava claro que a PMSP só ressarciria empresas e consórcios cujos trabalhos fossem considerados viáveis, e o valor pago seria proporcional ao que dele fosse aproveitado pelo poder público. No fim da primeira fase, por exemplo, um valor de R\$ 2 910 000,00 foi dividido entre os 17 aprovados, sendo os maiores beneficiários Urbem (ressarcimento de R\$ 539.142,86), Consórcio Odebrecht/OAS (ressarcimento de R\$ 486.000,00), Consórcio Andrade Gutierrez/Queiroz Galvão (ressarcimento de R\$ 300.142,86), Idom (ressarcimento de R\$ 298.142,86) e Camargo Corrêa (ressarcimento de R\$ 240.142,86).

Para executar a primeira fase, empresas e consórcios tiveram como base um comunicado de Chamamento Público (São Paulo, 2013b), no qual constavam as intenções do Estado para transformação da área. Chama atenção o escasso detalhamento do documento, que na versão completa tinha oito páginas e não definia objetivos concretos, apenas “quatro setores prioritários para a elaboração dos estudos: (1) econômico, (2) ambiental, (3) mobilidade e acessibilidade; (4) habitacional” (São Paulo, 2013b, p. 1-2).

Além desse comunicado, a SMDU se responsabilizou pela elaboração de seminários para desenvolver temáticas específicas junto aos interessados. Nesses casos, embora o material apresentado tenha sido disponibilizado no site da Prefeitura, não se tratavam de eventos públicos. Examinando o material, nota-se foco na apresentação de instrumentais já existentes – como as proposições para revisão do Plano Diretor Estratégico e da lei de zoneamento – e na exposição de análises de órgãos específicos como da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e de Secretarias específicas como a de Transporte, do Verde e Meio Ambiente e de Habitação, além da participação da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

O prazo para recebimento das propostas da primeira fase terminou em 24 de junho de 2013. No total, 26 instituições privadas apresentaram suas próprias projeções para o Arco Tietê, das quais, 17 foram considerados “tecnicamente viáveis” (total ou parcialmente). Analisando todas as propostas vitoriosas, encontramos dois pontos em comum. O primeiro deles é o suporte ideológico: a valorização da natureza chega aos rios. Se o rio Tietê era tido como um dos maiores entraves para o desenvolvimento urbano e social de São Paulo, agora ele passa a ser tratado como elemento central de um novo contexto social. O rio como “singularidade” em *todos* os 17 projetos é o que justifica uma nova programação da vida urbana e da cidade. O segundo ponto diz respeito a uma forma específica de operacionalização: todos os projetos apresentam a necessidade de novas PPP e concessões, em todas as suas variações.⁷

Interpretadas e sobrepostas por uma equipe de técnicos da Prefeitura especificamente formada para o trabalho, essas propostas consolidaram o *Relatório Resumo para os Estudos de Viabilidade* (Relatório Resumo), que “é o documento que subsidia a elaboração deste escopo detalhado e orienta o desenvolvimento da segunda fase” (São Paulo, 2013a, p. 6).

Trata-se do apontamento oficial que passaria a discriminar setores, instrumentos urbanísticos possíveis, obras desejadas, fases de operacionalização, entre tantas outras determinações do Arco Tietê. Destaca-se todavia que, mesmo sendo elaborado pelo Estado, o Relatório Resumo é fruto da compilação de propostas apresentadas por representantes dos negócios urbanos (construtoras, escritórios de arquitetura, incorporadoras), portanto, não deve ser confundido com *Termos de Referência* ou outros tipos de projetos urbanísticos estatistas que subsidiam licitações e concursos. Ao invés de lidar com representações de espaço *concebidas pelo Estado*, trata-se de um documento que foi fruto da junção de intervenções projetadas pelo capital privado e *gerenciadas pelo Estado*.

Em sintonia com o novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2014, o Relatório Resumo define o *território estratégico Arco Tietê* a partir de três Projetos de Intervenção Urbana (PIU): dois Apoios Urbanos, com vistas à urbanização e promoção de infraestrutura nas duas margens do rio Tietê, e o Centralidade, que pretende criar um núcleo de atividades de escala metropolitana nas proximidades do Anhembi. Destaca-se que os PIU são instrumentos destinados ao ordenamento e reestruturação da Macroárea de Estruturação Metropolitana (na qual está inserido o Arco Tietê), e neles são permitidas quatro diferentes modelagens urbanísticas: Operações Urbanas Consorciadas, Concessões Urbanísticas, Áreas de Intervenção Urbana e Áreas de Estruturação Local.

⁷ As Concessões estão dentro do escopo da lei das PPP e podem variar entre patrocinadas, administrativas e na versão Concessão Urbanística.

Com relação aos Apoios Urbanos, o relatório especifica dois projetos distintos, o Apoio Urbano Norte (AUN) e o Apoio Urbano Sul (AUS). A projeção do AUN abrange a várzea expandida ao norte do rio Tietê. Sua intenção: “criação de uma nova centralidade para usos de comércio, serviços e empresas, como indústrias de base tecnológica” (São Paulo, 2013a, p. 8). As principais obras anunciadas: enterramento da linha de alta tensão da AES Eletropaulo e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica de São Paulo; conexão entre as rodovias Anhanguera-Bandeirantes com a Dutra-Fernão Dias através da construção de uma via-bulevar; e criação de uma “infovia”, com implementação, por exemplo, de cabos de fibra ótica.

O AUS foi projetado para a região ao sul do rio Tietê visando “ao melhor aproveitamento do solo urbano, à modernização do sistema de transportes de alta capacidade de passageiros, à minimização do impacto do transporte de cargas por trilhos e à qualificação da paisagem urbana ao longo deste percurso” (São Paulo, 2013a, p. 10). As principais obras: transposição e/ou enterramento de parte da malha ferroviária; requalificação e extensão das avenidas Marquês de São Vicente e Ermano Marchetti; produção de uma “qualidade urbanística diferenciada”, fomentando projetos habitacionais; e reestruturação do Elevado Costa e Silva, com sua possível demolição a longo prazo.

São projeções ambiciosas que, segundo a PMSP:

[...] está necessariamente articulada a produção de novas frentes de expansão da ocupação urbana e a reorganização do sistema fundiário do Arco, o que *possibilita o acesso à terra para a promoção de concessões e parcerias* para a produção de habitação social, equipamentos públicos e infraestrutura para o desenvolvimento econômico da cidade (São Paulo, 2013a, p. 8, grifo nosso).

Passemos para o projeto da Centralidade. Este propõe “o desenvolvimento de uma centralidade de abrangência metropolitana [...] viabilizada através de uma proposta de transformação de uso do solo e ocupação do solo urbano com o aproveitamento de terras públicas” (São Paulo, 2013a, p. 13). Suas propostas apontam para a criação de equipamentos âncoras (possivelmente um Centro de Gerenciamento Territorial da Metrópole) para implantação de empresas de tecnologia através de PPP a curto prazo, de transformações no Campo de Marte a médio prazo, e rebaixamento da via expressa da Marginal Tietê (total ou parcial) e edificação de um porto fluvial a longo prazo.

Não seria viável abordar todos os Projetos Específicos e Programas de Desenvolvimento. Contudo, a evocação constante da necessidade de conceder áreas e serviços para investidores privados se mantém como pilar em quase todas as proposições. Associado a estas concessões, o Relatório Resumo também anuncia uma possibilidade de flexibilização da legislação urbanística.

Os projetos urbanísticos e de engenharia que eventualmente sejam aplicados aos estudos *deverão estar adequados à legislação vigente*, bem como às normas técnicas aplicáveis a cada área do projeto. *Em caso de propostas excepcionais, poderão ser recepcionados minutas para projetos de lei e normas específicas ao atendimento destes objetivos* (São Paulo, 2013a, p. 35, grifos nossos).

A breve descrição das duas fases do Arco Tietê e, em especial, o modo pelo qual o Estado constrói o projeto executivo que demanda estudos de viabilidade e coloca a legislação urbanística à disposição de proponentes que, como visto, personificam grandes capitais vinculados ao setor imobiliário.

Dos fundamentos da análise

Julgamos que no trato do espaço concebido como política de Estado podem-se desvelar tendências importantes do processo de urbanização e, sendo uma maneira de reflexão sobre projetos urbanísticos específicos, isso pode servir de base para entender como e por que determinados fragmentos do urbano tornam-se alvos estratégicos da política do espaço. Assim, iniciamos uma tentativa de compreender o *território estratégico* Arco Tietê no interior da reprodução crítica do capital, especificamente no que a conecta com a urbanização de São Paulo. Antes, porém, é preciso deixar claro o que entendemos por reprodução crítica do capital e, conseqüentemente, como ela se desdobra num entendimento específico da urbanização.

○ sentido e finalidade do movimento do capital é a valorização do valor. ○ mundo da valorização, também apreendido como processo de modernização, tem sua universalidade formal estabelecida pela lógica da mercadoria. Afinal, “o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente a determinada formação sócio-histórica que se representa numa coisa” (Marx, 1986, p. 269), ou seja, a própria mercadoria.

○ ciclo do capital está ancorado em um processo produtivo específico, o modo de produção capitalista, cujo motor reside na contradição capital-trabalho. A exploração do trabalho pelo capital para a produção de mercadorias constitui, assim, o fundamento de uma sociedade moderna que, engendrada por relações sociais de produção capitalista, precisa realizar sistematicamente os movimentos de produção, distribuição, circulação e consumo.

Marx encontrou a condição material para o estabelecimento da contradição capital-trabalho na instituição da propriedade privada capitalista, cujo desdobramento fundamental é a separação entre o trabalho e os meios de produção. Se no interior do processo produtivo a relação capital-trabalho opera através da oposição entre trabalho morto (capital constante) e trabalho vivo (capital variável), socialmente ela se revela no confronto direto entre diferentes classes sociais. É o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria que configura o conteúdo de seu valor, assim, se o capital explora o trabalho é porque apenas este último tem a capacidade de valorizá-lo, ou seja, é a exploração da força de trabalho (extração de mais-valia) que permite ao capital realizar seu sentido e finalidade.

Do encadeamento deste processo destaca-se o trabalho, transformado na mercadoria força de trabalho, como única fonte de valor, e a contradição capital-trabalho como uma relação social de exploração entre classes.

Para o capital é necessário repor a todo momento a produção de mercadorias, assim, sua produção deve ser necessariamente reprodução. Em seu movimento vital de busca constante pela valorização do valor, o aumento da composição orgânica de capital⁸ surge como

8 A composição orgânica do capital (composição-valor do capital) pode ser entendida como medida da relação entre capital constante (forças produtivas) e capital variável (força de trabalho). A composição orgânica de capital será tanto maior quanto maior for o *quantum* de capital constante em relação ao de variável (Marx, 1985b, p. 187-259).

tendência global. O desenvolvimento das forças produtivas aparece, assim, como tendência global no interior de uma corrida pelo aumento da produtividade do capital, pois nele existe uma possibilidade de aumentar a intensidade da exploração do trabalho.

[...] não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor (Marx, 1985a, p. 251)

Contraditoriamente, Marx explicita neste processo uma dimensão crítica e estrutural do capital. Se “O valor das mercadorias está na razão inversa da força produtiva” (Marx, 1985a, p. 253), ao passo que cresce o capital constante em relação ao capital variável, elucida-se também uma tendência do capital de expulsar a força de trabalho do processo produtivo, ou seja, de eliminar de sua reprodução social a única substância que tem a capacidade de valorizar o valor, o trabalho vivo.

Ainda que em termos absolutos a taxa de mais-valia possa crescer em decorrência da intensificação da exploração do trabalho, a degeneração da taxa de lucro (mais-valia calculada sobre o capital global) como tendência da reprodução social aponta para a redução da capacidade de valorizar o valor,

[...] à medida que a taxa de valorização do capital global, a taxa de lucro, é o aguilhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é sua única finalidade), sua queda retarda a formação de novos capitais autônomos, e assim aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista; ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua (Marx, 1986, p. 183).

Em outras palavras, na reprodução do capital residem determinações críticas de sua destituição. Porém, se o sentido da queda tendencial da taxa de lucro é a diminuição relativa do trabalho vivo em relação ao trabalho morto, ela também demarca o aumento da produtividade do trabalho e o crescimento da massa de valores. Por desse desdobramento, Marx (1986, p. 167) mostra que “o processo de produção capitalista é essencialmente, ao mesmo tempo, processo de acumulação”. Além disso, como momento da produção capitalista, a acumulação consistiria sempre na tentativa de conjugar excedentes momentâneos de capital e de trabalho (Marx, 1986, p. 167-168), e as crises aparecem como “soluções momentâneas violentas das contradições existentes” (Marx, 1986, p. 188).

Partindo dos fundamentos críticos do capital, David Harvey recupera, a partir de uma releitura da obra de Rosa Luxemburgo, um aspecto imprescindível para a sobrevivência do capitalismo: a reposição constante do processo de expropriação. Tal como assinala, os impactos

da crise de sobreacumulação do capital exigem a liberação de ativos a custos reduzidos, seja de capital ou trabalho, e isso só se realiza concretamente através de processos que remontam ao que foi chamado por Marx de *acumulação primitiva*.

No capítulo XV do Livro Terceiro de *O capital*, Marx (1986) já havia chamado atenção para essa distinção. Embora o sentido seja o mesmo – repor constantemente a separação entre os trabalhadores e os meios de produção – a formação e acumulação de capital exige três movimentos distintos,

[...] inaugura-se com a acumulação primitiva (Livro Primeiro. Cap. XXIV), aparece depois como processo constante na acumulação e concentração de capitais e por fim se expressa aqui como centralização de capitais já existentes em poucas mãos e como descapitalização de muitos (nisto é que agora se transforma a expropriação). Esse processo levaria em breve a produção capitalista ao colapso, se tendências contrárias não atuassem constantemente, com efeito descentralizador, ao lado da força centrípeta (Marx, 1986, p. 186)

Com o objetivo de renovar o debate e destacar que se trata de um processo em constante reposição, Harvey atualiza o conceito de *acumulação primitiva* pelo de *acumulação por espoliação*, encontrando neste argumento uma chave para compreender a importância que processos de reestruturação urbanística passam a ter na reprodução social.

As crises são reveladas como crises de sobreacumulação e, através delas, evidencia-se a impossibilidade de conjugar sistematicamente “excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e excedentes de força de trabalho” (Harvey, 2013, p. 78). Por este caminho, o autor destaca o que, em sua visão, atuaria como a principal estratégia capaz de promover a absorção desses capitais e, portanto, de evitar a desvalorização absoluta do capital,

A expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção. [...] Como a expansão geográfica com frequência envolve investimentos em infraestruturas físicas e sociais de longa duração, a produção e reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não de resolver, a tendência à formação de crises no capitalismo (Harvey, 2013, p. 78, grifo nosso).

De acordo com Harvey, é neste processo que a urbanização se articula estruturalmente com o desenvolvimento de uma sociedade capitalista a fim de garantir a continuação de sua reprodução ampliada.

A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital. Uma proporção significativa da força de trabalho é empregada na construção e manutenção do ambiente edificado. Grandes quantidades de capitais associados, geralmente mobilizados sob a forma de empréstimos a longo prazo, são postos em movimento no processo de desenvolvimento urbano (Harvey, 2011, p. 137).

Relacionando importantes momentos críticos da absorção de excedentes com ocasiões emblemáticas de ampliação da escala da urbanização, o autor estabelece um nexo lógico e histórico entre urbanização, acumulação de capital e formação de crises. Como afirma, a crise europeia de 1848 foi atenuada pela reestruturação da cidade de Paris entre 1852 e 1870, a crise do pós-Segunda Guerra Mundial foi suavizada pela suburbanização dos EUA e a crise fiscal da década de 1970, cuja expressão mais emblemática foi a falência da cidade de Nova York em 1975, foi amortecida pelo fato de que “cada área urbana do mundo teve seu *boom* na construção em meio a uma enxurrada de imigrantes pobres que, simultaneamente, criaram um planeta favela” (Harvey, 2011, p. 142).

Destaca-se, contudo, que a ampliação escalar do processo de urbanização não muda seu fundamento. Mesmo que atue num primeiro momento em sentido contrário às crises de sobreacumulação, esse processo não deve ser concebido como solução para os termos críticos da reprodução social, pois sua realização depende de investimentos que, “alimentados pelo endividamento, tornam-se o epicentro de formação de crises” (Harvey, 2011, p. 137), conectando essa estratégia de combate às crises com a promoção de novas crises.

Nesses termos, a magnitude e o alcance do Arco Tietê nos permitiriam refletir sobre os imperativos da ampliação da escala do processo de urbanização, revelando o Estado como ente social capaz de conduzir tal façanha. O movimento crítico de reprodução social vincula o ímpeto planejador, interventor, financiador e assegurado do Estado com sua capacidade única de engendrar a produção de um espaço que vislumbre a universalização da forma mercadoria, pois, como ressaltado anteriormente, seu principal objetivo é manter o regime de acumulação, o que o torna “a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho” (Mascaro, 2013, p. 18).

Reforçando a presença do Estado e seu protagonismo no projeto analisado aqui, demarcamos que mudanças na gestão e operacionalização das políticas urbanas podem revelar meandros do modo pelo qual se realiza o movimento desenvolvido por Harvey. Desse ponto de vista, selada pelos vínculos entre setor público e privado, a relação entre Estado e mercado aparece como possibilidade analítica para problematizar uma dupla segurança. De um lado, o Estado aspirando a reduzir os riscos de que seus investimentos e projeções não sejam seguidos pela entrada massiva do capital privado. De outro, o mercado e as personificações dos negócios urbanos exigindo garantias de rentabilidade superiores à média para investimentos de longo prazo. Assim, o trajeto sugerido atrela a análise do Arco Tietê às parcerias público-privadas e ao modo pelo qual elas se tornaram instrumentos fundamentais da política urbana.

Parceria público-privada

Se até o final dos anos 1970 nota-se certa centralização do urbanismo dentro da burocracia estatal, sobrevém um momento de transição, no qual o Estado passa a delegar seus poderes de planejador aos imperativos do mercado. O poder público e sua tecnocracia eram diretamente responsáveis pelo urbanismo no Brasil, e o modernismo, com suas influências funcionalistas, dominava a prática do planejamento urbano (Villaça, 2010). Todavia, em especial no decorrer dos anos 1980, a expansão neoliberal pós-Consenso de Washington, fruto

da intensificação da crise de excedentes do capitalismo mundial, introduz um novo modelo de urbanismo no país (e no mundo), reconhecido pelo emprego de termos como *planejamento estratégico* e *marketing de cidades* (Harvey, 2011; 2013).

Dessa perspectiva, a dependência de parcerias entre Estado e capital privado para operacionalizar o planejamento urbano não é novidade, nem para a política urbana do país, nem para a da cidade de São Paulo. Implementado no Brasil a partir de experiências no Rio de Janeiro (Lima Jr., 2003), esse modelo de planejamento se consolidou principalmente através de Operações Urbanas que visam operacionalizar grandes transformações na cidade e, ao mesmo tempo, concedem ao capital privado o direito de: driblar leis de uso e ocupação do solo; se apropriar privadamente de investimentos públicos através do monopólio da propriedade; produzir espaços que materializassem suas representações – competitivas, segregadas e que buscam rentabilidade para grandes fluxos de capital. Ou seja, o *território estratégico* ganha vida com a abertura de um *território livre* para a acumulação de capitais.

No artigo intitulado *A fórmula mágica da parceria*, Mariana Fix aborda as Operações Urbanas Consorciadas (OUC) como,

[...] “modernas” formas de parceria, que tomam como justificativa a crise fiscal, diante da qual o Estado não teria mais condições de financiar as obras urbanas, devendo, portanto, assumir forçosamente apenas o papel de “promotor” (ou “indutor” e “regulador”), e criar condições para facilitar a instalação de infraestrutura pela própria iniciativa privada (Fix, 2003, p. 10).

Ao criar uma moeda de troca para a compra de potencial construtivo adicional através dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC),⁹ a OUC torna possível a sua comercialização diretamente no mercado financeiro. Uma parceria entre poder público e capital privado é então estabelecida. Nos termos da reprodução crítica do capital, este instrumento consegue ampliar o rendimento dos empreendimentos ao incorporar a *certeza* de ganhos provenientes de investimentos públicos na área, visto que a execução de obras públicas é garantida pelo próprio Estado, que promulga uma lei que o obriga a investir todo o dinheiro arrecadado do setor privado exatamente no local em que ele concentrou seu capital.

Ao tratar de outro instrumento urbanístico, a Concessão Urbanística, Ricardo Baitz nos permite aprofundar a questão,

A rigor, as Operações Urbanas não constituem Parcerias Público-Privadas, pois é o poder público que se encarrega da promoção da obra que dinamiza a região. Contudo, o espírito incitador da economia previsto nas PPPs já se faz interiorizado nas Operações Urbanas, e a Concessão Urbanística o externaliza (Baitz, 2011, p. 210-211).

Nessa passagem, Baitz assinala uma distinção fundamental entre ambas. Embora a OUC já incorpore o “espírito incitador” das PPP, ela não o realiza completamente. No caso das

⁹ Cepac são título financeiros regulados e fiscalizados pela Comissão de Valores Mobiliários cujo preço depende das movimentações na Bolsa de Valores. No que toca às movimentações urbanísticas, sua compra pode ser usada para alterar o uso do solo ou construir acima do potencial construtivo permitido.

concessões, a viabilidade é dada pela conquista, por parte do setor privado, de direitos exclusivos do Estado (desapropriar terrenos e cobrar tributos pelo seu uso, por exemplo).

Em sentido amplo, as parcerias público-privadas indicam toda e qualquer forma de acordo firmado entre administração pública e particulares, para a realização de atividades de interesse público. Contudo, conforme a Lei Federal nº 11079/04 que regula esta modalidade de contrato, a PPP é sempre um mecanismo de concessão, seja ela patrocinada ou administrativa. Concordando com o autor, vemos na tentativa de implementação de uma Concessão Urbanística as marcas de uma transformação que caminha em direção à transferência do direito de desapropriar terrenos.

É em função desta distinção que Baitz consegue enxergar neste processo novos elementos do momento crítico da reprodução do capital. Ao sugerir que “há a possibilidade do capital invertido em edificações não se valorizar acima das médias”, o autor situa a OUC e a Concessão Urbanística como “instrumentos e políticas que assegurem uma rentabilidade superior ao circuito financeiro” (Baitz, 2011, p. 214). Os riscos são minimizados em função do poder que esses instrumentos transmitem ao setor privado e no caso específico da Concessão Urbanística até mesmo a desapropriação de proprietários privados passa a ser possível, o que oferece plenos poderes sobre a propriedade da terra no local do projeto.

Em conferência, o fundador do Instituto Urbem,¹⁰ Philip Young, assinalou a importância das PPP para a transformação contemporânea das cidades, visto que de seu ponto de vista, elas constituem a única maneira possível de fomentar o desenvolvimento urbano na fase atual do capitalismo. Para Young, o maior problema dos projetos urbanísticos, sobretudo na região central de cidades como São Paulo, é o preço da terra, e, como os custos de construção podem ser facilmente rebatidos, o limite de risco que os empreendedores podem aceitar para investir nessas regiões é a garantia da propriedade da terra. Em resumo, para o presidente de uma das empresas que participam do PMI para o Arco Tietê, cabe ao Estado a concessão de terrenos e ao setor privado, a responsabilidade de levantar e usufruir economicamente da área.

A fala de Young reforça os argumentos de Baitz (2011). Vinculado ao mercado financeiro, o setor imobiliário procura empreendimentos que o remunerem rapidamente. Contudo, como a inversão de capital no ambiente construído é um processo de remuneração a longo prazo, para investir é preciso ter cada vez mais o controle de riscos. É neste momento que a Concessão Urbanística surge como possibilidade de segurança, pois, acessando a propriedade da terra através da concessão de terrenos, e não de sua compra, o capital inicial e os riscos de um retorno insuficiente do investimento diminuem.

Circunscrito nesse processo, o Arco Tietê pode apontar uma de suas franjas. Se as formas conhecidas de parceria entre Estado e setor privado, como afirma Mariana Fix (2003, p. 11) a respeito da OUC, “funciona como um mecanismo para que apenas uma fração da cidade continue a resolver seus problemas, utilizando o Estado como instrumento privado de acumulação”, ou, como descreve Ricardo Baitz acerca das Concessões Urbanísticas, expressam a segurança dos investimentos ao “permitirem por um lado uma série de lucros extraordinários e por outro lado, assegurarem uma inversão contínua de capital” (2011, p. 214).

10 Conferência realizada em maio de 2013, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Destaca-se aqui o fato de o Urbem ser uma das entidades que participam da PPP para o Arco Tietê.

Ao tratar o planejamento estratégico como “imagem fenomênica” de um momento da “ideologia tecnocrática eficaz”, Amélia Damiani nos permite revisitar a história da relação entre Estado e urbanismo a partir da “busca perfeita de adequação”:

No interior da produção do espaço, negativamente, e consumindo a vivência, coloca-se a história idealista da teoria do espaço como ideologia tecnocrática eficaz. O espaço é, ao mesmo tempo, reafirmado como abrigo de conteúdos, perfeitamente ajustados ou ajustáveis, como busca da perfeita adequação. O planejamento estratégico é sua imagem fenomênica (Damiani, 2008, p. 210).

Se em um dado período histórico, no Brasil até meados de 1980, a eficácia e o funcionalismo urbano estiveram no centro do pensamento estatista, desde a década de 1990, o Estado se aproxima da gestão empresarial. No desenvolvimento do Arco nos deparamos com uma nova qualidade desta relação. Nesses termos, sugerimos que o Arco Tietê aprofunda a operacionalização do que conhecemos por planejamento estratégico.

Muito antes do lançamento do Arco Tietê, a arquiteta Marilena Fajersztajn, técnica responsável pelas Operações Urbanas do município, já havia destacado em entrevista¹¹ algumas inovações em curso nos mecanismos estatais para a “promoção” de transformações urbanas. Como assinalou, uma vez que “Cada uma [OUC] vai corrigindo equívocos da outra”, “Agora, o que está se pensando, e *é a primeira vez que se faz isso* [em relação às OUC Mooca-Vila Carioca, Rio Verde-Jacu Pêssego e Lapa-Brás], é você contratar estudos urbanísticos de profissionais selecionados por licitações”.

Fajersztajn também deu destaque para o fato da prefeitura ser muito criticada pelas operações em vigência, que na visão de muitos dão conta somente de planos viários e de habitação, sempre com escasso detalhamento do desenho urbanístico. Na expectativa de reverter este quadro, em 2010, a PMSP abre licitações para contratar empresas e/ou consórcios que, após apresentar propostas com o devido detalhamento do desenho urbanístico e dos estudos de viabilidade, seriam responsáveis pelo acompanhamento, gestão e operacionalização do projeto final de três novas OUC: a Mooca-Vila Carioca, a Rio Verde-Jacu Pêssego e a Lapa-Brás.

O Arco Tietê, portanto, não inova ao designar que a modelagem urbanística para transformação de uma área específica da cidade seria produzida por um consórcio privado, neste ponto ele apenas segue a nova tendência do setor público paulistano. Mantendo e ampliando os domínios territoriais de uma dessas operações (OUC Lapa-Brás), o Arco também incorpora as atualizações que esta operação inseria na planificação estatal.

Por outro lado, Fajersztajn deixou claro na entrevista que, “como prefeitura, ela sabe identificar as carências que a área tem”, portanto, era a SMDU – técnicos de carreira e nomeados pela gestão vigente – que estabelecia os objetivos e as principais intervenções de uma OUC através de *Termos de Referência* que representam *planos de intervenções urbanas produzidos pelo Estado*. Nesse sentido, mesmo “terceirizando” a elaboração de estudos e modelagens urbanísticas, ao definir objetivos e prever intervenções, o Estado se mantém como responsável pelo planejamento urbano da área. Até então, ainda era o poder público que decidia e produzia as novas representações de um espaço concebido, delegando ao setor privado apenas a elaboração do desenho urbanístico.

11 Entrevista concedida em outubro de 2012, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Pelo contrário, o Arco Tietê e sua operacionalização revelam um processo no qual o município encarrega o capital privado de decisões sobre o planejamento urbano de São Paulo. Além disso, diferentemente da Concessão Urbanística, pela qual o município desenvolve um projeto executivo e habilita os interessados a implementá-lo por meio das PPP (Baitz, 2011), o Arco as incorpora já na elaboração de seu projeto executivo.

Considerações finais

Longe de esgotar o assunto, procuramos expor um caminho possível para compreender os desdobramentos do Arco Tietê. Trata-se do desafio de articular a investigação de um processo burocrático e institucional que inova a operacionalização do planejamento urbano com uma compreensão materialista histórica que incorpora o urbano e sua produção. Além disso, é importante destacar que, até o momento em que se escreve este artigo, os resultados da segunda fase do Chamamento Público não haviam sido divulgados pela PMSP, fato que nos permite situar esta projeção num momento específico da produção de um espaço concebido (representação de espaço), mas de alcance limitado quanto a sua realização.

Inicialmente, o Arco Tietê é entendido como aprofundamento de uma prática específica do urbanismo reconhecida como *planejamento estratégico*, na qual a política caminha em direção à economia e o papel Estado se aproxima da gestão empresarial:

Propondo alternativas para o enfrentamento da realidade descrita, o planejamento estratégico constitui, de fato, elemento fundamental para que a representação se objetive, na forma de programas e projetos diversos, na canalização de recursos públicos para determinadas prioridades e na instauração de processos decisórios que privilegiem e autorizem a visão dos capitalistas e *experts* (Lima Jr., 2003, p. 231).

Por fim, seus desdobramentos surgiram como expressão de um momento no qual o Estado engendra estratégias refinadas de gerenciamento e passa a exigir garantias de que será seguido pelos investidores ao abrir novos campos para negócios que envolvem o urbano. Para mobilizar o ciclo do capital por meio da urbanização, as projeções urbanísticas devem ser seguidas pelo interesse do capital, tornando-se concretas direta ou indiretamente.¹² Tal como as OUC e as Concessões Urbanísticas permitiram revelar um Estado que se preocupa com a segurança de investimentos privados, o Arco Tietê permite perceber a permanência dessa necessidade de controlar o risco dos investidores privados. Contudo, é possível acrescentar a presença de um Estado que não pode correr o risco de abrir um território de livre para acumulação sem a garantia de que será seguido por esses mesmos investidores.

Nesses termos, desvia-se de uma crítica aparentemente ligada aos governos para uma crítica ao Estado como fundamento da reprodução do capital. O Arco Tietê aparece como realização de um momento da reprodução social no qual o setor público precisa criar mecanis-

¹² Com essa ressalva, chamamos atenção para a representação de espaço como parte do processo de expropriação. Mesmo que não se realize objetivamente como intervenção ou obra, encontramos nela um potencial para efetivar diferentes planos de segregação socioespacial. Destaca-se que esta breve reflexão anuncia um debate caro à dissertação de mestrado que origina este artigo (Silva, 2015).

mos institucionais a fim de que o setor privado indique exatamente *o que* e *como* deve seguir a urbanização, para só então iniciar a abertura de territórios que libertem entraves urbanísticos para a acumulação através do espaço. Nele, as PPP deixam de ser usadas apenas na licitação de obras e serviços, como já o são nas OUC, ou na entrega de porções da cidade, como no caso das Concessões Urbanísticas, para se transformar em apoios fundamentais para a elaboração de projetos, passando a valer como instrumentos para a produção direta de novas representações do espaço. A nosso ver, esse é um caminho analítico indicado pelos termos em que se opera o Chamamento Público aqui analisado e essa é a radicalidade da relação entre Estado e mercado que se pode encontrar nos desdobramentos de um território estratégico.

Referências

- BAITZ, R. *Uma aventura pelos elementos formais da Propriedade: nas tramas da relativização, mobilidade e abstração, à procura da contra-propriedade*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- DAMIANI, A. L. *Espaço e geografia – observações de método: elementos da obra de Henri Lefebvre e a geografia*. Tese (Livre-docência em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- _____, A. L. A metrópole e a indústria. *Terra Livre*, n. 15, p. 21-37, São Paulo, 2000.
- FERREIRA, J. S. W. Que futuro para o arco do futuro? *Cidades para que(m)?* (online), São Paulo, 25 fev. 2013. Disponível em: <<http://cidadesparaquem.org/blog/2013/2/25/que-futuro-para-o-arco-do-futuro>>. Acesso em: 2 out. 2013.
- FIX, M. A fórmula mágica da parceria: Operações Urbanas em São Paulo. *Cadernos de Urbanismo*, 2003. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?q=mariana+fix&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5#6>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- GESTÃO URBANA SP. *Portal da Prefeitura Municipal de São Paulo*, [s.d.]. Disponível em: <<http://gestaourbanasp.org/>>. Acesso em: 11 mar. 2014.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Minas Gerais: Editora UFMG, 2008a.
- _____. *Espaço e política*. Minas Gerais: Editora UFMG, 2008b.
- LIMA JR., P. N. *Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*, Livro Terceiro. Tomo IV. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

- _____. *O Capital: crítica da economia política*, Livro Primeiro. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, Livro Primeiro. Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.
- MASCARO, A. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ROLNIK, R. Arco do Futuro: começando mal? *Blog da Raquel Rolnik*, São Paulo. 15 fev. 2013. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/02/15/arco-do-futuro-comecando-mal/>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- SÃO PAULO (Cidade). Relatório Resumo (2013). *Comunicado de Chamamento Público n. 1/2013/SMDU*: Relatório resumo para os estudos de viabilidade. São Paulo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, set. 2013a.
- _____. Chamamento Público (2013). *Comunicado de Chamamento Público n. 1/2013/SMDU*. São Paulo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, fev. 2013b.
- SMDU. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Portal da prefeitura da cidade de São Paulo*, 2014. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/>. Acesso em: 11 mar. 2014.
- SILVA, F. P. *A urbanização e o movimento de regulação do urbano: uma análise crítica das transformações da várzea do rio Tietê*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010. p. 169-243.

Entre a metrópole e a cidade média: a complexidade das interações espaciais e das dinâmicas de centralidade da cidade de Castanhal, no nordeste paraense

Willame de Oliveira Ribeiro

UEPA

p. 115-129

revista



USP

espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Como citar:

RIBEIRO, W. O. Entre a metrópole e a cidade média: a complexidade das interações espaciais e das dinâmicas de centralidade da cidade de Castanhal, no nordeste paraense. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 1, p. 115-129, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/96710>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.96710>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Entre a metrópole e a cidade média: a complexidade das interações espaciais e das dinâmicas de centralidade da cidade de Castanhal, no nordeste paraense

Resumo

A cidade de Castanhal, no nordeste do Pará, tem papéis de grande complexidade na rede urbana regional, pois está entre a realidade metropolitana e a centralidade de cidade média que exerce no nordeste paraense. Diante disso, este trabalho discute os papéis de Castanhal na referida região diante do processo de dispersão metropolitana de Belém. A partir da construção de um referencial teórico, de levantamento documental e de levantamento em campo, se constatou que a complexidade das interações espaciais é uma das principais marcas de Castanhal, que se constitui como cidade híbrida, tendo uma dimensão metropolitana e uma dimensão de cidade média.

Palavras-chave: Metropolização. Dispersão metropolitana. Cidade média. Interações espaciais. Centralidade.

Between the metropolis and the average city: the complexity of spatial interactions and central dynamics of Castanhal city in northeastern Pará

Abstract

The city of Castanhal, Northeast of Pará, has roles of great complexity in the regional urban network, due to its localization in the intermediation between the metropolitan reality and the centrality of an average city, exercised in Northeastern Pará. Therefore, this article aims to reflect on the following matter: What are the roles played by the city of Castanhal in Northeastern Pará State before the process of metropolitan dispersion of Belém? From the construction of the theoretical framework, documentary surveys and field surveys it was found that the complexity of spatial interactions is a major feature of Castanhal, which is constituted as a hybrid city, having a metropolitan dimension and an average city size.

Keywords: Urbanization. Metropolitan dispersion. Average city. Spatial interactions. Centrality.

Introdução

Castanhal é uma das mais importantes cidades do Pará e a de maior porte e centralidade do nordeste do estado. Cortada pela BR-316, tem sua dinâmica econômica diretamente atrelada à rodovia, porém, como elucida Souza (2008, p. 75), a origem do núcleo urbano esteve relacionada “ao processo de colonização empreendido pela província do estado do Pará, entre 1875 e 1914, com o propósito de povoar a área” entre as cidades de Bragança e Belém e, assim, garantir o fornecimento de produtos agrícolas a esta última.

O processo de colonização do Nordeste Paraense, também conhecido como Região Bragantina, foi marcado pela instalação da Estrada de Ferro de Bragança, às margens da qual se desenvolveram diversos núcleos urbanos, como o de Castanhal e também de seu Distrito, a Vila do Apeú. Em 1965, já no âmbito da política nacional de implantação de rodovias no Brasil, a Estrada de Ferro de Bragança foi desinstalada e a partir de então a integração com Belém e demais áreas passou a ocorrer exclusivamente por meio da rodovia BR-316.

A partir dos anos 1990, aprofundaram-se as inter-relações entre Castanhal e Belém, o que também se expressou no eixo rodoviário, com a duplicação da BR-316 no trecho entre as duas cidades, e foi formalmente reconhecido por meio da inclusão de Castanhal na Região Metropolitana de Belém (RMB) em 2011. Nesse contexto, a cidade passou a desempenhar um papel muito complexo no âmbito da rede urbana regional, fazendo com que em alguns estudos, que valorizam a processo de metropolização do espaço ou a dispersão metropolitana, seja vista como integrante da estrutura metropolitana de Belém e em outros, que dão ênfase ao papel regional e à centralidade da cidade na rede urbana, seja tomada como cidade média.

Este trabalho se coloca o desafio de pensar a cidade de Castanhal envolvida nessa complexidade de processos e lógicas e se norteia pelas seguintes perguntas: que papéis desempenha Castanhal na região nordeste do Pará diante do processo de dispersão metropolitana de Belém? A partir de que vetores Belém se dispersa para Castanhal? Existe para a realidade estudada uma oposição entre a aproximação com a metrópole e a funcionalidade de cidade média? Como Castanhal pode ser classificada a partir de seus papéis na rede urbana regional?

As respostas a esses questionamentos foram buscadas mediante a adoção dos seguintes procedimentos metodológicos: construção de arcabouço teórico a respeito das concepções de rede urbana, metropolização do espaço, dispersão metropolitana, cidade média e interações espaciais; levantamentos documentais voltados para compreender a formação histórica da cidade de Castanhal, da rede urbana do nordeste paraense e da RMB; e levantamentos documentais, tendo os Censos de 2000 e 2010 realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como fonte primordial, para se compreenderem as interações espaciais entre Castanhal e Belém, a hierarquia urbana e as dinâmicas de centralidade no nordeste paraense e os vetores da dispersão metropolitana.

O texto está organizado em cinco seções além das considerações de início e de fim. Primeiramente, se contextualiza a realidade de Castanhal no âmbito dos processos de metropolização e dispersão metropolitana de Belém, para logo em seguida se proceder a uma caracterização da região nordeste do estado do Pará. O texto tem continuidade com a abordagem

das interações espaciais entre Castanhal e Belém e logo em seguida se busca refletir sobre os vetores da dispersão metropolitana. E, por fim, se analisa a funcionalidade de Castanhal como cidade média, problematizando com sua dimensão metropolitana.

A metropolização e a dispersão metropolitana de Belém

A discussão a respeito das realidades e das problemáticas associadas aos espaços urbanos tem marcado grande parte da produção acadêmica atual e muitos conceitos têm surgido como instrumentos analíticos que visam melhor interpretar as novas e complexas realidades do mundo contemporâneo. A concepção de metropolização do espaço está inclusa neste contexto.

Os espaços metropolizados não se restringem às fronteiras das regiões metropolitanas instituídas pelo estado e não se confundem com a metrópole, têm amplitude maior. Segundo (Lencioni, 2013, p. 19), espaços metropolizados são aqueles que:

[...] assumem aspectos e características similares, mesmo que em menor escala, aos da metrópole, quer dizendo respeito aos investimentos de capital, ao desenvolvimento das atividades de serviços com sua correlata concentração de trabalho imaterial; ou ainda, relacionados ao desenvolvimento das atividades de gestão e administração. Podem, também, apresentar outros aspectos, como a tendência ao desenvolvimento de vários centros comerciais e de serviços, a forma de consumir e viver semelhante a da metrópole, bem como uma densidade significativa de redes imateriais e a presença bastante visível dos socialmente excluídos.

Sendo assim, a metropolização é um processo bastante amplo, diretamente associado ao fenômeno da globalização e a suas consequências na modernização dos espaços, nas mudanças dos modos de vida e dos costumes e na reorientação das estratégias de reprodução do capital. Esse entendimento permite reconhecer a metropolização em espaços fora das regiões metropolitanas e mesmo em áreas não diretamente subordinadas à metrópole, mas que têm outras dinâmicas de centralidade não metropolitanas, como no caso das cidades médias.

No caso de Belém, capital do Pará, o processo de metropolização que, na visão de Trindade Jr. (1998, p. 3), começa na década de 1960 e se consolida nas seguintes, “pressupõe a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada”. Segundo o autor, o processo de metropolização de Belém é marcado por dois momentos, que se revelam em duas formas diferentes: a urbana confinada e a urbana dispersa.

A primeira é caracterizada por uma expansão urbana restrita aos limites estabelecidos pelo chamado “cinturão institucional”, que, instalado no período da Segunda Guerra Mundial, consistia num conjunto de instituições públicas localizado nos limites da cidade e que passou a funcionar como um obstáculo à expansão urbana horizontal contínua. A ocupação das baixadas, o adensamento populacional e a valorização dos terrenos de topografia mais elevada foram as grandes marcas dessa forma confinada (Trindade Jr., 1998).

Já a forma dispersa se estabeleceu a partir da superação da barreira formada pelo cinturão institucional nos anos 1960 e a expansão da malha urbana para “localidades até então consideradas distantes, notadamente, para a rodovia Augusto Montenegro (eixo Belém-Icoaraci) e para a BR-316 (eixo Belém-Ananindeua)” (Trindade Jr., 1998, p. 104). A década de 1980 consolidou esses eixos de expansão e, por consequência, a forma urbana dispersa.

Os novos espaços de assentamento passaram a receber em grande escala a população pobre deslocada das áreas centrais, principalmente das baixadas, que vivenciaram um relevante processo de valorização a partir da realização de obras de saneamento. Com isso, esses novos espaços de assentamento distantes do centro da metrópole adquiriram um forte caráter de periferia urbana, não só pela distância geométrica em relação ao centro da cidade, mas, como explicam Chaveiro e Anjos (2007, p. 183), em relação à definição de periferia, por ter “um cotidiano específico, bem como uma modalidade de tempo social que define a vida dos sujeitos. Poder-se-ia dizer que é um lugar específico de dramas sociais, de problemas e vicissitudes humanas”.

Esse processo de produção de espaços periféricos se confundiu em grande medida com o próprio processo de metropolização de Belém, funcionando esses lugares como verdadeiras “cidades dormitórios”,^{1*} isto é, espaços de moradia para a população de baixa renda que, trabalhando na área central de Belém, precisava fazer um movimento pendular diário entre o trabalho e a casa.

A RMB foi institucionalizada em âmbito estadual em 19 de outubro de 1995, por força da Lei Complementar n. 027, sendo formada pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara (Pará, 1995). Pela Lei Complementar n. 072, incorporou-se à RMB o município de Santa Izabel do Pará (Pará, 2010) e, pela Lei Complementar n. 076, também o município de Castanhal (Pará, 2011).

Castanhal é parte do que neste texto se denomina região nordeste do Pará e tem com Belém uma relação diferente da tecida pelos demais núcleos urbanos metropolitanos, uma vez que sua formação e seu crescimento não resultaram da dispersão dos espaços de assentamento da metrópole e, portanto, a cidade não se constitui como periferia da RMB.

Sua própria inserção na RMB é questionável sobre certos aspectos, pois, como esclarecem Fernandes, Bitoun e Araújo (2009), no Brasil, a definição das regiões metropolitanas a partir da decisão dos estados tem sido marcada pela imprecisão conceitual – é comum que não coincidam a delimitação oficial da região metropolitana com a dinâmica e realidade de fato metropolitana.

Assim, apesar de Castanhal e também os demais municípios do nordeste paraense manterem fortes relações com a RMB – o que acaba sendo esperado, já que todo o território paraense é área de influência de sua capital –, isso não chega a descaracterizar a diferenciação e a particularidade do nordeste paraense, que tem densidade técnica, econômica, populacional e de infraestrutura completamente distintas da RMB.

O nordeste paraense e a dispersão metropolitana

O recorte espacial que chamamos aqui de região nordeste do estado do Pará (Mapa 1) não tem base em nenhuma regionalização oficial do governo estadual ou federal, mas foi estabelecido a partir da concepção da região como estruturada/estruturante por/de sua rede de cidades e tomou por base os dados do IBGE (2008), no estudo *Região de Influência das Cidades 2007* para reconhecimento das centralidades e das áreas de influência dos centros urbanos.

1 * Essa expressão era muito usada para designar a relação das cidades de Ananindeua, Marituba e Benevides com o núcleo metropolitano, mas atualmente, diante da complexidade e das múltiplas direções dos fluxos, sua aplicação é questionável, mesmo para se referir apenas ao espaço metropolitano conurbado.

A compreensão clássica da análise da região a partir da rede urbana esteve bastante atrelada às formulações de Walter Christaller, ou seja, de uma rede urbana considerada exclusivamente de um ponto de vista hierárquico, mesmo em autores sem filiação explícita ao modelo das localidades centrais. A definição de região dada por Rochefort (1998, p. 19) está em consonância com esse cenário: “espaço delimitado pela influência de uma grande cidade, dotada de uma gama suficiente de serviços para que os habitantes da zona possam evitar qualquer recurso generalizado a outra cidade mais importante e mais bem equipada do que ela”. Postulado semelhante se encontra em Beaujeu-Garnier e Chabot (1970, p. 530): “a região existente ao redor de cada cidade e que vive em simbiose com ela”.

Entretanto, o reconhecimento da região apenas a partir da área de influência de uma grande cidade se demonstra um tanto quanto reducionista diante dos múltiplos processos, dinâmicas e formas que hoje compõem as redes urbanas. Consideram-se aqui pelo menos três elementos na análise das regiões urbanas: as interações espaciais entre os diversos centros urbanos, **não necessariamente hierárquicas** mas eventualmente cooperativas ou complementares; a gênese e o processo de estruturação da rede de cidades; a particularidade da rede urbana e, por consequência, da região diante de uma totalidade, que pode ser um contexto regional mais amplo ou mesmo o próprio Estado-nação.

Mapa 1 – Região nordeste do estado do Pará



fonte: Willame de Oliveira Ribeiro, com base nos dados do estudo *Região de Influência das Cidades 2007* (IBGE, 2008).

A região nordeste do Pará, fundamentada nesta compreensão, abrange parte significativa do litoral paraense, estendendo-se, no sentido oeste-leste, do município de São João da Ponta ao município de Viseu e também parte da área interiorana denominada região Bragantina, isto é, a área compreendida entre as cidades de Belém, capital do estado do Pará e a cidade de Bragança. A extensão da Bragantina inclusa na região nordeste do Pará se estende de Castanhal às intermediações de Bragança e Viseu.

A população total da região nordeste do Pará é de 991.734 habitantes, distribuídos numa área de 28.656 km²; a densidade em torno de 35 habitantes por km² é bastante superior a média do estado, de 6 hab/km² (IBGE, 2015). A gênese da colonização da região teve dois momentos principais. O primeiro remonta ao próprio processo de colonização da região amazônica, no século XVII, quando se estabeleceram os primeiros povoamentos litorâneos, como a atual cidade de Bragança; o segundo momento, e mais decisivo para a estruturação da rede urbana e da região, é o final do século XIX, quando da colonização da chamada região bragantina, para atender às necessidades criadas pelo desenvolvimento da economia da borracha na Amazônia.

Essa colonização teve como marcas principais a utilização dos migrantes nordestinos e a construção da Estrada de Ferro de Bragança – EFB. A ferrovia levou 25 anos para ser concluída, tendo início sua construção em 1883 e o término de sua construção apenas em 1908 (Leandro; Silva, 2012). Seus 220 km de extensão ligavam Belém e Bragança e, portanto, cortavam o nordeste do Pará, contribuindo decisivamente para a estruturação dessa região. Com sua extinção pelo governo federal em 1965 esse papel estruturador da região passou a ser desempenhado pelas rodovias (Siqueira, 2008).

Por sua proximidade com a RMB, a região nordeste do Pará passou a ser um espaço prioritário para a dispersão metropolitana de Belém, entretanto, esse processo implica grande complexidade e se faz a partir de determinados vetores, isto é, parcial e incompletamente. Por sua importância regional e pela proximidade com Belém, Castanhal é a cidade mais atingida pela dispersão metropolitana, no contexto do nordeste paraense, embora as marcas desse processo também se verifiquem nos demais centros de destaque da região, como as cidades de Bragança e Capanema.

Nesse texto, o processo de dispersão metropolitana será considerado mais a partir de seus rebatimentos sobre a cidade de Castanhal, porém, antes de passar diretamente a essa análise, é importante entender as interações espaciais entre Castanhal e Belém, a realidade que se cria a partir disso e como o fenômeno da dispersão compõe esse quadro de interações.

O aprofundamento das interações espaciais entre Castanhal e Belém: a dimensão metropolitana

A análise das interações espaciais mostra a posição bastante complexa da cidade de Castanhal, que, de um lado, **é a** principal centralidade do nordeste paraense, polarizando (como veremos) um grande número de cidades e aproximando-se da concepção de cidade média, e, de outro, aumenta suas inter-relações com as demais cidades da RMB, afirmando, em princípio, sua conformação de subcentralidade metropolitana. Essas duas lógicas são fundamentais para compreender os papéis de Castanhal na rede urbana regional.

Neste momento, as atenções se voltam para esse segundo aspecto, o aprofundamento da condição metropolitana de Castanhal, evidenciando um importante processo de metropolização de seu espaço. Na tentativa de compreender essa lógica, recorreremos à ideia de interações espaciais, que, na visão de Corrêa (1997, p. 279):

[...] constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades.

A concepção de interações espaciais de Corrêa é bastante ampla, não apresentando restrição aos fluxos econômicos, mas abarcando dinâmicas essencialmente sociais, ao se referir aos deslocamentos de pessoas, cujas motivações podem ser as mais diversas, apesar do destaque de atividades como trabalho e estudo. Camagni (2005, p. 79) faz uma caracterização das interações espaciais muito semelhante à definição dada antes.

Toda atividade localizada sobre o espaço físico, seja esta uma unidade de produção, uma unidade demográfica ou uma cidade, desenvolve com o entorno que a rodeia uma complexa rede de relações bidirecionais que tem lugar em múltiplos níveis. Por um lado, ao redor desta atividade se materializa um complexo campo de forças de atração, de irradiação, de repulsão, de cooperação que fornece, por assim dizer, a energia de base para o funcionamento (e mesmo a existência) do sistema territorial. Por outro lado, todas as atividades localizadas no entorno exercem, por sua vez, uma influência sobre o primeiro centro através dos canais mais diversos.

A caracterização de Camagni frisa o caráter bidirecional das relações, a partir da consideração de um ponto específico, que, ao mesmo tempo é emissor e receptor de uma ação, uma vez que o entorno, que recebe a primeira ação, não é passivo diante dela, mas atua gerando uma resposta ao primeiro centro, configurando a realidade da interação. Outro aspecto a salientar nessa passagem de Camagni (2005) é a importância das interações espaciais na própria estruturação do espaço, ou do sistema territorial, como prefere o autor, considerando essas interações não como processos que se dão no espaço, mas como inerentes ao espaço, componentes de sua totalidade.

Desse modo, as interações espaciais funcionam como um importante indicador ao reconhecimento do espaço metropolitano, normalmente marcado por grande intensidade de interações. Para o estudo das interações espaciais entre Castanhal e Belém se utilizaram os dados de deslocamentos por motivo de trabalho e estudo para o ano 2000 (IBGE, 2000) e também de deslocamentos por motivo de trabalho e de deslocamentos por motivo de estudos, vistos separadamente no censo de 2010 (IBGE, 2010) (Quadro 1).

Quadro 1 – Deslocamentos por motivo de trabalho ou estudo entre os municípios de Belém e Castanhal (2000 e 2010)

	deslocamentos de Belém a Castanhal	deslocamentos de Castanhal a Belém
2000 (trabalho e estudo)	309	900
2010 (trabalho)	946	1.319
2010 (estudo)	266	1.130

fonte: IBGE (2000, 2010).

O primeiro elemento a destacar é que os deslocamentos entre Castanhal e Belém aumentaram muito entre 2000 e 2010. Considerados conjuntamente os dados de trabalho e de estudo de 2010, nota-se que os deslocamentos de Castanhal a Belém mais que dobraram e os deslocamentos no sentido contrário, de Belém a Castanhal, quadruplicaram, sobretudo os motivados pelo trabalho.

Mas, em termos absolutos, os deslocamentos para Belém são muito mais expressivos, apesar de nos deslocamentos por trabalho em 2010 os números se aproximarem. De qualquer forma, no que importa para a presente análise, fica evidente a rápida ampliação das relações entre Castanhal e Belém, demonstrando, assim, uma tendência à incorporação de Castanhal ao contexto metropolitano, o que justificaria sua incorporação à RMB em 2011.

Entretanto, o número de deslocamentos entre Belém e Castanhal é muito menor que entre Belém e os principais municípios de sua região metropolitana. Por exemplo, em 2010, ocorreram 65.621 deslocamentos de Ananindeua a Belém por motivo de trabalho e 22.745 por motivo de estudo (IBGE, 2010). De Marituba a Belém, ocorreram 10.879 deslocamentos por trabalho e 2.235 por estudo, números muito superiores aos registrados nos deslocamentos entre Castanhal e Belém (Quadro 2).

Quadro 2 – Deslocamentos por motivo de trabalho ou estudo para Belém com origem em municípios da RMB (2010)

	deslocamentos por trabalho	deslocamentos por estudo
Ananindeua	65.621	22.745
Marituba	10.879	2.235
Benevides	3.827	1.156
Santa Bárbara do Pará	761	166
Santa Isabel do Pará	1193	470

fonte: IBGE (2010).

Observa-se no Quadro 2 que os deslocamentos de Ananindeua, Marituba e Benevides para Belém são muito mais intensos que os originários de Castanhal. Já os deslocamentos com origem em Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará são mais fracos, o que já era esperado, por conta do porte desses municípios. Em 2010, Santa Bárbara do Pará tinha apenas 17.141 habitantes e Santa Isabel do Pará, 59.466 (IBGE, 2015).

Sendo assim, fica evidente o complexo papel desempenhado pela cidade de Castanhal, que, apesar de ter muitas interações com Belém, apresenta números bem mais modestos do que aqueles registrados nas interações entre os principais municípios da região metropolitana e a capital. Com isso, já começa a se delinear as diferenciações existentes entre a dinâmica socioespacial de Castanhal e a dos demais integrantes da RMB. Essas diferenças aparecem claramente no exame do processo de dispersão metropolitana de Belém.

Dispersão metropolitana de Belém para Castanhal: objeções e confirmações

Como mostra Trindade Jr. (1998), a RMB se estruturou por meio de um processo de dispersão a partir de Belém, constituindo e/ou fortalecendo novos espaços de assentamento. É por este processo que se intensificou a ocupação do eixo definido pela rodovia Augusto Montenegro, no próprio município de Belém; do município de Ananindeua, que, segundo o IBGE (2015), estima-se ter atingido a população de 499.776 habitantes em 2014; da área que hoje integra o município de Marituba, que também passa por um muito rápido processo de crescimento populacional, contando, de acordo com a estimativa do IBGE (2015), com 120.305 habitantes em 2014; e também de Benevides, que apesar de ser um município não conurbado com Belém, vivencia uma integração muito forte com o contexto metropolitano.

A cidade de Castanhal, apesar de oficialmente compor o quadro metropolitano e de, na realidade, ter uma inegável dimensão metropolitana expressa nos fluxos existentes entre a cidade e os demais centros que compõem a RMB, especialmente Belém; tem um processo de estruturação diferente das demais cidades da RMB, pois não resulta da dispersão da população pobre de Belém e da consequente instalação de assentamentos precários e de conjuntos habitacionais para abrigar essa população.

Os assentamentos precários e os conjuntos habitacionais estão presentes no espaço urbano de Castanhal, mas não resultam de uma dinâmica que parte do núcleo metropolitano. Estão muito mais ligados à centralidade de Castanhal numa vasta área do nordeste paraense e, portanto, à dimensão de cidade média, que também marca esse centro urbano, como veremos adiante.

O crescimento populacional de Castanhal e a produção do seu espaço urbano, diferentemente do que acontece em outras cidades da RMB, não estão majoritariamente atrelados à dinâmica metropolitana, mas sim à centralidade regional exercida por Castanhal, o que não anula a participação da metrópole, especialmente a partir do fenômeno da dispersão metropolitana de Belém. Um dado que ajuda a compreender essas lógicas diferentes e suas respectivas importâncias, é a imigração, ou seja, o deslocamento de pessoas para residir em Castanhal, neste caso, com origem no conjunto da RMB e na região nordeste do Pará.

Quadro 3 – Imigrantes de data fixa com destino ao município de Castanhal e com origem na RMB e na região nordeste do Pará (2005-2010)

origem dos imigrantes de Castanhal	número de imigrantes
RMB	3.615
região nordeste do Pará	5.472

fonte: IBGE (2010).

Considerando o aspecto populacional da dispersão metropolitana de Belém e tomando como referência os imigrantes de data fixa no quinquênio 2005-2010 (IBGE, 2010), nota-se um movimento considerável para residir em Castanhal com origem na RMB (Quadro 3), mas o número de imigrantes na cidade com origem no nordeste do Pará é 51% maior, mesmo a população do conjunto metropolitano ser, em 2010, de 2.101.883 habitantes, 73% superior à do nordeste paraense, de 784.291 habitantes.

Já em relação aos imigrantes de data fixa, no quinquênio 1995-2000 (IBGE, 2000) com destino a Castanhal, foram reconhecidos 3.551 imigrantes originários da RMB e 5.443 advindos do nordeste paraense. Com isso, se percebe que não há tendência de fortalecimento da imigração com origem na RMB, ou seja, atrelada à dispersão metropolitana.

Sendo assim, apesar de ser uma realidade, a dispersão metropolitana para Castanhal precisa ser analisada com muita atenção, já que não consiste num processo completo e absoluto, muito menos o único a conferir dinamismo a Castanhal ou explicar seu crescimento e fortalecimento. A dispersão se efetiva mediante vetores, estando ausente ou sendo pouco importante em relação a certos setores econômicos ou dinâmicas sociais.

A indústria é uma dessas atividades cuja materialização em Castanhal não está relacionada à dispersão metropolitana de Belém. Ao estudar 10 das principais indústrias de Castanhal, Alves (2012) obteve, em entrevistas com seus representantes, a informação de que nenhuma dessas indústrias tem origem em Belém, que quase todos os funcionários são do próprio município de Castanhal e que o mercado consumidor tem uma configuração regional e até mesmo nacional, ficando as relações com Belém restritas a trâmites burocráticos e, para o caso de uma indústria, ao uso do porto de Belém para receber matéria-prima.

Diante desse quadro, as indústrias de Castanhal tem sua lógica locacional definida pela centralidade de Castanhal no contexto regional e não pela dispersão metropolitana de Belém, a despeito de Alves (2012) ter concluído o inverso. O mesmo se pode dizer da compreensão da autora sobre a razoável expressão dos assentamentos precários e dos conjuntos habitacionais em Castanhal como um resultado da dispersão metropolitana de Belém, quando se sabe que Castanhal recebe muito mais população do nordeste paraense, como já mostrado.

Já com relação a outros vetores, como a produção imobiliária e o comércio varejista, a dispersão aparece mais claramente. No caso da produção imobiliária por parte de agentes privados, das seis empresas estudadas por Alves (2012), apenas uma é originária e mantém sua sede em Castanhal; as outras cinco estão sediadas em Belém. Isso evidencia um forte vetor de dispersão, neste caso, não da demanda por imóveis, mas da sua produção.

O mesmo pode ser dito das redes varejistas de Belém, que atuam sob a forma de lojas de departamentos e/ou supermercados. As grandes redes de Belém, como Grupo Líder, Grupo Y. Yamada e Lojas Visão, atuam em Castanhal e têm grande importância no comércio local e regional, inclusive, competindo com redes originárias do nordeste paraense, como Grupo Ibaraki, Lojas Radisco e Lojas Marilar, configurando um conflito de lógicas territoriais pelo domínio do mercado consumidor do município de Castanhal e do nordeste paraense. A presença das grandes redes varejistas de Belém promove a modernização da paisagem e evidencia aspectos da metropolização do espaço e, portanto, se estrutura como um relevante vetor de dispersão metropolitana.

O fortalecimento de Castanhal devido a sua centralidade: a dimensão de cidade média

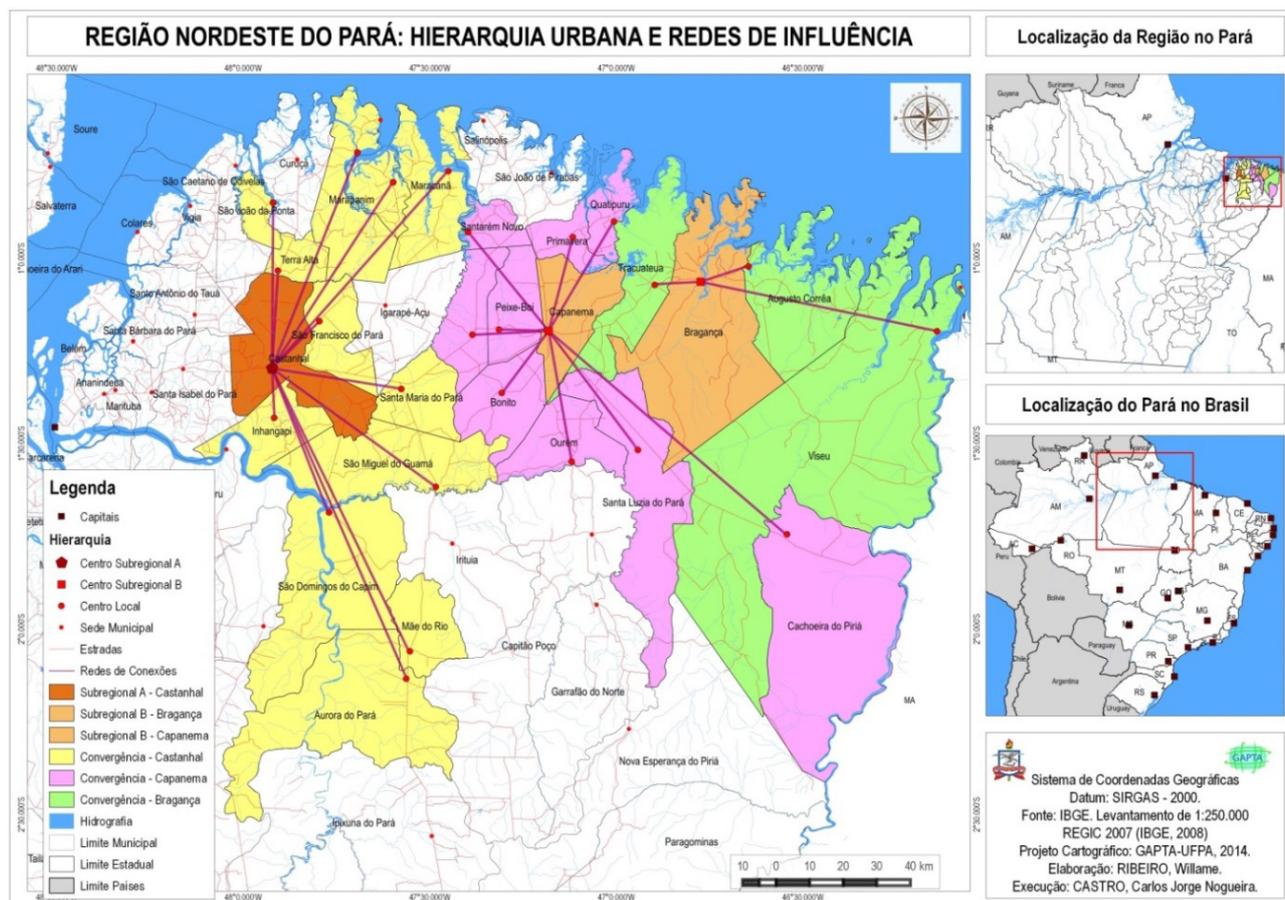
A natureza metropolitana resultante de um processo dispersor com foco em Belém, tratado até então, não é definitiva nem completa na cidade de Castanhal, mas apenas parcial, em certos vetores, como as redes varejistas e a produção imobiliária privada. A maior metropolização que se percebe na cidade deve-se a outras dinâmicas e se traduz num processo de modernização do espaço e da economia e pode se manifestar em pontos distantes de regiões metropolitanas.

No caso de Castanhal, essa modernização advém também da centralidade exercida pela cidade em relação a uma vasta região, o que lhe atribui certas características próprias da condição de cidade média. Características essas que vão muito além do porte demográfico, que se fosse o único critério adotado classificaria Castanhal como cidade média, já que seus 173.149 habitantes existentes em 2010 (IBGE, 2010) a situam entre os 50.000 e os 500.000 habitantes normalmente considerados para reconhecer cidades desse porte. Entretanto, esse critério populacional tem se demonstrado muito insuficiente para abarcar as características e as dinâmicas próprias das cidades médias.

Para Sposito (2004, p. 126), as cidades médias seriam não apenas aquelas que se enquadram no porte demográfico já citado, mas que também “desempenham claros papéis intermediários entre a(s) metrópole(s) e as pequenas cidades que compõem uma rede urbana”. Centros que se enquadram no critério populacional, mas que não apresentam a centralidade necessária ao exercício dessa intermediação entre as pequenas cidades e as metrópoles seriam apenas cidades de médio porte. Segundo a mesma autora, se enquadram nessa classificação “centros urbanos que compõem tecidos e organismos urbanos maiores, formadores de aglomerações urbanas metropolitanas ou não metropolitanas” (Sposito, 2004, p. 126).

Cidades como Ananindeua, conurbada com Belém se harmonizam bem com esta classificação. Cidades cuja dinâmica não consegue se desatrelar do núcleo metropolitano, que, independentemente, não polarizam uma única cidade, cujos fluxos de pessoas, serviços, informação, financeiros etc. só se compreendem no conjunto do quadro metropolitano.

Mapa 2 – Região nordeste do Pará – hierarquia urbana e redes de influência



fonte: IBGE (2008).

Apesar de, sob vários aspectos, também compor a RMB, Castanhal tem uma natureza muito diferente da descrita. O estudo *Região de Influência das Cidades*, implementado em 2007 e publicado em 2008 pelo IBGE, classifica a cidade como centro sub-regional A, a mais alta hierarquia da região nordeste do Pará.

Estão sob a influência direta de Castanhal 12 cidades (Mapa 2), situadas principalmente a norte/nordeste e a sul/sudeste de sua sede municipal. As cidades a oeste, como Santa Isabel e Santo Antônio do Tauá, que fazem fronteira com Castanhal, mesmo tendo razoável interligação com esse centro, têm relação mais direta com Belém e, portanto, não estão incluídas na área de influência direta de Castanhal.

No Mapa 2, fica claro o destaque de Castanhal no nordeste paraense, com uma centralidade muito mais expressiva que outros centros da região, como Capanema e Bragança. Apesar de a intensidade das interações de Castanhal ser maior com as cidades que compõem a região metropolitana, as de sua área de influência estão fora desse conjunto, o que demonstra a complexidade de seu papel. A área de influência direta de Castanhal tem 9.885,63 km², com 435.758 habitantes (Quadro 4). Uma densidade de ocupação bem maior que a registrada na área de influência de Capanema e Bragança, que têm, respectivamente, 7.336,21 km² e 9.032,82 km² de área total sob influência direta, com 189.832 e 237.895 habitantes.

Quadro 4 – Território e população de Castanhal e de sua área de influência

população do município (2010)	área do território municipal	densidade demográfica do município (2010)	área total sob influência da cidade	população total da área de influência (2010)
173.149	1.028,889 km ²	168,29 hab/km ²	9.885,63 km ²	435.758

fonte: IBGE (2008; 2015).

Em termos de população, a cidade de Castanhal se destaca pelo maior contingente populacional do nordeste paraense, totalizando, em 2010, 173.149 habitantes e com a estimativa de ter chegado a 186.895 em 2014. A urbanização da população também é muito expressiva, com 88,6% da população vivendo em área urbana em 2010.

Castanhal também tem a maior expressão econômica entre os municípios do nordeste paraense, com o maior produto interno bruto (PIB), da ordem de R\$ 1.450.441.000 em 2010 (IBGE, 2015). Da mesma forma que os demais centros sub-regionais do nordeste paraense, Castanhal tem sua centralidade relacionada ao comércio e aos serviços, mas com uma maior densidade e qualificação. A dispersão metropolitana de Belém, cujos efeitos são evidentes em Castanhal, também concorre para qualificar as funções comerciais e de serviços já presentes na cidade, ou seja, concorre para fortalecer seu papel de cidade média.

Assim, por sua situação geográfica de entroncamento rodoviário que intermedeia as interações entre a região nordeste do Pará e a RMB e pela densidade de seu espaço urbano, Castanhal oferece serviços para todo o nordeste do Pará, apesar de não conseguir subordinar efetivamente Capanema e Bragança, mostrando grande correlação entre a realidade da cidade e a concepção de cidade média. Entretanto, uma outra dinâmica, relativa ao fortalecimento das interações com a metrópole de Belém e da dispersão metropolitana dessa cidade, foge à concepção de cidade média e aponta para a inserção de Castanhal na RMB.

Considerações finais – Castanhal, cidade híbrida

A complexidade das interações espaciais é uma das principais marcas de Castanhal e de sua funcionalidade na rede urbana regional, além de uma dimensão metropolitana, evidenciada na intensidade dos fluxos com a metrópole e nas marcas da dispersão metropolitana de Belém em seu espaço, e de uma dimensão de cidade média, representada por seu papel de principal centro do nordeste paraense na oferta de comércio e serviços e materializada em sua região de influência.

Por essa condição, considera-se aqui que a expressão *cidade híbrida* é a que melhor expressa a natureza de Castanhal e de seu papel na rede urbana regional. O hibridismo se deve ao entrecruzamento de lógicas diversas, dinâmicas de natureza e origem divergentes, mas que se articulam para compor determinada realidade. Numa rede urbana cada vez mais complexa, a simplicidade e a “pureza” das lógicas e dinâmicas é cada vez mais rara, o que dificulta a conceituação dessas realidades, impondo que concepções como a de metrópole e de cidade média sejam relativizadas ou integradas para se as interpretar.

É importante destacar que essa realidade híbrida verificada na cidade de Castanhal certamente se repete em outros pontos do Brasil, pois está muito associada a uma situação geográfica de relativa proximidade entre cidades com expressão regional e a metrópole ou outros aglomerados urbanos expressivos, o que não é raro na realidade brasileira, como atestam os exemplos de Feira de Santana, na Bahia, e de Caxias, no Maranhão. Entretanto, a confirmação do hibridismo dessas e de outras cidades pressupõe o desenvolvimento de uma agenda de pesquisas, aqui considerada fundamental para revelar mais essa faceta da complexa rede urbana nacional.

Referências

- ALVES, C. S. D. *Formas espaciais recentes da urbanização na Amazônia: a dinâmica socioespacial do município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- BEAUJEU-GARNIER, J.; CHABOT, G. *Tratado de geografia urbana*. Barcelona: Vicens-Vives, 1970.
- CAMAGNI, R. *Economía urbana*. Barcelona: Antonio Bosch, 2005.
- CHAVEIRO, E. F.; ANJOS, A. F. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 181-197, 2007.
- CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FERNANDES, A. C.; BITOUN, J.; ARAÚJO, T. B. *Tipologia das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades* [online], 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- _____. *Censo Demográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. *Regiões de Influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- LEANDRO, L. M. L.; SILVA, F. C. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. *Novos Cadernos Naea*, v. 15, n. 2, p. 143-174, dez. 2012.
- LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A. et al. (Org.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

- PARÁ (Estado). Lei Complementar n. 076, de 28 de dezembro de 2011. Altera a Lei Complementar n. 027, de 19 de outubro de 1995. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém: DOE, 29 dez. 2011. Caderno 2, p. 8.
- _____. Lei Complementar n. 072, de 20 de abril de 2010. Altera a Lei Complementar n. 027, de 19 de outubro de 1995. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém: DOE, n. 31.656, 30 abr. 2010.
- _____. Lei Complementar n. 027, de 19 de outubro de 1995. Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém: IOE, n. 28.116, 22 dez. 1995.
- ROCHEFORT, M. *Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SIQUEIRA, J. L. F. *Trilhos: o caminho dos sonhos*. Bragança: Tumas/Prefeitura Municipal de Bragança, 2008.
- SOUZA, N. M. C. G. *A trajetória da Companhia Têxtil de Castanhal: a mais pura fibra amazônica*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas – Boletín del Instituto de Geografía-Unam*, n. 54, p. 114-139, 2004.
- TRINDADE JR., S.-C. C. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.

Memórias interioranas: campo e cidade através do rádio numa comunidade ribeirinha amazônica

Catia Oliveira Macedo

UEPA; IFPA

Antonio Maurício Dias da Costa

UFPA

p. 130-141

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Como citar:

MACEDO, C. O.; COSTA, A. M. D. Memórias interioranas: campo e cidade através do rádio numa comunidade ribeirinha amazônica. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 1, p. 130-141, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/96986>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.96986>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Memórias interioranas: campo e cidade através do rádio numa comunidade ribeirinha amazônica

Resumo

Os programas de rádio têm desempenhado um importante papel na comunicação entre os diversos pontos da região Amazônica desde a década de 1940. Na memória dos moradores mais antigos da comunidade da Foz do Cravo, localizada à margem do rio Bujaru, na Amazônia Oriental, a lembrança dos programas de rádio mobiliza representações acerca do modo de vida na cidade e no interior. Elas são elaboradas como referências simbólico-espaciais, engendradas a partir de experiências de recepção e interação com programas de rádio, muito ouvidos na região entre os anos de 1960 e 1980. Aqui, o levantamento preliminar das percepções socioespaciais sobre a Amazônia através de programas de rádio revela as formas de compreensão nativas da organização espacial vivida pelos sujeitos da memória.

Palavras-chave: Rádio. Amazônia. Cidade. Interior. Representações.

Countryside Memories: town and country on the radio in an Amazonian riverine settlement

Abstract

The radio programs have played an important role in the exchange of communication among different social spots in the Amazon during the 1940's. The memory of the elderly settlers from Foz do Cravo community, based on the margins of Bujaru River, eastern Amazon, refers to radio shows which prop up representations concerning life styles in the town and in the country. They are sketched as symbolic-spatial references, generated by experiences of reception and interaction with radio presentations, much appreciated in the settlement during the 1960's and the 1980's. The preliminary survey on social and spatial perceptions concerning the Amazon through radio broadcasting, as in this research, discloses examples of native comprehension of the spatial organization lived by the agents of memory.

Keywords: Radio. Amazon. Town. Countryside. Representations.

Introdução

A divisão entre litoral e sertão sempre foi algo mais difícil de aplicar à Amazônia, quando comparada a outras regiões do território que viria historicamente a compor o Brasil.¹ Os “litorais” amazônicos se estendem nas orlas de rios caudalosos e de igarapés.² Os “sertões”, entrecortados por várzeas, se espalham por diferentes configurações de relevo e de circuitos fluviais. Até os dias de hoje, rios, furos e igarapés recortam toda a região e são utilizados, de forma regular, como eficientes vias de transporte de pessoas, produtos e informações. No campo específico da comunicação, as extensões amazônicas podem tanto ser vistas, a partir da rede hidrográfica, como dotadas de vias de ligação ou como cortada por obstáculos às redes de rodovias, telefonia fixa e energia elétrica.

O rádio, por seu turno, tem sido um importante instrumento de conexão entre diferentes núcleos populacionais amazônicos desde o século XX até os dias de hoje. Mesmo em localidades sem energia elétrica, desde o aparecimento do “radinho de pilha”, nos anos 1960, as notícias, músicas e mensagens ecoadas pelo rádio ajudavam os habitantes do interior da região a melhor avaliar sua relação com o espaço regional. Em outras palavras, o rádio tornou mais fácil, para essas populações, ampliar suas redes de troca, de comunicação e de trilhas de movimentação entre o espaço dos povoados, vilas, cidades pequenas, médias e grandes da Amazônia.

Neste artigo, tratamos de uma localidade em particular, um pequeno povoado conhecido como Foz do Cravo. Ainda nos tempos coloniais, a comunidade³ ribeirinha foi formada a partir da ocupação entorno do médio rio Guamá e está localizada na foz do Igarapé Cravo, que corta a região entre os municípios de Bujaru e Concórdia do Pará, e desemboca no rio Bujaru.⁴ Sete famílias habitam atualmente a localidade e vivem de atividades como pesca, cultivo de roças de mandioca, da criação de gado, coleta de frutas e comércio.

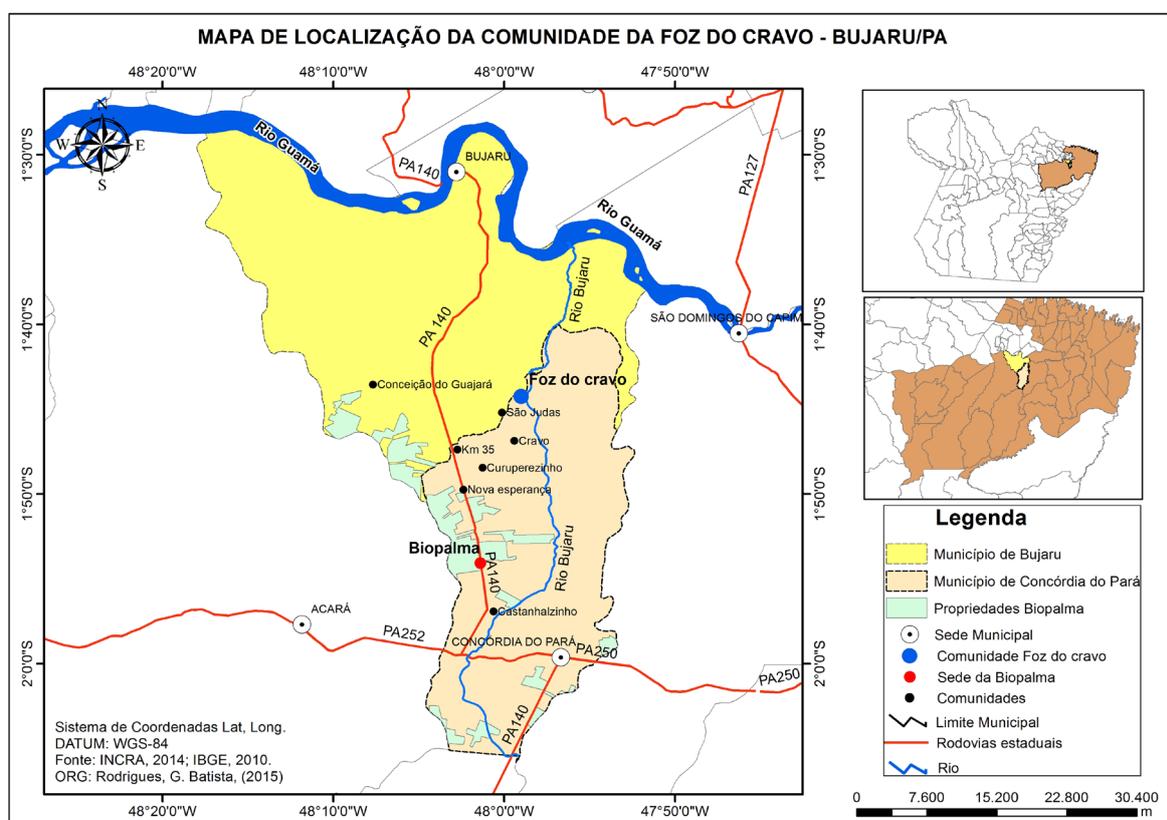
1 Ao abordar uma reflexão proposta pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, Rafael Chambouleyron (2010, p. 18-19) afirma que a dicotomia sertão/litoral não é pertinente para compreender a ocupação histórica na Amazônia a partir da colonização portuguesa. Para ele, estes não constituíam universos distintos em termos socioespaciais. Tratou-se o empreendimento de colonização de um “universo projetado de distintas formas sobre o imenso e heterogêneo território”.

2 Trindade Jr. (2005, p. 194-199) destaca que a noção de orla na Amazônia inclui as margens dos rios e igarapés, que cortam as cidades e que servem como vias de transporte em trechos valorizados ou não do ambiente urbanístico.

3 Empregamos a expressão *comunidade* num sentido basicamente descritivo e como expressão “nativa”, corrente entre moradores de localidades rurais amazônicas. Comunidade pode descrever tanto a proximidade de casas e a partilha da vida religiosa quanto os laços de parentesco entre moradores. Esses três aspectos se aplicam à comunidade da Foz do Cravo.

4 O surgimento da Foz do Cravo remonta ao processo de ocupação das margens do rio Bujaru, nos séculos XVIII e XIX, em particular, da povoação que originou a Freguesia de Santana, cujo papel foi fundamental na formação dos povoados instalados às margens do rio. Segundo Castro (2003, p. 74): “Os muitos igarapés que desembocam nesses rios integram-se à rede hidrográfica e a ecossistemas ricos em biodiversidade, compostos de várzea e terra firme. Serviram no passado para ocupar terras interiores, levando a conformar lentamente um campesinato com roças de mandioca, milho e arroz, além de uma diversidade de plantas comestíveis – frutas, raízes e legumes – associadas a atividades extrativistas de drogas do sertão, madeira e posteriormente a borracha”.

Mapa 1 – Localização da Comunidade da Foz do Cravo às margens do rio Bujaru. Destacam-se os municípios paraenses de Bujaru e Concórdia do Pará.



Segundo Edna Castro (2003, p. 153), a comunidade de Foz do Cravo mantém, ainda hoje, fortes vínculos com a Freguesia de Santana, povoação mais antiga da região. Esses vínculos se assentam nas “relações familiares, nas trocas econômicas, nas festividades e manifestações religiosas que lhes garantem a unidade e a manutenção de um sistema de sociabilidade”.

O foco do estudo são os relatos memorialísticos de alguns dos moradores mais antigos da comunidade e tratam do uso do rádio como um meio de intermediação entre o mundo rural e o urbano. Entendemos estes relatos como produção condicionada à realidade vivida no presente por estes sujeitos. Por isso, as referências memorialísticas são aqui analisadas como representações, isto é, como esboço mental, no qual se produz sentidos anunciados em discursos de iniciativa individual, mas balizados socialmente (Chartier, 1990, p. 17).

Por conta disso, a produção da memória implica num tipo de apropriação discursiva sobre o vivido, que acaba por interferir no presente. A produção de sentidos sobre a experiência pretérita implica num exercício de poder e sanciona a posição ocupada pelos sujeitos na sociedade do presente.

E o tema predominante desses relatos-representações é o de que o rádio intermediava o trânsito físico e comunicacional entre o campo e a cidade. O campo, aliás, é normalmente sinônimo de “interior” nas referências correntes de homens e mulheres da localidade consultados na pesquisa para indicar seu lugar de origem.

Portanto, interior é uma categoria nativa, mas, ao mesmo tempo, um termo de uso comum em Belém e em outras cidades de médio e grande porte da Amazônia, para se referir aos espaços distantes da urbanização. É um termo também usado nos meios de comunicação, nos programas de emissoras locais de rádio, para se referir ao público de todo o estado: a população da cidade e do interior. Na fala dos comunicadores de massa, cidade e interior tendem a ser usados como antônimos, partes de uma totalidade que inclui as porções com maior ou menor intervenção antrópica na região.

A Foz do Cravo entre o campo e a cidade

Como outras populações “interioranas” da mesorregião do nordeste do Pará, a população de Foz do Cravo também contribuiu para o fluxo migratório de grande escala para a capital do estado entre os anos 1950 e 1980. Em estudo realizado na comunidade do Cravo, uma das vilas que compõem o conjunto de povoações ao longo do igarapé homônimo, Macedo (2011, p. 1-29) destaca a trajetória social dos camponeses dessa localidade marcada pela vivência entre o campo e a cidade.

Constatou-se nesta pesquisa que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela saída em massa desses trabalhadores em direção à cidade. Já a década de 1990 foi caracterizada pelo retorno de um número expressivo dessas famílias. Isso se deveu às transformações ocorridas no campo brasileiro no limiar do século XX, por conta da melhoria de estradas, eletrificação rural, implantação da Educação Básica, bem como do sistema de comunicação via telefonia rural.

Na pesquisa, vislumbrou-se que o fluxo migratório se apresentou na região muito mais como um movimento de ir e vir, estabelecendo um contínuo de relações familiares, econômicas, de amizade e de partilha de informações. Isso pode ser constatado pelo uso feito, na localidade, das programações de rádio como um meio de entretenimento, de troca de mensagens e informação sobre a vida urbana.

Nossa análise segue o caminho inverso do que estipulavam os célebres estudos de comunidade desenvolvidos por sociólogos e antropólogos, brasileiros e estrangeiros, entre os anos 1950 e 1960⁵ sobre o modo de vida tradicional da população rural. A comunidade ribeirinha/interiorana de Foz do Cravo não se desintegrou com a adoção de novos padrões de comportamento estipulados por novos meios de comunicação como o rádio.

Ao contrário, as ondas radiofônicas foram uma das pontes por onde se fez o trânsito e a comunicação entre campo e cidade. Esse fluxo engendrou certas representações sobre os espaços, que se vão construindo e reelaborando através do tempo. Daí que a aparente distância entre o modo de vida urbano e vida “típica” do interior se desfaz ao verificarmos o interesse dos ribeirinhos da Foz do Cravo pelos acontecimentos da capital, noticiados todos os dias em programas policiais, humorísticos e musicais. Essas informações eram úteis tanto para aqueles que seguiam na aventura de imigrar para a cidade como para os parentes que ficavam no interior e queriam saber das “novas” do dia a dia da capital. Serviam também para os que estavam frequentemente no trânsito cidade-interior, e utilizavam programas de rádio para enviar mensagens, como uma forma alternativa e altamente eficaz de “correio”.

5 Entre as várias referências nesse campo, destacam-se algumas a título de exemplo: Willems e Mussolini (1952), Harris (1956), Wagley (1957), Willems (1961) e Antonio Cândido (1964).

Assim, pode-se questionar a tese de que o sucesso da migração para as grandes cidades, por exemplo, se deveu à “falência de uma sociedade rural em desintegração”.⁶ Da mesma forma, a leitura do campo centrada na expansão das relações capitalistas e do assalariamento não é suficiente para explicar a totalidade das transformações ocorridas no espaço rural contemporâneo. Pelo contrário, estas metamorfoses têm demonstrado que tanto a cidade quanto o campo apresentam novas dinâmicas sem, contudo, se desagregarem. A evidência da (re) construção permanente de territórios é demonstrada pela luta dos remanescentes de quilombos, dos sem-terra, dos atingidos por barragem e da inserção da pequena produção na política dos agrocombustíveis.

Ao longo da pesquisa, observamos que campo e cidade são reconstruídos simbolicamente com sentidos diversos nas falas dos que conheceram e participaram da experiência de migração e de trânsito entre Belém e o interior entre os anos de 1960 e 1970. Sentidos positivos e negativos, articulados tanto ao modo de vida “interiorano” quanto às repercussões sobre a vida urbana, se revelam na memória de ouvintes de programas de rádio de grande audiência no Pará do mesmo período.

É o que pode ser observado nas evocações memorialísticas de comerciantes, donas de casa e agricultores de Foz do Cravo, entrevistados por nós em dezembro de 2011. As seis pessoas com quem produzimos registros de história oral estão numa faixa etária entre 50 e 80 anos. Deduz-se, com isso, que o período mais ativo de registro memorial dos entrevistados se situa entre os anos de 1960 e 1980, por corresponder à fase entre a saída da infância e os primeiros anos da idade adulta. Aliás, foram encontradas várias pistas nas falas dos entrevistados que fazem referências às décadas assinaladas.

Rádio e memórias na foz de um igarapé

As memórias dos moradores da “Foz” destacam, em décadas passadas, a forte movimentação do “porto”, local de embarque/desembarque de pessoas e produtos na confluência entre rio e igarapé.⁷ Recordam também os programas preferidos ouvidos no rádio e como era esse um elemento muito presente no cotidiano familiar. Radionovelas, programas de notícias policiais, informes de acontecimentos de vulto, entre outros, apresentavam a cidade numa relação de confluência com a população do interior.⁸

6 Representativo dessa perspectiva é o clássico estudo de Eunice Durham (1978) sobre o fenômeno da migração rural em massa para São Paulo nas décadas de 1960 e 1970.

7 Com base em Macedo (2011), destacamos a importância da Foz do Cravo para o transporte de pessoas e mercadoria na região nos anos de 1960 e 1970. É o que aponta a fala de Noé Eugênio Macedo, 76 anos, agricultor aposentado e morador da vila do Cravo: “A viagem até a Foz do Cravo era difícil. Nós saíamos de madrugada com chuva e, nesse tempo era tudo mais difícil. Quando o tempo ‘tava ruim, a gente encontrava com árvore no meio do igarapé. Caía árvore. Aí, a gente tinha que descer da canoa tirar a árvore do meio do igarapé e continuar. Eram horas e horas trabalhando pesado pra canoa poder passar. A gente viajava molhado durante muito tempo. Não sei como não adoeceia. Sempre tinha uma pinga e um porronquinha pra esquentar. E o barco cheio de farinha. Quando o tempo ‘tava muito ruim, chegamos a perder a mercadoria. No início do ano, era chuva na ida e chuva na volta. Era cada tempestade que a gente pensava que o mundo ia acabar. [...] Hoje, a gente anda de ônibus; pega o ônibus na porta de casa. Se um mais novo precisar fazer uma viagem de barco, ele não sabe fazer. A gente sabia tudo, tinha os momentos de descontração, tinha as nossas brincadeiras, os mais jovens até namoravam” (Entrevista feita na Comunidade do Cravo, em fevereiro de 2010).

8 Isso vai além do argumento de autores como Rocha (2007, p. 44) e Tinhorão (1981, p. 73), que afirmam ter sido o rádio, nos anos 1940 e 1950, veiculador do fascínio das populações interioranas do Brasil pelas “maravilhas” dos grandes centros urbanos.

O registro individual de imagens e acontecimentos relatados pelos entrevistados está pautado na experiência coletiva dos ouvintes de rádio da comunidade, que experimentavam periodicamente idas e vindas da capital. Trata-se de uma memória individual e, ao mesmo tempo, informada pelo que foi vivido com os outros e pelo ouvir dizer. Mais do que isso, memória construída na interação coletiva e equacionada pela relação com o espaço. É o que propõe Halbwachs (2006, p. 73-74), ao afirmar que nossas impressões sobre os acontecimentos são por nós inscritas “no ambiente natural que nos circunda”. Memórias apoiadas em evidências espaciais de igarapés, rios, caminhos, vilas e cidades estão presentes nas falas dos entrevistados. A memória dos programas veiculados pelas ondas do rádio tem o pano de fundo espacial, vivenciado pelos sujeitos no ambiente familiar, nas atividades de trabalho, nas viagens, na alternância entre ambientes urbanos e rurais.

A peculiaridade da evocação memorialística dos moradores da Foz deve-se, certamente às condições locais de convivência coletiva no passado e no presente. Esse processo, no entanto, deve ser entendido como a extração de registros individuais, particulares, do que foi experimentado e partilhado coletivamente. Os entrevistados falam por si. Concordamos com Portelli (2006, p. 127), para quem “a memória só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais”.

Por isso é que, de acordo com o perfil atual das populações regionais, a configuração de sua memória coletiva sobre os meios de comunicação na Amazônia ocorre de diferentes formas em diferentes contextos. Os idosos de Foz do Cravo recordam uma realidade anterior bastante diversa da atual, em que as estradas desempenham cada vez mais o papel exercido pelos rios. Suas memórias se articulam de forma imperfeita, expressando algumas diferenças entre versões coletivas e individuais. Assim é que as memórias individuais se casam ao acervo coletivo e acompanham as transformações socioeconômicas vividas na comunidade nas últimas décadas.

Ao longo desse período, ocorreu um evidente crescimento e maior dinamismo econômico em localidades adjacentes ou situadas à margem da rodovia mais próxima, a PA 140, aberta nos anos 1970, mas só asfaltada na década de 1990. É o caso da Comunidade do Cravo, que gradualmente se tornou o polo de convergência, com relação às comunidades vizinhas. A intensificação do uso do transporte terrestre provocou uma centralização de atividades (lazer, religiosas e econômicas) na vila, tornada importante ponto de ligação das vilas rurais com a estrada e as cidades mais próximas (Macedo, 2011). Em contrapartida, a Foz, nos dias de hoje, é lugar de pouco movimento de viajantes e mercadorias. Aliás, a comunidade é composta por pequeno número de famílias, vinculadas à localidade por laços de parentesco e por atividades econômicas de pequena escala.

Tal condição, no entanto, não sugere desagregação social ou decadência econômica. Temos, na verdade, uma comunidade “envelhecida”, mas que hoje desempenha um papel complementar, em termos socioespaciais, a fazendas, a outras comunidades rurais mais povoadas e ao grande projeto de produção de biodiesel, a partir do óleo de dendê da empresa Biovale.⁹

⁹ Biovale é o consórcio das empresas Vale S.A. e Biopalma. No estado do Pará, dedica-se à atividade produtiva em torno da cadeia do biodiesel.

Com o início das atividades da Biovale no município de Concórdia do Pará em 2008, Foz do Cravo, assim como as demais comunidades adjacentes, tornaram-se área de pretensão da empresa, quer seja, pela potencialidade de mão de obra, de terras passíveis de negociação ou pela possibilidade de inserção de pequenas propriedades na cadeia produtiva do agro combustível. Com a iniciativa da Biovale de construir aproximadamente 20 km de uma estrada vicinal, ligando Foz do Cravo à PA-140, a comunidade reorientou o transporte de pessoas e mercadorias para a rodovia. Mudava, assim, um padrão de dependência quase exclusiva dos rios, que se manteve até fins do século XX. O recém-aberto ramal, como é conhecido esse tipo de estrada vicinal na região, serviria para garantir, principalmente, o trânsito de ônibus e caminhões, veículos utilizados no deslocamento de empregados na empresa moradores da área.

Tanto em termos espaciais como socioeconômicos, a comunidade de Foz do Cravo exerce hoje um papel intermediário entre a vida ribeirinha e os assentamentos ligados ao eixo rodoviário da região. Isso certamente intensificou ainda mais as trocas e a comunicação com a vida urbana pelos moradores da comunidade. Ocorrência de longa data, desde o acesso o acesso às ondas do rádio. Na memória dos entrevistados, podemos recuar a referências até, pelo menos, a década de 1950.

Maria Francisca Santana Albuquerque, de 78 anos, uma das moradoras mais idosas da comunidade, lembra-se de ouvir radionovelas nos anos 1950. Segundo ela, a audiência de radionovelas era basicamente feminina. Maria Francisca sempre se juntava à filha para acompanhar os novos episódios. Já o marido dava importância aos noticiários. De todo modo, a propagação sonora dos programas alcançava a todos na casa.

Uma forte lembrança de Maria Francisca é a da notícia, ouvida pelo rádio, do naufrágio de dois barcos que navegavam em direção à Foz do Cravo. O fato não é lembrado com precisão de data (durante a década de 1980), mas a tristeza do acontecimento é ainda hoje presente, ressaltada por ter o fato ganhado grande repercussão no rádio. O naufrágio resultou na morte de 20 pessoas, diz a entrevistada, muitas delas naturais da Foz.

O noticiário do rádio, nesse episódio, ganhou uma importância autoevidente para os moradores da Foz, ao relatar um acontecimento que lhes dizia respeito diretamente. Mas num sentido geral, o critério de valorização do conteúdo da programação de rádio, quando em relação com a vida interiorana, pode ser constatado pelo que permaneceu relevante na memória dos entrevistados quanto à experiência radiofônica.

As radionovelas foram, em geral, mencionadas com destaque pelas mulheres entrevistadas. Principalmente, foram destacadas pequenas brigas familiares com irmãos e maridos quando eles atrapalhavam os momentos de “ouvir a novela”. No mais, os demais programas mencionados não foram indicados com audiência específica de gênero ou idade.

Nos anos 1960, o acesso ao rádio de pilha tornou mais versáteis as formas de ouvir rádio em Foz do Cravo: dentro ou fora de casa, no rio ou nos caminhos pelo mato. Filho de Maria Francisca, Antonio Paulino Santana Albuquerque, comerciante de 50 anos, tinha preferência por dois programas ouvidos desde a infância: “A patrulha da cidade” e o “Alô, alô interior”. Veiculados pelas principais emissoras paraenses dos anos 1960 e 1970, rádio Marajoara e rádio Clube do Pará, esses dois programas são os campeões nas lembranças e nas preferências dos moradores de Foz do Cravo. As duas atrações se completavam, apresentando um quadro amplo de informações sobre o cotidiano da capital e das localidades interioranas do estado.

“A patrulha da cidade” foi um noticiário policial criado pela rádio Marajoara em 1965. O programa foi copiado de uma atração da rádio Tupi do Rio de Janeiro e assumiu no Pará o mesmo formato, já que as duas emissoras pertenciam à rede Diários Associados, propriedade de Assis Chateaubriand. A rádio Marajoara foi fundada em Belém, em 1954, por Chateaubriand, como uma extensão de seus empreendimentos de comunicação na região, que no Pará já contava com o jornal *A Província do Pará*, refundado pela rede em 1947, após 21 anos de inatividade (Vieira; Gonçalves, 2003, p. 131-134).

O perfil dramático do programa era destacado pelos quadros “As notícias do pronto-socorro” e “Os dramas da cidade”, que apresentava a agenda diária de problemas típicos de uma cidade grande marcada por agudas desigualdades socioeconômicas. Neste último quadro, em particular, “Os dramas da cidade” era encenado por atores do radioteatro da Marajoara, coisa bastante familiar para os ouvintes da Foz. Por seu turno, os relatos de crimes e de procedimentos policiais eram apresentados com forte dose de improviso pelos locutores, outro fator responsável pelo sucesso da atração, comprovado pelo grande número de cartas recebidas por sua produção (Vieira; Gonçalves, 2003). A atração funcionava, portanto, como um noticiário urbano, apresentando os acontecimentos dramáticos do dia a dia da população de Belém.

Já o programa “Alô, alô interior”, apresentado na rádio Guajará, nos anos 1960, se inseria numa linha de atrações voltadas preferencialmente para o público interiorano (“da capital e do interior”). Programas como “O regatão vem aí” e o “Mensageiro para o interior”, criados e transmitidos pela rádio Clube do Pará desde os anos 1950, destacavam aspectos socioculturais (costumes, modo de falar, cenários rurais, música) e informações sobre a vida dos moradores do interior do estado. Tratava-se, portanto, de um filão de programação radiofônica consagrado entre o público local desde meados do século XX.

A rádio Clube, como foi indicado, havia sido a pioneira nesse tipo de atração. A emissora de prefixo PRC-5 foi a primeira estação de rádio criada na Amazônia, no formato de emissora de associados, sustentada pelo pagamento de mensalidades dos sócios, prática corrente à época.

Os fundadores da emissora mantinham laços importantes com a elite política local, como era o caso do bacharel em direito e radioamador Roberto Camelier, do ex-governador do estado Dionísio Ausier Bentes, sócio-fundador da emissora, do telegrafista Eriberto Pio e do jornalista Edgar Proença, que ingressou na sociedade logo após sua criação.¹⁰

A emissora foi presenteada em 1937, pela prefeitura municipal, com um terreno no Bairro do Jurunas, numa localidade não urbanizada e de difícil acesso. No terreno concedido foi erguida a chamada “Aldeia do rádio”, onde foram instalados os transmissores e um estúdio para produção de programas. O complexo foi inaugurado em 1939 e permitiu a realização de radionovelas e apresentações musicais ao vivo com artistas locais.

Em 1954, a PRC-5 inaugurou, com outra doação de terreno público, sua nova sede no edifício Palácio do Rádio, erguido na avenida Quinze de Agosto, centro da cidade. Os donos da emissora transferiram a construção do imóvel para um empresário local que, em troca, cedeu todo o segundo andar (de um prédio de quinze andares) à Clube (O Pará [...]).

¹⁰ Sobre a trajetória dos fundadores da rádio Clube do Pará, consulte especialmente o capítulo I “Uma proto-história do rádio na Amazônia, 1923-1929”, em Oliveira (2011, p. 18-85).

Segundo Vieira e Gonçalves (2003), o transmissor de ondas tropicais de 5 kilowatts da rádio Clube passou a operar em 1942, alcançando trechos mais distantes do interior do Pará e de outros estados da Amazônia. Programas direcionados ao público interiorano como o “Mensageiro para o interior” tornou mais dinâmica a comunicação entre moradores de municípios distantes entre si. Esse tipo de atração não tinha horário fixo nos anos 1940 e 1950, mas eram programas esperados pelos ouvintes durante todo o dia na expectativa de receber e repassar mensagens. Assim, as emissões de mensagens funcionavam como uma espécie de correio radiofônico. Além disso, as mensagens eram pagas pelos remetentes nas emissoras, segundo o critério de cobrança de telegramas: o preço da mensagem correspondia ao número de palavras enviadas (Vieira; Gonçalves, 2003, p. 55).

O jornalista Paulo Roberto Ferreira destaca também a existência, em outros estados da Amazônia e territórios federais, de programas informativos e de envio de mensagens para o interior no mesmo período. Em seu artigo são mencionados particularmente dois programas: “Avisos para o interior”, de 1945, da rádio Baré, do Amazonas, voltado para a emissão de mensagens para comunidades ribeirinhas; e o programa “Mensageiros no ar”, da rádio Roraima, de 1957, que promovia a comunicação entre a cidade de Boa Vista e as áreas de garimpo espalhadas pelo interior (Ferreira, 2005).

Mas voltemos ao programa “Alô, alô interior”, veiculado pela rádio Guajará a partir de 1962. A emissora fora fundada 1958, mas só iniciou suas atividades em 1960, por conta das posições políticas do prefeito de Belém e proprietário da emissora, Lopo de Castro, contrárias ao partido do poder no governo federal, o PSD, de Juscelino Kubitschek (Leal, 2010, p. 78). O lançamento de “Alô, alô interior”, com o locutor Almir Silva – radialista já famoso no rádio maranhense e conhecido pelo público paraense – pretendia garantir algum espaço à nova emissora entre as mais antigas – Clube e Marajoara (Ferreira, 2005).

O sucesso do programa resultou, no entanto, na transferência de Almir Silva para a Marajoara em 1970, junto com o seu “Alô, alô interior”. O sucesso da atração estava baseado na irreverência do apresentador, que repetia o nome do programa como um chamado pela atenção do público, o que se tornou uma marca do radialista e da memória sobre ele em Belém até os dias de hoje. A repetição da frase “alôalôinterior”, dita assim sem separação entre as palavras, era sempre seguida da mensagem, já paga pelo remetente, que era transmitida duas vezes. Logo após, o locutor fazia algum comentário irreverente sobre a mensagem, geralmente em torno de elementos da vida interiorana ou de um sentido alternativo e chistoso aventado pelo radialista (Leal, 2010, p. 90).

A marca satírica do programa contribuiu para o sucesso de público, mas também atrapalhou a carreira do radialista. Foi o que ocorreu quando, ao ler uma mensagem enviada ao programa, – “Estamos chegando hoje a Belém. Milico passando mal” – Almir comentou, jocosamente, ser aquela a primeira vez em que ouvia sobre “milico passar mal” (Leal, 2010, p. 90), (Bandeira, 2012). O fato se deu em plena ditadura militar. Por isso, ao deixar a emissora, o radialista foi preso.

As complicações de Almir Silva com o regime da época, no entanto, não se limitavam a casos de irreverência como este. Ferreira destaca a preocupação dos militares paraenses da época de que o programa pudesse ser usado para o envio de mensagens cifradas para guerri-

lheiros comunistas, supostamente embrenhados pelas matas amazônicas (Ferreira, 2005). A suspeita pouco plausível, não era de todo despropositada no contexto da época, pois a Guerrilha do Araguaia, do início dos anos 1970, era tomada pelos militares brasileiros como um exemplo contundente da “conspiração interna comunista”, presumidamente entranhada na Amazônia.

Mas o real interessado nas mensagens, o público das cidades, vilas e localidades do interior do estado, estava atento ao conteúdo dos anúncios e ao pedido no final da locução: “Quem escutar essa mensagem, favor transmiti-la ao destinatário” (Bandeira, 2012). Esse movimento de mensagens pelas ondas do rádio acompanhava o fluxo de pessoas entre o campo e a cidade e compunha um conjunto de informação e entretenimento em que os ouvintes do interior eram os personagens principais. Daí porque na memória dos antigos ouvintes de rádio em Foz do Cravo, permanece forte até hoje a lembrança de velhos programas como “O regatão vem aí” e “Calendário social”, da rádio Clube. Este, por exemplo, felicitava os aniversariantes que moravam no interior com mensagens pagas por parentes e amigos.

O lucrativo negócio de correio radiofônico das emissoras de Belém se encaixava nos interesses e necessidades de comunicação do público espalhado pelo estado. Notícias, entretenimento e mensagens compunham um tripé através do qual transitavam representações sobre a cidade e o interior. A cidade dos “dramas” veiculados pela “A patrulha da cidade” podia não ser exatamente a mesma que o agricultor João Costa, de 52 anos, nascido na Foz do Cravo, conheceu na adolescência quando morou em Belém. Mas depois de retornar a seu lugar de origem, após o casamento e o nascimento dos filhos, João Costa, talvez ainda tendo em mente os “dramas” urbanos que o rádio ajudou a divulgar, considera mais difícil criar um filho na cidade.

O interior, emblema generalizante da diversidade de núcleos populacionais amazônicos, estava sempre indicado nas mensagens e na memória dos entrevistados, como o mundo dos rios, dos ribeirinhos e do trabalho agrícola. Cidade e interior estavam na grade de programação de rádio, nas notícias e nas mensagens. O trânsito comunicativo entre as duas referências socioespaciais era expresso de forma cabal nos usos que os ouvintes faziam desse veículo.

Exemplo disso é a história do nascimento de um dos filhos de Maria da Paz Oliveira, hoje com 57 anos, moradora de Foz do Cravo. Na viagem a Belém para a realização do parto, nos anos 1970, o marido deixou com ela o dinheiro para o anúncio do nascimento do filho, no programa “Alô, alô interior”, após o que retornou para a casa no interior. Assim, seria possível saber a data do nascimento do filho e a hora do retorno da esposa para casa.

O rádio era também usado, diz Valdomiro Borges de Oliveira, de 62 anos, agricultor e morador na comunidade, como despertador para que as famílias se levantassem para o dia de trabalho. Segundo Valdomiro, “o rádio arrebanhava o povo do interior”. Quer dizer, a preferência por certos programas, inclusive por aqueles que marcariam o início das atividades diárias, tinha um efeito realmente importante na organização das atividades coletivas. Ou seja, os programas poderiam marcar o momento de ir à roça, de ir pescar, de estar junto em família, de ficar só num tempo de descanso. Maria Luzia Albuquerque, dona de casa de 52 anos, lembra de sempre ouvir, na adolescência, um programa musical à tarde no rádio do pai, que ficava pregado à parede da sala.

Hábitos individuais estão, nesse caso, integrados a práticas coletivas construídas pelos moradores de Foz em torno do interesse por notícias, novelas, programas musicais, humorísticos e de transmissão de mensagens, todos veiculados pelo meio radiofônico.

Considerações finais – memórias como representações espaciais

A partir da memória dos entrevistados, vimos que o rádio foi usado como um meio de estabelecer conexões, no trânsito de informações e nas representações do campo e da cidade. Não se trata aqui de avaliar o que houve de positivo ou negativo na introdução do rádio na comunidade. A presença e a intensificação dos meios de comunicação nas fronteiras da sociedade nacional foram e são fenômenos inelutáveis, e sua inserção concorreu para redimensionar as percepções nativas sobre o fluxo e a configuração do espaço regional. Ao mesmo tempo, usos, significados e adaptações atribuídas pelos ouvintes a esses meios nas realidades “interioranas” promoveram reorientações de mecanismos supostamente impessoais da indústria cultural.

O mais importante neste texto é compreender as nuances sociológicas e históricas dessas percepções dos ribeirinhos de Foz do Cravo como realidade “microscópica” que tem muito a dizer sobre as diversas realidades socioespaciais da região. Como na Foz do Cravo, outras comunidades espalhadas pelos “sertões” e “litorais” amazônicos certamente usaram o rádio para superar as distâncias e os obstáculos naturais por meio de trocas comunicativas.

O filtro da memória dos entrevistados destaca o que era e é significativo para os moradores da comunidade sobre o hábito de ouvir rádio. As representações espaciais construídas historicamente na troca comunicativa por meio das ondas radiofônicas são, até hoje, relevantes e atuantes para compreender a organização espacial da região onde se insere a comunidade.

Atualmente, a Foz do Cravo está inserida numa região marcada pela rodovia como polo de atração da atividade produtiva e pela influência de empreendimentos agrícolas de grande porte, ancorados na grande propriedade. Hoje, os moradores vivem ali na era da televisão digital, do telefone celular e da internet. E certamente conta, para o uso desses novos *media*, o aprendizado histórico e coletivo do uso do rádio como instrumento para manter o modo de vida local. As memórias interioranas aqui levantadas mostram como os conteúdos dos meios de comunicação se difundem sempre em função das realidades sociais específicas e de sua relação com contextos mais amplos.

Referências

- ANTONIO CANDIDO (Antonio Cândido de Mello e Souza). *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo: José Olympio, 1964.
- BANDEIRA, E. C. As ondas e a selva. *Textos no Tucupi*: um blog amazônico para belenenses, paraenses e brasileiros. Disponível em: <http://tucupi.wordpress.com/2006/01/26/as_ondas_e_a_selva>. Acesso em: 2 mar. 2012.
- CASTRO, E. *Quilombos de Bujaru*: memória da escravidão, territorialidade e titulação de terra. Belém: Seju/Programa Raízes/Unamaz, 2003. Relatório de Pesquisa.

- CHAMBOULEYRON, R. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açai/PPHIST/CMA, 2010.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- DURHAM, E. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FERREIRA, P. R. Após o regatão, o rádio e a televisão. In: *ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO*, 3., 2005, Novo Hamburgo. *Anais...* Novo Hamburgo: Alcar, 2005. Disponível em: <<http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/3o-encontro-2005-1>>. Acesso em: 2 mar. 2012.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARRIS, M. *Town and Country in Brazil*. New York: Columbia University Press, 1956.
- LEAL, E. *Rádio Repórter: o microfone aberto do passado*. Belém: Meta Editorial, 2010.
- MACEDO, C. O. Territorialidade camponesa na comunidade do Cravo nordeste do Pará. In: FARES, J. A. et al. (Org.). *Sociedade e saberes na Amazônia*. Belém: Eduepa, 2011.
- OLIVEIRA, E. V. B. *Modernidade e integração na Amazônia: intelligentsia e broadcasting no entre guerras, 1923-1937*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- O PARÁ NAS ONDAS DO RÁDIO. Disponível em: <www.oparanasondasdoradio.ufpa.br>. Acesso em: 5 maio 2010.
- PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ROCHA, A. *Nas ondas da modernização: o rádio e a TV no Brasil de 1950 a 1970*. Rio de Janeiro: Aeroplano/Faperj, 2007.
- TINHORÃO, J. R. *Música popular: do gramofone ao rádio e TV*. São Paulo: Ática, 1981.
- TRINDADE JR., S.-C. C. Entre o público e o privado: agentes e estratégias de apropriação do espaço na orla fluvial de Belém-Pará (Brasil). *Scripta Nova*, Barcelona, v. IX, n. 194, p. 194-199, 2005.
- VIEIRA, R.; GONÇALVES, F. *Ligo o rádio pra sonhar: a história do rádio no Pará*. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2003.
- WAGLEY, C. *Uma comunidade Amazônica*. São Paulo: Editora Nacional, 1957.
- WILLEMS, E. *Uma vila brasileira: tradição e transição*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.
- WILLEMS, E.; MUSSOLINI, G. *Buzios Island: a caiçara community in Southern Brazil*. New York: Louis Valley, 1952.

O professor de geografia do ensino superior e a docência: um campo de múltiplos saberes e racionalidades

Francisco Kennedy Silva dos Santos

UFPE

p. 142-159

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Como citar:

SANTOS, F. K. S. O professor de geografia do ensino superior e a docência: um campo de múltiplos saberes e racionalidades. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 1, p. 142-159, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/100714>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.100714>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

O professor de geografia do ensino superior e a docência: um campo de múltiplos saberes e racionalidades

Resumo

Este artigo é resultado de uma investigação sobre os limites e as possibilidades da racionalidade pedagógica no ensino superior, na docência do professor universitário. A fundamentação teórica ancora-se em diversos estudos que procuram mapear as racionalidades que movem esses profissionais em situação de trabalho, tendo como referencial a epistemologia da prática e a pedagogia universitária. Diante da complexidade do objeto, usou-se da pesquisa qualitativa, porque privilegia os significados dos sujeitos da pesquisa. Os resultados mostram que, movidos por uma racionalidade técnica, os docentes investigados têm uma pedagogia própria, pautada na transmissão do conteúdo.

Palavras-chave: Educação Superior. Trabalho docente. Racionalidade pedagógica. Formação docente. Mediação pedagógica.

The geography teacher of higher education and teaching: a multiple field of knowledge and rationalities

Abstract

This article is the result of an investigation whose purpose work and teaching in higher education, the role of university professor, with the central focus on the limits and possibilities of the pedagogical rationale in higher education. The theoretical foundation anchors in several studies that seek to map the rationales that drive these professionals work situation, taking as reference the epistemology of practice and university pedagogical. Given the complexity of the object, we used qualitative research, since this emphasizes the significance of the research subjects. The survey results show that the teachers investigated, moved by a technical rationality, have their own pedagogy guided in the transmission of content.

Keywords: Higher Education. Teaching work. Pedagogical rationality. Teacher training. Pedagogical mediation.

Primeira aproximação

Ensinar é uma tarefa complexa na medida em que exige um conhecimento consistente da disciplina ou de suas atividades, da maneira como os estudantes aprendem e de como serão conduzidos os recursos de ensino a fim de que se ajustem melhor às condições do trabalho que será feito (Zabalza, 2004).

Conhecer bem a própria disciplina é uma condição fundamental, mas não é o suficiente. A capacidade intelectual do docente e a forma como abordará os conteúdos são muitas distintas de como o especialista o faz. Esta é uma maneira de se aproximar dos conteúdos ou das atividades profissionais pensando em estratégias para fazer com que os alunos aprendam.

Nas últimas décadas, o corpo docente universitário se constitui, em grande parte, por profissionais renomados, com sucesso em suas atividades profissionais, tendo como base a profissão paralela que exercem ou exerciam no mundo do trabalho, acreditando que quem sabe, automaticamente, sabe ensinar. Esses profissionais, ao chegarem à universidade, trazem consigo inúmeras experiências do que é ser professor. Experiências estas adquiridas como alunos durante sua vida escolar, que lhe permitirão construir modelos que utilizarão por toda a sua carreira docente (Pimenta; Anastasiou, 2002).

Ainda segundo as autoras, o desafio nos dias atuais é o de construir a identidade do docente universitário, para aqueles profissionais que têm os saberes da experiência, mas não se identificam como professores.

Sobre o rito de passagem de aluno a professor universitário, Tardif, Lessard e Lahaye (1991) consideram que, no exercício cotidiano de sua função, o professor defronta-se com vários limites concretos que não são previsíveis e passíveis de uma definição acabada. O docente desenvolve, então, habilidades pessoais, tais como capacidade de improvisação, “macetes”, gestos, atitudes e estilos que possibilitem vencer as barreiras e construir um modo próprio de ensinar.

Para Masetto (2002), a universidade e os professores universitários começam a se conscientizar que a docência, como o exercício de qualquer profissão, exige capacitação própria e específica, não se restringindo a um diploma de bacharel, mestre ou doutor, ou ainda, ao exercício de uma profissão. Exige tudo isso, além de outras competências próprias.

Em sua pesquisa sobre o professor universitário, Behrens (2003, p. 57-59) constatou que o magistério nas universidades tem sido exercido por profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e identificou quatro grupos de professores e professoras, os quais, à primeira vista, parece ser característica do corpo docente de quase todas as universidades: (a) profissionais de diferentes áreas que se dedicam à docência em tempo integral, (b) profissionais liberais que atuam na área específica do curso que lecionam, (c) profissionais da área de educação que atuam em cursos de pedagogia e/ou licenciaturas na universidade e também na educação infantil, no ensino fundamental ou médio, e (d) profissionais da área de educação e de licenciaturas em tempo integral na educação superior.

Behrens (2003, p. 60) segue atribuindo a essa classificação duas denominações: *professor-profissional* e *profissional-professor*. Explicita que essa diversidade é muito importante na composição do quadro docente, mas resente que grande parte desse contingente não tenha formação pedagógica. Se considerarmos que grande parte dos professores pesquisados que tem formação pedagógica obteve qualificação docente pela formação acadêmica, talvez a expectativa se torne mais frustrante.

Diante desse quadro, em sua prática cotidiana, o professor se depara com situações rotineiras, que exigem o uso de um repertório construído ao longo do tempo, repertório esse baseado em suas experiências e na sua formação e que, ao mesmo tempo lhe abre inúmeras oportunidades quando se vê diante de situações nunca vividas e, para as quais precisa colocar em funcionamento recursos cognitivos e emocionais pouco ou nunca testados.

É nesse cenário de incertezas que os docentes universitários são movidos por uma racionalidade instrumental alimentada pela experiência herdada de seus antigos mestres. Entretanto, diversos estudos procuram mapear as racionalidades que movem esses profissionais em situação de trabalho (Tardif; Lessard; Lahaye, 1991; Therrien, 1996, 1997, 2006; Moreira; Lopes; Macedo, 1998; Tardif, 1999, 2002; Pimenta, 2006; Sacristán, 1996, 1999; Zabalza, 2000, 2004; Zeichner, 2000, entre outros).

Como objetivo geral da pesquisa aqui anunciada, procuramos compreender os elementos constituintes da relação teoria-prática no trabalho docente desenvolvido no curso de geografia de duas instituições públicas de ensino superior e dos saberes e suas implicações resultantes para o processo de formação contínua do professor reflexivo-crítico.

Caminhos trilhados e trilhas que se entrelaçam

Diante da complexidade do objeto, optamos pela pesquisa qualitativa considerada o caminho mais indicado a trilhar, uma vez que esta privilegia os significados, experiências, motivos, sentimentos, atitudes e valores dos professores envolvidos com o fenômeno a ser investigado: a docência na educação superior na perspectiva de professores formados em áreas não pedagógicas. Esse modelo de pesquisa condiz mais com o tipo de problema deste estudo, uma vez que “[...] ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações” (Minayo, 1994, p. 15). Aproximamo-nos, portanto da etnometodologia e da ergonomia do trabalho docente.

Etnometodológica porque o objeto de estudo impõe a realização de uma pesquisa de campo, em que os dados serão coletados *in loco*, não para serem testados, mas sim interpretados e conceitualizados. Além disso, a etnometodologia, segundo Coulon (1995), permite compreender como os membros de um grupo dão significados a suas práticas em um contexto específico. Caracteriza-se por estudar os etnométodos que os atores utilizam no seu dia a dia que lhes permitem viverem juntos, inclusive de maneira conflitiva, e que regem as relações sociais que eles mantêm entre si.

A opção pelo uso da ergonomia do trabalho docente se dá em função da necessidade de melhor compreender o trabalho concreto dos professores como profissionais críticos-reflexivos, a fim de se construir um entendimento da dinâmica da docência (Therrien, 1997).

A temática escolhida não é algo que possa ser quantificado, pois segundo Dias (2010, p. 81-82), incorpora significados e motivos que não podem ser “[...] reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 1994, p. 18). Assim, utilizaram-se dos seguintes procedimentos: a revisão bibliográfica; aplicação de questionários com questões abertas e fechadas; realização de entrevistas; e a observação não participante.

Para seleção dos professores que participaram como sujeitos da pesquisa, tomamos inicialmente os seguintes critérios, tendo como intencionalidade investigarmos somente professores bacharéis sem formação pedagógica que contribuíssem para elucidar nosso problema

de pesquisa: tiveram a formação inicial em curso de bacharelado em geografia; fizeram pós-graduação *stricto sensu* na área dos cursos investigados; não cursaram a disciplina de Didática do Ensino Superior ou Metodologia do Ensino Superior durante a pós-graduação; atuam na educação superior como docentes no mínimo 5 anos.

Definidos os critérios, foram distribuídos 32 questionários – “Questionário de identificação dos sujeitos da pesquisa”, com o objetivo de conhecer os docentes de cada instituição de ensino superior e quais atendiam aos critérios anteriormente mencionados.

Dos 32 questionários distribuídos, obtivemos a resposta de 20, entre os quais somente 12 atendiam aos critérios estabelecidos para a escolha dos sujeitos, sendo oito pertencentes ao quadro permanente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e quatro do da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Posteriormente, fizemos contato via *e-mail* com os outros 12 professores para saber os motivos do não preenchimento e devolutiva do questionário. Dos 12, obtivemos retorno de 6, que alegaram falta de tempo.

O consentimento em participar da pesquisa foi a maior barreira. Parecia-nos que alguns professores se colocavam em uma atitude defensiva, por se tratar de uma pesquisa que envolvia sua prática com ênfase na formação e na mobilização de saberes. Lembramo-nos que ao apresentar a proposta aos professores, ouvimos, frases como “vai nos ensinar a dar ‘aula’ aceito, mas não vai rir de mim”.

As entrevistas, consideradas um importante instrumento de coleta de dados, foram realizadas no segundo momento da pesquisa. Optamos pela entrevista individual semiestruturada, com a utilização de um roteiro pré-estruturado do qual constavam questões fundamentais aos objetivos do estudo e que auxiliariam para não perder o foco desejado. O roteiro pré-estruturado de entrevista privilegiou informações referentes: ao ingresso no magistério superior; à atuação profissional – aspectos ligados ao planejamento das aulas e à formação para a docência; à participação do professor em atividades de aperfeiçoamento profissional, com destaque à formação pedagógica; e ao contexto da universidade.

Com o objetivo da investigação direta da prática do professor, optamos pela observação dos sujeitos em situação de aula, que constitui uma das etapas da pesquisa de campo e implica no acompanhamento de todas as etapas do trabalho docente, que inclui o planejamento e a execução das aulas ministradas pelos professores selecionados, conforme critérios anteriormente citados.

Para análise e tratamento dos dados, optou-se pela análise de conteúdos, como proposto por Bardin (1995). A partir da orientação desse autor, na fase de organização dos dados, fizemos a transcrição integral do material coletado, com o objetivo de se resgatar todo o conteúdo temático gerado.

Na transcrição dos dados do questionário e posteriormente das demais etapas da pesquisa – entrevistas semiestruturadas e observação não participante de aula – utilizou-se uma sigla contendo dados de identificação dos docentes com o intuito de garantir o anonimato. Cada sujeito recebeu a identificação: G – geografia, seguido de um algarismo (por exemplo, G1).

Uma vez concluída cada fase da pesquisa, os dados obtidos foram tabulados, usando-se o *software* NVivo. Agrupamos as falas dos sujeitos referentes a um mesmo assunto ora intitulando cada conjunto com palavras-chave decorrentes dos próprios “discursos”, ora con-

servando o discurso sobre determinada temática. Os temas foram interpretados, buscando estabelecer relações com o referencial teórico que norteou este trabalho. Através dessa metodologia buscamos identificar a significação dos dados coletados resultantes das entrevistas, questionários e das observações.

A epistemologia da prática profissional como constructo para a prática docente no ensino superior

Iniciamos nossa reflexão nessa seção, assumindo a postura de pesquisador/professor para além da prática – ou seja, para um campo de reflexividade apoiado em Therrien (2006), concebido como espaço para a transformação pedagógica da matéria. “A transformação pedagógica da matéria ocorre a partir das interações com os alunos. É um saber situado construído pela racionalidade pedagógica na busca de entendimento intersubjetivo”. (Therrien, 2006, p. 18).

Nesse contexto, a prática docente, que produz saberes, precisa ser epistemologicamente assumida, e isso se faz pelo seu exercício como *práxis*, permeada por sustentação teórica, que fundamenta o exercício crítico-reflexivo dos professores. Nela, sujeito e realidade dialogam, se transformam e são por ela transformados.

Os saberes requerem a presença do sujeito intermediando a teoria com as condições da prática; para tanto saberes não existem dissociados do sujeito, mas amalgamados a ele, como sujeito autônomo, consciente e criador.

Para Freire (1999, p. 43) “[...] a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”. Nesse sentido, a prática docente acrítica produz um saber ingênuo, que precisa ser investigado criticamente, com rigorosidade e curiosidade. É refletindo sobre a prática como algo significativo e inerente ao próprio trabalho que o professor poderá dialogar com sua prática e fazer esse exercício com outros professores.

“A profissão docente é vista hoje como uma prática que conduz à criação idiossincrásica de um conhecimento específico, tácito, não sistemático e ligado à ação” (Schön, 2000, p. 65). Essa nova perspectiva, por um lado, serve para destacar a importância do estudo do pensamento do professor. Por outro lado, faz ver que a formação docente não se dá apenas pela acumulação de cursos, conteúdos e técnicas, mas sim, através de um trabalho permanente de “reflexividade” crítica e de construção de uma identidade pessoal-profissional (Santos, 2011).

A valorização da perspectiva crítico-reflexiva reside no conhecimento da docência como forma de investigação e de experimentação. Ao refletir sobre a própria ação, o docente constrói uma teoria original, explicativa da sua prática, contribuindo para a sistematização de novos conhecimentos e, o que é igualmente importante, estimulando a autonomia intelectual e consolidando a crença na sua possibilidade de profissional capaz de pensar e promover mudanças (Zeichner, 2000).

Nesse contexto, a epistemologia da prática implica no reconhecimento de um saber oriundo, mobilizado e reconstruído nas práticas docentes. Busca compreender e elucidar a produção de saberes no bojo da experiência docente – saberes subjetivos que se objetivam na ação.

Nesse contexto o educador é visto como um profissional do saber: domina determinados saberes, que, em situação de ensino, transforma dando novas configurações a estes e, ao mesmo tempo, assegurando a dimensão ética de sua *práxis* cotidiana. Ao mesmo tempo, a intersubjetividade da ecologia da classe. [...]. Concebemos que esses saberes constituem um repertório que o docente não somente domina como transforma, produzindo os significados e as configurações destes na sua *práxis* cotidiana (Therrien, 2006, p. 70).

A noção de saber assumida engloba, num sentido amplo, os conhecimentos, as competências, as habilidades e as atitudes ou o que convencionalmente chamamos de saber, saber-fazer e saber-ser.

A compreensão de que os saberes pedagógicos persistem a prática docente dos professores abre possibilidades de crítica e incentiva a construção de novos paradigmas para o ensino. Com base nisso, pode-se entender o lugar especial que os professores assumem no processo de ensino e aprendizagem. [...] A atividade docente é uma prática social complexa que combina atitudes, experiências, visões de mundo, habilidades e conhecimentos condicionados pelas diferentes histórias de vida dos professores (D'Ávila; Sonnevile, 2008, p. 33-34).

Esse pressuposto nos conduz a considerar os professores como intelectuais (Giroux, 1997) e sujeitos culturais que, no contexto real de prática, produzem saberes e se orientam adotando também outros referenciais não necessariamente universitários: saberes práticos de ação que se consolidam como saberes de experiência. Sacristán (1996, p. 17) assinala que “[...] dizer que um professor se nutre de raízes culturais e não da ciência nos obriga a considerar os ambientes de aprendizagem, os contextos nos quais elas surgem e as condições de trabalho em que vai trabalhar”.

Nesse sentido, a prática social abre a possibilidade para que os sujeitos no trabalho confrontem as situações conflitantes, podendo nelas intervir, de acordo com o seu grau de conscientização. “A concepção de trabalho como fonte de conhecimento implica em compreendê-lo como atividade teórico-prática que se traduz em um processo constante de ação-reflexão e, novamente ação transformadora” (Vasquez, 1977, p. 284).

Tardif (2002, p. 255) conceitua epistemologia da prática profissional como o “[...] estudo do conjunto dos saberes utilizados realmente pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas”. Por *saberes*, o autor os compreende, no sentido lato, como hábitos, atitudes, conhecimentos, competências, habilidades; em outras palavras, aquilo que muitas vezes foi chamado de *saber*, *saber-ser* e *saber-fazer*. Sua definição propõe a epistemologia da prática profissional como pesquisa, cuja ideia é a de formular um objeto de estudo peculiar à prática dos professores: os saberes docentes. Nesse sentido, a epistemologia da prática pode ser entendida tanto como um campo teórico-metodológico que procura explicar o modelo em que se situam as práticas, como os saberes e os sentidos por ele produzidos, ou seja, a racionalidade em que está apoiado. Nesse caso, o profissional é um sujeito epistêmico.

De modo geral, essa epistemologia assume a tese de que a prática profissional constitui um lugar autônomo e singular de formação, bem como um espaço fecundo de produção de saberes originados a partir da atividade profissional crítico-reflexiva do docente (Tardif, 2002).

Por sua vez, Schön (2000, p. 25) propõe uma epistemologia da prática, que surge do conhecimento que os professores constroem a partir da reflexão na prática e sobre suas práticas, “pensar o que fazem, enquanto fazem”, em situações de incerteza, singularidade e conflito. Ele ao desenvolver o ensino prático reflexivo, esclarece que é “[...] um ensino prático voltado para ajudar os estudantes a adquirirem os tipos de talento artísticos essenciais para atuarem em zonas indeterminadas da prática”. São características do ensino prático-reflexivo: o aprender fazendo, a instrução e o diálogo de reflexão-na-ação entre professor e estudante.

A epistemologia da prática profissional tem a intenção de revelar e compreender como os saberes profissionais são concretizados nas tarefas dos professores, e como e por que esses os incorporam, produzem, utilizam, aplicam, validam, transformam, ressignificam ou abandonam, em função dos limites, das contingências e dos recursos inerentes às atividades educativas.

A ação educativa não é uma atividade qualquer, um fazer por “fazer”, mas um ato intencional, como pertinentemente ressalva a Teoria da Ação Comunicativa, de Habermas (1997). Ela manifesta a intencionalidade do coletivo de sujeitos. A intencionalidade coletiva, porém, é impossível ser reconstituída sem que os envolvidos explicitem as razões que motivam suas práticas, pois é produzida pela ação reflexiva, crítica e situada. Para tanto, é preciso, como adverte Peres (2000, p. 225), “[...] compreender o como e o porquê dos comportamentos docentes numa perspectiva contextualizada”.

Para Pérez Gómez (1992), a capacidade reflexiva configura-se como componente fundamental da compreensão da racionalidade que norteia o pensamento e a ação do professor. É a capacidade reflexiva do docente que lhe possibilita enfrentar as situações complexas, urgentes e divergentes da prática. É ela que garante intervenção prática racional.

Com respeito à natureza da racionalidade, diz Bouffleuer (2001, p. 23):

[...] o critério de racionalidade está na forma como os sujeitos fazem uso do saber encarnado em suas ações e manifestações simbólicas, podemos chamar de racional o sujeito que é capaz de fundamentar a convicção que motiva sua ação ou sua fala e que, em princípio, sempre é susceptível de crítica.

As formulações de Therrien e Sousa (2000, p. 4), também contribuem para a compreensão do caráter ético da racionalidade prática do professor, ao destacar que “[...] as direções dadas ao processo de ensino-aprendizagem pelo docente situam-se num patamar ético porque envolve decisões de caráter político-ideológico suscetíveis de afetar a concepção de vida e mundo do aluno aprendiz”. Esses aspectos destacam a dimensão ético-reflexiva do trabalho docente, bem como a natureza da cultura do professor.

No cotidiano da ação docente, o professor desenvolve a racionalidade prática do trabalho, que se manifesta na recorrência a critérios de julgamento para balizar sua intervenção em dada situação. A racionalidade prática, ao dar conteúdo e forma à ação docente, o que é compartilhado e legitimado pelo coletivo, vai configurando a cultura do grupo. A cultura do-

cente é constituída da pluralidade de saberes ou da base de conhecimentos constantemente mobilizada pelo professor, no desenvolvimento da ação pedagógica na sala de aula (Therrien e Sousa, 2000); saberes diretamente imbricados com as teorias e crenças dos professores sobre seu trabalho em constante interação.

Sobre o caráter interativo do trabalho do professor, Therrien e Sousa (2000, p. 115) acrescentam que pressupõe:

[...] que o docente domine uma base essencial de saberes que ele articula no contexto da ação, os quais lhe fornecem competência para a gestão pedagógica da sala de aula. Completada pelas teorias da argumentação essa abordagem permite caracterizar a racionalidade prática do educador e desvelar elementos definidores de sua identidade.

Essa perspectiva aponta a racionalidade prática da docência como elemento primordial no estabelecimento da cultura profissional do professor, em determinado contexto de ação, espaço de socialização, configuração e reconfiguração de identidade, cujas especificidades podem ser assim identificadas: atividade que requer saberes específicos à *práxis* profissional; ação que solicita a superação da dimensão técnica de aplicação direta, posicionando-se de forma dialética; um profissional responsável pelo processo de formação humana, que atua orientado por fins éticos (Therrien; Sousa, 2000).

A racionalidade prática do professor se apresenta como elemento constitutivo de sua cultura, reconhecendo-o como profissional com identidade própria e produtor de saberes situados e contextualizados. A explicitação das razões que fundamentam as decisões dos docentes, no seu local de trabalho, com arrimo nas atividades curriculares, na organização do tempo e do espaço, nas múltiplas interações que se estabelecem nesse espaço, é fundamental à compreensão da cultura dos profissionais.

Consoante Carvalho (2007), nesse contexto, apresenta-se a “gestão da matéria” e a “gestão de sala de aula” que são construções mentais para caracterizar um conjunto de ações solicitadas pelo trabalho docente que efetivam no decorrer da prática educativa. Como a prática educativa está dimensionada pela matéria e as inter-relações dos sujeitos na ecologia da sala de aula para significá-la, esses dois eixos caracterizam as funções pedagógicas do trabalho docente.

A gestão da matéria faz da prática educativa um processo eminentemente criativo, de aprendizagem mútua e relativamente autônoma à proporção que os conteúdos de ensino são prescritos, para Therrien e Loiola (2001). Entretanto, ainda que estes sejam prescritos, de alguma forma, o professor precisa decidir o que fazer com eles. Carvalho (2007) destaca que o planejamento da gestão da matéria requer também reflexões acerca da organização da classe.

A gestão da classe é caracterizada pela natureza humana do trabalho docente e abarca sua dimensão axiológica. Requer a busca de formas de colaboração entre alunos e professor, de motivação, de disciplina e de ética, sem as quais fica impossível realizar o ensino.

Gauthier et al. (1998, p. 23) definem a gestão de classe como um “[...] conjunto de operações que o professor aciona para manter certo tipo de ordem e agir de maneira a fazer a aprendizagem ser absorvida pelo grupo”. A gestão de classe é o momento em que a

matéria vai ser colocada em prática e implica em decisões conjuntas. Os autores também afirmam que a gestão de classe é a variável que determina mais fortemente a aprendizagem dos alunos.

O professor necessariamente compartilhará com o aluno suas intenções, ao tempo em que poderão deliberar juntos os rumos da ação educativa. Provavelmente seja o aspecto mais conflituoso do trabalho docente, devido à heterogeneidade de uma sala de aula e a simultaneidade com que os fatos ocorrem nesse âmbito. Tais fatos exigem do professor demandas imediatas, em razão de os antagonismos existentes entre o que é proposto pelo professor e as respostas do grupo de alunos.

Admitindo-se sua essência interativa e a eminência cooperativa, o ideal mesmo é que ocorra nos moldes da ação comunicativa, como propõe Bouffleuer (2001). Caso contrário, se o professor não tiver a intenção de buscar um entendimento entre os alunos não surte o efeito desejado.

A gestão de classe requer deliberações constantes que solicitam ao professor competências que auxiliam e desenvolvem sua capacidade de decidir bem sobre determinada situação na ecologia de sala de aula. As deliberações têm como fundamento o juízo prático do professor, sua epistemologia da prática. Baseiam-se em um pensamento reflexivo, que aqui chamamos de racionalidade pedagógica, e são tomadas em função do alcance de finalidades. Esta racionalidade desempenha uma função básica, porque, ao escolher os meios que fará uso, o professor também deverá decidir sobre os fins éticos.

Tanto na gestão da matéria como na gestão da sala de aula, o professor como mediador pedagógico detém autonomia para transformação pedagógica da matéria, sendo a autonomia determinada por exigências de responsabilidade, competência e controle na satisfação dos objetivos perseguidos. Ainda que essa autonomia seja relativa à proporção que as tarefas do ensino são prescritas como asseveram categoricamente Therrien e Loiola (2001), a competência constitui o elemento central da dimensão da autonomia do professor.

A docência no ensino superior na visão dos sujeitos de pesquisa... compassos e descompassos...

Um dos elementos ressaltados no conjunto dos dados obtidos, recorte de análise para este artigo, diz respeito às apreciações que os sujeitos da pesquisa atribuem à prática pedagógica em situação de ensino e as mudanças nela operadas no ensino superior. Essas apreciações foram organizadas em quatro categorias temáticas não excludentes: (a) intervenção em sala de aula e as mudanças na prática pedagógica, (b) os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do processo formativo, (c) o convívio profissional e pessoal e (d) o saber-fazer em situação de ensino.

A primeira apreciação que os sujeitos atribuem à prática pedagógica em situação de ensino e as mudanças nela operadas se referem à *intervenção em sala de aula e as mudanças na prática pedagógica*, onde os professores lembraram as situações de ensino vivenciadas que exigiram rotinas pedagógicas interativas e dinâmicas. Destacaram ainda, a inserção de novas atividades contextualizadas e que possibilitasse uma efetiva partici-

pação dos alunos na construção dos saberes, além da continuidade da rotina pedagógica efetivada na prática da elaboração do planejamento das atividades a serem vivenciadas na sala de aula.

Então, quando eu comecei, eu tinha uma visão mais restrita assim de sala de aula, mas à medida que eu fui trabalhando com outros profissionais, eu fui vendo outras formas de trabalhar com os grupos, formas mais interativas, mais dinâmicas, que possibilitasse mais a participação das pessoas (G8).

Pra mim, existe mudança. Ensinar sempre esteve presente na minha vida, mas o que mudou... eu estou pensando mais na minha prática, na minha relação com os alunos, mas confesso que sinto a falta do domínio para planejar minhas aulas. As atividades de pesquisa na Iniciação Científica contribuíram um pouco para inserção de novas atividades, mas não teve tanto impacto (G5).

A partir desses depoimentos, podemos perceber também que a mudança na prática pedagógica surgiu por meio do convívio com outros professores mais experientes, o que possibilitou o (G8) intervir em sala de aula através de outras formas de trabalhar, trazendo para o seu cotidiano escolar atividades interativas e dinâmicas que permitissem a participação de todo o grupo.

A experiência em atividades de pesquisa durante a Iniciação Científica fez com que (G5) inserisse novas atividades em sala de aula, relacionadas ao tema trabalhado em sua investigação. Essa experiência possibilitou perceber outras maneiras de trabalhar em sala de aula com os alunos, revendo as práticas utilizadas anteriormente. Portanto, o papel da pesquisa na formação do professor foi fundamental para que ele percebesse as possibilidades do ensino pela pesquisa, visando uma efetiva aprendizagem dos alunos.

Nessa perspectiva e direção, o planejamento das ações é concebido como uma das exigências do trabalho docente, ou seja, é no momento de ação-reflexão-ação de sua prática que o professor mobiliza diferentes saberes. Segundo Freire (1999), o professor na realização do seu trabalho docente precisa dominar o conteúdo, apresentar intencionalidade, escolha e execução de metodologia adequada que possibilite a mediação de saberes e a construção de aprendizagens significativas.

Diante dessa atitude reflexiva os professores evidenciam os aspectos que foram sendo modificados na sua prática pedagógica. Planejar, no entanto, não significa garantir que as ocorrências pedagógicas na sala de aula serão todas controladas e previsíveis. Ao contrário, muitos estudos (Gauthier et al., 1998; Tardif, 2002; Zeichner, 2000; Zabalza, 2000, 2004) têm apontado que a prática pedagógica é permeada por uma certa imprevisibilidade e pelo caráter interativo. De modo que, mesmo contendo um conjunto de regularidades, o trabalho docente se desenvolve de forma dinâmica, cedendo lugar com frequência, para as “urgências” ou “soluções rápidas”, que muitas vezes não foram definidas *a priori* no planejamento.

Os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo do processo formativo constituem a segunda categoria de análise e nos remete a uma segunda apreciação. Podemos observar *a priori* que a mudança operada na prática pedagógica dos sujeitos investigados se deu

ao longo do exercício profissional através da articulação dos conhecimentos teóricos e com as situações práticas, quando a (G6) percebeu que “não existe receita pronta” para enfrentar as diversas situações pedagógicas que acontecem em sala de aula. Ao contrário, o exercício da docência foi revelando para esse professor a inexistência de receituários, a necessidade de manter uma atitude investigativa, a curiosidade, a busca pela informação para conseguir atuar com autonomia.

Então, assim, mudou. Antes, lógico, temos uma visão do que é ser professor, a questão da receita pronta. Eu vou chegar aqui e vou encontrar uma receita. Eu descobrir que não existe essa receita pronta, e que, na minha sala de aula, existiam situações que aconteciam todos os dias e que variavam e que eu tinha que realmente buscar informação, ter um conhecimento maior, estudar mais para poder. Então, a contribuição foi essa, que eu poderia resolver aquelas situações e que tinha uma forma e que eu encontrei essa forma aqui, não através de receita, mas que eu tinha que buscar (G6).

No conjunto dos dados, identificamos ainda uma terceira apreciação da mudança na prática pedagógica que se refere ao *convívio profissional e pessoal*. No convívio profissional, o (G1) reconhece que a presença de professores mais experientes pertencentes ao seu setor de ensino contribuiu para sua identificação com as diversas disciplinas por ele ministrada, sendo importante na constituição dos saberes específicos disciplinares e em situações de prática, bem como de momentos de troca de experiência e reflexividade.

A presença de professores mais experientes pertencentes ao meu setor de ensino contribuiu para minha identificação com as diversas disciplinas por mim ministradas (G1).

Podemos afirmar que é no convívio profissional com um professor mais experiente que muitas aprendizagens ocorrem, entre elas a aquisição de novos saberes, que servem de referência para atuar nas relações com os alunos e com outros professores. A troca com os pares, consoante Vasconcelos (1998) “[...] possibilita a construção de saberes a partir de situações já vivenciadas por colegas, a partir de situações realizadas”. Essas trocas geralmente envolvem experiências dos professores, sejam elas exitosas ou não, tomadas como referencial para as ações docentes posteriores.

Um elemento que nos chamou a atenção nos dados da pesquisa diz respeito ao papel dos cursos de graduação e pós-graduação na “preparação” para docência. Para os sujeitos investigados, constituem espaços de produção e mobilização de saberes específicos da matéria disciplinar, ligados diretamente à produção de conhecimento por intermédio do exercício da pesquisa e pouco se referencia a docência.

O convívio com professores que trabalhavam na graduação e na pós-graduação foi fundamental para os sujeitos investigados perceberem que através de professores mais experientes é possível ser professor, ficando a exigência para a docência, no depoimento dos sujeitos da pesquisa, restrita ao domínio dos conteúdos específicos da matéria.

Especificamente no depoimento do (G7), o convívio com os professores trouxe “elementos que foram muito mais importantes” expressando ainda um sentimento de *sedução* por um componente curricular específico, que o fez perceber a linha de pesquisa que gostaria de atuar como pesquisador e professor.

Para o (G3) esse convívio com professores mais experientes e detentores de grande conhecimento da matéria o incentivou tanto para a pesquisa quanto para o ensino. No entanto para ensinar, consoante o entrevistado, basta saber o conteúdo da disciplina.

Meus professores da graduação e da pós-graduação foram minha inspiração para a pesquisa. Dominavam bem a sua matéria e nos “obrigavam” a pesquisar sobre os conteúdos, por exemplo o de Geomorfologia Geral, hoje ensino essa disciplina e desenvolvo pesquisas nessa área de conhecimento inspirado nele. Ser professor foi por acaso, nem pensava nisso. Apesar de ouvir sempre que para estar onde eu estou hoje precisava fazer pós. Os alunos eram cobrados por isso. Confesso que isso contribui mais para meu papel de pesquisador do que de professor. Ser professor ajuda um pouco nas pesquisas (G7).

Houve durante a pós-graduação determinados professores, determinados autores também, leituras que eu fiz, foram determinantes para o domínio da disciplina. Devido isso, minha prática é muito mais voltada pra pesquisa do que para o ensino. Os elementos que eles traziam, pra mim foram muito mais importantes, eu me senti muito mais seduzido pela pesquisa nessa área, do que propriamente trabalhar no ensino (G3).

Interessante verificar que, além do convívio com os professores, o (G3) realizou leitura de determinados autores que lhe possibilitou adquirir novos conhecimentos específicos da matéria, como também o conduziu para a pesquisa. É possível perceber a construção do saber específico da matéria no momento em que o professor age investigando, mesmo não intencionalmente, mas que a partir dessa ação passa a incorporar saberes fragmentados que serão utilizados em situações semelhantes, que requerem o mesmo resultado. No entanto, esses saberes não conduzem a uma prática reflexiva crítica na medida em que o curso de pós-graduação não criou um espaço para refletir a pesquisa e o ensino como núcleo fundamentalmente para o desenvolvimento de competências. Isso nos leva a inferir sobre o papel da pós-graduação na formação desse professor – o preparo somente para a pesquisa e não para o ensino.

Outro aspecto a ser destacado se refere ao aprofundamento teórico no processo de formação inicial e na pós-graduação. Dois polos são estabelecidos – a teoria alimentando a pesquisa e os conhecimentos práticos alimentando o ensino. O depoimento ilustra:

As contribuições? Contribuição mesmo só para a pesquisa e para aprofundar as teorias no meu campo de investigação. Não fiz licenciatura e minha formação não me preparou para o ensino. Fiz-me professor na prática. Não conhecia ninguém que fosse da área, que fosse professor. Então os conhecimentos para ser professor foram de fato construídos na prática, olhando, observando como agiam meus professores (G10).

Podemos perceber a partir do depoimento de (G10) que os cursos de graduação e pós-graduação tiveram papel importante na constituição dos saberes específicos para sua prática docente. Os conhecimentos teóricos mobilizados durante o curso de formação inicial e de pós são bastante valorizados pelos sujeitos e visam atender às demandas específicas para pesquisa e não para o ensino.

Existe nesse cenário uma forte influência da racionalidade técnica no discurso dos professores e em sua prática. Para Medeiros e Cabral (2006):

[...] a racionalidade técnica, cujas raízes foram afincadas no positivismo, trouxe historicamente limites para o desenvolvimento profissional do professor e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de uma sociedade que busca por mudanças no contexto social, político e cultural, visto que, naquele modelo, os princípios básicos eram arregimentados por conteúdos formais, cristalizados em grades curriculares, não valorizando, dessa forma, a criatividade e a inovação do professor. Eis o que chamamos de “ranço” da racionalidade técnica (Medeiros; Cabral, 2006, p. 7).

Quanto às mudanças ocorridas a partir da própria experiência pessoal se expressam no depoimento de (G4) que destacou a dinâmica das experiências cotidianas “porque não fazemos a mesma coisa sempre” e a natureza plural e diversa das vivências humanas “sempre há uma mudança, nem é a mesma pessoa, a gente está mudando a cada dia” como fundamentais nesse processo formativo.

Uma quarta aproximação diz respeito ao *saber-fazer em situação de ensino* operado pelos sujeitos investigados. Nesta categoria nos aproximamos do planejamento de ensino e do saber-ensinar dos docentes.

Na realidade pesquisada, o planejamento é baseado no conteúdo, sem a relação entre os componentes do processo de ensino, a unidade objetivos-conteúdos e métodos, logo sem compreender o valor didático desse planejamento e sem relacioná-lo com o contexto.

De posse das informações levantadas acerca do planejamento das aulas dos docentes investigados, procuramos observar sua prática. As aulas foram observadas por um período médio de cinco semanas. Dos cinco professores que autorizaram nossa presença em sala, três se mostraram bastante à vontade e receptivos, dois se sentiam incomodados e chegaram a verbalizar essa percepção. Ao fazerem isso, destacaram sempre questões referentes à não formação pedagógica “Mas você não vai rir de mim”, “você não vai nos ensinar a dar aula, vai?”.

Iniciamos as observações conscientes das palavras de Zabalza (2000), para o qual a prática obedece a múltiplos determinantes, tem sua justificação em parâmetros institucionais, organizativos, tradições metodológicas, possibilidades reais dos professores, dos meios e condições físicas existentes, mas também é fluida, fugidia, difícil de limitar com coordenadas simples e, além do mais, complexa, já que nela se expressam múltiplos fatores, ideias, valores, hábitos pedagógicos etc.

Masetto (2003) conceitua sala de aula como o espaço onde e tempo durante o qual os sujeitos de um processo de aprendizagem (professores e alunos) se encontram para juntos realizarem uma série de ações (na verdade “interações”) na busca de um desenvolvimento pessoal, profissional e como cidadão.

Um dado significativo é que nas aulas de quatro professores observados havia a preocupação em criar um ambiente positivo e propício à aprendizagem, e também de incentivar a participação dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Em apenas uma das aulas observadas, o professor não demonstrava a preocupação de buscar a participação dos alunos. Expunha a matéria e em seguida resolvia os exercícios. Às vezes fazia perguntas à sala, mas ele mesmo dava as respostas. A aula era um monólogo. O intuito era desenvolver o conteúdo sem que houvesse possibilidade de imprevistos, entre eles, dúvidas de alunos. As palavras de Vasconcelos (1998, p. 25) parecem se referir a práticas como essa:

A situação de alienação se caracteriza pela falta de compreensão e domínio nos vários aspectos da tarefa educativa. Assim, percebemos que ao educador falta clareza com relação à realidade em que ele vive, não dominando, por exemplo, como os fatos e fenômenos chegaram ao ponto em que estão hoje (dimensão sociológica, histórico-processual); falta clareza quanto à finalidade daquilo que ele faz: educação para quê, a favor de quem, contra quem, que tipo de homem e de sociedade formar etc. (dimensão política, filosófica), e, finalmente, falta clareza a sua ação mais específica em sala de aula (dimensão pedagógica).

A preocupação em desenvolver o pensamento crítico dos alunos, só foi percebida na prática de dois professores. Estes relacionavam o conteúdo explicado com a realidade socioeconômica e com questões do meio ambiente, ao mesmo tempo buscavam aplicar questões teóricas à prática da profissão.

Em relação à sequencialização das aulas, duas realidades se mostraram. Uma, nas aulas de três professores, em que não havia nenhum planejamento que propiciasse ao aluno a construção de uma linha de pensamento, a partir de aulas sistematizadas. Outra, nas aulas de dois professores, em que havia a preocupação de um encadeamento lógico, inclusive com a retomada de tópicos anteriormente trabalhados. E ainda a de indicar leituras para a próxima aula, objetivando o enriquecimento do debate.

Percebemos, explicitamente, nas práticas observadas a necessidade de formação pedagógica para os professores universitários não como fim, mas como meio de possibilidades de estreitamento do hiato teoria prática, tendo o ensino como mecanismo para uma prática situada. Apesar de os sujeitos pesquisados não terem verbalizado essa necessidade nas entrevistas, o conjunto dos dados colhidos e o resultado das análises, nos leva afirmar que os professores têm dificuldades em construir saberes pedagógico-docentes, na relação com os saberes específicos de sua área e na relação com os saberes da sua própria experiência docente, dificultando o processo de transformação da matéria em algo ensinável, compreensível e que gere aprendizagens.

Algumas conclusões para continuidade do debate

Neste artigo, analisamos os saberes docentes no âmbito do trabalho dos professores como profissionais reflexivo-críticos, para identificar as racionalidades que movem a ação docente no ensino superior em situação de trabalho, especificamente, de docentes sem formação pedagógica.

A tese central deste estudo é que os professores sem formação específica para a docência mobilizam saberes na prática – saberes empíricos oriundos de suas inter-relações. No entanto, esses saberes não dão conta das incertezas em situação de trabalho e, isolados de um contexto, não superam a falta de uma formação pedagógica.

O estudo partiu da ideia de que a preparação didático-pedagógica é necessária para a formação docente. Foi a análise das representações dos professores sobre seu trabalho que nos permitiu, em primeiro lugar, conhecer os sentidos e os significados que eles atribuem aos saberes docentes. Além disso, trouxe elementos para compreender como os bacharéis-geógrafos sem formação docente desenvolvem sua prática pedagógica.

Grande parte das representações que os professores de nossa pesquisa têm sobre sua atividade profissional decorre de uma cultura gestada no processo de construção do ensino superior brasileiro, cuja trajetória sempre esteve voltada à formação profissional. Assim, o domínio do conteúdo específico da disciplina tem forte influência na atividade do bacharel, sendo este o saber que orienta sua prática.

Investigar a prática docente de professores não é tão simples, pois envolve todo um tecido complexo que foi tecido nos moldes da racionalidade técnica, sobretudo quando os sujeitos observados são professores universitários.

O estado defensivo com que os sujeitos se comportavam diante de nossa presença em seu espaço de trabalho era claro. Mesmo não inseguros do conteúdo da matéria, tendo pleno domínio do conteúdo de sua disciplina, se sentiam incomodados pela falta do conhecimento pedagógico, entretanto esse fato não os impedia de continuar a “dar sua aula”. “Imitar” seus antigos mestres constituía-se o mecanismo determinante e “suficiente” para transmitir e reproduzir o conteúdo disciplinar.

Os achados dessa investigação nos permitiram concluir que: (a) o professor-bacharel dos cursos investigados tem uma pedagogia própria pautada na transmissão do conteúdo, (b) o pedagógico é visto como transferência de conteúdo, (c) segundo suas representações, os professores não consideram a formação pedagógica como base para a docência, mas sim os saberes da área específica da sua formação profissional. Portanto, torna-se necessário superar a crença de que para ser bom professor basta conhecer profundamente e conseguir transmitir com clareza determinado conteúdo, ou até mesmo como no caso da educação superior, ser um bom pesquisador.

Esses achados nos põem desafios de investigar modos de trabalhar a formação e a prática do docente de educação superior que permita produzir e mobilizar saberes situados na docência. O tornar-se professor é uma atividade de aprendizagem e, para isso, são requeridas capacidades e habilidades específicas para a profissão docente.

Referências

- BARDIN, L. *Análise do conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BEHRENS, M. A. A formação pedagógica e os desafios do mundo moderno. In: MASETTO, M. T. (Org.). *Docência na universidade*. Campinas: Papyrus, 2003. p. 57-68.
- BOUFLEUER, J. P. *Pedagogia da ação comunicativa: uma leitura de Habermas*. 3. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2001.
- CARVALHO, A. D. F. *A racionalidade pedagógica da ação dos formadores de professores: um estudo sobre a epistemologia da prática docente nos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Piauí*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- COULON, A. *Etnometodologia*. Trad. Epharim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- D'ÁVILA, M. C.; SONNEVILLE, J. Trilhas percorridas na formação de professores: da epistemologia da prática à fenomenologia existencial. In: D'ÁVILA, M. C.; VEIGA, I. P. A. (Org.). *Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas*. Campinas, SP: Papyrus, 2008. p. 23-44.
- DIAS, A. M. I. Leitura e (auto)formação: caminhos percorridos por docentes na educação superior. In: VEIGA, I. P. A.; VIANA, C. M. A. Q. *Docentes para a educação superior: processos formativos*. Campinas, SP: Papyrus, 2010. p. 71-100.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GAUTHIER, C. et al. *Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente*. Ijuí, RS: Unijuí, 1998. (Coleção Fronteiras da Educação).
- GIROUX, H. A. *Os professores como intelectuais*. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid: Cátedra, 1997.
- MASETTO, M. T. *Docência na universidade*. Campinas: Papyrus, 2003.
- _____. (Org.). *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2002.
- MEDEIROS, M. V.; CABRAL, C. L. O. Formação docente: da teoria à prática em uma abordagem sócio-histórica. *Revista Científica e-Curriculum*, São Paulo, v. 1, n. 2, jun. 2006.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MOREIRA, A. F.; LOPES, A. C.; MACEDO, E. *Socialização profissional de professores: as instituições formadoras: relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- PERES, A. N. *Educação intercultural: utopia ou realidade?* Porto-PT: Profedições, 2000.

- PÉREZ GÓMEZ, A. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 93-114.
- PIMENTA, S. G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, L. E. (Org.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 17-52.
- PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SACRISTÁN, J. G. *Poderes instáveis em educação*. Porto Alegre: Artmed Sul, 1999.
- _____. Tendências investigativas na formação de professores. Transcrição e tradução de José Carlos Libâneo. In: REUNIÃO ANUAL ANPED, 19., 1996, Caxambu, *Atas...* Caxambu: Anped, 1996. p. 12-27.
- SANTOS, F. K. S. *O trabalho e a mobilização de saberes docentes: limites e possibilidades da racionalidade pedagógica na educação superior*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2011.
- SCHÖN, D. A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- TARDIF, M. *Saberes docentes e formação de professores*. São Paulo: Vozes, 2002.
- _____. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: Anped, n. 13, p. 5-24, jan./abr. 1999.
- TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 4, p. 215-233, 1991.
- TERRIEN, J.; LOIOLA, F. A. Experiência e competência no ensino: pistas de reflexões sobre a natureza do saber-ensinar na perspectiva da ergonomia do trabalho docente. *Educação & Sociedade*, v. XXII, n. 74, abr. 2001.
- TERRIEN, J.; SOUSA, A. Cultura docente e gestão pedagógica: a racionalidade prática dos saberes do saber-fazer racionalidade do agir docente – elementos para uma análise da formação prática. In: NOBRE, M. D.; TERRIEN, J. (Org.). *Artesãos de um outro ofício: múltiplos saberes e práticas no cotidiano escolar*. São Paulo: Annablume, 2000. p. 111-126.
- TERRIEN, J. Os saberes da racionalidade pedagógica na sociedade contemporânea. *Revista Educativa*, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 67-81, 2006.
- _____. Saber de experiência, identidade e competência profissional: como os docentes produzem sua profissão. *Contexto & Educação*, Ijuí-RS, v. 12, n. 48, p. 7-36, 1997.

- _____. Trabalho e saber: a interação no contexto da pós-modernidade. In: MARKERT, W. (Org.). *Trabalho, qualificação e politecnia*. Campinas, SP: Papyrus, 1996. p. 53-70.
- VASCONCELOS, M. L. M. C. Contribuindo para a formação de professores universitários: relatos de experiência. In: MASETTO, M. (Org.). *Docência na universidade*. Campinas, SP: Papyrus, 1998. p. 77-94.
- VASQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ZABALZA, M. *O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas*. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- _____. El papel de los departamentos en la mejora de la calidad de la docencia universitaria. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, Zaragoza, v. 38, n. 4, p. 45-68, 2000.
- ZEICHNER, K. Formação de professores: contato direto com a realidade da escola. In: *Presença pedagógica*, Belo Horizonte, v. 6, n. 34, jul./ago, p. 5-15, 2000.

A ilha de calor urbana e o uso e cobertura do solo em São Paulo-SP

Hugo Rogério Barros
USP

Magda Adelaide Lombardo
Unesp

p. 160-177

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Como citar:

BARROS, H. R.; LOMBARDO, M. A. A ilha de calor urbana e o uso e cobertura do solo em São Paulo-SP. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 1, p. 160-177, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/97783>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.97783>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

A ilha de calor urbana e o uso e cobertura do solo em São Paulo-SP

Resumo

Este trabalho avalia e apresenta a relação espacial entre os diferentes padrões de uso e cobertura do solo e suas respostas térmicas, para compreender a conformação espacial do fenômeno da ilha de calor urbana no território de São Paulo-SP. Para tanto, às análises descritiva e comparativa seguiu-se a integrada descritiva. As variáveis testadas na análise espacial foram o índice de área foliar, a temperatura da superfície e o uso do solo, além da classificação térmica da ilha de calor urbana. Verificou-se que os ambientes sem vegetação, principalmente nos espaços ocupados por atividades industriais, de comércio ou serviços, apresentaram forte intensidade do fenômeno, com diferenças de temperatura da superfície superiores a 8 °C. Assim, constatamos a importância do arboreto urbano e de áreas verdes para amenizar as temperaturas da superfície dos espaços urbanos do município de São Paulo.

Palavras-chave: Ilha de calor urbana. Uso do solo. Índice de área foliar. São Paulo. Temperatura da superfície.

The urban heat island and land use and land cover in São Paulo-SP

Abstract

The current work has focused on evaluating and presenting the spatial relationship among different land use and land cover patterns and their thermal responses, in order to understand the spatial constitution of the urban heat island (UHI) in the municipality of São Paulo-SP. For that, descriptive and comparative analyses were used, followed by an integrated descriptive analysis. The variables tested in the spatial analysis were the Leaf Area Index, surface temperature, land use and the thermal classification of the UHI. Urban environments lacking vegetation, especially those occupied by industrial and commercial activities, presented a stronger intensity of the UHI, with temperature differences of up to 8 °C. The results highlighted the importance of green urban spaces for the decrease of temperature in the urban environments of the São Paulo municipality.

Keywords: Urban heat island. Land use. Leaf area index. São Paulo. Surface temperature.

Introdução

As cidades e suas configurações heterogêneas apresentam distintos padrões de edificações, habitações e espaços públicos. Sua formação e expansão, com o contínuo processo de substituição das superfícies naturais por materiais artificiais e lançamento de gases e material particulado na atmosfera, concorrem para a degradação ambiental e a mudança dos padrões climáticos locais (Ferreira; Oliveira; Soares, 2010). Elas criam seus próprios climas devido ao impacto do desenvolvimento urbano no balanço de calor à superfície (Oke et al., 1999), e esse processo condiciona a formação do fenômeno da ilha de calor urbana.

A ilha de calor urbana (ICU), evento reconhecido a mais de um século, é o mais claro e o mais bem documentado exemplo de mudança climática provocado pela ação antrópica (Oke, 1978, p. 254). Sua natureza complexa se relaciona com outros importantes fatores climáticos como poluição atmosférica, fortes precipitações com risco de inundações e alteração nas amplitudes térmicas, além da dinâmica de uso e cobertura do solo e outros conjuntos de variáveis como habitação e saúde pública.

O primeiro estudo sobre a ilha de calor urbana para o município de São Paulo e sua região metropolitana foi realizado por Lombardo (1985), que verificou sua variação diurna, sazonal e espacial por meio da combinação de medições de temperatura e umidade relativa de 45 pontos de coleta, ao lado do uso de imagens termais com cálculo da temperatura da superfície na resolução espacial de 1 km x 1 km.

Ribeiro (1996) estudou a variação diurna e sazonal, em uma abordagem intraurbana no município de São Paulo, ao avaliar as diferenças das respostas térmicas em diferentes padrões de uso do solo urbano, através da combinação de 3 estações fixas e a temperatura da superfície gerada com uma imagem termal do satélite Landsat 7. Tarifa e Armani (2001) também usaram a temperatura da superfície das imagens termais do mesmo imageador para definir as *unidades climáticas urbanas* em conjunto com variáveis como morfologia e uso do solo.

Estudos meteorológicos como os de Ferreira, Oliveira e Soares (2013) e Ferreira et al. (2012), apresentam um importante avanço no desenvolvimento metodológico na abordagem da problemática. Estes foram além das tradicionais medições de temperatura e umidade com estações fixas em diferentes usos do solo. Acrescentaram-se variáveis como fluxo de calor sensível e latente, saldo de radiação e o armazenamento do fluxo de energia para um ponto localizado no Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo para entender a interferência dos processos físicos na variação diurna e sazonal da ilha de calor urbana.

Catuzzo (2013) avaliou a eficiência do telhado verde para a minimização das alterações no microclima urbano no centro da cidade de São Paulo, através da análise comparativa com medições de temperatura e umidade relativa do ar para um telhado verde intensivo e outro de concreto, localizados na mesma quadra urbana. O autor diagnosticou que o telhado verde intensivo é uma possível fonte mitigatória para a ilha de calor urbana em São Paulo.

Diante do estado da arte referente aos estudos da ilha de calor urbana em São Paulo, diagnosticamos a falta de uma apresentação cartográfica atual, que permita representar os elementos espaciais de uso e cobertura do solo com a intensidade e distribuição espacial do fenômeno.

Com 11.253.503 habitantes e uma área de 1.521 km², tem densidade demográfica de 7.898,2 hab/km² e uma frota de 6.390.092 veículos (IBGE, 2010). O município de São Paulo vive problemas cotidianos ligados a eventos de alta concentração de poluentes atmosféricos, inundações, ondas de frio e ilhas de calor, aliados a um grande contingente populacional com alta vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. Tal quadro é refletido na relação entre temperatura do ar e mortalidade no município, onde o acréscimo de 1 °C na temperatura média corresponde a um aumento de 3,46% da mortalidade geral e 3,26% das cardiovasculares e respiratórias (McMichael et al., 2008).

O presente trabalho visa avaliar e apresentar cartograficamente a relação espacial entre os distintos padrões de uso e cobertura do solo e suas respostas térmicas, a fim de compreender a conformação espacial do fenômeno da ilha de calor urbana no território do município de São Paulo.

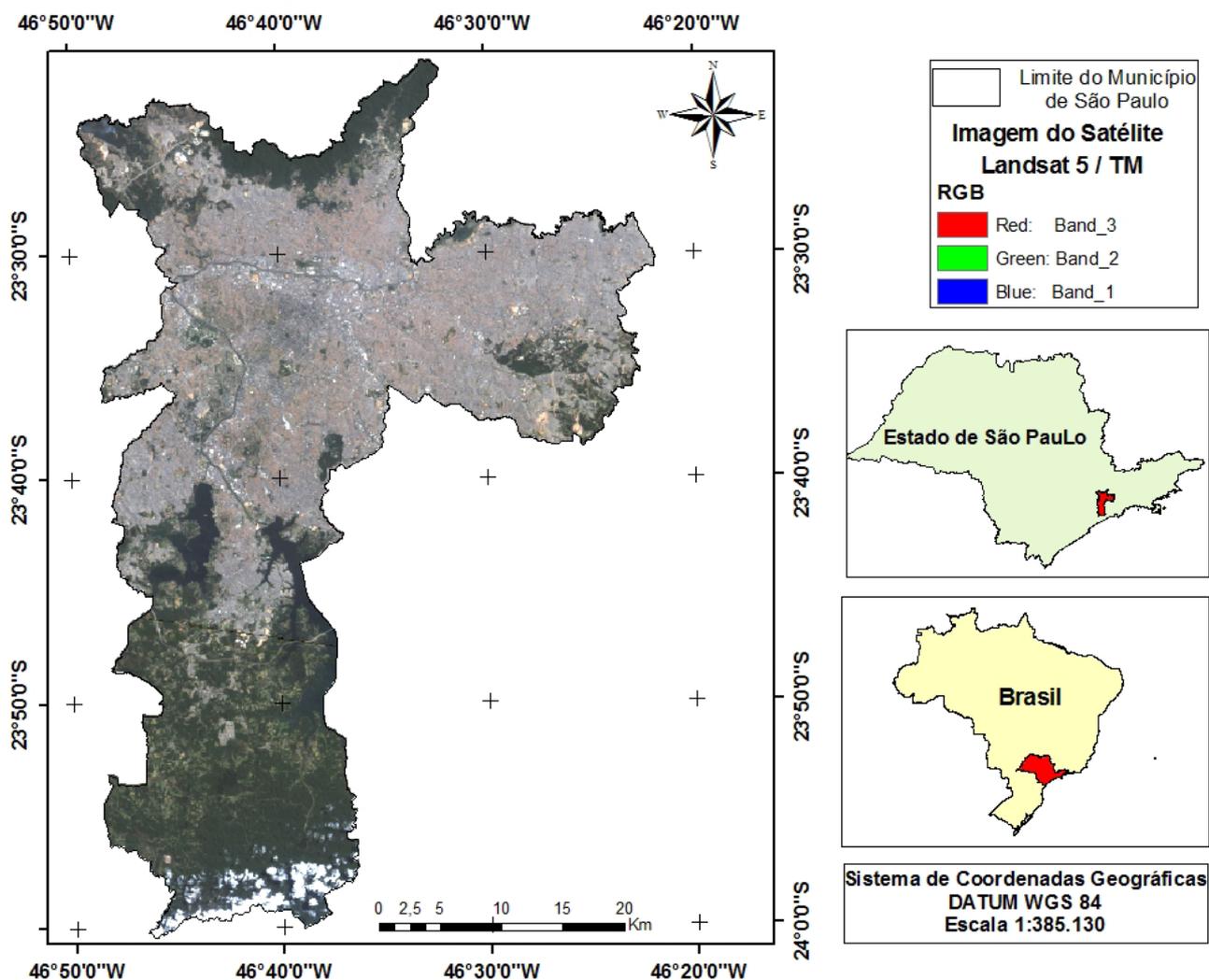
Material e métodos

A metrópole paulistana está a uma latitude aproximada de 23°21' e à longitude de 46°44', junto ao Trópico de Capricórnio (Figura 1). Fica num contexto de terras altas (predominantemente entre 720 m e 850 m) chamado de Planalto Atlântico, o que implica uma realidade climática de transição entre os climas tropicais úmidos de altitude, com período seco definido, e aqueles subtropicais, permanentemente úmidos, do Brasil meridional (Tarifa; Armani, 2001).

Avaliando as normais climatológicas do período 1961-1990 da Estação meteorológica do Mirante de Santana (lat. 23°30', long. 46°37', alt. 792), Tarifa e Armani (2001) identificaram duas estações bem definidas no município em questão, uma quente e chuvosa, de outubro a março (grosso modo, primavera-verão), e outra fria e relativamente seca, de abril a setembro (outono-inverno). O comportamento térmico mostra variação sazonal muito semelhante, com período de maio a outubro registrando os menores valores médios de temperatura, com uma variação entre 15,8 °C (julho, mês mais frio) a 19,0 °C (outubro). Na estação quente, os valores oscilam entre 22,4 °C (fevereiro mês mais quente) e 20,3 °C (novembro), a média anual dos valores foi de 25,9 °C.

A geomorfologia da mesma reflete a existência de um relevo colinoso com planícies aluviais e terraços dos rios Tietê e Pinheiros e afluentes, onde se encontra assentado seu núcleo urbano mais consolidado, circundado por formas de relevo mais salientes sustentados por corpos graníticos (Serra da Cantareira) e lentes de metassedimentos mais resistentes. A vegetação predominante é floresta ombrófila, densa “mata”, classificada em alto montana (mata nebulosa), sobre turfeira, campos naturais (campos altos montanos), seguida de reflorestamento “bosque de pinus” e formação de várzea-campos (brejo). O município fica dentro da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e está dividida em seis sub-bacias, que drenam os principais rios na Região Metropolitana de São Paulo, entre elas abrange a sub-bacia Billings-Tamanduateí, sub-bacia Jusante Pinheiros-Pirapora e sub-bacia Penha-Pinheiros (PMSP, 2000).

Figural – Mapa de localização do município de São Paulo



As metodologias utilizadas para análise dos resultados foram a análise descritiva, seguida da comparativa e pôr fim a análise integrada descritiva. As variáveis adotadas foram o índice de área foliar, a temperatura da superfície, os padrões de uso do solo e, por fim, a classificação termal da ilha de calor urbana.

A temperatura da superfície estimada através da banda termal das imagens de satélite, atualmente, é a melhor opção para avaliação espacial das temperaturas em grandes áreas. Os pioneiros no emprego dessas temperaturas na avaliação do fenômeno da ilha de calor urbana foram Matson (1978), que detectou mais de 50 ilhas de calor urbanas no oeste e no nordeste dos EUA, e, na região tropical do globo terrestre, Lombardo (1985), que detectou e avaliou a ilha de calor na Região Metropolitana de São Paulo. Desde então, a aplicação de tais técnicas na avaliação do fenômeno se multiplicaram pelo globo, pois é extremamente difícil estimar a temperatura do ar dos ambientes urbanos, visto que as estações meteorológicas ficam frequentemente em parques e aeroportos (Laaidi et al., 2012), de modo que não atendem à heterogeneidade da malha urbana.

A ilha de calor urbana habitualmente é retratada como aumento da temperatura do ar dos ambientes urbanos em relação ao seus arredores, porém a mediação da temperatura do ar em escala espacial por meio de sensores remotos, até o momento da vigente pesquisa, não é uma metodologia disponível do ponto de vista tecnológico e estrutural. Com isso, a temperatura da superfície medida via satélite é uma alternativa viável e eficiente para estudos espaciais dos fenômenos relativos à temperatura do ar na baixa atmosfera, visto que esta tem relação estreita com a radiação de onda longa emitida pela superfície.

A base da metodologia aqui empregada é a transformação dos dados matriciais da temperatura da superfície medida via satélite em camadas vetoriais segundo uma simples classificação dos valores, que, num sistema de informações geográficas, se possa sobrepor a outras camadas de informações como índice de vegetação, que representa a cobertura do solo e os padrões de uso do solo.

Nos estudos de clima urbano, é bastante comum adotar a divisão do comportamento espacial do gradiente de temperatura em ilhas de calor e frescor urbanas. A metodologia vigente consiste em empregar essa base clássica de classificação e acrescentar mais uma subdivisão, que é a *ilha de calor moderada*, representando as áreas de transição entre os ambientes mais quentes e os mais frios da malha urbana e atribuir-lhes uma cartografia própria, para avaliar os fatores intraurbanos que determinam suas conformações espaciais pela sobreposição das camadas de informações.

Do ponto de vista teórico, a metodologia se assemelha ao trabalho desenvolvido por Tarifa e Armani (2001), em que variáveis como temperatura da superfície, poluição atmosférica e o uso do solo foram inter-relacionadas para apresentar um ordenamento territorial do município de São Paulo em *unidades climáticas urbanas*. A cartografia do estudo apresentou subdivisões que aglomeraram o conjunto das informações, mas a base principal da legenda foram as características da malha urbana estudada. Assim, ainda é um desafio metodológico para o município de São Paulo apresentar uma cartografia temática para o fenômeno da ilha de calor urbana, suas subdivisões e variáveis que a condicionam.

Para simplificar as análises e a apresentação dos resultados, a classificação térmica aqui adotada tem apenas três subdivisões, pois o território do município de São Paulo tem 1.521 km² e ampla variedade de arranjos espaciais, de modo que um grande número de variáveis pode dificultar a identificação das relações espaciais. A classificação termal adotada aqui tem uma estrutura simples e foi desenvolvida pelos próprios autores para o estudo em questão, visto que o objetivo principal é a apresentação cartográfica da ilha de calor urbana, e não atende a objetivos de outras naturezas como, por exemplo, o estudo do conforto térmico.

O cálculo para determinação da ilha de calor urbana consistiu no resultante das diferenças das temperaturas da superfície do centros urbanos em relação ao seus arredores rurais, de modo a determinar o valor do delta de temperatura (ΔT). Para o município de São Paulo, o distrito não urbano de Parelheiros, no extremo sul do território, foi tomado como parâmetro para o cálculo do delta de temperatura. As divisões contemplaram três simples unidades, para simplificar e facilitar as análises; seus valores foram estabelecidos segundo o mesmo critério (Quadro 1).

Quadro 1 – Padrões da classificação termal

ilha de calor forte	$\Delta T > 8 \text{ }^\circ\text{C}$
ilha de calor moderado	$5 \text{ }^\circ\text{C} < \Delta T < 7 \text{ }^\circ\text{C}$
ilha de frescor	$\Delta T < 4 \text{ }^\circ\text{C}$

Para a realização do presente trabalho foram utilizadas duas imagens do mapeador temático Landsat 5 com data de passagem em 28/09/2011 da órbita 219, do ponto 66 e 67, com horário médio de passagem às 10h da manhã, adquiridas através de *download* gratuito do catálogo de imagens do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em seguida as mesmas passaram por uma etapa de tratamento que incluiu composição das bandas, realce em falsa cor, correção geométrica, mosaico e recorte da área de estudo, tais procedimentos foram realizados no *software* Erdas 9.1.

A partir do processamento das imagens no mesmo software foram computadas duas variáveis, a primeira foi o índice de área foliar (IAF) e a segunda foi a temperatura da superfície. Os dados cartográficos com limites territoriais e hidrografia foram extraídos da base do Atlas Ambiental do Município de São Paulo (PMSP, 2002), enquanto os padrões de uso do solo foram adaptados do mapa da prefeitura de São Paulo para o ano de 2010.

Primeiramente, foram computadas e avaliadas as temperaturas da superfície, que depois foram vetorizadas e classificadas de acordo com os intervalos de valores estabelecidos nesta metodologia e sobrepostas ao IAF, para avaliar a influência da distribuição da vegetação na conformação espacial da ilha de calor. Por fim, a classificação térmica foi sobreposta aos padrões de uso do solo estabelecidos pela Prefeitura do Município de São Paulo.

Para as variáveis primárias medidas aqui, IAF e temperatura da superfície, foram organizados mapas com a sobreposição dos limites mínimos administrativos do município de São Paulo – os distritos – para facilitar a análise espacial e localização das relações estabelecidas. Por fim, organizaram-se tabelas de correlações para sintetizar o conjunto dessas relações. O *layout* de todos os mapas foi editado no aplicativo Arc'gis 9.3.

Etapas técnicas

No tocante aos dados gerados por sensoriamento remoto, a primeira variável medida foi o índice de vegetação, que, no entanto, demanda adequação para anular os efeitos do solo exposto e úmido na resposta espectral das bandas termais 3 e 4 do imageador temático Landsat 5. Diante disso, selecionou-se e computou o IAF, definido pela razão entre a área foliar de toda a vegetação por unidade de área ocupada por essa vegetação.

Para chegar ao índice referido, foi preciso calcular o índice de vegetação ajustado para os efeitos do solo (Soil Adjusted Vegetation Index – Savi), que busca amenizar os efeitos do *background* do solo. Para isso, tem-se usado a expressão (Huete, 1988):

1. Equação para obtenção do Savi:

$$SAVI = \frac{(1 + L) (\rho_{IV} - \rho_V)}{(L + \rho_{IV} + \rho_V)}$$

Onde o fator L é uma função do tipo de solo. Em estudo recente, utilizamos $L = 0,1$, embora o seu valor mais frequente seja $L = 0,5$. O IAF é um indicador da biomassa de cada pixel da imagem e o mesmo foi computado pela seguinte equação empírica obtida por Allen, Trezza e Tasumi (2002):

2. Equação para obtenção do IAF:

$$IAF = - \frac{\ln\left(\frac{0,69 - SAVI}{0,59}\right)}{0,91}$$

A segunda variável computada por sensores remotos foi a temperatura da superfície, para o comupto desta foi necessário o cálculo da emissividade atmosférica.

Emissividade

Para obter a temperatura da superfície, usou-se a equação de Planck invertida, válida para um corpo negro. Como cada pixel não emite radiação eletromagnética como um corpo negro, há a necessidade de introduzir a emissividade de cada pixel no domínio espectral da banda termal ϵ_{NB} , qual seja: 10,4-12,5 μm . Por sua vez, quando do cômputo da radiação de onda longa emitida por cada pixel, há de ser considerada a emissividade no domínio da banda larga ϵ_0 (5 – 100 μm). Segundo Allen, Trezza e Tasumi (2002), as emissividades ϵ_{NB} e ϵ_0 podem ser obtidas, para $NDVI > 0$ e $IAF < 3$, segundo:

3 – Equação para obtenção da emissividade de cada pixel no domínio espectral da banda termal:

$$\epsilon_{NB} = 0,97 + 0,0033 \cdot IAF$$

Para pixels com $IAF \geq 3$, ϵ_{NB} e $\epsilon_0 = 0,98$ e para corpos de água ($NDVI < 0$) $\epsilon_{NB} = 0,99$, conforme recomendações de Allen, Trezza e Tasumi (2002).

Temperatura da superfície

Para a obtenção da temperatura da superfície (T_s) são utilizadas a radiância espectral da banda termal $L_{\lambda,6}$ e a emissividade ϵ_{NB} obtida na etapa anterior. Assim, obtém-se a temperatura da superfície (K) pela seguinte expressão:

4 – Equação para obtenção da temperatura da superfície:

$$T_s = \frac{K_2}{\ln\left(\frac{\epsilon_{NB} K_1}{L_{\lambda,6}} + 1\right)}$$

onde $K_1 = 607,76 \text{ Wm}^{-2} \text{ sr}^{-1} \mu\text{m}^{-1}$ e $K_2 = 1260,56 \text{ K}$ são constantes de calibração da banda termal do Landsat 5-TM (Allen, Trezza e Tasumi, 2002; Silva; Lopes; Azevedo, 2005).

Os resultados estão organizados na seguinte ordem, primeiro se discute e apresenta os dados da temperatura da superfície com sobreposição da camada de informações dos distritos administrativos. Em seguida os dados da vegetação são apresentados com sobreposição dos distritos administrativos e por seguinte a classificação termal (ilha de calor e frescor) é apresentada sobreposta aos valores de biomassa vegetal. Por fim a classificação térmica é sobreposta aos dados de uso do solo. Tabelas de correlação acompanham os resultados finais, para melhor esclarecer as relações entre a vegetação, o uso do solo e o comportamento térmico da superfície do município de São Paulo.

Resultados e discussão

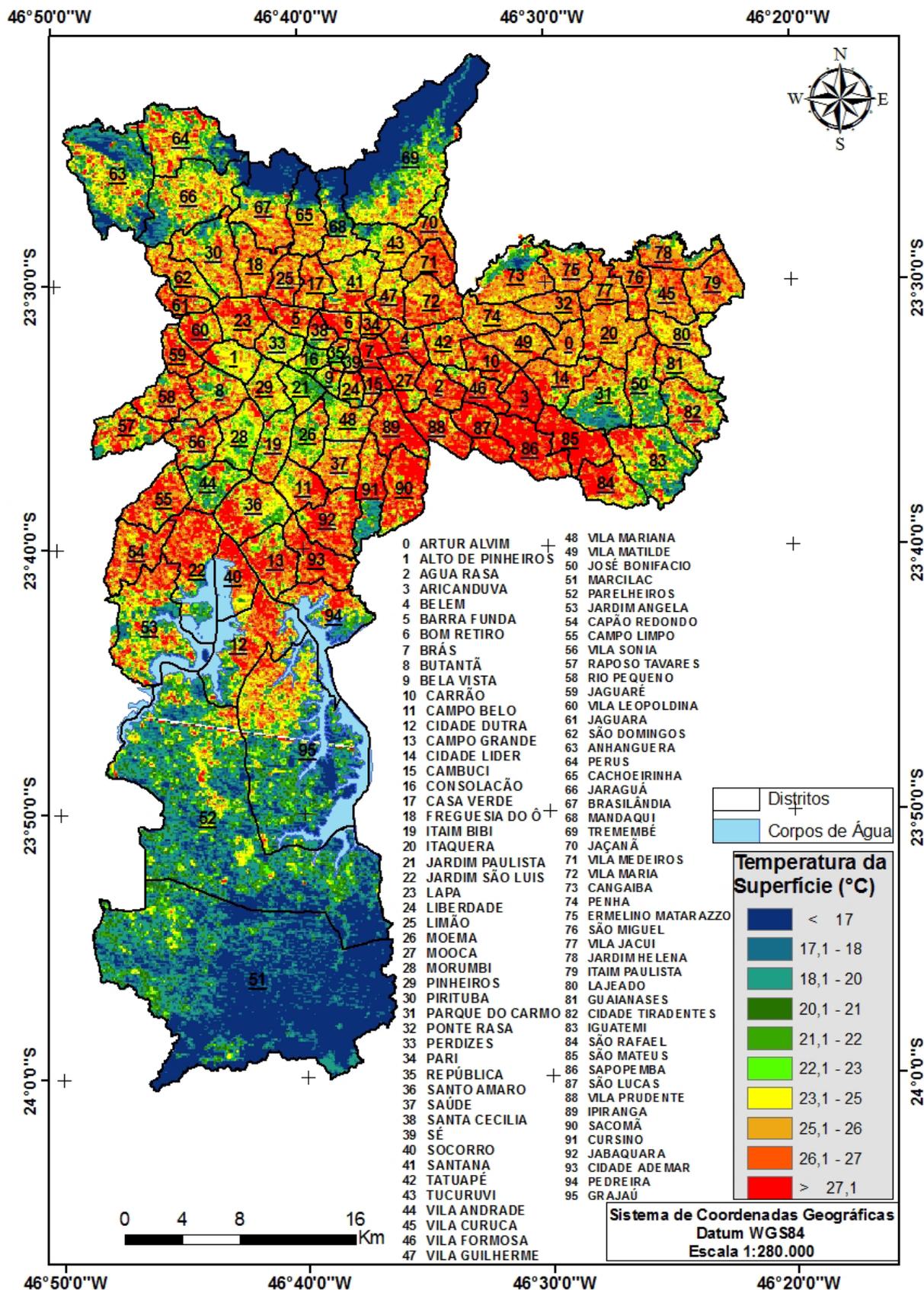
Temperatura da superfície

O gradiente de temperatura da superfície medido através da banda termal do satélite Landsat 5, sensor TM, apresentou os menores valores espaciais em torno de 17 °C, estes estão concentrados nos limites do extremo norte (Serra da Cantareira), extremo leste (Parque do Carmo) e ao extremo Sul (Área de Preservação Permanente Capivari-Monos e Bororé-Colônia). Os distritos mais representativos são Parque do Carmo (31), José Bonifácio (50), Marsilac (51), Parelheiros (52) e Ipiranga (89) (Figura 2).

Os valores intermediários, ou seja, aqueles que estão entre as máximas e as mínimas apresentaram variação entre 20 e 25 °C, estão predominantemente concentrados no centro oeste e em algumas porções do sul do território municipal. Os distritos mais representativos são Butantã (9), Consolação (16), Jardim Paulista (21), Moema (26), Morumbi (28) e Vila Andrade (44) (Figura 2).

Os maiores valores de temperatura da superfície medidos foram superiores a 27 °C e formaram um anel em torno da área centro-oeste do território do municipal, com uma grande ramificação na área sudeste. Os distritos mais representativos são Aricanduva (3), Brás (7), Cambuci (15), São Mateus (85), Sapopemba (86) e São Lucas (87) (Figura 2).

Figura 2 – Mapa da temperatura da superfície do município de São Paulo



Índice de área foliar

A distribuição espacial do índice de vegetação indica três tipos de variação na quantidade de biomassa presente no território municipal. A primeira foi denominada cinturão verde, a segunda corresponde às áreas urbanas vegetadas e a terceira, às áreas urbanas sem vegetação.

O município tem forte escassez de ambientes com presença espacialmente representativa de vegetação em sua área urbana, de modo que a mancha urbana é predominantemente dominada por valores nulos ou muito próximos a 0 de biomassa vegetal, o que os distingue dos limites extraurbanos, onde é alta a concentração de vegetação (Figura 3).

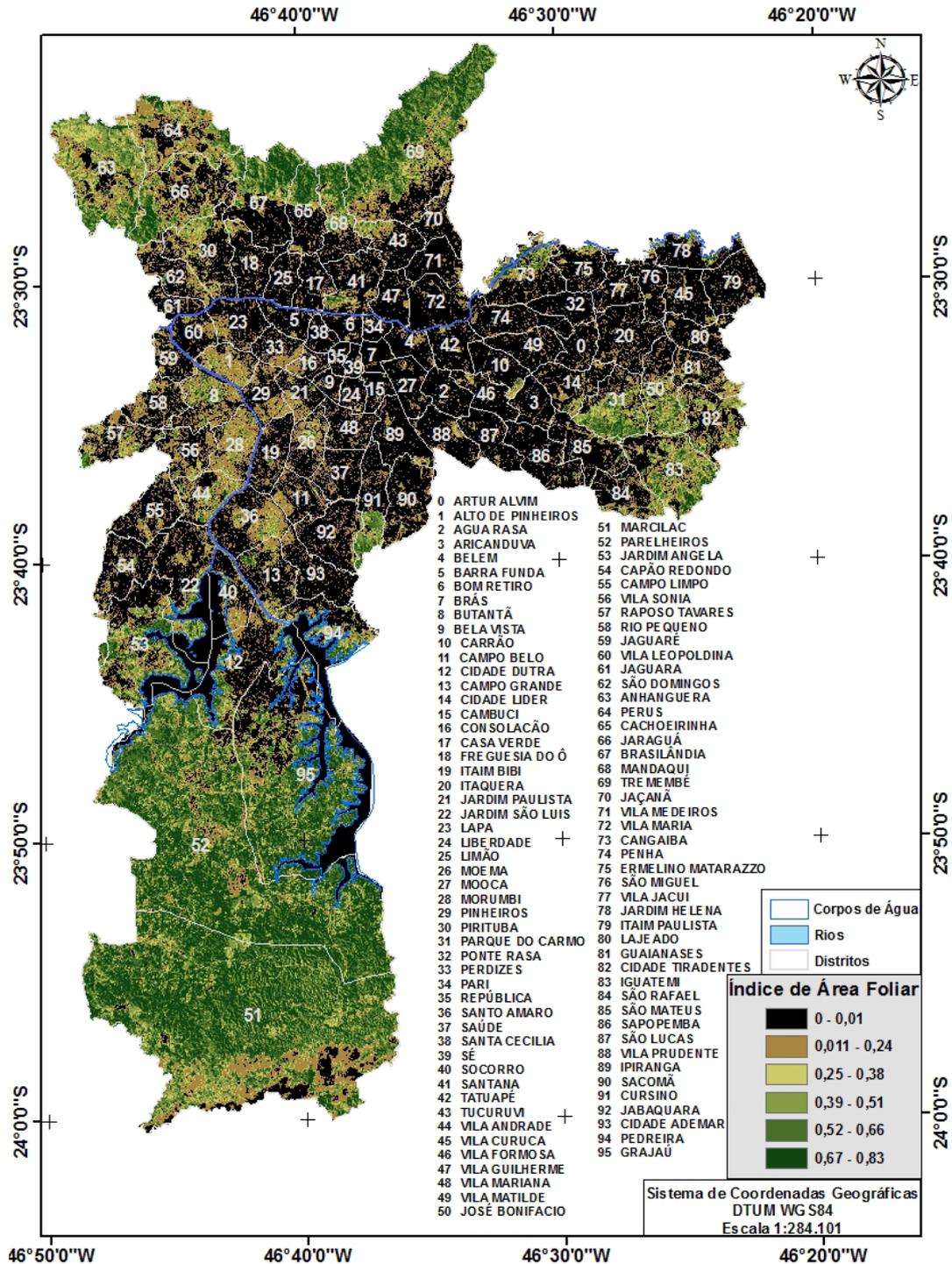
Cinturão Verde: os valores variam entre 0,39 e 0,83 e apresenta características de ambientes periféricos fora dos limites da área urbana; tem extensas áreas verdes, com vegetação que varia entre pomares, Mata Atlântica terciária e campos abertos interceptados por vegetação arbórea e arbustiva.

Ao extremo sul o cinturão verde abrange os distritos de Grajaú (95), Parelheiros (52) e Marsilac (51), outro eixo no extremo leste abrange Iguatemi (83), Cidade Tiradentes (82), Guaianazes (81), José Bonifácio (50) e Parque do Carmo (31). O último trecho corresponde ao extremo norte respectivo a Anhaguera (63), Perus (64), Jaraguá (66), Brasilândia (67), Cachoeirinha (65), Mandaqui (68) e Tremembé (69), com sua maior área pertencente à Serra da Cantareira (Figura 3).

Áreas Urbanas Vegetadas: Alguns poucos espaços dentro da extensa mancha urbana de São Paulo apresentam um intermediário e elevado padrão de quantidade de biomassa. Os valores predominam entre 0,01 e 0,24 com alguns trechos com variação entre 0,39 e 0,51 de biomassa vegetal, a localização predomina na zona oeste e trechos da zona sul. A configuração predomina sobre os seguintes distritos: Alto de Pinheiros (1), Perdizes (33), Consolação (16), Pinheiros (29), Butantã (8), Jardim Paulista (21), Morumbi (28), Itaim Bibi (19), Moema (26), Santo Amaro (36), Vila Andrade (44) e Raposo Tavares (57) (Figura 3).

Áreas com Ausência de Vegetação: a área urbana do município de São Paulo mostrou-se muito pobre quanto à presença de grandes valores da quantidade de biomassa vegetal por pixel medido, houve predomínio do valor 0 com algumas interseções espaciais que variam entre 0,01 e 0,24. Seu foco é a região central da cidade, que abrange os distritos da Sé (39), de Santa Cecília (38), da Liberdade (24), da Mooca (27) e do Bom Retiro (6). No eixo nordeste, estão a Vila Medeiros (27), a Vila Maria (72) e a Vila Guilherme (47); a sudeste, o Sacomã (90) e o Ipiranga (89); e, a leste, a Água Rasa (2), a Vila Prudente (88), São Lucas (87) e Sapopemba (86) (Figura 3).

Figura 3 – Mapa do índice de área foliar do município de São Paulo



Classificação térmica

A análise da temperatura da superfície do município de São Paulo, medida através de sensores remotos, nos permitiu estabelecer três diferentes padrões de classificação, são elas: as ilha de calor forte, ilha de calor moderado e ilha de frescor. Estas representam a variação da intensidade do gradiente de variação da temperatura da superfície, entre os ambientes rurais e as áreas urbanas do município de São Paulo. Cada eixo das ilhas de calor e frescor urbanas está devidamente numerado nos mapas seguintes.

A ilha de calor forte apresenta o coeficiente da diferença de temperaturas da superfície superior a 8 °C, em relação aos ambientes rurais. Essas bolhas de calor apresentaram valores, em geral, maiores do que 27 °C. Há formação de um extenso arquipélago de calor, composto por um conjunto de seis ilhas urbanas de calor forte, distribuídas em eixos que são compostos por conjuntos de distritos (Figura 4).

Eixo 1: localizado a sul do rio Tietê, abrange o norte do distrito da Lapa além de Vila Leopoldina, Jaguaré, Barra Funda e Pari.

Eixo 2: localizado no centro urbano do município corresponde aos distritos de Santa Cecília, Sé, Brás, Cambuci, Mooca e Belém.

Eixo 3: localizado no sudeste é composto por Ipiranga, Sacomã e Cursino.

Eixo 4: localizado na Zona Leste, é formado por Vila Prudente, São Lucas, Sapopemba, Arincanduva, São Mateus e São Rafael.

Eixo 5: localizado no extremo sul da área urbana, a norte dos grandes corpos de água (reservatórios), abrange, nas proximidades do rio Pinheiros, Santo Amaro e, em seguida, Jardim São Luís, Capão Redondo, Campo Limpo, Socorro, Campo Grande, Cidade Ademar e Jabaquara.

Eixo 6: localizado na Zona Norte, compreende o leste da Vila Medeiros, o sul da Vila Maria e a Vila Guilherme.

As ilhas de calor moderado correspondem aos valores intermediários, cuja temperatura da superfície varia entre 5 e 7 °C em relação aos ambientes rurais: na cidade, as temperaturas da superfície variaram entre 23 e 25 °C, com representatividade espacial em três diferentes eixos (Figura 4).

Eixo 7: Localizado na Zona Norte, abrange os distritos de Tucuruvi, Perus, Jaraguá e Anhaguera.

Eixo 8: Localizado na Zona Leste do município, no trecho mais a nordeste, próximo ao rio Tietê, é composto pelos distritos da Penha, Ponte Rasa, Vila Matilde, Lajedo e Itaquera.

Eixo 9: Localizado no extremo sul e extremo oeste da área urbana municipal, próximo aos reservatórios de água, é composto pelos distritos de Jardim Ângela e Cidade Dutra, no sul, e Raposo Tavares e Rio Pequeno, no oeste.

A ilha de frescor urbana corresponde a uma extensa área que forma um oásis térmico em meio às quentes e condensadas áreas urbanas e fica no centro-oeste e no sul do território municipal. As temperaturas da superfície para esta variaram entre 0 e 4 °C, em relação aos ambientes rurais. Tais números revelam uma variação mínima se comparada ao total do gradiente medido. Os valores de temperatura da superfície variaram, no geral, em torno de 20 a 23 °C (Figura 4).

Eixo 10: Localizado no centro oeste e sul do município, os principais distritos que formam esse núcleo são: Jardim Paulista, Pinheiros, Consolação, Perdizes, Alto de Pinheiros, Butantã, Morumbi, Vila Mariana e Vila Andrade.

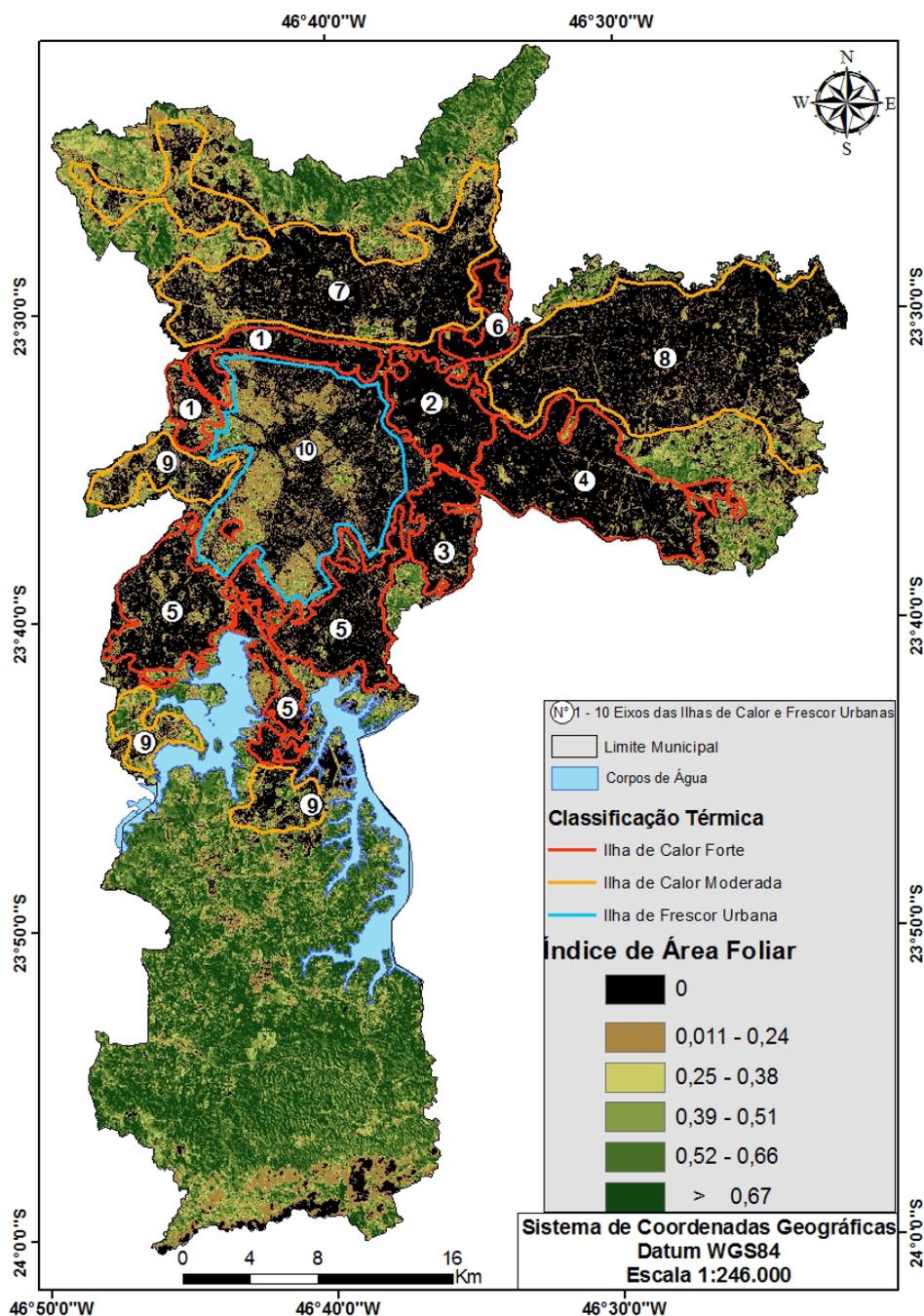
A classificação térmica e a cobertura do solo

Para análise da cobertura do solo, foi usado o IAF, que permitiu a avaliação espacial da distribuição da biomassa vegetal pelo território do município de São Paulo. A sobreposição da classificação térmica sobre o IAF, possibilitou as seguintes avaliações:

As ilhas de frescor urbanas apresentaram relação espacial com as áreas urbanas vegetadas, citadas anteriormente. Tais espaços apresentaram variação numérica do valor de biomassa vegetal entre 0,24 e 0,66.

A análise comparativa detalhada entre os valores de biomassa vegetal para as ilhas de calor moderado e as fortes, revelou que a maior concentração da vegetação diminui a intensidade do fenômeno para o município estudado. Os padrões espaciais da cobertura vegetal, demonstraram ser uma das variáveis responsáveis pela conformação espacial das ilhas de frescor e calor urbanas.

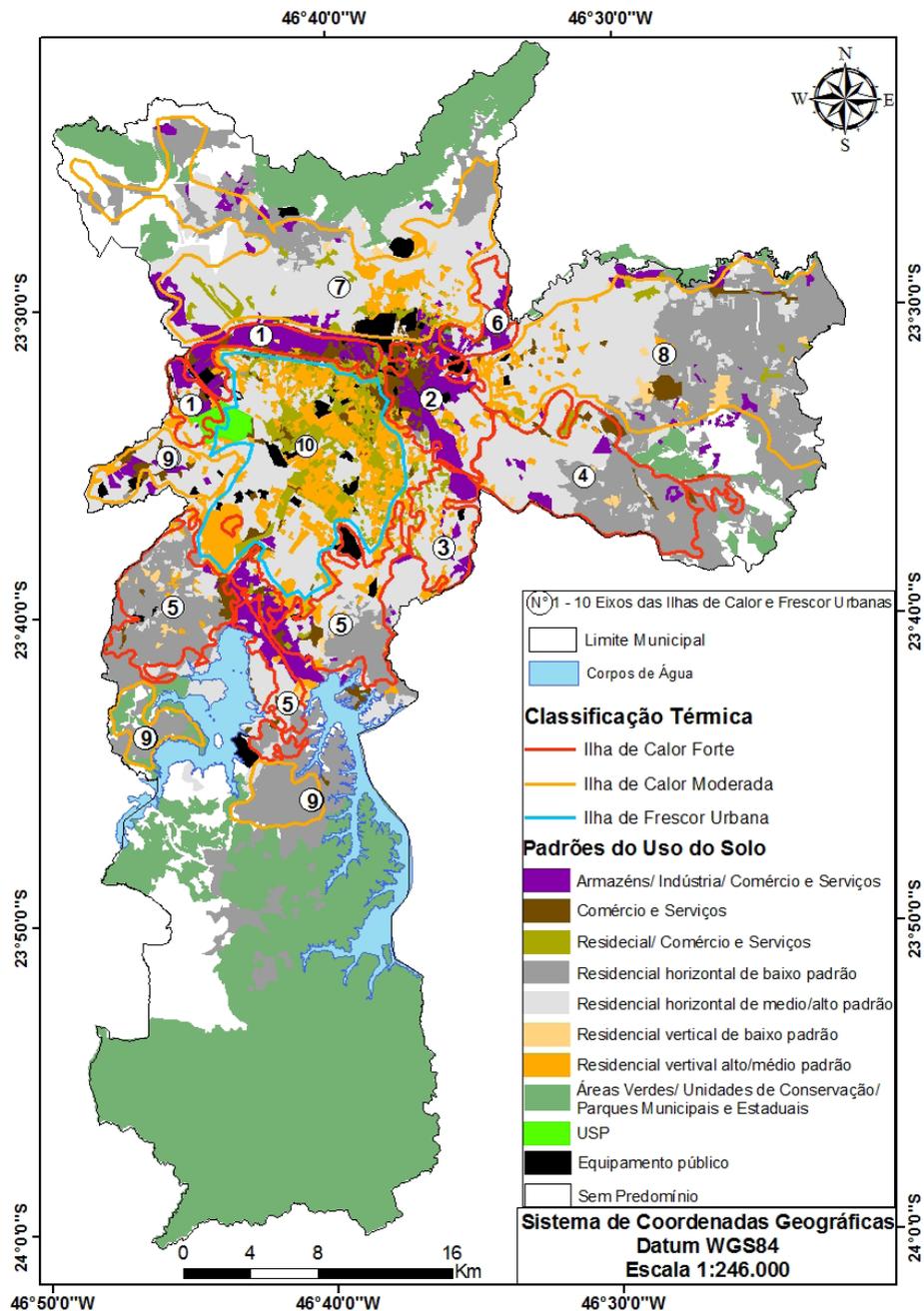
Figura 4 – Mapa do índice de área foliar e classificação termal de São Paulo



A classificação térmica e o uso do solo

A relação espacial entre a classificação termal das temperaturas da superfície e os padrões de uso do solo é muito complexa de ser estabelecida apenas pela análise gráfica do *layout* de mapa. Estimamos que exista relação entre ambas as variáveis, mas ela não é linear, visto que, num padrão de classificação definido para uma escala de 1:246.000, são bastante heterogêneos os tipos de cobertura de superfície (Figura 5).

Figura 5 – Mapa do uso do solo e classificação termal do município de São Paulo



Para melhor compreender a correlação entre a classificação térmica, a cobertura do solo e o tipo de uso realizado sobre o mesmo, os dados medidos e coletados foram tabulados segundo a classificação das ilhas de calor e frescor urbanas

Os valores do IAF para as ilhas de calor forte variaram entre 0,0 e 0,01, ou seja, com quase ou total ausência de biomassa vegetal, algumas poucas exceções espaciais apresentaram valores de 0,38. Os usos predominantes foram os de armazéns/indústria, comércio e serviços, além do habitacional de alto, médio e baixo padrão sem vegetação (Tabela 1).

Tabela 1 – Tabulação da correlação entre a ICU forte, o IAF e o uso do solo

ilha de calor forte			
eixos	uso do solo	IAF	distritos
1, 2, 3 e 5	armazéns/Indústria, comércio e serviços	0,0-0,01	Jaguará, Vila Leopoldina, Lapa, Barra Funda, Brás, Belém, Cambuci, Mooca, Ipiranga, Santo Amaro, Campo Grande e Socorro
1 e 2	comércio e serviços	0,0-0,01	toda a Sé e alguns trechos do Brás, Vila Guilherme e Barra Funda
4 e 5	residencial horizontal de baixo padrão	0,0-0,01	Capão Redondo, Jardim São Luís, São Rafael, São Mateus, Sapopemba
3, 4 e 5	residencial horizontal de médio e alto padrão	0,0-0,38	Socorro, Jabaquara, Cursino, Sacomã, Água Rasa, Vila Prudente, São Lucas e Vila Medeiros

Em meio às condensadas áreas urbanas, a ICU moderada justifica-se por apresentar valores de biomassa vegetal mais elevados em relação à forte, sua variação predominou entre 0,38 e 0,51. O tipo de uso do solo predominante para tal padrão de classificação foram os residenciais horizontais de alto, médio e baixo padrão (Tabela 2).

Tabela 2 – Tabulação da correlação entre a ilha de calor moderada, o IAF e o uso do solo

ilha de calor moderado			
eixos	uso do solo	IAF	distritos
8 e 9	residencial horizontal de médio e alto padrão	0,0-0,038	Ponte Rasa, Penha, Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Fraguésia do Ó, Limão, Casa Verde e Pirituba
9	residencial horizontal de baixo padrão	0,0-0,51	Itaim Paulista, Itaquera, Lajedo, Vila João, Jardim Helena, Cidade Dutra, Rio Pequeno e Raposo Tavares

A ilha de frescor urbana apresentou elevada concentração de vegetação. Os padrões de uso do solo mais representativos para essa categoria foram o residencial vertical de alto/médio padrão e o residencial/comércio e serviços. Nas áreas residenciais, os valores do IAF variaram entre 0,01 e 0,66 e, nos ambientes vegetados, ficou entre 0,39 e 0,83 (Tabela 4).

Tabela 4 – Tabulação da correlação entre a ilha de frescor urbana, o IAF e o uso do solo

ilha de frescor urbana			
eixos	uso do solo	IAF	distritos
10	residencial vertical de médio e alto padrão	0,0-0,066	Vila Andrade, Itaim Bibi, Moema, Saúde, Vila Mariana, Liberdade, Perdizes, Tatuapé, Consolação e Santana
10	residencial comércio e serviços	0,0-0,38	Pinheiros, Liberdade, Pirituba, Jardim Paulista e Itaim Bibi

Considerações finais

A presença baixa ou a total ausência de vegetação apresentou-se como a principal causa da distribuição espacial e da intensidade da ilha de calor urbana. Quanto ao uso do solo, a variável que estabeleceu melhor relação espacial com o fenômeno foi o de armazéns/indústria, comércio e serviços, ou seja, a abundância de asfalto, concreto e telhados de zinco, amianto e alumínio desses ambientes ensejam maior propagação e armazenamento de calor, o que aumenta a diferença de temperatura da superfície em mais de 8 °C com relação aos ambientes rurais.

Os quadros descritos no estudo apontam a importância de se preservarem áreas de parque e unidades de conservação, que concorrem significativamente para amenizar as temperaturas da superfície. Além disso, é muito necessário expandir o arboreto urbano e as áreas verdes em geral, pois, mesmo quando em meio a condensadas áreas urbanas, os distritos com altos índices de biomassa vegetal apresentam características de ilhas de frescor.

A principal limitação metodológica deste estudo é a pequena variedade dos tipos de cobertura analisados: apenas áreas com diferentes valores de biomassa vegetal ou sem ela. Assim, não se contemplaram outros dados de cobertura como porcentagem de concreto, asfalto e os tipos dos telhado. Essa restrição se deve à inexistência dos dados na escala dos mapeamentos adotados aqui, e não se completou a análise comparativa entre os tipos de cobertura do solo e a temperatura da superfície, o que dificultou o estabelecimento de relações lineares dentro da análise espacial.

O presente estudo partiu da análise simples da relação espacial entre a combinação da cobertura vegetal, do uso do solo e de suas respectivas respostas térmicas nos distritos municipais. Alguns fatores relevantes para entender a conformação espacial do fenômeno – como a circulação atmosférica da camada limite urbana diante das condições geomorfológicas do sítio e da morfologia urbana – não foram levados em conta, pois a escala de 1:246.000 não privilegia esse tipo de análise.

Diante da realidade medida e analisada neste trabalho, propomos o desenvolvimento de estudos interdisciplinares que procurem entender a relação entre a ilha de calor urbana e outros fenômenos como a concentração de poluentes e gases atmosféricos, sua precipitação e seu escoamento, alteração das amplitudes térmicas em escala de detalhe e suas possíveis consequências na morbidade e mortalidade por doenças do aparelho circulatório.

Referências

- ALLEN, R. G., TREZZA, R.; TASUMI, M. *Surface energy balance algorithms for land. Advance training and users manual*, version 1.0, 2002.
- CATUZZO, H. *Telhado verde: impacto positivo na temperatura e umidade do ar. O caso da cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- FERREIRA, M. J.; OLIVEIRA, A. P.; SOARES, J. Anthropogenic heat in the city of São Paulo, Brazil. *Theoretical and Applied Climatology*, v. 101, p. 9-19, 2010.
- FERREIRA, M. J. et al. Radiation balance at the surface in the city of São Paulo, Brazil: diurnal and seasonal variations. *Theoretical and Applied Climatology*, v. 107, p. 229-246, 2012.
- FERREIRA, M. J.; OLIVEIRA, A. P.; SOARES, J. Diurnal variation in stored energy flux in São Paulo city, Brazil. *Urban Climate*, v. 5. p. 36-51, 2013.
- HUETE, A. R. Adjusting vegetation indices for soil influences. *International Agrophysics*, v. 4, n. 4, p. 367-376, 1988.
- IBGE (2010)
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355030&search=|info-gr%EIficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 15 abr. 2014
- LAAIDI, K. et al. The Impact of Heat Islands on Mortality in Paris during the August 2003 Heat Wave. *Environmental Health Perspectives*, v. 120, n. 2, p. 254-259, 2012.
- LOMBARDO, M. A. *Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Lalekla, 1985.
- MATSON, M. et al. Satellite Detection of Heat Islands. *Monthly Weather Review*, v. 106, n. 2, p. 1725-1734, 1978.
- McMICHAEL, A. J. et al. International study of temperature, heat and urban mortality: the 'ISOTHERM' project. *International Journal of Epidemiology*, v. 37, n. 5, p. 1121-1131, 2008.
- OKE, T. R. *Boundary Layer Climates*. London: Methuen, 1978.
- OKE, T. R. et al. The energy balance of central Mexico City during the dry season. *Atmospheric Environment*, v. 33, n. 24/25, p. 3919-3930, 1999.
- PMSP (2000)

- PMSP. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Atlas Ambiental*. Disponível em <www.atlasambiental.sp.gov.br>. Acesso em: 1 abr. 2015.
- RIBEIRO, H. P. *Ilha de calor na cidade de São Paulo: sua dinâmica e efeitos na saúde da população*. Tese (Livre-docência em Gerenciamento Ambiental) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- SILVA, B. B.; LOPES, G. M.; AZEVEDO, P. V. Balanço de radiação em áreas irrigadas utilizando imagens Landsat 5-TM. *Revista Brasileira de Meteorologia*, v. 20, n. 2, p. 243-252, 2005.
- TARIFA, J. R.; ARMANI, G. Unidades climáticas urbanas. In: TARIFA, J. R.; AZEVEDO, T. R. (Org.). *Os climas da cidade de São Paulo: teoria e prática*. São Paulo: Pró-reitoria de Cultura e Extensão/Laboratório de Climatologia/FFLCH, 2001. p. 47-70. (Coleção Novos Caminhos, 4.)

Conflitos socioambientais na APA de Cairuçu (Paraty-RJ) à luz da sobreposição com unidades de conservação de diferentes categorias

Carine Fonseca Lopes Fontes

UFRJ

Antônio José Teixeira Guerra

UFRJ

p. 178-193

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Como citar:

FONTES, C. F. L.; GUERRA, A. J. T. Conflitos socioambientais na APA de Cairuçu (Paraty-RJ) à luz da sobreposição com unidades de conservação de diferentes categorias. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 20, n. 1, p. 178-193 mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/85275>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.85275>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Conflitos socioambientais na APA de Cairuçu (Paraty-RJ) à luz da sobreposição com unidades de conservação de diferentes categorias¹

Resumo

A APA de Cairuçu, Paraty-RJ constitui-se num corredor ecológico entre diversas unidades de conservação (UC) do estado. Este trabalho busca identificar os conflitos socioambientais da APA para analisá-los à luz da sobreposição com outras UC e discuti-los do ponto de vista de gestão e manejo. Para tanto, fizeram-se levantamento bibliográfico e extensos diálogos sociais em trabalhos de campo. Como resultado, observaram-se na UC numerosos conflitos com em sua própria gênese, o zoneamento proposto pelo Plano de Manejo acirra os conflitos existentes, sobretudo na porção insular da APA, e que há conflitos no território relativos à sobreposição de diversos instrumentos de planejamento e gestão com duplicidade de regimentos.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Unidades de conservação. Gestão. Manejo. Populações tradicionais.

Socio-environmental conflicts in Cairuçu Environmental Protection Area (APA), Paraty Municipality, under the view of Conservation Units overlay of different categories

Abstract

Cairuçu Protection Area is an ecological corridor, linking several Conservation Units in Rio de Janeiro State. This article aims to identify the socio-environmental conflicts within the Protection Area, and to analyze them taking into account the overlay with other Conservation Units, under its management. In order to reach that, we have carried out bibliographic survey

¹ Os autores agradecem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), importantes órgãos de fomento à realização de pesquisas, pela realização desse artigo.

and social dialogues, during field work. As a result we have observed a great number of conflicts within the Conservation Unit, whose origin is related to its own birth; the proposed zoning by the Management Plan enhances the existing conflicts, including the islands inside the Protection Area; and there are conflicts related to the overlay of several instruments of planning and management with different rules.

Keywords: Socio-environmental conflicts. Conservation units. Management. Manejo. Traditional populations.

Introdução

Nas últimas décadas do século XX, a questão ambiental ganhou destaque em todo o mundo, a partir da necessidade de conservação e preservação dos ecossistemas (Castro Jr.; Coutinho; Freitas, 2009). No âmbito nacional, a situação das unidades de conservação (UC) no Brasil é bastante precária, pois, além de pouco representativas em relação ao tamanho do país, muitas não foram efetivamente implantadas nem estruturadas adequadamente (Dios, 2005).

Atualmente, multiplicaram-se o número e os tipos de estudos geográficos sobre unidades de proteção ambiental criadas no território brasileiro pelos poderes públicos federal, estadual e municipal, visto que, o nosso Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) representa um alicerce ainda frágil para suportar as pressões sobre a biodiversidade e necessita de estudos significativos. Portanto, é nesse contexto que surgiu a necessidade de se trabalhar com uma UC de uso sustentável gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), denominada área de proteção ambiental (APA) de Cairuçú.

Inserida na região na baía da Ilha Grande (BIG), estado do Rio de Janeiro, município de Paraty, litoral sul fluminense, a área de estudo insere-se na reserva da biosfera da Mata Atlântica, estabelecida pelo Decreto nº 26.057/2000, e faz parte da Mata Atlântica brasileira, bioma que historicamente vem sendo degradado.

A APA (Figura 1) une fragmentos importantes desse bioma, constituindo-se num grande corredor ecológico, interligando UC do litoral norte paulista, ao sul fluminense; está sobreposta a outras UC de diferentes categorias de manejo; permite diversos usos e atividades econômicas; sua proximidade com o mar faz com que a unidade sofra pressões ligadas ao turismo; e concentra um significativo contingente populacional, incluindo comunidades tradicionais.

A UC ocupa cerca de 40% do município de Paraty e, por ser composta por uma extensa área, que engloba tanto o território continental quanto o insular, há muitos conflitos inerentes a sua presença na região. Se sobrepõe, parcialmente, ao Parque Nacional

da Serra da Bocaina (PNSB) (Figura 1) e, integralmente, a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REJ) (Figura 1). Na parte marinha há sobreposição com a APA da Baía de Paraty, Enseada de Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá (Figura 1), pelo que assegura o seu Plano de Manejo.

Se, por um lado, podem ser consideradas indicadores da diversidade e relevância ambiental da área, por outro, por envolver instituições das três esferas – federal, estadual e municipal –, essas sobreposições criam grandes conflitos socioambientais e, conseqüentemente, enormes dificuldades em termos de gestão desse território, pois as competências entre os diferentes órgãos muitas vezes se justapõem, devendo ser geridas com responsabilidades muito claras.

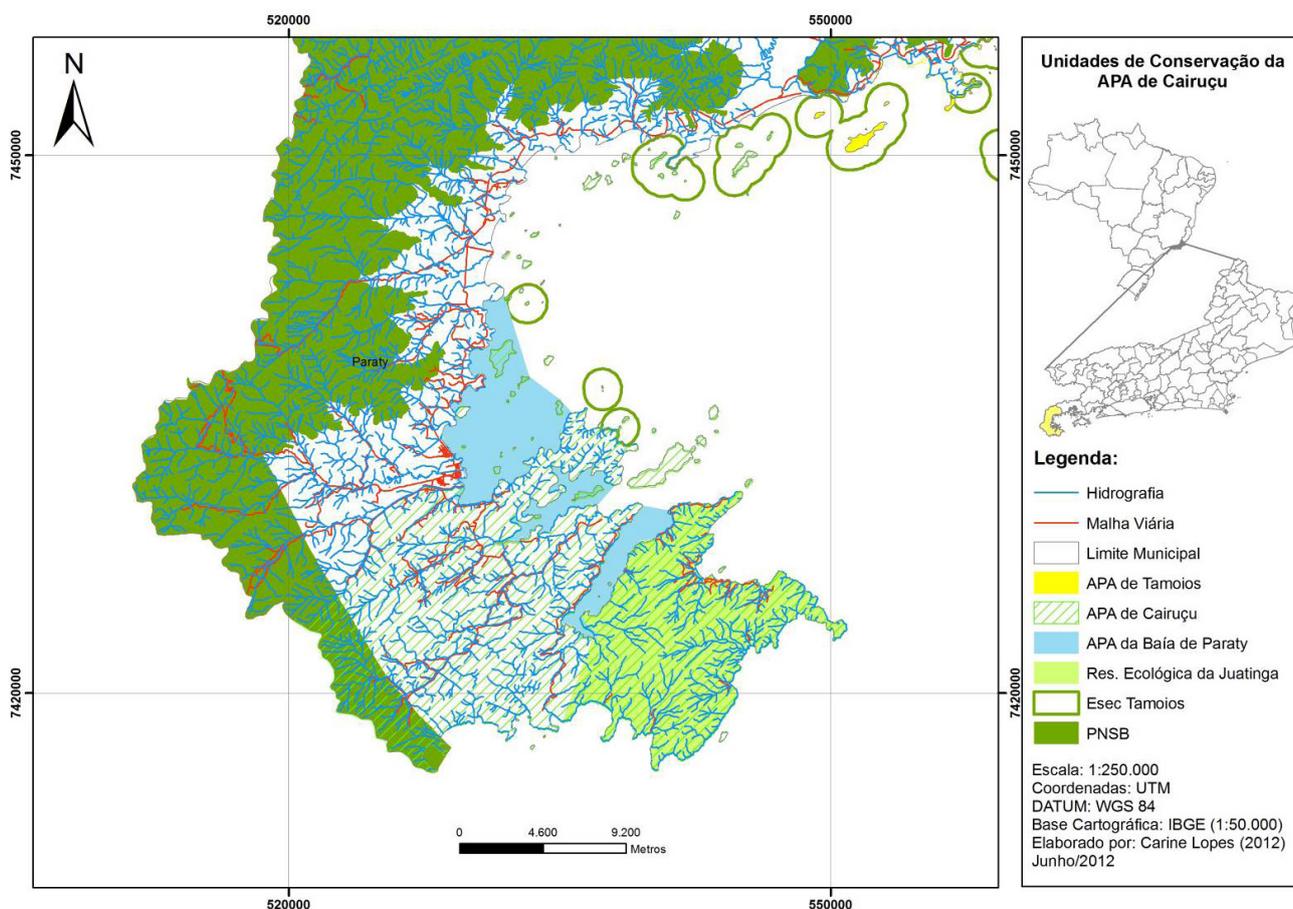
Segundo D. Brito (2008) e M. Brito (2003), os conflitos em UC constituem uma realidade que vem sendo construída desde a instituição das primeiras áreas protegidas. Compreendê-los é importante para a formulação das políticas e diretrizes que envolvem a construção da gestão e do manejo das UC, pois, em última análise, os conflitos refletem o processo histórico das lutas sociais e da transformação econômica na construção dos espaços geográficos. Segundo Theodoro (2005), os conflitos são partes integrantes das relações humanas, da trama social, são tão diversos quanto as relações sociais.

Nessa proposta, Little (2006) caracteriza o conflito socioambiental como um embate entre grupos sociais que decorre de suas diferentes formas de inter-relacionamento com seu meio social e natural. Para Vivacqua e Vieira (2005), conflito socioambiental designa as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos, ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural. Se expressa nos interesses e usos do espaço e recursos naturais pelas populações locais e os interesses e usos possíveis, segundo os objetivos de conservação (Vianna, 2008; Vianna; Adams; Diegues, 1994).

No caso específico da APA de Cairuçu, tal interesse tende acirrar-se pelo fato de um mesmo território estar permeado por múltiplos atores e instituições que o gerenciam, norteados pela categoria de manejo na qual cada UC está inserida. Estudar os conflitos é dar visibilidade no debate aos distintos atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos (Acsehrad, 2004).

Nesse sentido, este trabalho busca identificar os conflitos socioambientais existentes na APA de Cairuçu, analisá-los à luz da sobreposição com UC de diferentes categorias de manejo e discutir os aspectos de gestão de uma unidade cujo território está sobreposto a outras áreas protegidas. Para tanto, busca-se realizar um diagnóstico da efetividade do zoneamento proposto pelo Plano de Manejo da APA e espacializar os principais conflitos existentes, contribuindo para o planejamento ambiental da UC, fornecendo subsídios à gestão do território.

Figura 1 – Mapa da APA de Cairuçu e demais UC que se sobrepõem ao território



fonte: Carine Fonseca Lopes Fontes e Antônio José Teixeira Guerra, 2013.

Materiais e métodos

Para o alcance dos objetivos propostos, primeiramente, se recorreu a levantamentos bibliográficos diversos acerca do tema, incluindo consultas a publicações da área, ao Plano de Manejo da APA de Cairuçu e das demais UC sobrepostas, as atas das reuniões dos Conselhos das UC que compõem o mosaico, a livros, artigos acadêmicos, periódicos, dissertações e teses, além de sites oficiais e legislações diversas.

Paralelamente, para obtenção de dados primários, trabalhos de campo foram de suma importância para a pesquisa. Eles possibilitaram: coletar dados locais; dialogar, por meio de entrevistas, com diversos atores sociais que atuam no território em questão, especificamente, gestores de UC, instituições governamentais estratégicas e representantes da sociedade civil; e participar de reuniões de colegiados gestores.

A partir da identificação dos principais atores sociais foi elaborado um roteiro para as entrevistas. Optou-se pela metodologia de entrevistas semiestruturadas, para todos os entrevistados e o resultado das mesmas permitiu uma análise subjetiva dos discursos proferidos. Para Manzini (2004), entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas da entrevista.

Considerando a grande variabilidade dos atores sociais que atuam na APA, foi necessária uma seleção prévia do grupo, que abarcou: gestor e analistas ambientais da APA de Cairuçu (ICMBio); gestor da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (Inea); analistas ambientais que gerenciam as UC da Baía da Ilha Grande (BIG) do Instituto Estadual do Ambiente (Inea); Analistas da Superintendência da Baía da Ilha Grande (Supbig); técnicos e secretários da Prefeitura Municipal de Paraty, mais especificamente: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), Secretaria de Pesca e Agricultura e Secretaria de Turismo, além de e representantes da sociedade civil e UC sobrepostas.

O intuito das entrevistas foi identificar os conflitos socioambientais existentes no território em questão; compreender a gestão do território como um todo, pois na prática está compartilhada e fragmentada entre diversos atores e esferas de competências; diagnosticar a efetividade do zoneamento proposto pelo Plano de Manejo da APA e os conflitos entre esses e as populações tradicionais caiçaras.

Concomitantemente, para compreender a dinâmica local e os problemas vivenciados no território, foi fundamental participar de diversas reuniões de colegiados gestores locais, especificamente: Conselho Consultivo da APA (Conapa) Cairuçu; Grupo Técnico (GT) de Monitoramento e Fiscalização da Baía da Ilha Grande (BIG) e Conselho Consultivo do Mosaico Bocaina.

As discussões a partir das reuniões do Conapa foram fundamentais, pois permitiram compreender mais claramente os principais problemas vivenciados na escala local da UC, assim como identificar os principais conflitos e atores. Igualmente, a participação nas reuniões do GT de Monitoramento e Fiscalização da BIG revelou-se estratégica por envolver instituições fiscalizadoras dos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba, com ações voltadas ao planejamento e ao monitoramento da baía. Por fim, a participação nas reuniões do Mosaico Bocaina, por reunir um grupo heterogêneo, formado por UC das três esferas do poder público, permitiu compreender o problema numa escala regional.

Resultados e discussão

A APA de Cairuçu ocupa quase a metade do município de Paraty (40%) e, por ser composta por uma área extensa, que engloba tanto o território continental quanto o insular do município, há muitos conflitos inerentes a sua presença na região. Na porção continental, a sobreposição da APA com outras UC de diferentes categorias de manejo, cujos usos são mais restritivos, cria diversos conflitos em termos de gestão no território. Na parte marinha, igualmente, há conflitos entre os atores.

Sobreposição da APA de Cairuçu com a APA Marinha da Baía de Paraty, a Enseada de Paraty-Mirim e o Saco do Mamanguá

A APA Marinha da Baía de Paraty, Enseada de Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá (Figura 1), UC de Uso Sustentável localizada em Paraty – RJ, que abarca as áreas abrangidas da APA de Cairuçu, cuja gestão está sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma) da Prefeitura de Paraty, é uma das

unidades estrategicamente importantes para a gestão da APA: socialmente, representa uma ótima opção de lazer e de desenvolvimento cultural para a população; ambientalmente, por abarcar manguezais e estuários em sua extensão, tem relevância para a manutenção da qualidade ambiental da região e; economicamente, além da presença do turismo aquático, gera possibilidade de subsistência a diversas comunidades caiçaras que realizam a pesca artesanal neste local.

Conforme apontado por Benchimol (2007), criada um ano antes da APA Marinha da Baía de Paraty, Enseada de Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá, a APA de Cairuçu inclui toda a região dessa UC, com exceção de seu corpo hídrico. Ou seja, há uma interseção na área insular. É intrigante pensar no porquê de se criar uma UC que proteja o continente e as ilhas, e, um ano após, criar-se outra área protegida abrangendo o corpo hídrico. Crê-se que a criação da APA, para o governo municipal, pôs em pauta a importância de se preservar o meio ambiente através de UC, incentivando a posterior criação da APA da Baía de Paraty.

Ao observar as duas leis de criação da APA Marinha (Paraty, 1984, 1987), contraditoriamente, percebe-se que não é clara a delimitação de sua área de abrangência. Porém, analisando interpretativamente ambas as leis, é impossível inferir seus limites descontínuos (Figura 1).

Além da falta de clareza quanto à delimitação dessa área, observa-se uma falta de esclarecimento legal quanto ao próprio nome da unidade em tela, ora chamada APA da Baía de Paraty, conforme o texto legal de criação, ora chamada APA Marinha da Baía de Paraty, Enseada de Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá, conforme a lei que amplia seus limites.

Deixando de lado esse problema, outra questão relevante que merece ser destacada na discussão é o próprio texto legal de criação da unidade (Paraty, 1984), em cujos artigos 4º e 5º se observa antecipadamente o estabelecimento de alguns usos proibidos no território marinho, proibição essa imposta de “cima para baixo”, sem uma gestão compartilhada/participativa com a sociedade civil:

Art. 4º – Fica proibida a extração e pesca de mariscos e camarões ou de quaisquer moluscos para fins comerciais dentro desta Área de Proteção Ambiental sendo autorizada somente a coleta para o próprio sustento das populações vizinhas (dentro de padrões criteriosos de extração).

Art. 5º – Nesta Área de Proteção Ambiental fica proibido: a) a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras; b) a realização de obras de terraplanagem e a abertura de canais; c) o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras, ou acentuado assoreamento dos rios, dos mangues ou do mar; d) o exercício de atividades que ameacem extinguir nesta área protegida as espécies raras da biota regional.

Além da proibição de extração e pesca de mariscos, camarões ou quaisquer moluscos para fins comerciais dentro da APA, essa mesma área tornou-se “área de proibição permanente à pesca” (Mapa, 1987), ficando proibida a pesca de arrasto pelo sistema de portas e parralhas. Porém, conforme aponta Breton (2005), mesmo com a criação de uma zona protegida na baía de Paraty, as autoridades nunca tiveram os meios de frear as incursões frequentes dos pescadores artesanais em barcos de alto-mar.

Na atualidade, com a política do Snuc e seu direcionamento legal para uma gestão democrática e participativa, cabe ao Plano de Manejo da UC criar tais restrições. E, embora, na prática, a gestão das unidades esteja longe de um consenso entre os atores envolvidos, além do fato de muitas ainda carecerem de recursos financeiros para propor seus Planos, há uma orientação para que as restrições não sejam impostas arbitrariamente nos textos legais de criação. Ao contrário, que se dê com a participação efetiva da sociedade, sobretudo no território de uma APA, que por si só, admite diversos usos.

Porém, e com intuito de relativizar a importância dada aos Planos de Manejo das UC, supervalorizados pelos órgãos gestores, conforme afirma Pádua (2011), com ou sem Planos de Manejo, as autoridades têm de manejar suas UC. Endeusá-los virou moda, como se eles próprios por si só pudessem, com uma vara de condão, resolver os problemas do dia a dia de gerente de uma UC.

Portanto, embora existam marcos regulatórios para o uso do espelho d'água na APA da Baía de Paraty, na prática, foi constatado por meio das entrevistas com a Seduma, gestora da unidade, e Secretaria de Pesca da Prefeitura de Paraty, responsável pela fiscalização da atividade, que não há uma gestão efetiva na UC, pois a APA existe apenas no papel, sendo desconhecida pela própria população local. Parte pela falta de infraestrutura das secretarias, que ainda estão em fase de organização interna. Parte porque, historicamente, a unidade foi totalmente esquecida pelo órgão gestor.

Tornando a questão mais complexa, parte da área de abrangência dessa APA Marinha, especificamente o Saco do Mamanguá, foi contemplada no Plano de Manejo da APA de Cairuçu – instituído pela Portaria do Ibama n. 28, de 28 de abril de 2005. Porém, segundo o decreto de criação da APA de Cairuçu (Decreto n. 89.242/1983, Art. 2º), ela é composta apenas por duas partes: uma continental e outra insular, não abarcando, portanto, o espelho d'água. Assim, ao propor uma zona de conservação dos recursos pesqueiros para a região do Mamanguá, o Plano de Manejo cria um impasse legal com relação ao próprio decreto de criação da APA.

A zona de conservação dos recursos pesqueiros, subdividida pelo Plano de Manejo da APA de Cairuçu em quatro subzonas (de Santuário Marinho; de Proteção do Santuário; de Reserva de Pesca Artesanal e de Proteção Ambiental), visa estabelecer níveis diferenciados de conservação e proteção nos ambientes marinhos do Saco do Mamanguá, com maiores restrições ao fundo, e menores, na área mais externa do Mamanguá. Para tanto, o zoneamento nessas quatro subzonas, em comum, proibiu a pesca de arrasto, incluindo a pesca de arrasto de fundo, e permitiu a pesca artesanal, dentro das especificações legais quanto ao tamanho da malha e a períodos de defeso ou respeito à época de reprodução da espécie capturada.

Embora esse zoneamento tenha se orientado nas leis de criação da APA da Baía de Paraty, assim como na Portaria n. 03-N (Mapa, 1987), na prática, fiscalizar a pesca de arrasto e artesanal dentro das especificações legais quanto ao tamanho da malha e períodos de defeso é muito complicada, pois a Prefeitura carece de recursos financeiros e técnicos. E, mesmo que o Plano da APA de Cairuçu também tenha criado restrições, não cabe ao seu órgão gestor (ICMBio) fiscalizar esse corpo hídrico. Portanto entre o que está proposto no Plano e sua prática efetiva, há um longo distanciamento.

No âmbito da prefeitura, observa-se que além da falta de recursos financeiros e de prioridade política para gestão da UC, há pouca comunicação interna entre as próprias secretarias, o que dificulta uma fiscalização adequada. Por meio de entrevistas, a Secretaria de Pesca nos informou que realiza, através de embarcação alugada, uma modesta fiscalização quanto ao descumprimento do defeso do camarão e caranguejo, pesca de arrasto e pesca ilegal nos manguezais ao fundo do Mamanguá, mas, para ser mais eficiente, necessita do apoio de outros órgãos, para que a ação seja pensada e planejada numa escala mais ampla.

Sobreposição com a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga

Com 9.797 ha sobrepostos à APA de Cairuçu (equivalente a 30,6%) e localizada no extremo sul do estado do Rio de Janeiro, em Paraty, a REJ (Figura 1) foi criada pelo Decreto Estadual n. 17.981, de 30 de outubro de 1992. De natureza *non edificandi*, tem o objetivo de preservar o ecossistema, composto por costões rochosos, remanescentes florestais de Mata Atlântica, restingas e mangues, que, em conjunto com o mar, forma um cenário de notável beleza.

Administrada a princípio pelo Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro (IEF-RJ), atual Instituto Estadual do Ambiente (Inea), a unidade abriga doze núcleos de populações tradicionais, que se distribuem ao longo do litoral, vivendo da pesca artesanal, agricultura de subsistência e, mais recentemente, do turismo. Os núcleos se relacionam entre si e usam a cidade de Paraty como centro de comércio e serviço, apesar da precariedade de acesso – a pé, por trilhas, ou barcos.

No período pós-construção da rodovia Rio-Santos (BR-101), na década de 1970, que veio acompanhada do turismo e da forte especulação imobiliária, vários conflitos fundiários se intensificaram na região. Esses conflitos foram precursores da criação da REJ, em 1992. Uma vez criada, a REJ teve como objetivo a preservação dos remanescentes da Mata Atlântica e a manutenção das comunidades tradicionais caiçaras.

Segundo Diegues (2001, 2004), caiçaras são grupos humanos diferenciados, formados pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, colonizadores portugueses e, em menor grau, escravos africanos. Caracterizadas por uma cultura específica que se desenvolveu principalmente nas áreas costeiras dos estados do Rio de Janeiro à Santa Catarina. Apresentam um estilo de vida baseado em atividades de pesca artesanal, agricultura, extrativismo, artesanato, caça e, mais recentemente, construção civil e turismo (Adams, 2000).

Embora criada com esse intuito – preservação da Mata Atlântica e a manutenção das comunidades caiçaras –, a REJ convive historicamente com sérios conflitos fundiários, sobretudo entre grileiros e caiçaras. Em entrevista com um morador da Praia do Sono, foi informado que, desde a década de 1990, essa praia é palco de um conflito histórico entre o grileiro Gibrail Tannus e os caiçaras locais. Segundo ele, embora esse problema tenha diminuído nos dias atuais, a especulação fundiária e a venda de posses para pessoas “de fora” ainda é muito recorrente.

Além disso, a incerteza quanto à possibilidade de permanência da população em seu local de origem é outro entrave relatado por moradores locais, que acaba acirrando suas relações com o órgão ambiental gestor. Segundo Benchimol (2007), a REJ é um típico exemplo de UC criada de “cima para baixo”. Nota-se claramente que, mesmo tendo sido criada em prol da cultura caiçara, a população não foi consultada antes de sua criação e até hoje desconhece seus reais direitos.

A denominação *reserva ecológica* tem causado muita polêmica e dificuldade na aplicação da lei no interior da REJ, afinal, sua categoria não é reconhecida pelo Snuc (Brasil, 2000). Desde a sua criação, as condições de implantação e gestão sofrem restrições de recursos financeiros e humanos, dificultando as atividades de fiscalização. Segundo Artigo 55º do Snuc, as UC criadas com base em legislações anteriores, não pertencentes às categorias previstas, devem ser reavaliadas no todo ou em parte no prazo de dois anos, a partir de 2000, com vistas à adequação.

Através de entrevista com a Gerência de Unidades de Conservação de Proteção Integral (Gepro)/Inea, responsável pela gestão de UC de Proteção Integral, “embora a REJ não pertença a nenhuma das categorias estabelecidas no Snuc, na prática, sempre foi gerida como UC de Proteção Integral.” E, “mesmo que, a rigor, as unidades que pertencem a tal grupo devam estar livres da ação humana e da utilização dos recursos naturais, como o decreto de criação da REJ prevê fomento à cultura caiçara, o órgão gestor vem tentando estabelecer um diálogo mais estreito com a população”. Contudo, ressaltaram que “ainda há atritos entre as partes, fruto de um histórico processo de gestão autoritária do antigo órgão (IEF), na qual a população se sentia coibida e ameaçada, sem garantia dos seus direitos”.

Em 2011, numa tentativa de minimizar a questão, e pela própria necessidade de adequação da unidade à política do Snuc, o Inea contratou um estudo para a recategorização da REJ. Ele está sendo avaliado internamente e, de modo geral, há proposta que parte do território seja transformado em parque, parte, em reserva de desenvolvimento sustentável (RDS), existindo, algumas áreas de forte especulação fundiária indefinidas (Igara Consultoria em Aquicultura e Gestão Ambiental, 2011).

Especificamente para o Mamanguá, ainda há indefinição se a área ocupada pelas três comunidades tradicionais será transformada em RDS ou mantida como APA, já que a área se sobrepõe a APA de Cairuçu. Essa recategorização deve considerar muito claramente o que se deseja para o território da REJ, em termos de utilização e uso dos recursos, assim como que grupo se deseja manter e preservar. Espera-se que, na prática, tal proposta legitime o direito da população tradicional de permanecer em seu local de origem, assegurando seus direitos.

A REJ, mesmo 21 anos depois de criada, ainda carece de um Plano de Manejo próprio. Segundo a Gepro, a Fundação SOS Mata Atlântica já tentou elaborar um Plano para a área. Porém, a proposta não foi aprovada pelo órgão gestor da época (IEF) em função de o zoneamento da ONG não estar alinhado aos interesses da instituição gestora. Segundo eles, outra

tentativa frustrada foi a da própria instituição implantar um regulamento interno para a REJ, pois, como a unidade carecia de um texto jurídico, esse instrumento tentaria sanar tal carência, mas, infelizmente, por questões políticas, isso não ocorreu.

Ainda quanto ao Plano de Manejo da REJ, existe uma questão curiosa que merece ser ressaltada. Embora os gestores da REJ não tenham aceitado a ingerência da Fundação SOS Mata Atlântica na elaboração desse instrumento para a unidade, contraditoriamente, ao elaborar o Plano de Manejo da APA de Caiuruçu, a mesma ONG acabou delimitando para a REJ um zoneamento em função da sobreposição entre ambas. Isso acabou gerando certo desconforto entre o Ibama, antigo gestor da APA (atual ICMBio) e o IEF, antigo órgão e gestor da REJ (atual Inea), levando a um parcial descrédito quanto ao estabelecido no Plano da APA.

Segundo o gestor da APA de Caiuruçu, o Plano de Manejo da UC foi feito para a Juatinga também e o zoneamento proposto é utilizado como referência até hoje pelo órgão gestor da REJ. Porém, conforme informado pelo gestor da Reserva, embora esse Plano seja utilizado para embasar os pareceres emitidos pela unidade, na prática, seu zoneamento não é totalmente aceito pelo órgão administrador, em função da flexibilidade do instrumento, cujas zonas estão alinhadas aos interesses de uma APA.

Analisando o Plano de Manejo da APA, as seguintes zonas foram propostas para o território da REJ: Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS), Zona de Conservação Costeira (ZCC), Zona de Uso Comunitário, Cultural, Educacional, Esporte e Lazer (Zucel) e Zona de Expansão das Vilas Caiçaras (ZEVC). Essas, em conjunto, admitem alguns usos para a área, já que foram propostas para o território de uma APA, contraditório com os interesses de uma REJ e, de forma muito peculiar, chegam a ter zonas específicas para o território da reserva. Portanto, praticamente estamos falando de dois Planos: um com zonas propostas para o território da APA, outro com zonas específicas para o território da REJ, o que tem gerado certo descrédito e ilegitimidade por parte do órgão administrados e gestor da REJ quanto ao disposto no Plano.

Uma solução apontada pelo Inea, que poderia ter dado maior legitimidade a esse zoneamento da APA, teria sido a delimitação de uma única zona para toda a área da REJ – a Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS) –, como foi feito na área da APA sobreposta ao PNSB, que, impondo usos bem restritivos, permitiria que o órgão ambiental estabelecesse seus critérios no território em questão.

Outro problema apontado no Plano de Manejo da APA, segundo o gestor da REJ, está especificamente na ZEVC, pois, como o próprio nome – “expansão” – sugere, esse zoneamento não delimitou apenas o perímetro onde residiam as populações caiçaras da REJ. Ao contrário, se delimitou uma área maior que a ocupação da população, prevendo seu crescimento. Segundo ele, “isso é contraditório, pois, como a reserva é de natureza “não edificante”, o órgão gestor, teoricamente, não aceita a construção, ou o estabelecimento de novas edificações após 92, ano de criação da UC, mesmo que essas novas residências sejam de agrupamentos tradicionais. A instituição autoriza apenas obras de reforma, desde que sem ampliação. Esse, portanto, representa hoje o principal ponto de conflito na REJ.”

Sobreposição com o Parque Nacional da Serra da Bocaina

Com 3.807 ha de área sobreposta à APA de Cairuçu (equivalente a 11,9%) e situado em sua porção mais alta, no extremo leste, o PNSB (Figura 1) é uma das maiores áreas de Mata Atlântica protegidas do país. Fica num trecho da Serra do Mar, na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e é circundado por importantes núcleos populacionais.

Foi criado pelo Decreto Federal n. 68.172, de 4 de fevereiro de 1971, sob jurisdição do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), sendo a primeira unidade de proteção integral do município de Paraty, na ocasião com 134.000 ha. Um ano mais tarde, em detrimento de um novo Decreto Federal n. 70.694, de 8 de junho de 1972, a área do parque foi reduzida para 104.000 ha, tendo havido uma perda significativa de 30.000 ha.

Especula-se que sua criação esteve atrelada a um momento de forte pressão quanto à especulação imobiliária e aos grandes projetos de ocupação turística e hoteleira no município. Seus limites, de antemão, já demonstravam a força dos grandes empreendimentos locais, com a exclusão da área onde hoje se situa o Condomínio Laranjeiras da área do futuro parque. Segundo Breton (2005), os limites do parque foram modificados em certos lugares e momentos para acomodar os empresários privados, agrários ou turísticos, sendo acompanhado de desapropriação de numerosos posseiros pelo uso da força, ocasionando diversos conflitos.

Mesmo com a criação dessa unidade, a faixa litorânea ainda estava bastante vulnerável, o que levou o governo federal criar a APA de Cairuçu, em 1983. A APA, no entanto, como uma categoria de manejo mais flexível que admite diversos usos, abarcando desde a proteção do ambiente natural, paisagens de grande beleza e sistemas hidrológicos, por fomentar a proteção às comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema, poderia ser uma válvula de escape para os conflitos com as comunidades nas áreas sobrepostas. Mas, infelizmente, na prática, a proposição da APA não solucionou tais problemas.

Segundo entrevista com o gestor da APA de Cairuçu, como nas áreas sobrepostas por outras UC à gestão de cada uma é autônoma e independente, prevalecendo às regras mais restritivas, a criação da APA não poderia contribuir para flexibilizar a problemática das áreas sobrepostas ao parque. Além disso, como o PNSB tem seu próprio Plano de Manejo, concluído em 2001 e aprovado em 2002, com propostas de zoneamento e normas individualizadas, que levam em consideração graus específicos de proteção, a sua gestão se configura mais autônoma que as demais UC sobrepostas, não havendo tanta interlocução entre ambas.

Analisando o zoneamento proposto no Encarte VI (Planejamento) do Plano de Manejo do parque (2001), que tem como prerrogativa ser um instrumento técnico de gestão voltado à preservação e máxima conservação dos recursos naturais, das sete zonas propostas para seu território, cinco se sobrepõem à APA de Cairuçu: Zona Primitiva, Zona de Recuperação, Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Intensivo e Zona de Uso Especial. Tais zonas felizmente não apresentam conflitos de sobreposição com as propostas para a APA, pois, por se tratar de uma UC de Proteção Integral, toda a área da APA sobreposta foi classificada como

Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS), cujo uso é bem restritivo. Assim, se evitou não apenas uma duplicidade de regras entre os dois instrumentos, como conflitos na gestão do uso de um mesmo território.

Uma questão curiosa que se observa na gestão de ambas, porém, é que, mesmo se tratando de UC da mesma esfera de governo – Federal –, geridas, pelo mesmo órgão – ICMBio –, que dividem, inclusive, o mesmo espaço em termos de administração, não há uma gestão compartilhada entre os seus administradores, contrariando a recomendação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a lógica do próprio Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), em que os órgãos ambientais devem conduzir a gestão das UC de compartilhada e participativamente.

Espacialização dos conflitos na APA de Cairuçu

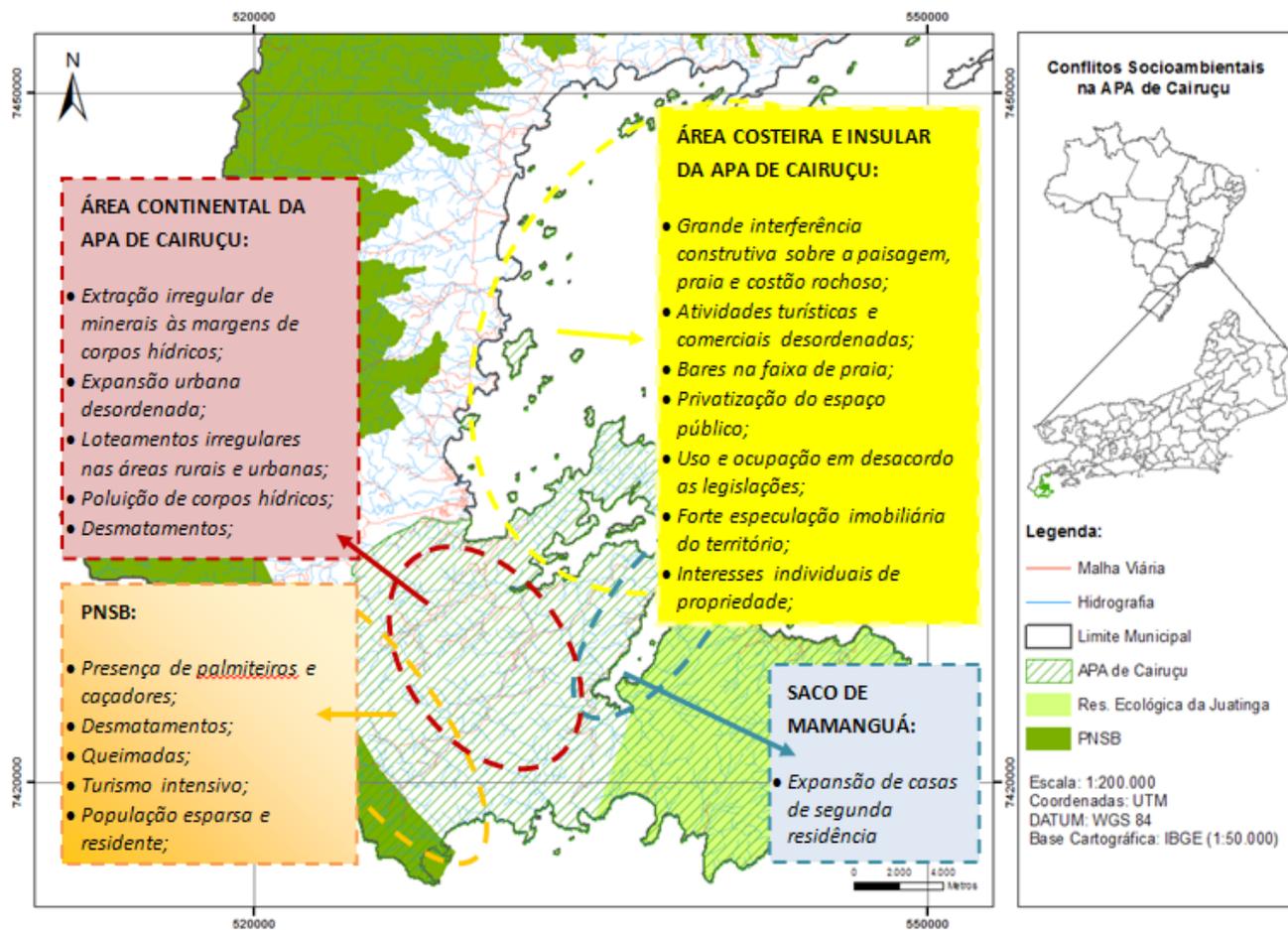
Como previamente discutido, há muitos conflitos no território da APA de Cairuçu. Se, por um lado, a sobreposição dessa unidade com outras áreas protegidas lhe confere um caráter muito singular, por outro, a grande variedade dos conflitos está muito ligada à própria natureza e à singularidade de cada unidade que se sobrepõe.

No âmbito do PNSB, categoria de Proteção Integral, segundo o Snuc, os principais conflitos presentes no território sobreposto à APA estão atrelados à entrada de palmiteiros e caçadores; a desmatamentos para uso agropecuário de subsistência; a queimadas; ao turismo intensivo sem controle ou monitoramento adequado ao longo das estradas e trilhas, associado à presença de motoqueiros, jipeiros e mochileiros; à população residente esparsa, com intensa rede de vias de acesso e deslocamentos; e à ocupação desordenada junto à praia de Trindade (Figura 2).

No âmbito da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REJ), unidade de conservação gerida como pertencente ao grupo de Proteção Integral, há conflitos de diversas ordens e escalas, mas o principal é relativo à questão fundiária, sobretudo na Praia do Sono, no Pouso da Cajaíba e em Martin de Sá. Nas duas primeiras, a área tem sido foco de conflitos fundiários entre a família Gibrail Tannus e os caiçaras da localidade, e, em Martin de Sá, entre os caiçaras e a família Pacheco. Além disso, a especulação fundiária e a venda de posses de pessoas da própria comunidade ainda representam entraves à região, associados à grande expansão de casas de segunda residência, especialmente no Mamanguá (Figura 2).

No âmbito da APA de Cairuçu, na área continental, há conflitos fortemente ligados à extração irregular de minerais às margens de corpos hídricos; expansão urbana desordenada; loteamentos irregulares nas áreas rurais e urbanas; poluição de corpos hídricos; desmatamentos; ocupação em área de preservação permanente (APP); e, ausência de políticas de saneamento. Enquanto nas áreas insulares e costeiras há grande interferência construtiva sobre a paisagem, praia e costão rochoso; atividades turísticas e comerciais desordenadas; bares na faixa de praia; privatização de espaço público; uso e ocupação em desacordo as legislações; forte especulação imobiliária; interesses individuais de propriedade; exploração exacerbada dos recursos naturais; loteamento, parcelamento e venda de lotes de forma irregular; carência quanto à regularização fundiária; e ausência de políticas públicas de saneamento (Figura 2).

Figura 2 – Mapa croqui dos conflitos socioambientais presentes no território da APA de Cairuçu, com destaque dos conflitos nas UC que se sobrepõem à APA de Cairuçu



fonte: Carine Fonseca Lopes Fontes e Antônio José Teixeira Guerra, 2013.

Considerações finais

Por sua extensa dimensão territorial, por estar sobreposta a outras UC, cujos usos são mais restritivos, e por permitir uso intensivo do solo, admitindo atividades variadas, a APA de Cairuçu está sujeita a conflitos. Talvez exatamente pela grande variedade de usos, sua gestão seja um enorme desafio, pois, se não fiscalizada e adequadamente monitorada, pode estar fadada ao descontrole e ao fracasso.

Observam-se na APA inúmeros conflitos, cuja origem está ligada à própria gênese da unidade. Seu decreto de criação impôs antecipadamente restrições de “cima para baixo”, sem uma gestão compartilhada e participativa. Igualmente, o Plano de Manejo, que deveria ser o instrumento legítimo de ordenamento do território, como preconiza o Snuc, também cria um zoneamento fundamentado em bases pouco sólidas, com baixa participação popular desde a sua concepção, refletindo-se num regramento parcialmente imposto, que fragiliza sua legitimidade e aceitação.

Por estabelecer normas jurídicas, o Plano é uma das principais ferramentas de gestão de uma UC e não pode ser encarado como um instrumento burocrático de difícil aceitação. Segundo Vivacqua e Vieira (2005), a existência de regras e normas não garante um padrão de comportamento favorável à resolução de conflitos relativos aos recursos de uso comum. Se elaborado de autoritariamente, tende a agravar as dissidências. Portanto, deve ser objeto de debates e ampla discussão e com o cuidado de não ser concebido de forma arbitrária, articulando-se integrada e harmoniosamente com os demais instrumentos existentes, evitando conflitos de sobreposição e gestão.

No território da APA, a população local não tem plena confiança na administração da unidade, de onde resultam conflitos de gestão entre seus atores, por ações oficiais que se tornam contraditórias e ineficientes. Há conflitos relativos à falta de conhecimento e informação da população, sobretudo no que tange à política do Snuc e a o real objetivo da categoria APA, pois a população ainda tende a associar todas as áreas protegidas com áreas de proteção integral, à falta de participação na gestão da APA, que deve ser incentivada a incluir as lideranças locais no Conselho Gestor da unidade, como fórum autêntico de articulação local, cuja participação deve ser garantida, à falta de fiscalização integrada do território, pois na prática o que se observa são ações isoladas dos diversos órgãos e esferas governamentais em escala pontual, e ao descrédito do poder público, que tem resultado em falta de acordo e parcerias necessárias em favor da conservação.

Não há como ignorar que a gestão de áreas protegidas é essencialmente política, pois a proteção da natureza envolve diversos conflitos de interesses. Segundo Castro Jr., Coutinho e Freitas (2009), a partir do momento em que a criação de áreas protegidas influencia o ordenamento territorial, gera processos conflituosos. Esse ordenamento, porém, é essencial na busca de desenvolvimento com justiça social e conservação ambiental. Assim, é indiscutível o papel do Estado, a quem cabe o dever de conduzir a política de áreas protegidas no país minimizando os conflitos de gestão. Nesse contexto, o Snuc assume vital importância, pois prevê o estreitamento da relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente, por meio da criação de mecanismos que ampliem a participação da sociedade na gestão do sistema (Sousa et al., 2011). Além disso, merece destaque o mosaico de unidades de conservação, pois permite repensar e planejar numa escala mais ampla a gestão da unidade como sistema e com a participação integrada de diferentes atores governamentais e não governamentais.

Diante disso e para minimizar os conflitos na gestão da APA, é necessário investir em estratégias mais eficientes para garantir a permanência da diversidade biológica e a sustentabilidade do ecossistema, mas, paralelamente, o fomento a uma gestão democrática e transparente, envolvendo os diversos atores que atuam no território e que deles fazem parte. Tais estratégias devem envolver diálogo, sensibilização e participação, além de monitoramento e fiscalização mais adequados, pois não basta instituir a unidade para dirimir os conflitos em curso. Ao contrário, na prática, essa criação geralmente concorre para acirrá-los.

Referências

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 145-182, 2000.
- BENCHIMOL, M. F. *Gestão das unidades de conservação marinhas: um estudo de caso da Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty-RJ*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias. *Plano de Manejo da APA de Cairuçu*. Brasília, DF: FEC/Unicamp, 2005.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina*. Brasília, DF: FEC/Unicamp, 2002.
- _____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 13 jan. 2013.
- BRETON, Y. A gestão dos recursos de uso comum em Paraty: pesca e patrimônio nacional. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Enciclopédia Caiçara*. São Paulo: Hucitec/Nupaub. p. 75-122, 2005. v. 3: O olhar estrangeiro.
- BRITO, D. M. C. Conflitos em unidades de conservação. *Pracs – Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais*, Macapá: Unifap, n. 1, p. 1-12, dez. 2008.
- BRITO, M. C. W. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. 2. ed. São Paulo: Anna-blume/Fapesp, 2003.
- CASTRO JR., E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.). *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-65.
- DIEGUES, A. C. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e da urbanização. In: _____ (Org.). *Enciclopédia caiçara*. São Paulo: Hucitec/Nupaub/CEC/USP, 2004. v. 1: O olhar do pesquisador.
- _____. (Org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, DF: MMA, 2001.
- DIOS, C. B. *Aplicabilidade da legislação ambiental na gestão das unidades de conservação: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

- IGARA CONSULTORIA EM AQUICULTURA E GESTÃO AMBIENTAL. Definição de categoria de unidade de conservação da natureza para o espaço territorial constituído pela Reserva Ecológica da Juatinga e Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim. Rio de Janeiro, 2011. v. 1-7.
- LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100005>. Acesso em: 19 fev. 2016
- MANZINI, E. J. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS: A pesquisa qualitativa em debate, 2004, Bauru. *Anais...* Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN: 85-98623-01-06.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. Portaria n. 03-N, de 23 de fevereiro de 1987. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 25 fev. 1987. p. 1-3.
- PÁDUA, M. T. J. Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. (Org.). *Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro*. Brasília, DF: MMA, 2011. p. 21-36.
- PARATY. Lei Municipal n. 744, de 9 de novembro de 1987. Amplia a APA Municipal da Baía de Paraty e Saco do Mamanguá. Paraty, 1987. p. 1-3.
- _____. Lei n. 685, de 11 de outubro de 1984. Cria a APA Municipal da Baía de Paraty e Saco do Mamanguá. Paraty, 1984. p. 1-4.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto Estadual n. 26.057, de 14 de março de 2000. Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/230229/decreto-26057-00>>. Acesso em: 17 ago. 2014.
- SOUSA, N. O. M. et al. *Dez anos de história: avanços e desafios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. In: MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. (Org.). *Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro*. Brasília, DF: MMA, 2011. p. 7-19.
- THEODORO, S. H. (Org.). *Mediação de conflitos socioambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.
- _____; ADAMS, C.; DIEGUES, A. C. S. Conflitos entre populações humanas em unidades de conservação em Mata Atlântica. *Relatório de pesquisa: versão preliminar*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.
- VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. H. F. Conflitos socioambientais em unidades de conservação. *Política e Sociedade*, Florianópolis: UFSC, v. 4, n. 7. p. 139-162, out. 2005.

Modelos em geografia física: conceitos e aplicações na previsão de escorregamentos

Bianca Carvalho Vieira
USP

Tiago Damas Martins
UFPR

p. 194-206

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Como citar:

VIEIRA, B. C.; MARTINS, T. D. Modelos em geografia física: conceitos e aplicações na previsão de escorregamentos.

Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 1, p. 194-206, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102616>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.102616>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Modelos em geografia física: conceitos e aplicações na previsão de escorregamentos

Resumo

Os diferentes tipos de modelo têm relação direta com o grau de abstração da realidade, estruturados desde formas mais simples, concretas e específicas, que transformam apenas a escala da realidade até em modelos conceituais, pela aplicação de fórmulas matemáticas. Entre todos, aqueles de base física, que descrevem fisicamente os processos por meio de equações e desconsideram a subjetividade, têm sido adotados em estudos de movimento de massa, por exemplo. O objetivo deste trabalho é discutir brevemente a fundamentação dos conceitos de modelo usados em geografia física, destacando dois modelos aplicados a estudos sobre escorregamentos e com resultados positivos nos testes. Primeiramente, discutiu-se o modelo clássico de correlação entre a pluviosidade e a ocorrência de escorregamentos. Depois, o modelo matemático em base física Shalstab avalia a possibilidade de escorregamentos rasos. Por fim, exemplificam-se os resultados desses modelos aplicados no Brasil.

Palavras-chave: Modelos em geografia física. Análise quantitativa. Modelo de correlação de chuva. Modelos matemáticos. Shalstab.

Models in physical geography: concepts and applications to predict landslides

Abstract

The different types of models have a direct relationship with the degree of abstraction of reality, occurring from simple, concrete and specific ways in which reality is turned only in scale level, until the development of conceptual models by applying mathematical formulations. Among those, the physically based models describe the physical processes through equations disregard any subjectivity and have been adopted, for example, on studies of mass movement. Thus, this paper aims to discuss briefly the concepts of models used in Physical Geography, highlighting two models applied in studies related to landslides that have demonstrated positive results in their tests. First it is discussed the classical model of correlation between rainfall and the occurrence of landslides. The second

one, it is the physically based model Shalstab, which assesses the susceptibility of occurrence of shallow landslides. Finally, are presented examples of results of these models applied in Brazil.

Keywords: Models in Physical Geography. Quantitative Analysis. Rainfall Correlation Model. Mathematical Models. Shalstab.

Introdução

Durante as décadas de 1950 e 1960, a geografia passou pela chamada Revolução Quantitativa e Teorética, em que foram realizadas importantes transformações em seus objetivos e métodos científicos. Tais transformações, segundo Christofolletti (1985), ocorreram na tentativa de incluir a geografia no contexto científico global por meio de um maior rigor na aplicação da metodologia científica, do desenvolvimento de teorias, do uso de técnicas estatísticas e matemáticas, da abordagem sistêmica e do uso de modelos.

Como destaca Burton (1992), a principal consequência dessa Revolução foi a “matematização da disciplina”, pois, mesmo que o desenvolvimento de teorias seja parte essencial do método científico, a quantificação oferece uma técnica pela qual a teoria pode ser desenvolvida e aperfeiçoada. Para alguns pesquisadores, com essa Revolução surge a dicotomia qualitativa-quantitativa separando, por exemplo, a análise racional da percepção intuitiva (Burton, 1992).

Por meio dessas transformações, a Revolução Quantitativa e Teorética permitiu uma visão mais clara de uma determinada feição complexa da realidade e o desenvolvimento e aperfeiçoamento de teorias anteriormente propostas, mas não comprovadas (Taylor, 1977). Um exemplo é o questionamento do “modelo” de ciclo de erosão, desenvolvido por William Morris Davis, que passou a ser testado por meio de diferentes técnicas e pelo desenvolvimento de outros modelos da evolução da paisagem que tentaram conhecer e explicar as variáveis envolvidas nesse sistema (Taylor, 1977). A exemplo da geografia, a análise quantitativa permite lidar com o um imenso volume de dados, contribuindo na “verificação das relações entre os fenômenos estudados e a sua distribuição no espaço” (Gerardi; Silva, 1981, p. 22).

Assim, os modelos são importantes instrumentos para estudar os sistemas complexos da geografia, pois permitem estruturá-los para compreender melhor suas variáveis e suas interligações (Gerardi; Silva, 1981; Christofolletti, 1985, entre outros). Entretanto, alguns problemas na geografia devem ser bem avaliados para que não ocorra um abuso no uso de modelos, havendo uma imprecisão na formação ou reformulação de teorias (Harvey, 1969). Dessa forma, este trabalho tem como principal objetivo fazer uma leitura sobre os modelos na geografia física, tendo como exemplo os processos geomorfológicos de movimentos de massa. Na primeira etapa, são descritos os principais conceitos e definições dos modelos, suas principais características e funções e as diferentes classes. Na segunda etapa, há dois diferentes tipos de modelos aplicados a um mesmo processo, nesse caso, os escorregamentos. Tal processo, aqui selecionado, justifica-se pela sua importância em diferentes ramos da geografia (geomorfologia, climatologia, pedologia, entre outras) que procuram compreender a atuação dos seus agentes controladores (por exemplo, geologia e propriedades dos solos), explicar o seu papel na evolução da paisagem, e prever sua ocorrência e magnitude que causam frequentemente danos sociais e econômicos.

Modelos: conceitos e definições

Para Minshull (1975), existe um problema na definição de modelos em função das diferentes abordagens científicas e da ausência de qualquer avaliação comparativa entre elas. Consequentemente, os modelos aparecem na literatura com diferentes definições, tais como: uma hipótese, uma lei, uma teoria formalizada, uma descrição de um fenômeno em termos matemáticos, uma representação, uma abstração, uma equação, um caminho de olhar as coisas, uma ideia estruturada, uma analogia e uma versão simplificada da realidade (Minshull, 1975).

Modelo pode ser definido como uma estrutura simplificada do funcionamento de um aspecto do mundo real (Haggett; Chorley, 1967; Harvey, 1969; Thomas; Huggett, 1980; entre outros), sendo uma aproximação reduzida do fenômeno, uma vez que, não incluiu todas as observações ou medidas associadas, obscurece detalhes acidentais e destaca somente os aspectos fundamentais da realidade (Haggett; Chorley, 1967).

A definição de modelo pode também contemplar a sua relação com a teoria, uma vez que é uma formalização e/ou uma estruturação simplificada de uma teoria que pode, por sua vez, ser representada por um ou mais modelos, permitindo a manipulação de deduções complexas (Harvey, 1969). Quanto maior o número de variáveis menos funcional é o modelo. Entretanto, é importante destacar que, devido à impossibilidade de considerar todos os detalhes do sistema, muitas vezes o modelo é inicialmente construído de forma simples para depois incorporar informações que o tornam mais complexo (Perin Filho, 1995).

Existem modelos e teorias com estruturas, propriedades e fenômenos idênticos, e outros com propriedades diferentes das do objeto real (Harvey, 1969). Para o autor, o modelo pode refletir a teoria parcialmente, sendo considerado um experimento procedente de sua abstração, ou totalmente, servindo para transferi-la a um domínio mais comum, conhecido e controlável.

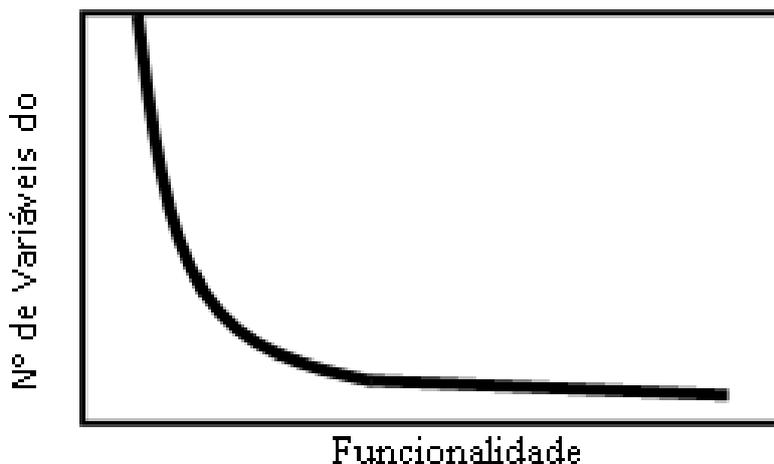
Segundo Christofletti (1999), na elaboração de um esquema representativo (modelo), o que está sendo “representado” não é a realidade em si, mas sim a visão do “modelador”, ou seja, como ele observa um determinado processo e quais as variáveis do sistema que são conhecidas e consideradas por ele para a estruturação do modelo.

Modelos: características e funções

Segundo Haggett e Chorley (1967) e Christofletti (1999), as principais características dos modelos são: (a) *seletividade*, que consiste em selecionar as informações, descartando os aspectos menos importantes e considerando só os mais significativos e fundamentais do mundo real; (b) *estruturação*, em que os aspectos selecionados da realidade são tratados nos termos de suas conexões; (c) *reaplicação*, demonstra que o modelo não descreve apenas um caso, mas pode representar outros da mesma categoria (Haggett; Chorley, 1967; Christofletti, 1999); (d) *sugestivo*, podem sugerir que as implicações do conjunto são maiores do que as possivelmente supostas por suas partes individuais e que há um potencial enunciativo para previsões sobre aspectos no mundo real; (e) *simplicidade*, devem ser fáceis de manipular e compreender, mas sem prejudicar a complexidade necessária para representar o sistema estudado; (f) *analógicos*, diferem do mundo real, mas mostram-no aproximadamente, para melhor compreendê-lo (Fernandes, 1996).

Como afirmam Moore, O’Loughlin e Burch (1988), a funcionalidade de um modelo está relacionada com o número de variáveis utilizadas. Quando há uma diminuição no número de variáveis de um determinado modelo, o seu desempenho, no que se refere aos resultados, apresenta uma acentuada melhora (Figura 1 e Quadro 1).

Figura 1 – Relação hipotética entre a funcionalidade e o número de variáveis do modelo



fonte: Adaptada de Moore, O’Loughlin e Burch (1988).

Quadro 1 – Principais funções dos modelos

função	descrição
psicológica	permite ver e compreender determinado grupo de fenômenos, o que não seria possível de outra forma, devido a sua magnitude e complexidade
aquisitiva	permite definir, coletar e ordenar as informações dentro do modelo
organizacional/ fertilidade	permite extrair dos dados o máximo de informações
lógica	ajuda a explicar determinado fenômeno
normativa	compara algum fenômeno com outro, mais familiar
sistemática	considera a realidade em termos de sistemas interligados
construtiva	os modelos formam degraus para construir teorias e leis
parentesco	promove a comunicação das ideias científicas
comunicação	proporciona um arcabouço em que as informações podem ser definidas, ordenadas e relacionadas
promissão	gera novos enunciados e percepção de relações, tornando-se promissor para se extrair dos dados o máximo de informações
logicidade	ajuda a explicar como acontece e se encadeia determinado fenômeno
adequação	permite adequação à análise pretendida
previsibilidade	muitos modelos permitem fazer previsões específicas como base para decisões imediatas – importante função para planejamento

fonte: Haggett e Chorley (1967) e Christofolletti (1999).

Modelos: tipos e classes na geografia

Os diferentes tipos de modelos têm uma relação direta com o grau de abstração da realidade, ocorrendo desde formas mais simples, concretas e específicas, em que a realidade é transformada apenas em nível de escala até a elaboração de modelos conceituais pela aplicação de modelos matemáticos, sendo esses últimos mais abstratos e gerais (Taylor, 1977; Thomas; Huggett, 1980).

Referente a esta abstração, Haggett e Chorley (1967) afirmam que o “valor dos modelos está diretamente relacionado ao seu nível de abstração e todos os modelos têm a necessidade constante de aperfeiçoamento”. Esses autores dividem os modelos em *descritivos* e *normativos*. Os modelos *descritivos* podem ser *estáticos*, concentrados nas características do equilíbrio estrutural, ou *dinâmicos*, concentrados nos processos e funções através do tempo (Haggett; Chorley, 1967). Os modelos (sistemas) na geografia, especificamente na geomorfologia, segundo Chorley (1967), podem ser classificados em *naturais* (ou *análogos*), *físicos* e *gerais*.

Os *sistemas* (modelos) *naturais análogos* traduzem aspectos importantes de um determinado fenômeno em um sistema análogo natural (Chorley, 1967). Já os **sistemas (modelos) físicos** se baseiam na “perspectiva de que a pesquisa pode ser mais bem realizada pela dissecação da estrutura do problema geomórfico em suas partes supostamente componentes, de modo que o funcionamento de cada parte e as interações entre elas possam ser examinadas convenientemente, levando-se a uma síntese completa dos componentes num todo funcional” (Chorley, 1967; Christofolletti, 1999). Entre as subclasses desse grupo destacam-se os modelos de projetos experimentais e modelos matemáticos (determinísticos e estocásticos). Esses últimos representam a natureza por meio de equações matemáticas podendo ser divididos em *determinísticos* e *estocásticos*. Segundo Perin Filho (1995), a distinção entre *modelos determinísticos* e *estocásticos* é muito influenciada pela qualidade da informação, pelo controle que se tem sobre o sistema e pelo objetivo que se pretende alcançar com o estudo.

Segundo Chorley (1967), nos modelos matemáticos determinísticos o comportamento do sistema geográfico é controlado por leis físicas naturais e o resultado é previsto de forma exata, porquanto, “são baseados nas noções matemáticas clássicas de relações exatamente previsíveis, entre variáveis independentes e dependentes”, e podem ser aferidos a partir de argumentações matematicamente lógicas (Chorley, 1967, p. 60).

Nos modelos matemáticos estocásticos, o valor numérico obtido para uma variável está associado a uma probabilidade de ocorrência. Assim, para cada entrada (*input*), existirão várias saídas (*output*), refletindo as incertezas do sistema, e os elementos podem estar associados a seus *inputs*, parâmetros, distribuições espaciais ou aos processos modelados (Christofolletti, 1999).

Os *sistemas* (modelos) *gerais* fornecem um quadro global do sistema, estabelecendo

o grau de conhecimento sobre as partes componentes, interações entre os elementos e o funcionamento interativo entre as entradas e saídas (Christofoletti, 1999). São subdivididos em modelos caixa-preta, caixa-cinza e caixa-branca. Os modelos caixa-preta, segundo Chorley (1967), exigem pouca ou nenhuma informação detalhada dos componentes do sistema havendo somente o interesse na natureza das saídas resultantes das diferentes entradas, e sendo os resultados extraídos sem o conhecimento da estrutura interna do sistema. Um exemplo desse tipo de modelo é a *regressão múltipla*, que apresenta uma aplicação bastante rápida e associada a outras técnicas levam a combinação das variáveis envolvidas. Porém, sua desvantagem é o pequeno acréscimo sobre a compreensão do funcionamento do sistema, pois seus parâmetros não possuem interpretação física direta (Christofoletti, 1999).

Como exemplos clássicos, Chorley (1967) cita os modelos de equilíbrio dinâmico de G. K. Gilbert e o ciclo de William M. Davis. Ambos se baseiam em pressuposições intuitivas no tocante aos padrões comportamentais significantes dos conjuntos das formas de relevo sem uma investigação detalhada da natureza dos processos envolvidos (Chorley, 1967).

Os modelos caixa-cinza tentam tirar resultados sem o completo conhecimento do trabalho interno do sistema, mas a obtenção de informações específicas sobre as inter-relações entre os subsistemas permite identificar o comportamento do sistema sob diferentes condições de entrada (Chorley, 1967).

Finalmente, nos modelos caixa-branca a estrutura do sistema é construída pelo conhecimento das variáveis envolvidas e das suas relações. A rotina para estabelecer esses sistemas sintéticos começa com a identificação de certos elementos. Posteriormente, é feito o mapeamento das variáveis correlacionadas em conjuntos planos, e as direções de causalidade são indicadas mostrando a existência de relações entre os membros de um sistema e o ambiente vizinho (Chorley, 1967; Kirkby et al., 1987).

Os modelos baseados em processos são um tipo de modelo sintético, que descrevem os mecanismos de operações particulares que ocorrem no mundo. A partir do conhecimento dos processos, pode-se direcionar a escolha das variáveis, mostrando, por exemplo, que as relações internas do sistema são bem diferentes daquelas dadas pelo simples modelo de regressão. Esse tipo de modelo é construído a partir de um fluxo diagrama que representa estocagens físicas e/ou fluxo de energia ou de material do mundo real (Kirkby et al., 1987).

Uso de modelos preditivos para escorregamentos

Em relação aos escorregamentos, dois casos são apresentados, sendo um que combina uma relação entre o volume de precipitação e a ocorrência de escorregamentos, e outro determinístico, apoiado em equações matemáticas.

Correlação precipitação pluvial e escorregamentos

Um dos trabalhos clássicos na compreensão de escorregamentos foi realizado por Guidicini e Iwasa (1976) com base em modelos de correlação entre a pluviosidade e a ocorrência de escorregamentos em nove áreas: Serra de Caraguatatuba, Baixada Santista, rodovia dos Imigrantes, rodovia Anchieta, Serra de Maranguape, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Serra das Araras, sul de Minas Gerais e Vale do Tubarão.

Primeiramente, se identificaram os níveis de precipitação pluvial associados, ou não, aos escorregamentos. Segundo os autores, a precipitações com alta de intensidade (>250 mm e 300 mm) são capazes de desencadear escorregamentos em qualquer circunstância. Essa correlação não é válida para os episódios de precipitação de menor intensidade, pois há uma intercalação de registros desses processos (Guidicini; Iwasa, 1976). Para correlacionar a pluviosidade com os escorregamentos foram introduzidos os dados históricos de precipitação, e realizadas análises baseadas no *ciclo parcial* e no *ciclo total de chuva* do ano em questão.

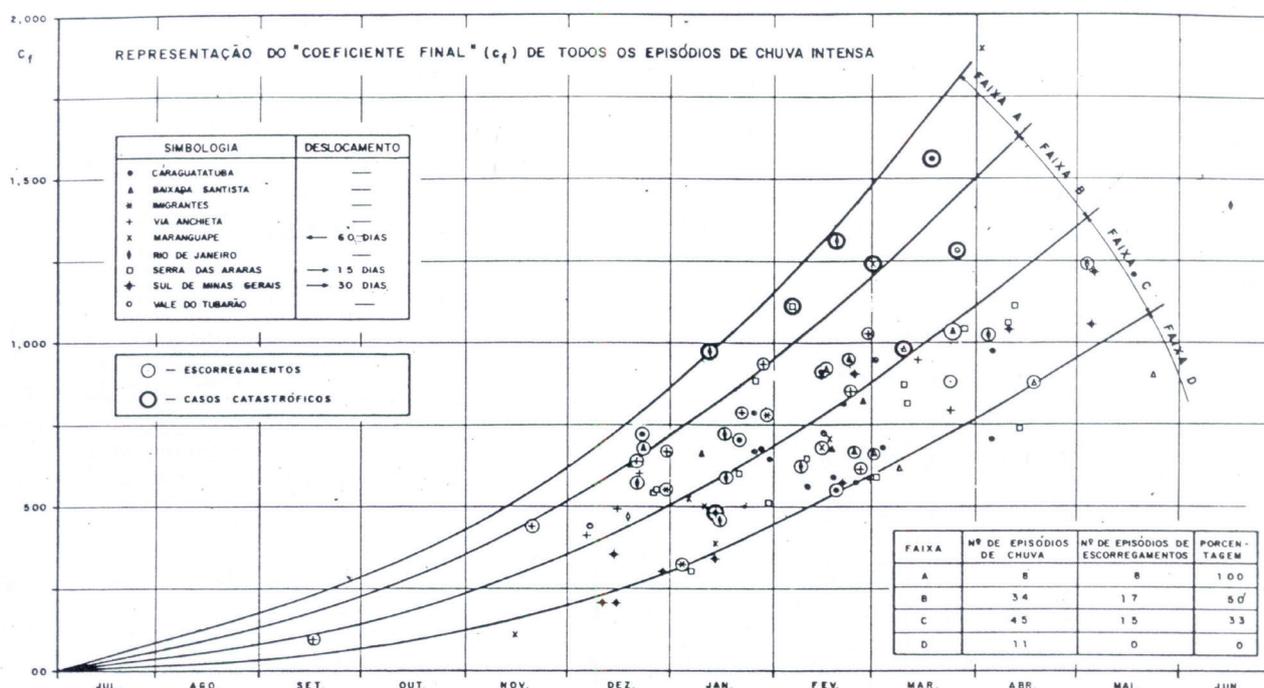
Na *análise do ciclo parcial* de precipitação foi considerado um somatório contínuo de valores, ou seja, os índices pluviométricos dos episódios e aqueles imediatamente anteriores (7 dias). O resultado foi convertido em termos de percentagem da pluviosidade média anual em cada área, permitindo a comparação entre as nove áreas estudadas.

Por meio dessa análise, os autores concluem que os escorregamentos tendem a ocorrer nos índices de pluviosidade que se situam, em média, entre 8% e 17% da pluviosidade média anual, e os demais episódios que não provocaram escorregamentos, entre 8% e 12% da pluviosidade média anual. Foi observado também, em algumas regiões, que os escorregamentos de grande magnitude (efeito catastrófico) estão associados a índices de precipitação de 23% acima da média anual. Já em outras áreas, os processos desta magnitude não foram deflagrados por índices acima da média.

Na *análise do ciclo completo* de precipitação, foram aplicados dois coeficientes que representam as porcentagens de precipitação pluvial em relação à média anual: (a) o coeficiente do ciclo (Cc), razão entre o registro pluviométrico acumulado até a data do episódio e a média anual de pluviosidade, e (b) o coeficiente do episódio (Ce) que representa a razão entre o registro pluviométrico do episódio e a média anual de pluviosidade.

Foram feitas também correlações entre todas as nove áreas estudadas com base no coeficiente do ciclo (Cc) e no coeficiente final (Cf). Os autores reuniram todos os dados disponíveis num só gráfico, plotando 101 pontos correspondentes aos episódios de chuva, dos quais 41 estão associados à ocorrência de movimentos de massa. Posteriormente foram definidas quatro faixas, A, B, C e D, que separam zonas com diferentes concentrações de episódios de escorregamentos, 100%, 50%, 33% e 0% (Figura 2).

Figura 2 – Correlação entre os episódios pluviométricos, o coeficiente final (Cf) e as ocorrências de escorregamentos. Com base nessa análise, foi possível determinar quatro faixas (A, B, C e D) com diferentes concentrações de escorregamentos



fonte: Guidicini e Iwasa (1976).

Com base na aplicação desses modelos de correlação, os autores puderam indicar algumas hipóteses sobre o papel da chuva na deflagração dos escorregamentos em encostas. Segundo eles, o histórico de pluviosidade desempenha um papel importante no desencadeamento dos escorregamentos, pois a umidade antecedente no solo interfere diretamente no avanço da frente de saturação, e esta, por sua vez, poderá reduzir a coesão dos solos levando a ruptura da encosta (Guidicini; Iwasa, 1976).

Esse modelo tem como principais vantagens: (a) a rapidez na aplicação e na obtenção dos dados; (b) a simplicidade quanto à estrutura que facilita o seu uso por diferentes usuários como, por exemplo, órgãos públicos; (c) a identificação de níveis de chuvas diretamente relacionados à deflagração de escorregamentos, e (d) o levantamento de hipóteses sobre o papel da chuva e da umidade antecedente do solo na deflagração dos escorregamentos. Essas hipóteses só foram diagnosticadas devido à correlação entre os escorregamentos e as chuvas anteriores à ruptura.

Quanto as suas limitações, por considerar somente um único agente deflagrador dos escorregamentos, nesse caso a chuva, o modelo se torna muito simples. Dessa forma, alguns dos resultados obtidos não foram capazes de explicar a distribuição e a mag-

nitude dos escorregamentos, uma vez que o modelo não incluiu, por exemplo, as propriedades dos solos. Uma segunda limitação é quanto a sua aplicação em outras áreas com registros pluviométricos diferentes, pois existe a dificuldade desse modelo em ser utilizado sob condições fora da faixa dos dados originais.

Uma terceira importante limitação refere-se ao pequeno acréscimo à compreensão do funcionamento do sistema e conseqüentemente à reformulação e/ou estruturação de novas teorias. Por último, pode-se mencionar também, a exigência da coleta de séries longas de chuvas e do mapeamento dos escorregamentos para a aplicação do modelo de correlação e elaboração das cartas de periculosidade em áreas com ausência desses dados.

Modelo em base física

Um dos métodos que vem sendo utilizado para previsão de áreas suscetíveis a escorregamentos rasos são os modelos matemáticos em bases físicas que descrevem fisicamente os processos por meio de equações matemáticas, desconsiderando uma possível opinião subjetiva e direta do pesquisador. Tais modelos preveem a suscetibilidade sob diferentes cenários de uso e eventos climáticos, por exemplo, independente da ocorrência anterior dos processos (Guzzetti et al., 1999; Van Westen, 2004).

Entre os modelos, o Shalstab (Shallow Landsliding Stability Model), desenvolvido na década de 1990 a partir dos trabalhos de Dietrich et al. (1993, 1995), Montgomery e Dietrich (1994) e Dietrich e Montgomery (1998), é um dos modelos mais aplicados mundialmente, e no Brasil foi utilizado primeiramente por Guimarães et al. (2003) e, depois, por Vieira (2007), Guimarães et al. (2009), Zaidan e Fernandes (2009), Listo e Vieira (2012), Michel, Kobiyama e Goerl (2014), Vieira e Ramos (2015), entre outros

O Shalstab representa espacialmente a suscetibilidade de ocorrência de escorregamentos translacionais rasos, em escala de bacia hidrográfica, a partir da combinação de um modelo de estabilidade baseado na Equação do Talude Infinito, e de um modelo hidrológico em condição estável (*steady-state*) (equação 1).

$$\log \frac{Q}{T} = \left(\log \frac{\text{sen}\theta}{a/b} \left(\frac{C'}{\rho_w g z \cos^2 \theta \tan \phi} + \frac{\rho_s}{\rho_w} \left(1 - \frac{\tan \theta}{\tan \phi} \right) \right) \right) \quad (\text{equação 1})$$

Na qual, Q é chuva crítica necessária para a ruptura [mm]; T é a transmissividade do solo [m^2/dia]; a é a área de contribuição [m^2]; b é o comprimento do contorno da célula [m]; c é a coesão do solo [Pa]; θ é o ângulo da encosta [°]; ρ_w é a densidade da água [kN/m^3]; ρ_s densidade do solo [kN/m^3]; g é a gravidade [m/s^2]; z é a espessura do solo e ϕ é o ângulo de atrito interno [°].

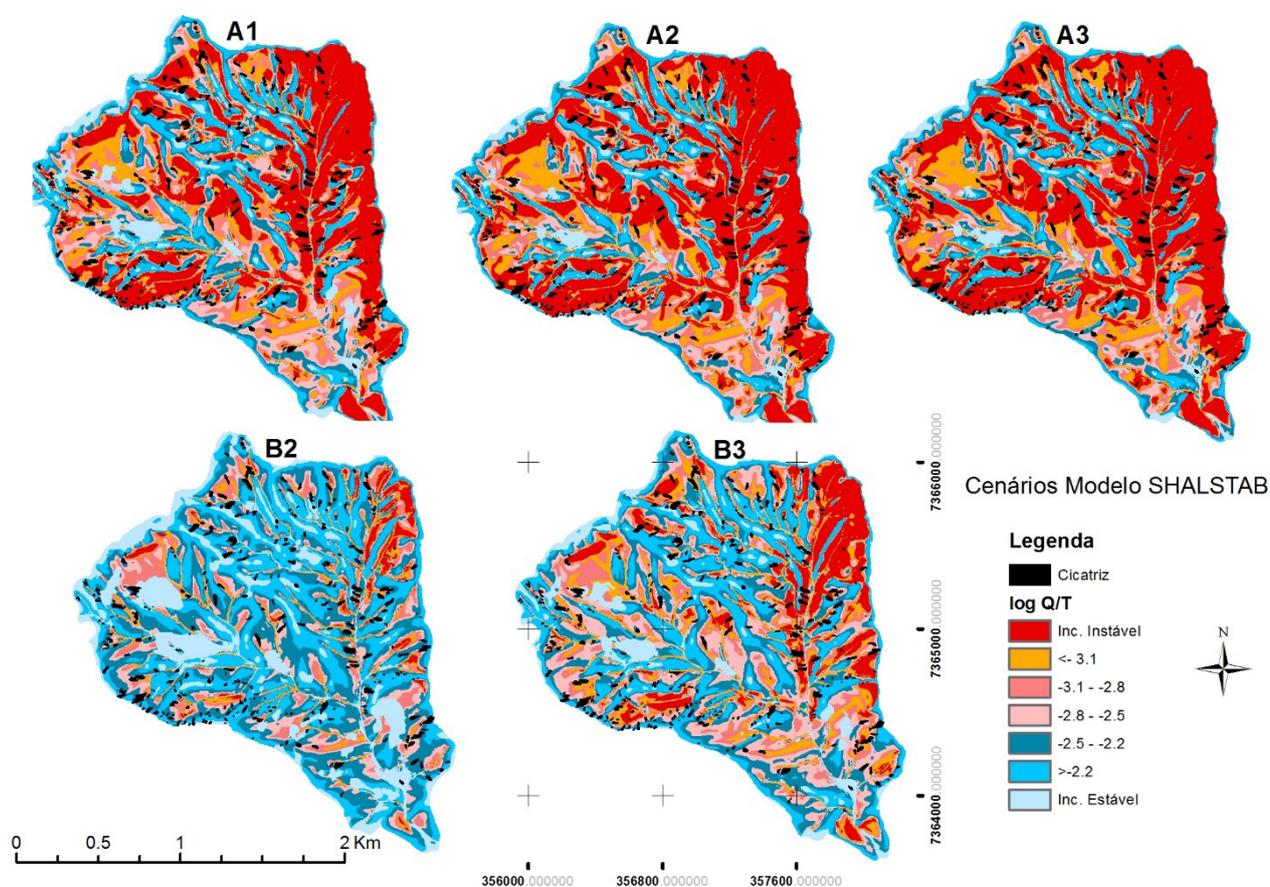
Na aplicação desse modelo, tem-se considerado diferentes cenários variando valores dos parâmetros físicos do solo (Figura 2), por exemplo, e correlacionando os diferentes cenários com a ocorrência de cicatrizes de escorregamentos, ou seja, como se baseia apenas

em equações matemáticas, para sua aplicação não é necessária a inclusão da ocorrência de escorregamentos pretéritos dentro da sua análise, como necessário em outros modelos (por exemplo, ferramentas estatísticas).

Esse modelo, do tipo determinístico, apresenta como principais potencialidades, (a) a versatilidade; (b) a sua estruturação que permite modificações; (c) a rapidez na obtenção de resultados e precisão na localização dos escorregamentos rasos; (d) a inclusão de diversos fatores que teoricamente influenciam na estabilidade das encostas, tais como: coesão dos solos, fluxos de água na encosta e forma da encosta; (e) a análise de sensibilidade do modelo, que permite avaliar quais os fatores mais significativos para ruptura.

Entre as principais limitações, destacam-se: (a) a qualidade dos dados para alimentação do modelo; (b) a discretização de processos contínuos (por exemplo, fluxo de água em encostas); (c) dificuldade de representação matemática de alguns aspectos e processos físicos (por exemplo, estruturas geológicas) e (d) as aproximações necessárias para o seu desenvolvimento e aplicação (por exemplo, considerar somente o fluxo subsuperficial paralelo à encosta).

Figura 2 – Exemplo de aplicação do modelo Shalstab numa bacia hidrográfica, com a indicação de áreas potencialmente instáveis, variando em cada cenário (A1 a B3) as propriedades físicas do solo e resultando em dimensões diferentes as classes de instabilidade



fonte: Vieira (2007).

Considerações finais

Os modelos são instrumentos importantes para entender os fenômenos naturais e sociais, pois são capazes de representar simplificadamente a realidade. Essa representação pode ser feita por aproximação a alguns aspectos do mundo real, seleção de uma gama de variáveis e eliminação de detalhes incorporados à complexidade dos fenômenos naturais.

Todos os tipos de modelos apresentados neste trabalho têm potencialidades e limitações de acordo com o nível de abstração envolvido. As próprias características e funções dos modelos demonstram as vantagens e as desvantagens de seu uso. Por exemplo, ao mesmo tempo em que a simplicidade do modelo permite manipular e compreender o mundo real e complexo, elimina fatores que podem ser considerados de extrema importância no sistema modelado.

De uma maneira geral, os modelos concorrem para o desenvolvimento de conceitos; formulação e/ou reformulação de teorias; identificação de hipóteses sobre um determinado processo natural; análise da importância dos diversos parâmetros envolvidos no problema e maior percepção do papel das variáveis do sistema, assim como de suas conexões.

Ambos os modelos aqui exemplificados têm diferentes níveis de abstração e generalização que os tornam mais simples ou mais complexos, exigem maior ou menor quantidade e qualidade de dados e, portanto, mais ou menos eficientes na previsão de escorregamentos em encostas.

Referências

- BURTON, I. The quantitative revolution and theoretical geography. In: DAVIES, W. K. D. (Ed.). *The conceptual revolution in Geography*. Londres: University of London Press, 1992. p. 140-156.
- CHORLEY, R. J. Models in Geomorphology. In: CHORLEY, R. J.; HAGGETT, P. (Ed.). *Models in Geography*. Londres: Methuen & Co., 1967. p. 43-96.
- CHRISTOFOLETTI, A. *Modelagem de sistemas ambientais*. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.
- _____. As perspectivas dos estudos geográficos. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Ed.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1985. p. 11-36.
- DIETRICH, W. E.; MONTGOMERY, D. R. *Shalstab*: a digital terrain model for mapping shallow landslide potential. Cary, NC: NCASI, 1998. Technical Report.
- _____. et al. A Process-Based Model for Colluvial Soil Depth and Shallow Landsliding Using Digital Elevation Data. *Hydrological Processes*, v. 9, p. 383-400, 1995.
- _____. et al. Analysis of erosion thresholds, channel networks and landscape morphology using a digital terrain model. *Journal of Geology*, Chicago, v. 101, n. 2, p. 259-278, mar. 1993.
- FERNANDES, N. F. Modelagem Matemática em geomorfologia: potencialidades e limitações. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, MG, v. 15, p. 222-227, 1996.

- GERARDI, L. H. O.; SILVA, B. C. N. *Quantificação em geografia*. São Paulo: Difel, 1981.
- GUIDICINI, G.; IWASA, O. Y. *Ensaio de correlação entre pluviosidade e escorregamentos em meio tropical úmido*. São Paulo: IPT, 1976. (IPT. Publicação, 1080).
- GUIMARÃES, R. F. et al. Análise temporal das áreas susceptíveis a escorregamentos rasos no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ) a partir de dados pluviométricos. *Revista Brasileira de Geociências*, v. 39, p. 192-200, 2009.
- _____. et al. Parameterization of soil properties for a model of topographic controls on shallow landsliding: application to Rio de Janeiro. *Engineering Geology*, v. 69, p. 99-108, 2003.
- GUZZETTI, F. et al. Landslides hazard evaluation: a review of current techniques and their application in a multi-scale study, Central Italy. *Geomorphology*, v. 31, n. 1-4, p. 181-216, 1999. Disponível em: <doi: [10.1016/S0169-555X\(99\)00078-1](https://doi.org/10.1016/S0169-555X(99)00078-1)>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- HAGGETT, P.; CHORLEY, R. J. Models, paradigms and the new Geography. In: CHORLEY, R. J.; HAGGETT, P. (Ed.). *Models in Geography*. Londres: Methuen e Co., 1967. p. 19-41.
- HARVEY, D. *Explanation in Geography*. Londres: Edward Arnold, 1969.
- KIRKBY, M. J. et al. *Computer simulation in Physical Geography*. Chichester: Wiley, 1987.
- LISTO, F. L. R.; VIEIRA, B. C. Mapping of risk and susceptibility of shallow-landslide in the city of São Paulo, Brazil. *Geomorphology*, v. 169-170, p. 30-44, 2012. Disponível em: <doi: [10.1016/j.geomorph.2012.01.010](https://doi.org/10.1016/j.geomorph.2012.01.010)>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- MICHEL, G. P.; KOBAYAMA, M.; GOERL, R. F. Comparative analysis of Shalstab and SINMAP for landslide susceptibility mapping in the Cunha River basin, southern Brazil, *Journal of Soils and Sediments*, v. 14, n. 7, p. 1266-1277, 2014. Disponível em: <doi: [10.1007/s11368-014-0886-4](https://doi.org/10.1007/s11368-014-0886-4). 2014>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- MINSHULL, R. *An introduction to models in Geography*. New York: Longman Group Limited, 1975.
- MONTGOMERY, D. R.; DIETRICH, W. E. A physically based model for the topographic control on shallow landsliding. *Water Resources Research*, v. 30, n. 4, p. 1153-1171, 1994.
- MOORE, I. D.; O'LOUGHLIN, E. M.; BURCH, G. J. A Counter-Based Topographic Model for Hydrological and Ecological Applications. *Earth Surface and Processes and Landforms*, v. 13, p. 305-320, 1988.
- PERIN FILHO, C. *Introdução à simulação de sistemas*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1995. (Coleção livro-texto).
- TAYLOR, P. J. *Quantitative methods in Geography: an introduction to spatial analysis*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1977.
- THOMAS, R. W.; HUGGETT, R. J. *Modelling in Geomorphology: a mathematical approach*. London: Harper and Row, 1980.

- VAN WESTEN, C. J. Geo-information tools for landslide risk assessment: an overview of recent development. In: LACERDA, W. A. et al. (Ed.). *Landslides: Evaluation and Stabilization*. Londres: Taylor & Francis Group, 2004. p. 39-53.
- VIEIRA, B. C.; RAMOS, H. Aplicação do modelo Shalstab para mapeamento da suscetibilidade a escorregamentos rasos em Caraguatatuba, Serra do Mar (SP). *Revista do Departamento de Geografia*, v. 29, p. 161-174. 2015.
- VIEIRA, B. C. *Previsão de escorregamentos translacionais rasos na Serra do Mar (SP) a partir de modelos matemáticos em bases físicas*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- ZAIDAN, R. T.; FERNANDES, N. F. Zoneamento de suscetibilidade a escorregamentos rasos em encostas aplicado à Bacia de Drenagem Urbana do córrego do Independência – Juiz de Fora (MG). *Revista Brasileira de Geomorfologia*. v. 10, n. 2, p. 57-76, 2009.

Mimeo

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 20 • nº 1 (2016)

ISSN 2179-0892

Reflexões sobre a Geografia

Jean Dresch

p. 207-214

Como citar:

DRESCH, J. Reflexões sobre a Geografia. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 20, n. 1, p. 207-214, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/114858>. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2016.114858>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Reflexões sobre a geografia

A geografia é uma ciência – pouco importa no momento o sentido que se atribua ao termo – a um tempo bastante antiga e muito recente.

Desde a Antiguidade, os pesquisadores adotaram o método de descrever e, em menor grau, de explicar, a ocorrência dos fenômenos físicos e humanos na superfície da Terra, cuja distribuição de influências recíprocas forma um todo bastante complexo.

Mas, ainda que o próprio termo *geografia* seja em si mesmo muito antigo, a maior parte dos pesquisadores tem produzido “geografia” sem tentar uma definição e, muitas vezes, sem sabê-la.

Para que a geografia tivesse consciência de ser-em-si, foi necessário, depois da Renascença, que ocorressem os descobrimentos geográficos, a exploração progressiva do mundo, sua penetração pela diversidade da economia capitalista e pelas populações europeias, a divisão dos impérios coloniais e/ou estabelecimento de zonas de influência pelos Estados imperialistas, foi necessário a multiplicação e o aperfeiçoamento de “ciências auxiliares”: ciências físicas (astronomia, meteorologia, geologia, biologia vegetal e animal), ciências humanas (etnografia, sociologia, demografia, economia política, história).

Embora tenha havido progresso, sua definição continuará sendo tardia. Fixemo-nos nos séculos XV ou XVI: malgrado o extraordinário aumento do campo de observação desencadeado pelas descobertas geográficas, tais acontecimentos deram origem a cartas geográficas pouco precisas, porém necessárias aos novos viajantes, ou então a descrições mais ou menos pitorescas.

○ conquistador em busca de ouro, o comerciante em busca de gêneros preciosos, o missionário em busca de almas para converter, não se preocupavam em explorar cientificamente os espaços encontrados pelas descobertas geográficas; a “opinião” continuava indiferente, a menos que houvesse uma direção na propaganda dos pesquisadores.

○ Eldorado foi um dos primeiros “slogans” da moderna propaganda, destinado a ganhar a confiança dos futuros colonos e, mais tarde, dos acionistas das sociedades por comandita ou das companhias coloniais.

○ mercantilismo favoreceu muito pouco a pesquisa científica.

É por isso que a geografia dos séculos XVII e XVIII fica isolada do progresso das outras ciências físicas e humanas.

Este atraso diante das ciências físicas e naturais não se faz acompanhar da Revolução Industrial, do avanço da história e da economia política e do progresso que acompanha o destino da burguesia e do capitalismo liberal.

○ aparecimento da geografia como ciência moderna data do século XIX, mais da segunda metade do que da primeira.

Por isso mesmo, Humboldt e Ritter são considerados fundadores.

○ primeiro lançou as bases da geografia física, e o segundo, historiador e filósofo, ainda que de estatura científica menor, exerceu uma influência bem mais profunda.

Sua volumosa obra *Die Erdkunde im Verhältniss zur Natur und zur Geschichte des Menschen* tem um título simbólico; a geografia tem uma ambição desmesurada: englobando todas as ciências da natureza e do homem, ela termina por segregar o próprio homem.

Com esse resultado, ela responde a uma ideologia necessariamente orientada.

Ritter procura o *Raume*, os espaços, de antigas construções regionais, os espaços vitais. Ritter engaja a geografia num caminho perigoso. Nascida não apenas durante a conquista, mas durante o triunfo da classe burguesa, a geografia foi pelos seus objetivos mais uma filosofia que uma ciência, filosofia que os geógrafos alemães e os historiadores utilizavam com fins políticos.

Assim, a geografia foi usada como um meio de propaganda nacional ou internacional, como arma de combate entre Estados e impérios, muito mais talvez do que a própria história.

Seja como for, a geografia sofre ainda as consequências da juventude e das condições sociais e políticas do seu desenvolvimento científico.

Devido à falta de métodos específicos, a geografia, talvez mais que qualquer outra ciência, sofre a influência das ideologias em curso, e a geografia humana mais do que a física.

Por isso, sua concepção como disciplina universal engloba todas as ciências da Terra e todas as ciências humanas, todas as ciências concretas do espaço.

A geografia física é igualmente geografia matemática, geofísica, meteorologia e climatologia, hidrografia, geologia e biogeografia; a geografia humana usa os conceitos da história, da economia política, da etnografia, da sociologia e da linguística, e, assim, a lista pode se alongar indefinidamente.

A geografia talvez seja, por isso mesmo, menos uma ciência particular do que um conjunto de sínteses múltiplas, um ponto de vista.

O geógrafo deve ser superiormente inteligente, detentor de vasto cabedal de conhecimentos, informado do que ocorre no mundo da ciência.

Ainda que especialistas de horizontes limitados desprezem o saber do geógrafo, pela dúvida quanto a sua capacidade científica para vastas comparações, a geografia lança luz sobre as ciências da terra e do homem, constituindo-a como origem e fim de toda a ciência da Terra.

Esse homem de ideias gerais é, como Lyautey no Marrocos, capaz de tirar conclusões satisfatórias da “filosofia da coisa”... imperialista; ele não hesita em ser simultaneamente geólogo e historiador, botânico e economista, escalando todas as plataformas, para grande escândalo dos especialistas que o ignoram, isolando-o do grande público, que lhe vota desprezo.

Não se trata, pois, de um retrato dramático ou de uma caricatura. Muito pelo contrário, esta ambição universal de grandeza constitui para a geografia em si o seu charme.

Embora concebida nos tempos da Renascença, ela ultrapassa em muito as forças de um homem.

Um jovem geógrafo, candidato à especialização em geografia, deve doravante, de posse do seu estado civil, distinto da história, estar atento para ser interrogado sobre tudo.

Para tanto, deve ter essencialmente uma informação quase universal; numa palavra: uma sólida cultura geral.

Mas que tipo de cultura geral?

Aquela instituída pelo “academicismo burguês”, cujos altos desígnios mais tarde são escarnecidos pelo sentimento de segurança material “primária”; ou a do burguês, bem garantida por diplomas de bicho-pensante objetivo e de vontade cética, pelo menos em aparência?

Nem uma nem outra, ainda que, evidentemente, não deixem de ser comuns os exemplos de uma geografia “primária” ou de uma geografia do mundo para crianças, bastante em moda: – nos jornais diários quase sempre chamando a atenção para um ou outro ponto escolhido do globo.

A verdadeira geografia – universalista! – deve ter uma concepção um pouco mais séria. Conquanto não possa evitar o fato de ficar submersa pela massa de documentos que manipula.

“Quem muito atraca pouco ensaca”, diz o velho provérbio.

Em decorrência de utilizar os resultados de ciências muito distintas, a geografia condena sua empresa ao fracasso.

A descrição geográfica abandona o lugar de enumeração dos fatos, escolhidos mais ou menos arbitrariamente, mais ou menos isolados no abstrato. Quantas monografias regionais não se reduzem a uma acumulação de dados, classificados segundo uma ordem estabelecida, conduzindo o leitor até a estrutura geológica e, de passagem, ao hábitat, ao relevo, à hidrografia, ao clima, à vegetação, ao povoamento, aos gêneros de vida, uma verdadeira série de tiradas em sequela!

Sua justaposição não passa de uma explicação, e toda explicação por vezes não passa de uma ginástica intelectual.

Dessa forma, o geógrafo apercebe-se do perigo. As teses recentes não passam de geografias enciclopédicas. Alguns especializam-se em geografia física, outros em geografia humana.

Em geografia física, uns especializam-se em geomorfologia, outros em hidrografia ou potamologia, outros em climatologia, outros ainda em geografia botânica. Em geografia Humana, uns estudam preferencialmente os problemas de povoamento ou gêneros de vida e certas questões econômicas; alguns orientam mesmo suas pesquisas exclusivamente para a estrutura agrária, o hábitat, as cidades ou a indústria.

Todos, sem dúvida, pretendem abraçar o todo e não admitem a hipótese de um esforço desmesurado.

Mas, de qualquer forma, pretendem fixar os limites da geografia, procedendo a uma delimitação do saber no território geográfico. A geografia deve inserir-se nas subdivisões administrativas do ensino universitário, embora tenha conquistado tardiamente seu lugar. Falta, apenas, legitimar-se. Do mesmo modo que um filósofo rotula-se de psicólogo, lógico, moralista, sociólogo ou metafísico, os geógrafos devem distinguir a geografia física, humana, econômica, agrícola, industrial, política, histórica, regional. Ainda recentemente, George deu-nos uma geografia social. Além do mais, muita coisa pode ser “rotulada” sob tal epíteto. Esse geógrafo atira-se aos arquivos de história e remete suas pesquisas ao século XVIII..., muito embora ele não seja um historiador; pode produzir uma pesquisa de geologia estrutural sem ser um geólogo. Pelo contrário, ele se defende, embora cada um procure isoladamente enriquecer uma terminologia da especialidade, como se à geografia faltasse a consciência de suas próprias medidas.

Nestas condições, deve-se colocar a geografia ao lado da ciência ou das letras? A geografia é ciência ou arte? Ela é uma ciência, ainda que tome emprestado seus métodos de outras ciências, nas quais busca apoio; isto é muito verdadeiro em geografia física, cujas demonstrações são rigorosas e que ela procura exprimir em fórmulas matemáticas e sistematizar em leis.

Por outro lado, é arte na medida em que retira técnicas particulares, busca descrições vivas de imagens, cujas abordagens e ideias gerais confinam com a filosofia. Ela estabelece a transição entre ciências naturais e ciências humanas. Mas, na França, ela está do lado das letras. Sempre esteve desse lado, e tudo indica que lá vai ficar. A geografia de Elisée Reclus era puramente descritiva; quando a geografia obteve o direito de cidadania na universidade, foi quando obteve sua consagração extrema no fim do século XIX, por um historiador como Vidal de La Blache, designado como fundador da escola geográfica francesa.

Reduzida à expressão de geografia histórica, a geografia francesa afastou-se paulatinamente da história. Talvez na França mais que em outros países, em conformidade com os princípios estabelecidos por Ritter, o homem foi o resultado da obra geográfica. A geografia pode estudar a estrutura de uma montanha, os peneplanos, os terraços fluviais ou as formas glaciais, embora quase sempre faça uma introdução à geografia humana, indicando no estudo do meio o lugar apropriado do homem. Quanto à introdução do melhor lugar para o homem, essa já é uma questão mais delicada, ultrapassado o tempo de adoção de um determinismo mecanicista infantil.

Esta reação contrária aos historiadores e sociólogos criou nos geógrafos contemporâneos uma tendência a considerar a preponderância dos fatores humanos sobre os físicos, do rito sobre a obrigação, encontrada nos camponeses tuaregues ou tedas. A geografia considera o homem livre até o absoluto em relação a seu meio.

Apesar disso, ainda persiste muita confusão e contradição.

Essas contradições explicam-se sem dúvida pela época de nascimento da geografia, quando as ideologias burguesas se mostravam decadentes e, especialmente, nossa universidade napoleônica fossilizada. Por mais brilhante que seja a geografia produzida na crise que atravessamos, não é menos verdade que toda a produção intelectual francesa se encontra no atoleiro.

Qualquer que seja a área considerada, seu domínio de explicação é imenso. Por isso, será lógico que o trabalho de pesquisa seja um trabalho de equipe; quer se trate de pesquisas gerais ou regionais, o manuseio de documentos deve ser coletivamente organizado. Isso está fora de questão. Contudo, segundo métodos caros aos intelectuais burgueses, especialmente franceses, cada pesquisador é dono de uma determinada tarefa individual, estando isolado de um caminho global.

Na verdade, não existe geografia aplicada; não existe nenhum organismo de pesquisa digno desse nome. Cada um tenta acumular por sua própria conta sua documentação pessoal, sonhando informações aos demais colegas, acusando-os de incompetência e ignorância.

O geógrafo físico deve ter uma sólida formação em matemática, física, química e todas as ciências naturais. Mas, na França, ele é bacharel em grego, e não faz muito tempo era licenciado em História com uma dissertação em latim.

Certos professores refazem sua instrução em péssimas condições, o que agrava ainda mais o futuro especialista.

Os geógrafos físicos limitam suas pesquisas à geomorfologia, campo no qual os geólogos franceses ainda não têm interesse.

Entretanto, deve-se reconhecer que trabalhos de maior importância científica foram produzidos pelos americanos e pelos alemães que lançaram as bases da moderna geomorfologia.

Foram estudadas as formas de erosão e acumulação sem haver uma cultura em física ou química suficiente para analisar a gênese dos fenômenos: houve uma grande demora para se chegar a acordo sobre se os fatores climáticos são um princípio correto para explicar o ciclo de erosão normal, normalidade que não é a mesma para os habitantes de países temperados.

Mas é sobretudo em geografia humana que as insuficiências se tornam mais graves. Adotou-se a metodologia do esfacelamento das especialidades. Instituiu-se o hábito de distinguir geografia humana de geografia econômica. A segunda reduz-se a uma análise suficientemente fastidiosa da produção, de uma enumeração de produtos e cifras, independentes dos produtores. Estuda-se minuciosamente o hábitat.

As cifras, as casas, a cidade, procedem de noções abstratas, mais ou menos isoladas da estrutura econômica, das técnicas de produção e de troca, das relações sociais. Faz-se a distinção mesmo em geografia política, como se o Estado e as fronteiras não passassem de construções abstratas da imagem do homem-cidadão, que a ideologia burguesa distingue do homem-privado, como se a vida dos grupos humanos não passasse de elementos indissociáveis.

A especialização deve evitar que o geógrafo se confunda como um amador superficial; mas acontece exatamente o contrário: na maior parte dos casos, o geógrafo dissimula o complexo profundo da realidade humana e desestimula a curiosidade do pesquisador.

A geografia acaba por sofrer os impulsos das ciências ditas conexas. Não existe em importância uma geografia política mais que uma geografia econômica ou social, ou mesmo histórica.

Há somente uma geografia humana, ligada à história, à economia, à sociologia, a todas as outras ciências humanas, o que constitui uma síntese especial, limitada por sua vez aos fenômenos atuais concretos.

Descrição total da vida dos grupos humanos, é uma explicação da sua ligação profunda com as outras ciências humanas.

E isto, naturalmente, faz com que certas interpretações sejam condicionadas pelas ideologias em curso.

Os exemplos podem ser multiplicados às dezenas. Se o campo e o campesinato estão na moda, e o estudo do campo europeu foi enriquecido com os trabalhos de Marc Bloch, enquanto um historiador como Soboul termina por aderir à moda. Mas, se tais estudos permitem compreender as formas atuais dos campos e cidades e sejam, por conseguinte, o do domínio do geógrafo, essas estruturas são, na Europa, relíquias; a vida agrária está ligada de modo concreto às estruturas econômicas atuais, embora certos aspectos sejam evidentes, como a repartição das propriedades e o tipo de exploração. Por outro lado, contudo, são mais complexas as relações a desvendar, como o papel dos demandistas ou das grandes empresas na organização

do mercado, dos comerciantes de adubos ou de material, das companhias de seguro, não esquecendo da legislação em vigor, cujo papel essencial compatibiliza a rentabilidade da empresa agrícola, moldando em definitivo suas possibilidades de transformação.

O camponês, porém, continua inspirando uma simpatia fácil, porque está ligado à terra, à lavoura e ao ciclo das estações. Mas o que pensa o cidadão de um operário?

Este último não representa mais que uma mão de obra, um ser abstrato, que se calcula pelo preço e pelos lucros que proporciona, que pode ser reduzido a um material de estatística.

E a própria empresa em que o operário trabalha é considerada outro ser abstrato que pode ser reduzido a cifras econômicas compostas de muitos operários...

A criatura é distinguida, mas o funcionamento da empresa é mal compreendido. Pode-se falar em concentração vertical e horizontal, mas essa questão isolada não explica a origem do capital da empresa e os laços mantidos com os grandes organismos comerciais, industriais e bancários, nacionais e transnacionais.

Evidentemente, tais aspectos permanecem ocultos.

A compreensão torna-se maior quando os aspectos são por demais evidentes, como os EUA e a questão do petróleo.

Assim, como compreender as transformações de nosso país, como compreender a vida humana dos países dependentes, coloniais ou neocoloniais, senão analisando as condições e as formas dessa mesma dependência? Como compreender a Argélia e a Tunísia sem Rotschild, Mirabaud e Mallet, o Marrocos sem o Banco de Paris e dos Países Baixos, a Indochina sem o Banco da Indochina, a África Ocidental sem as sociedades de comércio, as velhas colônias sem as sociedades açucareiras, para citar apenas alguns exemplos?

Já foi feita a descrição do indígena e de sua evolução, como do nosso camponês anteriormente; é uma tarefa fácil, ainda que envolva muita sensibilidade.

Porém, em sentido amplo, a obra colonial reduz-se a uma enfadonha enumeração de produtos e ferrovias.

Os capitais investidos e em que ramos são investidos, eis como geralmente se coloca a questão.

Mas isto faz parte da geografia? Para determinar, em última análise, a vida social nesses países dependentes, assim como a vida social dos europeus, é precioso sobretudo explicar.

Como interpretar doutro modo os meios e as técnicas de produção, a manutenção de antigas estruturas sociais ou a formação de novas categorias, detentoras de sua própria ideologia – enfim, as condições próprias de evolução dos grupos sociais e a vida política?

A geografia humana, por isso mesmo, conduz à sociologia e à política. Ela estuda as relíquias do passado, sem deixar pressenti-las como história, permitindo-se compreender o presente e o sentido de sua transformação.

Semelhante programa é difícil de realizar por duas razões. A primeira decorre das exigências de conhecimento do geógrafo, a outra da necessidade de se desembaraçar dos métodos e ideologias correntes na universidade.

Todo trabalho geográfico pressupõe um manuseio gigantesco de documentos variados.

Isso supõe igualmente uma remissão ao quadro de conceitos admitidos e um trabalho de pesquisa de material empírico, a fim de preencher as lacunas da documentação publicada.

A consequência pode ser a abstenção: não seria melhor trabalhar desse modo do que lançar a público trabalhos incompletos? Pierre George teve a audácia de lançar uma série de livros de “vulgarização”, na coleção *Que sais-je?*, intitulados *Geografia social*, *Geografia agrícola*, *Geografia industrial*, *Economia dos Estados Unidos*. De um livro a outro, percebe-se o sucesso.

Soboul disse muito bem o que pensava a respeito da geografia social. De minha parte, sou menos entusiasta para com P. George. Minha atitude é talvez mesmo mais de crítica do que de congratulação.

Antes de mais nada, a expressão *geografia social* é muito infeliz: como se fosse possível abstrair a sociedade da produção! Concessão sem dúvida involuntária ao idealismo filosófico, e quem sabe ao editor, mas de qualquer maneira difícil de justificar. E além do mais, o que nos ensina a geografia social? Que existem sociedades rurais tradicionais, sociedades europeias complexas, terras em experiências, os EUA e a URSS?

A geografia social não seria mais que a geografia tradicional dos gêneros de vida, isolados da estrutura econômica da sociedade capitalista, que deste modo permite a manutenção das formas tradicionais de economia e sociedade, espaços em movimentação que provocam o nascimento de formas novas de economia no capitalismo e, por vezes, a retomada de novas estruturas que não são simples “experiências”? Como compreender as formas de produção e as relações de produção, as estruturas sociais ditas tradicionais e suas transformações, fazendo abstração das condições modernas de produção e troca?

O fato limitado à descrição dificulta a questão de revelar os erros de detalhe, e as explicações ficam estabelecidas apenas nas aparências. Uma interpretação marxista não se satisfaz somente com o emprego de uma terminologia formal, como qualificador uma sociedade de “feudal” sem levar em conta as devidas explicações.

P. George não obteve vantagens maiores ao tentar desembaraçar-se dos quadros ideológicos tradicionais quando fez a análise da geografia agrícola e da geografia industrial.

Como explicar o espaço agrícola atual sem levar em conta os fatores técnicos e também os fatores econômicos próprios de uma produção do tipo capitalista, que determinou a ocupação agrícola do mundo, os tipos de produção de mercado de produtos agrícolas? O que é na verdade um camponês, e quais são os tipos atuais?

Como se mantêm as tradições nos velhos países agrícolas e em que medida estão elas ameaçadas? Como se exerce, nos países novos ou em países de agricultura indígena tradicional, o controle do mercado da produção como, por exemplo, o controle que a United Fruit ou a Unilever exercem sobre tais países? Na geografia industrial de George, dotada de categorias essencialmente descritivas, não causa maiores surpresas encontrar definições abstratas – por que a propósito da França? – em que faltam exemplos concretos de concentrações industriais, comerciais ou bancárias no plano regional nacional ou internacional, tudo isto com raras exceções? Os trustes japoneses apresentam constituição mais típica do que os americanos? Deve-se reconhecer, contudo, que quando P. George estuda a economia dos EUA, sua análise é mais séria e mais sólida. Mas a economia dos EUA, evidentemente, não está limitada às fronteiras da Confederação? Como separar a economia dos EUA da exportação de capitais, da conquista de mercados exteriores de matérias-primas ou da organização metódica de zonas de influência econômica?

A economia nacional é inseparável da economia imperialista; as consequências da guerra fizeram-se sentir precisamente dentro deste quadro.

Estas críticas têm seu propósito. E esperam uma resposta. Sublinham a força de P. George e suas fraquezas. A tarefa é difícil. Resta saber como organizar, e bem, o trabalho geográfico. A geografia é uma ciência universal, é essa a sua razão de ser.

Não se trata de limitar nem de fragmentar o conhecimento. Mas devemos reconhecer que existe uma divisão ou corte entre a geografia física e a humana. Isto fez com que, *grosso modo*, os meios e os fins confundissem o homem. Não se trata de um erro completo, mas também não é o real verdadeiro. É um erro relativo em geografia geral e uma verdade relativamente à geografia regional.

A geografia física é um aspecto, um ponto de vista das ciências naturais. Seus métodos ainda estão em formação.

O homem pode ser um fator de evolução do relevo, de transformação da cobertura vegetal ou da geografia dos animais. Embora ele seja um fator não é um fim. Que importa ao homem que tal peneplanície seja pós-herciniana ou eógena, que tal garganta esteja superposta ou antecedente, que tal relevo de tipo jurássico ou apalachiano tenha evoluído sob um clima mais ou menos úmido ou árido?

O que lhe importa é a forma atual do relevo, duma alta montanha, mais ou menos aérea, dum platô, duma planície de erosão ou aluvial cujo solo e o subsolo sejam mais ou menos férteis: numa palavra, sua gênese. Deve-se, portanto, separar a geografia física da geografia humana, colocar uma na faculdade de ciências e outra na de letras? Semelhante atitude foi rotulada de “esquerdismo” na URSS? Em todo caso, seria melhor aceitar mais facilmente nossa classificação universitária. Em tal recinto, ainda se pode desconfiar de definições formais.

Pelo menos seria mais conveniente procurar especializar-se em geografia física ou humana do que continuar produzindo uma geografia medíocre.

A divisão deve ser feita não na geografia em si, mas na própria forma de pesquisa. Quanto à geografia humana, ela não deve isolar da história, sociologia ou economia. Por que um geógrafo não deve fazer uso da história na ocasião de uma pesquisa geográfica?

Por que um historiador não pode adotar um ponto de vista geográfico numa pesquisa histórica? Desde que se procura estudar os grupos humanos, os métodos de trabalho são os mesmos e a documentação idêntica. Desconfie-se sempre das terminologias limitativas e mais ainda das definições abstratas e formais. Mas, além da geografia física geral e da geografia humana geral, a geografia regional é uma síntese onde as duas geografias buscam apoio mútuo e são inseparáveis.

E se é difícil um único homem fazer tal síntese, pode-se lançar mão de grupos especializados de pesquisadores, trabalhando lado a lado, em equipe, agora que na geografia, como nas outras ciências, o progresso será cada vez menos o resultado do esforço de pesquisadores isolados.